



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

Maria Aparecida Silva de Abreu

UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO DA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE
MORADORES DO CHAPARRAL-DF

Orientadora: Prof. Dra. Maria Luíza Monteiro Sales Coroa

Brasília
2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

Maria Aparecida Silva de Abreu

UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE
MORADORES DO CHAPARRAL-DF

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Linguística, Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Luíza Monteiro Sales Coroa

Brasília
2019

Ficha catalográfica

AAE162e Abreu, Maria Aparecida Silva de
Um estudo discursivo crítico da constituição identitária de moradores do Chaparral-DF / Maria Aparecida Silva de Abreu; orientador Maria Luíza Monteiro Sales Coroa. -- Brasília, 2019.
236 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Análise do Discurso Crítica. 2. Chaparral-DF. 3. Constituição identitária. 4. Preconceito de classe social. 5. Apartação. I. Coroa, Maria Luíza Monteiro Sales, orient. II. Título.

UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE
MORADORES DO CHAPARRAL-DF

Maria Aparecida Silva de Abreu

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Luíza Monteiro Sales Coroa (UnB) – Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira (UnB/LIP) – Membro Interno

Profa. Dra. Solange de Carvalho Lustosa (CBMDF/UNICEUB) – Membro Externo

Profa. Dra. Veruska Ribeiro Machado (IFB) – Membro Externo

Profa. Dra. Francisca Cordélia Oliveira da Silva - Suplente

DEDICATÓRIA

Ao papai e à mamãe

À dindinha AFINHA

À dindinha Rita Amélia

Ao DÍDI

Às tias e aos tios

Ao meu namorado Reinaldo

A todos os meus irmãos, cunhados, sobrinhos, primos e amigos

Aos meus alunos

À minha orientadora e amiga Maria Luíza

Aos Chaparralenses

— a todos eles eu devo a minha história

HOMENAGENS

A minha mãe, com quem aprendi a ter força de vontade e perseverança.

A minha querida tia Dalva, que me dedicou carinho, cuidado e atenção, desde que vim para o Distrito Federal.

A Ingedore Grunfeld Villaça Koch, em cujos livros aprendi muito e ainda tenho a aprender.

A Sigmund Bauman, cujas obras são particularmente inspiradoras.

A minha princesinha Dengosa, por quem fui tão amada.

AGRADECIMENTOS

A Deus: “tudo é do Pai, toda honra e toda glória / É dEle a vitória, alcançada em minha vida” (Pe. Marcelo Rossi).

Aos meus pais, pelos ensinamentos, pelo amor, carinho e dedicação incondicionais: onde estiverem, sei que estão comigo.

À minha querida orientadora, Maria Luíza Coroa, que faz parte de minha história desde 1996, no curso de Letras, e, desde então, tem me ensinado tanto: sem ela eu não estaria nesta etapa da minha vida acadêmica.

Ao Jacob Mey, por acreditar em minha capacidade, quando nem eu mesma acreditava.

Ao meu padrinho Luís — o Didi —, pela presença amorosa e constante, pela força nas mais diferentes esferas da minha vida desde que eu era um bebê — e até pelos puxões de orelha necessários de vez em quando.

Ao meu namorado, Reinaldo, por todo amor, todo carinho, toda compreensão e toda ajuda em tantos eventos distintos.

À minha irmã Poliana Guimarães, pela prontidão em me ajudar com as transcrições, pelo carinho e pela força.

À Lelita, à Dorinha e à Taís, pelas orações e pelas palavras de apoio amoroso.

À Abadia, que está sempre me ensinando a ser forte, pelo apoio, carinho e ajuda.

Ao Abreu, pela presença tranquilizadora, mesmo estando distante fisicamente.

Ao Celso e ao Heitorzinho, pela boa vontade em ajudar em horas de necessidade.

À Marcela, pelo amor e pelas palavras sempre carinhosas e otimistas.

Ao Miguel e ao Rafael, por me amarem e por serem tão carinhosos.

Às minhas cunhadas e ao meu cunhado, pelo carinho de sempre.

À tia Angelina e à dindinha Rita, pelas orações, pelo carinho e pelas sábias palavras quando estive diante de dificuldades.

À Madá, pela força, pelo carinho, pelo apoio no campo espiritual, pela casa onde passei dias concentrada no estudo.

À Raquel, pelo apoio, pelas orações, pelas palavras de sabedoria sempre.

À Heloína, pelo carinho, pela consideração, pelo apoio.

A todos os meus sobrinhos e seus cônjuges, pelo carinho, pelo apoio, pela força de sempre — eles fazem toda a diferença em minha vida.

A todos os meus primos, pela amizade e pelo carinho.

Aos meus amigos Harrison, Zilda e Solange: tenho recebido deles, há muitos anos, mais que amizade, apoio e auxílio nas variadas áreas da minha vida.

Às minhas amigas Rosa, Geovana e Rafaela, pelo grande apoio, pela consideração e pela paciência.

Às minhas amigas Jane e Valmira, pelo carinho e pelo apoio: mesmo estando distantes fisicamente, elas estão sempre presentes em minha vida.

Às minhas amigas Keilla e Bebel, pelo carinho, pela torcida e pela paciência.

À Banca Examinadora, pela solicitude, pela paciência, pela prontidão: muitíssimo obrigada.

À PPGL-UnB e à UnB pela paciência, pela compreensão e pela oportunidade.

Aos colegas de trabalho no IFB, pela compreensão.

Aos meus queridos alunos, pela paciência, pela torcida e pela compreensão.

Aos moradores e não moradores do Chaparral que contribuíram diligentemente para que este estudo fosse feito.

Não é mais possível pensar o conhecimento a partir de uma espécie de vácuo social, preconizando a neutralidade, a autonomia e a objetividade. Esse paradigma epistemológico, fundado em dicotomias e meras classificações, se torna ineficaz e contraditório. (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 32)

Ao adotar uma postura crítica nas práticas de pesquisa, em todas as suas dimensões – teoria, metodologia, análise, relatório –, busca-se também uma atitude deliberadamente transgressiva. (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 34)

...as práticas sociais e discursivas, as relações sociais, os processos de identidade e até mesmo os chamados “objetos de saber” estão em pleno processo de reconstrução e de remodelagem em meio a inusitados patamares que entrelaçam os sujeitos e sua historicidade, o “eu” e o “outro”. (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 35)

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT.....	ii
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE QUADROS.....	12
1 INTRODUÇÃO	12
2 PARA DEMARCAR O TERRITÓRIO DA PESQUISA	17
2.1 Chaparral-DF: delimitação do objeto	17
2.2 ADC: intertransdisciplinar, autocrítica, reflexiva	28
2.3 Halliday e a ADC	32
2.4 Discurso.....	35
2.4.1 Ordem do discurso	38
2.4.2 Interdiscursividade	39
2.4.3 Condições de produção do discurso: campo, tenor e modo	41
2.5 Texto	42
2.5.1 Intertextualidade.....	44
2.5.2 Gênero textual	46
2.6 Sujeito	47
2.7 Construção de identidades.....	51
2.7.1 Identidade local e globalização	62
2.7.2 Identidade e ideologia	71
2.8 Metodologia	79
2.8.1 Geração de dados	82
3 VOZES PUBLICADAS INTERNAS E EXTERNAS.....	88
3.1 Vozes do lado de dentro.....	89
3.1.1 Renne Lemos: povo ordeiro e comunicativo.....	90
3.1.2 Chaparral-DF: terror da capital	106
3.1.3 Wallysonstok: sou do Chaparral.....	113
3.1.4 Ellen Oléria: uma voz de prestígio do Chaparral	117
3.2 Vozes do lado de fora.....	118
3.2.1 Graça: é Chaparral, já era o tempo	119
3.2.2 Everton Lagares: Chaparral, da origem à valorização.....	122
3.2.3 Sanches: arraigada no Chaparral	127
3.2.4 “Correio Brasileiro”: Operação Chaparral, da PMDF	130
3.2.5 PMDF: ocorrências “na” Chaparral	134
3.3 Conclusões parciais sobre as análises das vozes publicadas	143
4 ENTREVISTAS: VOZES INTERNAS E EXTERNAS	144
4.1 Pioneiros.....	146
4.2 Filhos de pioneiros	178

4.3	Não moradores	192
4.4	Conclusão parcial sobre as análises das entrevistas	227
5	CONCLUSÃO	228
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232

RESUMO

O objetivo geral desta tese é investigar os modos (e elementos) de constituição das identidades sociais dos moradores do Chaparral, como consequências dos focos de preconceito e de apartação social, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica. O Chaparral-DF, local cercado de estórias e histórias, foi urbanizado no início dos anos 1980 para alocar moradores de invasões de Taguatinga. É uma área fronteiriça, que se situa entre as regiões administrativas (RA) Taguatinga e Ceilândia, no Distrito Federal, mas faz parte da RA Taguatinga. O Chaparral, ou Nova QNL, embora faça parte das QNL, em Taguatinga, é um local apartado dessas quadras, por ser frequentemente representado como sendo moradia de bandidos, de criminosos. O campo teórico de estudo da investigação é o da Análise do Discurso Crítica (ADC) que lhe fornece sua metodologia, mas deixa aberta a possibilidade de usar conhecimentos construídos em outras áreas. Procuro seguir as diretrizes da abordagem textualmente orientada da ADC, como proposta por Norman Fairclough (2001), acrescida de suas modificações futuras feitas por ele (FAIRCLOUGH 2003, 2006) e por seus pares, aliadas “intertransdisciplinarmente” a outras áreas do pensamento acadêmico crítico. São analisados nove textos publicados na internet que falam do lugar, sendo quatro deles de moradores e cinco de não moradores. Foram feitas trinta e uma entrevistas: dez com moradores pioneiros da comunidade, onze com filhos de pioneiros e dez com não moradores. Tanto a designação, quanto a localização do lugar numa área fronteiriça significam na constituição identitária dos moradores do Chaparral. As análises também confirmam a existência de lendas e mitos acerca do lugar e mostram as constituições identitárias dos moradores por vozes internas e por vozes externas. Do lado de dentro, os moradores do Chaparral constroem para si a identidade de cidadãos. Do lado de fora, de uma perspectiva diferente, constitui-se um tipo de identificação aparente, que os outros “imaginam” para os moradores do Chaparral. O problema é que, se esses outros que imaginam tiverem mais poder e influência social do que aqueles que falam internamente, como ocorre no caso dos jornalistas e da polícia, a identidade imaginada “cola” e ganha a aparência de verdadeira. Há muitas afirmações que poderiam ser apontadas como preconceituosas ainda nas vozes dos não moradores entrevistados, mas que são também modos de operação da ideologia, dos quais os sujeitos dos discursos nem sempre têm consciência. Portanto, mesmo que não moradores entrevistados não considerem que suas representações do Chaparral sejam preconceituosas, em suas vozes, outras vozes sociais, do preconceito e da apartação, se refletem.

Palavras-chave: ADC; Chaparral-DF; constituição identitária; preconceito de classe social; apartação.

ABSTRACT

The general goal of this doctorate thesis is to investigate the modes (and elements) of social identities constitution of the residents of Chaparral, as consequences of the area's prejudice and social divergence, from the Critical Discourse Analysis perspective. The Chaparral-DF, area surrounded by stories and tales, was urbanized in the early 1980s to allocate residents of Taguatinga slums. It is a border area, located between the administrative areas (AA) of Taguatinga and Ceilândia in Distrito Federal, but is part of the administrative area of Taguatinga. Chaparral, or the New QNL, although is part of QNL in Taguatinga, is a separated area of those neighborhoods, as it is frequently represented as a neighborhood of criminals. The theoretical field of study of the investigation is the Critical Discourse Analysis (CDA) which provide its methodology but keeps open the possibility to use knowledge developed in other areas. I seek to follow the approach directives textually oriented by the CDA, as it was proposed by Norman Fairclough (2001), improved by the future changes made by him (FAIRCLOUGH 2003, 2006) and his peers, multidisciplinary combined to other areas of the critical academic thinking. Nine texts published on internet that speak about Chaparral are analyzed, where four texts were written by residents and five texts written by non-residents. Thirty-one interviews were realized: ten interviews with pioneer residents, eleven with pioneer's sons and ten with non-residents. Both designation and the location of the neighborhood in a border area mean in the identity constitution of Chaparral residents. The analyses also confirm the existence of tales and myths about the place and show the identity constitution of the residents by internal and external voices. From the inside, the Chaparral residents build for themselves the identity of citizens. From the outside, from a different perspective, it was constituted a kind of apparent identification, which others "imagine" to Chaparral residents. The problem is if the others that imagine it have more power and social influence than those who speak internally, as occur in the case of journalists and the police, the imagined identity "sticks" and get the appearance of true. There are a lot of statements that could be pointed as prejudiced even in the voices of non-residents interviewed, but they are also ideology operation modes of which the individuals of the discourse do not even realize. Therefore, even if the residents interviewed do not consider their Chaparral representations are prejudiced, in their voices, other social voices of prejudice and divergence are reflected.

Keywords: CDA; Chaparral-DF; identity constitution; social class prejudice; divergence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista da Nova QNL, por Satélite	19
Figura 2 – Designação Nova QNL, em ônibus	20
Figura 3 – Diferença do tamanho dos lotes e largura das ruas na QNL, à esquerda (QNL 15), e na “Nova QNL”, à direita, (QNL 22)	25
Figuras 4 e 5 – Ruas típicas	26
Figura 6 – Lotes pequenos, mais de uma casa em cada lote	27
Figura 7 – Tailândia Bebidas e Tabacaria	54
Figura 8 – Mapa do Chaparral com a área pertencente à Ceilândia.....	126
Figura 9 – QNL, Nova QNL e M NORTE	132
Figura 10 – Chaparral: ruas tortas, curtas	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia	69
Quadro 2 – Campo, tenor e modo: síntese	83
Quadro 3 – Pioneiros: origem, idade, escolaridade e profissões	147
Quadro 4 – Comparação de dados criminais de 2018 por RA	173
Quadro 5 – Habitantes do DF por RA em 2015	173
Quadro 6 – Filhos de pioneiros: origem, idade, escolaridade e profissões	178
Quadro 7 – Escolaridade dos pioneiros e dos filhos de pioneiros: síntese comparativa	179
Quadro 8 – Não moradores: origem, idade, escolaridade e profissões	192

1 INTRODUÇÃO¹

O foco desta tese é a construção identitária de moradores do Chaparral-DF, local cercado de estórias e histórias, que foi urbanizado no início dos anos 1980 (entre 1982 e 1985) com a intenção de alocar moradores de invasões de Taguatinga. É uma área fronteiriça, que se situa entre as regiões administrativas (RA) Taguatinga e Ceilândia, no Distrito Federal², mas faz parte da RA Taguatinga. Seus moradores pioneiros são oriundos de invasões que ficavam em áreas consideradas “nobres” de Taguatinga, por serem mais centrais e mais antigas. O Chaparral, ou Nova QNL, como também é chamado, é conhecido por muitos como sendo moradia de bandidos, de criminosos, entretanto, quando a pessoa interage cotidianamente com os moradores, percebe que não é exatamente assim.

Opto pela designação Chaparral, porque é por ela que o local é mais vastamente conhecido. Essa forma de nomear a comunidade também chama a atenção do ponto de vista discursivo crítico, por ser esse “apelido” usado por muitos de forma pejorativa para falar com os moradores e deles, o que se configura como um tipo de *bullying* social. Mais informações a respeito do Chaparral serão dadas no próximo capítulo.

O campo teórico de estudo da investigação é o da Análise do Discurso Crítica (ADC) que lhe fornece sua metodologia (especialmente FAIRCLOUGH 2001, 2003, 2006; WODAK e MEYER, 2003; VIEIRA e RESENDE, 2016), mas deixa aberta a possibilidade de usar conhecimentos construídos em outras áreas. Como explico no capítulo 2, procuro seguir as diretrizes da abordagem textualmente orientada da ADC, como proposta por Norman Fairclough (2001), acrescida de suas modificações futuras feitas por ele (FAIRCLOUGH 2003, 2006) e por seus pares, aliadas intertransdisciplinarmente a outras áreas do pensamento acadêmico crítico, como a Linguística Textual e a Semântica (de vertentes argumentativa, discursiva, da significação, do acontecimento, especialmente alinhada com KOCH, 2000, 2002, 2003), a Gramática Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e HASAN, 1994), a Sociologia (BAUMAN, 2005, 2009; GIDDENS, 1991, 2002, 2009; HALL, 2001, 2006; THOMPSON, 2011), a Geografia (HAESBAERT, 2012), a Análise do Discurso de vertente francesa (ORLANDI, 1996a, 1996b, 2001, 2007; POSSENTI, 1996). Além disso, trago outros

¹ Esta pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro), sob o número CAAE 46182113.8.0000.5540.

² O Distrito Federal, diferentemente das demais unidades federativas do Brasil, não é dividido em municípios, mas em regiões administrativas (RA). Não há prefeitos, mas administradores indicados pelo governador.

autores, cujas palavras exponho ao longo do texto e nas referências, que contribuíram grandemente para que este trabalho tenha tomado forma.

A justificativa social e acadêmica do estudo, além de dar voz à comunidade, é a própria reflexão crítica a respeito da construção identitária de moradores de uma área estigmatizada como perigosa e como lugar com alto índice de criminalidade, pois essa reflexão, possivelmente, poderá lhe dar visibilidade e atenção diferentes das que o local tem recebido por meio de reportagens de jornal, de *posts* em *sites* diversos, do sítio da PMDF e do boca-a-boca entre não moradores. Considero que o processo de construção das identidades sociais se faz na, pela e com a linguagem (ORLANDI, 2001), mas inclui também outras questões concretas da prática social, como, por exemplo, as relativas à vida em fronteiras (WOODWARD, 2000; BAUMAN, 2009; BHABHA, 2003; AUGÉ, 2004). Esse é um dado relevante para este estudo, pois o Chaparral é um espaço fronteiro — fica “entre” Taguatinga e Ceilândia — o que interfere na construção identitária de seus moradores.

Todos os acontecimentos discursivos a respeito do Chaparral-DF — designação, preconceito social, imputação identitária como lugar de bandidos, demarcação de fronteira — demonstram a validade da pesquisa linguística crítica nessa localidade, sua relevância social e acadêmica. Essa investigação pretende abordar o processo de construção e de afirmação da identidade dos moradores, tanto os mais antigos, pioneiros, quanto os nascidos ou que chegaram crianças pequenas ao Chaparral. Para isso, este estudo considera como *corpus*, numa abordagem qualitativa: os discursos de constituição identitária dos moradores e os discursos do preconceito de classe social (RIBEIRO, 1996) de não moradores em relação a essa área e às pessoas que ali vivem que levam à sua constituição discursiva como “criminosos”. O trabalho busca, em síntese, identificar os processos de construção das identidades sociais dos habitantes do Chaparral e de que modo essas identidades são afetadas por fatores externos.

Sua relevância social se faz também por ser esta uma investigação que identifica um problema e pode dar, quem sabe, algumas contribuições para a quebra de um antigo paradigma, ao trazer à tona uma questão social — talvez mais ampla e geral do que o Chaparral ou a Nova QNL —, que exige empenho e esforço do governo e dos cidadãos para ser superada (também) no DF: a apartação social (BUARQUE, 1993) gerada pelas “soluções” encontradas/dadas pelo Estado para o problema das invasões de áreas públicas. Essa apartação se estabelece como barreira para a inclusão social, como algo que gera preconceito relativamente aos indivíduos que moram em regiões menos abastadas, tidos generalizadamente como “marginais”, quando é

de conhecimento comum que isso não é prerrogativa de pessoas pouco favorecidas socioeconomicamente ou de lugares como o Chaparral.

Lançar um olhar sobre esse problema em uma aglomeração social tão jovem como a da Capital Federal do Brasil — Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 — pode, de alguma maneira, contribuir para a compreensão de, pelo menos, duas questões: a do conflito social entre classes (especificamente no Distrito Federal) e a da construção das identidades sociais no meio dele.

Fora do mundo acadêmico, pretendem-se gerar canais permanentes para as vozes locais, com a divulgação dos resultados da pesquisa em uma página na internet que permita comentários, além de divulgar a tese e seus resultados na Associação de Moradores para que seja incentivada a reflexão local sobre o tema, mas de modo que essa discussão cresça e transponha a fronteira em que se situam as QNL pares de 14 a 30, o Chaparral.

Como apresentado até aqui, é em meio a questionamentos e por causa deles que esta pesquisa se apresenta. Não pretendo, entretanto, responder categoricamente a todas as questões e esgotar o assunto — e nem poderia —, visto que a ordem do discurso a respeito do Chaparral é campo de estudos vasto. Espero, porém, contribuir para a construção de conhecimentos relativos à constituição identitária e à compreensão da apartação social no DF.

Por outro lado, desejo chamar a atenção para o fato, aparentemente óbvio, de que não é “apenas” o nome do “território” o motivador do expurgo social (THOMPSON, 1995) dos moradores do Chaparral — ou sua “demonização” —, mas de que essa designação — acontecimento político que é — pode ser o estopim de diversos equívocos relacionados às configurações identitárias desses indivíduos e às vozes sociais que agem por trás delas (MEY, 2000; 2001). Com isso, intento ainda contribuir socialmente com a comunidade do Chaparral, local em que resido há algum tempo³.

Como consequência do problema escolhido, apresentam-se, a seguir, os objetivos desta tese. O objetivo geral é investigar os modos (e elementos) de constituição das identidades sociais dos moradores do Chaparral, como consequências dos focos de preconceito e de apartação social, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica. Os objetivos específicos são analisar o processo de construção identitária dos moradores do Chaparral pelos próprios moradores entrevistados e por não moradores, a partir de elementos de natureza discursiva — entrevistas e demais textos do *corpus*; e investigar se (por que e de que modo) a apartação social

³ Resido na QNL 26 desde o final de julho de 2010.

e o preconceito se manifestam nessa comunidade e sobre ela, na constituição das identidades dos moradores, inclusive por meio da designação. Para a investigação, estabeleceram-se as seguintes questões de pesquisa:

1. Que processos de construção e de constituição da identidade social de habitantes do Chaparral são reveladores do modo como essa identidade é afetada por fatores externos?
2. A opção por uma das denominações — QNL, Nova QNL ou Chaparral — indica diferença real do ponto de vista da exclusão ou da inclusão social desses moradores como “taguatinguenses” e do local onde residem como parte efetiva da Região Administrativa de Taguatinga?
3. Como se configura a apartação social expressa pela mídia, por não moradores e por instituições públicas em relação ao Chaparral e a seus moradores?
4. Os entrevistados — moradores e não moradores — percebem que suas ações discursivas interferem na construção das identidades, da territorialidade e da apartação social dos moradores no Chaparral?

Certamente não tenho o interesse ou a pretensão de responder a todas essas perguntas separadamente, uma vez que os assuntos pertinentes a elas se entrelaçam e se imbricam. Meu propósito, então, é chegar a uma visão geral do processo de constituição das identidades dos moradores do Chaparral por meio desse questionamento durante as análises dos textos.

O primeiro capítulo desta tese é esta introdução, que contém a justificativa da investigação, seus objetivos e questões de pesquisa.

No capítulo 2, procuro situar teoricamente o trabalho e o posicionamento acadêmico-político da analista. Para isso, exponho a respeito do objeto deste estudo — o Chaparral — no contexto da Análise do Discurso Crítica, que proponho intertransdisciplinar, autocrítica e reflexiva. Também delimito alguns conceitos: interdiscursividade e intertextualidade; campo, tenor e modo (Halliday e Hasan, 1990), que considero maneiras de situar as condições de produção do discurso; construção identitária e sua relação com globalização e ideologia.

No capítulo 3, faço a análise de textos publicados na internet que mencionam o Chaparral-DF ou que tratam especificamente dessa comunidade. Discorro mais detalhadamente sobre os critérios de escolha desses textos na seção 2.8.1, que trata da geração de dados. Separei os grupos em vozes internas ou “do lado de dentro” e vozes externas ou “do lado de fora”. As vozes do lado de dentro são de moradores que publicaram textos a respeito da história do lugar, como é o caso de Renne Lemos, ou que apenas o mencionaram em contextos significativos para

a construção identitária coletiva de moradores do Chaparral. As vozes do lado de fora são de não moradores que publicaram textos que também falam do Chaparral e de seus moradores, mas em cujas vozes revela-se preconceito ou desconhecimento sobre o lugar, o que também leva a algum tipo de constituição identitária coletiva dos moradores.

No capítulo 4, apresento as análises dos textos das entrevistas, sem esgotá-los, visto que emergiram deles mais questões do que as previstas. Separei as entrevistas em três grupos: pioneiros — moradores iniciais do Chaparral, oriundos de invasões (10 entrevistas); filhos de pioneiros, maiores de 21 anos (11 entrevistas); e não moradores, que são indivíduos de fora do Chaparral, que conhecem ou já ouviram falar do lugar e, em conversas prévias, informais, demonstraram algum tipo de preconceito a respeito daquela comunidade e cujo preconceito — ou “medo” — se mostrou também durante a entrevista (10 entrevistas). Apresento com mais detalhes o modo como cheguei a esses entrevistados na seção 2.8.1 (Geração de dados). Na primeira seção desse capítulo mostro as vozes dos pioneiros entrevistados, para entender como foi a transferência para o novo território, se sentem o preconceito, como se deu o processo de designação, se essa designação é causadora de preconceitos, como veem a criminalidade no local, como se revelam alguns modos de operação da ideologia em suas vozes, segundo Thompson (2011), e outras questões que apareceram no processo. Na segunda seção apresento as vozes de filhos de pioneiros para verificar que mudanças pode ter havido no Chaparral de uma geração para outra, em relação a seus pais, à designação e ao preconceito de classe social. Na terceira seção, exponho as vozes de não moradores a respeito do Chaparral e de seus moradores, especialmente nos quesitos: designação, constituição identitária e preconceito.

Na conclusão, procuro retomar informações relacionadas aos objetivos e às questões de pesquisa, além de acontecimentos que vieram à tona durante as entrevistas e o processo de análise.

2 PARA DEMARCAR O TERRITÓRIO DA PESQUISA

A visão de Silverman (2009) de que conceitos são ideias especificadas a partir de dado modelo me parece bastante apropriada para esta tese, pois os conceitos oferecem maneiras de ver o mundo, que são fundamentais para a definição do problema de pesquisa, da investigação em si e da análise que se pretende efetuar, além de permitir entrever a ideologia que os fundamenta. Também as práticas sociais são constituídas pelos conceitos e constituidoras deles, do mesmo modo que produzem os discursos e são produzidas por eles.

Como o modelo de análise escolhido é o textualmente orientado, de Norman Fairclough (2001), os conceitos expostos neste capítulo têm em conta essa abordagem. Parto dos mais gerais, mas outros que tenham a ver mais especificamente com cada momento da análise surgirão durante as outras partes desta tese, conforme sejam necessários. O que se pretende neste capítulo, então, é situar o lugar de fala da analista ao apresentar o modo como a ADC e cada categoria de pesquisa e análise são entendidas.

2.1 Chaparral-DF: delimitação do objeto

O espaço físico tem a ver com a territorialidade, que afeta — nem sempre favoravelmente — as práticas sociais e discursivas. A delimitação de territórios é atividade habitual entre os seres humanos (HAESBAERT, 2012) e, igualmente, contribui para a constituição das identidades sociais que se buscam compreender neste trabalho. A territorialidade e a vida fronteiriça fazem parte do cotidiano dos moradores do Chaparral, assim como de não moradores, e transparecem nas suas práticas sociais, nas suas ações e nas suas vozes, se é possível separar as três coisas.

Como afirma Fairclough (2001, p. 93), a constituição discursiva da sociedade advém “de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”. A própria estrutura física faz parte do processo simbólico que ajuda a constituir as identidades. Os textos analisados nesta tese mostram que a localização do Chaparral “entre” dois “outros”⁴ lugares provoca efeitos de sentido e contribui para a construção das identidades dos moradores.

Um dos criadores da ADC, Fairclough (2001, p. 92-93) entende, pois, que o trabalho constituidor do discurso se realiza dentro das restrições das estruturas sociais e que seria um

⁴ O Chaparral fica “entre” Taguatinga e Ceilândia, mas, ao mesmo tempo, é administrativamente parte de Taguatinga.

equivoco pensar que o discurso seja a própria fonte do social, visto que ele é determinado dialeticamente por essas estruturas. Entretanto, por controverso que pareça, a ADC considera ainda que o discurso, como prática social que é e por significar o mundo, também o constitui. Como diz Mey (2000), as vozes sociais ecoam na voz do autor, ainda que este busque desmitificá-las. Chamarei essas vozes textuais e discursivas, que interagem *na, pela e com* a linguagem de “interagentes”, como explico mais à frente.

Por exemplo, na voz de Lemos (2011a, b e c) — cujos posts e comentário retirados da internet são analisados no terceiro capítulo deste trabalho — refletem-se e refratam-se (BAKHTIN, 2002) as vozes daqueles que dizem que o Chaparral é um lugar perigoso, ruim de morar, por causa da criminalidade. Essas vozes aparecem fragmentadas — visto que ele busca refutá-las —, mas estão interdiscursivamente lá, como seus interagentes.

De acordo com o quadro teórico e epistemológico em que esta investigação se insere, a primeira etapa do processo de pesquisa linguística é a delimitação do objeto (FAIRCLOUGH, 2003). Fairclough (2001, p. 65) afirma que “os objetos do discurso são constituídos e transformados em discurso de acordo com as regras de uma formação discursiva específica, ao contrário de existirem independentemente e simplesmente serem referidos ou discutidos dentro de um discurso particular”. Seguindo essa linha de pensamento, se um objeto do discurso não existe independentemente para ser simplesmente citado (“referido”), já que esse objeto se constitui e se transforma no interior de dada formação discursiva, delimitar um objeto como alvo de investigação é constituí-lo. A constituição do objeto se faz, portanto, durante a própria construção da pesquisa que envolve a elaboração deste texto e também, certamente, de sua escritura e de sua leitura. No caso aqui apresentado, em particular, a delimitação — ou construção — do objeto de pesquisa se inicia com algumas considerações a respeito do local onde ela se faz e pela exposição de alguns de seus conflitos internos e externos, partes de suas práticas discursivas.

O local onde se faz esta investigação fica no que se considera o centro geográfico do Distrito Federal (DF) — centro metropolitano —, tanto que o Governo do DF construiu bem próximo dali seu Centro Administrativo (CENTRAD)⁵. A especulação imobiliária está instaurada no lugar, talvez pela ótima localização entre duas grandes e populosas regiões administrativas, mas também pela proximidade do CENTRAD, do lado sul, e do *Shopping JK*, construído ao norte e em atividade desde novembro de 2013. Esses dois fatos, certamente,

⁵ Até 25/05/2019, o Governo do Distrito Federal ainda não havia transferido suas atividades para o CENTRAD.

contribuem para o desfazimento iminente do *status quo* do lugar, tal como foi estabelecido por volta de 1983, pelo Governo — como instituição fundadora — e por seus moradores, a partir daquele ano. Atualmente, muitas casas são habitadas por pessoas que as compraram e/ou por seus comércios. No último caso, isso fica evidente na chamada “rua do Detran”, que é a principal via de acesso ao Chaparral pelo lado de Taguatinga.

A região administrativa de Taguatinga, como outros locais do Distrito Federal, é dividida em áreas, denominadas, pelos seus mentores, quadras. Essas quadras, de acordo com sua localização geográfica, são designadas “norte” ou “sul”. Em seguida, cada quadra recebe uma letra e um número, em ordem alfanumérica. Por isso as quadras são designadas, por exemplo, QNA 1 (Quadra Norte A 1), QSA 1 (Quadra Sul A 1), QSC 5 (Quadra Sul C 5), QNC 5 (Quadra Norte C 5), em que “quadra” não equivale a “quarteirão”. O Chaparral fica na QNL (Quadra Norte L), em Taguatinga, como se vê no mapa a seguir:

Figura 1 – Vista da Nova QNL, por Satélite

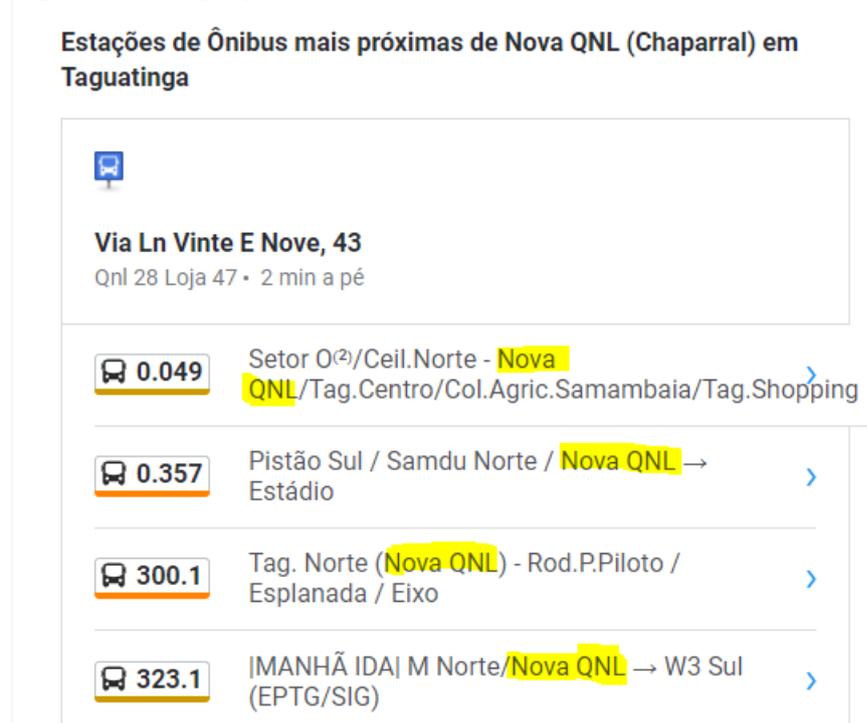


Fonte: Google Maps (satélite).

Normalmente os números pares e ímpares também são separados por local, de modo que, se a pessoa estiver procurando uma quadra par, sabe que terá de se dirigir a determinado lado da rua, se o número for ímpar, deverá dirigir-se ao outro lado. Ocorre que, em Taguatinga, no início dos anos 1980, já havia as QNL pares e ímpares até a de número 13 (QNL 1, QNL 2, QNL 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13) e as ímpares de números 15 a 29 (QNL 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e 29). As QNL pares de 14 a 30 foram criadas depois e são normalmente chamadas “Nova” QNL e não apenas QNL, como as demais.

A designação que aparece nas placas de endereços (de casas ou prédios comerciais) é QNL, mas pode ser vista a denominação “Nova QNL”, por exemplo, em ônibus que passam na via fronteira (NL 29, conhecida como “rua do Detran”) que “separa” a parte mais antiga da QNL da “Nova” QNL. O itinerário⁶ de algumas linhas de ônibus pode ser vista na figura abaixo:

Figura 2 – Designação Nova QNL, em ônibus



Fonte: MOOVIT.

Parece claro que, por ter sido criada depois, era mais fácil, na época, fazer-se entender referindo-se àquele lugar como “a parte nova da QNL”. Daí para começarem a chamar o lugar de Nova QNL não deve ter demorado. Entretanto, como disse Rajagopalan (2003, p. 87), a designação é uma questão política e tem o poder de fazer “um julgamento de valores, disfarçado de uma referência neutra”, portanto essa necessidade de separar a parte mais antiga da QNL da parte que foi construída depois pode ser uma “pista” discursiva (FAIRCLOUGH, 2001) do que Buarque (1994) denomina apartação social, em relação ao restante da chamada QNL.

Designar essa parte da QNL de “Nova QNL” ou de “Chaparral” pode ser marca do desejo, fundado no medo do outro (PEREIRA, 2007), de estigmatizar para afastar as pessoas que moram lá — os “invasores” de área pública, os bandidos, os marginais, os traficantes — dos “cidadãos de bem” que moram na outra margem da rua. Outrossim, essa pode ser também

⁶ Em cada ônibus, aparecem sua numeração e as designações dos locais por onde passa, o itinerário, como se apresenta na figura 2.

marca da aspiração dos próprios moradores de demarcarem seu território. Pode ainda o nome “Chaparral” ter sido aventado pela proximidade da área de alocação relativamente ao local invadido, porque a “Nova” QNL se situa em Taguatinga Norte, em local mais ou menos próximo à antiga invasão designada Chaparral.

É difícil afirmar, com certeza, o que ocorreu, pois tudo gira em torno de lendas ou mitos — no sentido de narrativas que amplificam um fato que ninguém sabe ao certo como aconteceu — a respeito do lugar. Uma delas, que reflete a voz social do medo e da violência, é que o nome teria sido dado por causa de uma série de banguê-banguê americana. Lemos (2011c) relaciona o nome à série de TV de gênero *Western* chamada Chaparral, criada por David Dotort, produzida pela TV estadunidense NBC e filmada de 1967 a 1961. No Brasil, os episódios foram transmitidos pela TV Excelsior, em 1969, pela Record, em 1972, e, depois, pela TV Tupi, em 1987 (BRAZ, 2018; FURQUIM, 2018), o que seria um tempo mais do que suficiente para que a população tomasse conhecimento dela e de seu gênero para dar nome à invasão. A referência feita por Lemos a essa série se deve ao fato de que, no filme seriado, “morria muita gente”, o que é próprio do gênero cinematográfico. Como se poderá verificar no capítulo 4, um não morador, ao contar o motivo de a Nova QNL ser designada Chaparral, se referiu também à série e à violência.

Como escreve Lagares (2013), cujo texto é exposto no capítulo 3, como voz externa, também é bastante provável que a designação tenha origem no nome da loja chamada Chaparral, que vendia vestuário e acessórios em estilo *country* e ficava na Avenida Samdu Norte, em Taguatinga, circunvizinha da antiga invasão. O nome da loja, aparentemente, foi dado por causa da série de TV. Como a invasão Chaparral ficava numa área propínqua, a probabilidade de que tenha sido assim designada por causa da loja é grande. As QNL pares de 14 a 30 teriam herdado a designação da antiga invasão Chaparral, por ser esta a mais próxima e a maior entre todas as invasões, cujos moradores foram realocados para o novo local. Ouvi, ainda, que Chaparral era o apelido de um bandido capoeirista que morava na invasão e depois foi morar na Nova QNL; ou que foi por causa de uma madeireira Chaparral, que ficava na invasão e depois da “des-re-territorialização” (HAESBAERT, 2012) se mudou também para a Nova QNL; e que os moradores decidiram, conscientemente e em conjunto, chamar o local dessa maneira. Todos esses mitos e lendas aparecem nos dados.

O cuidado com a nomeação se deve, especialmente, ao fato de a categoria MODO do discurso, de Halliday e Hasan (1990), ser base de análise de identidades. De alguma maneira, parece fazer sentido que o Chaparral tenha herdado essa designação da própria invasão de

mesmo nome, que, por sua vez, a herdou da loja Chaparral, talvez simplesmente pela relação de proximidade. Se assim for, confirma-se ainda o mito de que a série de TV Chaparral seja a origem primeira da designação do local deste estudo: a loja teria esse nome por causa da série, devido ao tipo de produto que vendia, e a invasão teria a mesma designação por ficar próxima da loja. Já a Nova QNL herdou o “apelido” da invasão. Nesse caso, a configuração identitária dos moradores do Chaparral tem a ver com essas questões.

Aparentemente, Chaparral não é um nome dado institucionalmente — e do qual haja registros oficiais —, portanto o que se faz a esse respeito, neste trabalho, é mostrar as versões dos fatos que surgem nos dados gerados e apontar possibilidades de analisá-los discursivamente, como marcas linguísticas, para entender a construção identitária dos moradores do Chaparral. Tudo isso é considerado nas análises, a partir do capítulo 3, onde se revela, talvez, que, mais relevante do que a designação em si, seja, em cada contexto da prática social, a forma pela qual a criminalidade é relacionada — através da designação, por agregação de carga semântica negativa ao nome — àquela comunidade sobre a qual essa investigação se faz.

Em conversas informais, que contribuíram para que o problema da possível “demonização” do Chaparral fosse detectado, moradores recentes, e também alguns dos mais antigos, disseram achar que é degradante chamar o local onde moram de “Chaparral”, o que me despertou a atenção e apareceu de diversas formas nos dados. Alguns acreditam que o ideal seja chamá-lo de Nova QNL. Isso é instigante do ponto de vista discursivo crítico. Por que e de que modo isso se dá? Que implicações político-ideológicas há em chamar o lugar de Chaparral, de Nova QNL ou simplesmente de QNL? Entra aí novamente a questão política, pois, ainda que não pareça importante, não se trata apenas de designação, visto que a ideologia age subrepticamente para segregar ou excluir (CHAUÍ, 2012).

Segundo Pereira (2007, p. 29), a manipulação de informações sociais fomenta estereótipos que sustentam o medo do outro, o que provoca a necessidade de estigmatização desse outro. Isso implica que, para afastar o medo, é preciso afastar o outro. Essa segregação do outro é uma espécie de *bullying* social e, muitas vezes, ela vem junto com “apelidos”. Surgiram nos dados gerados nesta pesquisa, alguns desses apelidos dados a áreas pobres do DF: “Nova Divineia”, para a QNL 19, “Planeta dos Macacos”, para a parte mais nova da QNM (M Norte) que faz divisa com a Ceilândia, além de “Chaparral” para a Nova QNL. O que se verá nos capítulos 3 e 4. Todos esses apelidos foram tirados de programas de televisão.

Apelidos são um tipo de *bullying* e o primeiro parágrafo, do art. 1º, da Lei 13.185⁷ de 6 de novembro de 2015, define a intimidação sistemática (*bullying*), como

todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-las ou agredi-las, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2019c)

Chamar alguém por um “apelido” pejorativo, ou com interesse de que assim seja, é um tipo de *bullying* (HORNBLAS, 2015; MANZINI, 2013; MANZINI e BRANCO, 2017; OLIVEIRA, 2018) que compromete a autoestima da vítima e produz nela mal-estar psicológico, além de fazer com que, em alguns casos, ela aja de modo destemperado (HORNBLAS, 2015). De acordo com Hornblas (2015), o apelido é o começo do *bullying* e, além de o agressor fazer isso para fazer-se perceber e para ferir deliberadamente o outro por simples prazer, é ainda uma forma de aquele que agride se empoderar diante da comunidade. Ou seja: aqueles que cometem *bullying* contra o Chaparral, denegrindo a imagem dos moradores, sentem-se empoderados, por exemplo, por não morarem no local. Conforme ainda Hornblas (2015), o apelido pejorativo, por exemplo, produz a personalização do que o indivíduo ou grupo não é, em detrimento da personalização do que o indivíduo ou grupo é. Ou seja: o apelido contribui para que alguns imputem certa constituição identitária estigmatizadora a outro indivíduo ou grupo.

Da parte do agredido, o apelido dado pode fazer com que a pessoa busque deixar marcado que seu nome não é aquele, mas o outro, dado pelos pais, por exemplo. O que surgiu nos dados (capítulos 3 e 4) é que, pelo estigma que recai sobre o “apelido” Chaparral, algumas pessoas buscam reforçar o “nome” do lugar — Nova QNL, por exemplo, — por meio de argumentos de autoridade: o itinerário das linhas de ônibus que passam na Via LN 29 ou a antiga SHIS⁸. Quem deseja refutar o apelido “Chaparral” usa ainda a sigla que consta no endereço para fazer isso: QNL. Dependendo daquele que sofre o *bullying*, a carga semântica e discursiva negativa que recai sobre o apelido dado pode gerar o desejo de reforçar a diferença. Esse acontecimento também aparece nos dados não apenas em relação à designação Chaparral, mas também pela própria carga negativa do “apelido” que atua como algo que confere poder a moradores, o que se pode verificar no capítulo 3.

⁷ A Lei 13.185/2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*).

⁸ A SHIS — Sociedade de Habitações de Interesse Social do Distrito Federal — foi extinta pela Lei nº 804 de 8 de dezembro de 1994, quando foi criado o Instituto de Desenvolvimento Urbano de Habitação – IDHAB. Depois o IDHAB também foi extinto. Atualmente, a instituição governamental que trabalha com habitações no Distrito Federal é a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, criada em 1º de janeiro de 2015, por meio do Decreto nº 36.236.

No caso do Chaparral, o desejo que alguns moradores parecem ter de reforçar o medo em não moradores surge sob a forma de “respeito”. A opção por uma das designações acima mencionadas pode, portanto, fazer realmente diferença do ponto de vista da inclusão social desses moradores como “taguatingenses” e do local onde residem como parte efetiva da região administrativa (RA) Taguatinga? A investigação da historicidade desses fatos linguísticos nas narrativas dos moradores e em documentos publicados na internet contribui para sua compreensão do ponto de vista linguístico-discursivo e, sobretudo, contribui para traçar um perfil identitário desses indivíduos.

Outro acontecimento (GUIMARÃES, 2002) provocador em relação ao Chaparral é os moradores iniciais do “setor” terem vindo de duas invasões maiores e de outras menores e, com isso, conflitos internos terem sido gerados. Lemos (2011a, b e c), que cita apenas quatro invasões — Vila Maestro, Chaparral, Boca da Mata e 15 de Dezembro —, afirma que, por causa do modo como os lotes foram distribuídos pela administração pública, indivíduos que moraram em invasões diferentes se tornaram vizinhos no Chaparral. Com isso, ainda de acordo com o autor, antigos conflitos entre invasões tomaram a forma de rivalidades entre vizinhos.

Bourdieu (2004) afirma que um mundo social é um universo de pressuposições, ou seja, o social se constitui por proposições preconcebidas, tidas como verdadeiras. De acordo com o autor, essas pressuposições constituem o social na forma de crença originária: profunda e dificilmente desenraizável. Assim, é habitual, por exemplo, a crença de moradores de Taguatinga — ou de outras RA do DF, que não conhecem o Chaparral, mas “ouviram falar” — de que o lugar seja tão perigoso e violento que todos os seus moradores sejam bandidos, ou se relacionem com eles, ou ainda corram o sério risco de sofrer algum tipo de violência estando lá. Segundo a convicção dos preocupados, o morador do Chaparral que não for bandido deveria se mudar de lá o mais brevemente possível e até se envergonhar de morar lá, como expressa um dos entrevistados (análise no capítulo 4).

Relativamente à questão da criminalidade em Taguatinga e em Ceilândia — duas regiões extremamente populosas —, a Polícia Militar do DF criou, em 2010, uma operação que abrangeu toda a QNL e a QNM — e não somente o Chaparral — e envolveu investigações e prisões que chegaram a várias partes da Ceilândia. Apesar dessa larga abrangência, a ação policial foi nomeada “Operação Chaparral” (CORREIO, 2011), o que parece também se configurar como marca discursiva de apartação — de segregação, de expurgo do outro (THOMPSON, 2011, p. 87) e, eu diria, até de “demonização” do outro fundada no medo (PEREIRA, 2007), ainda que inconscientemente.

Outro fator interessante a ser ressaltado é o espaço físico em que as QNL pares de 14 a 30 se situam. Sua localização, “entre” Taguatinga e Ceilândia, cria uma área fronteiriça cujas implicações ideológicas e discursivas envolvem territorialidade, construção da identidade e conflito (HALL, 2006). Além disso, os lotes, no Chaparral, por exemplo, são menores do que os de outras partes da QNL, como se pode verificar no mapa que se segue:

Figura 3 – Diferença do tamanho dos lotes e largura das ruas na QNL, à esquerda (QNL 15), e na “Nova QNL”, à direita, (QNL 22)



Fonte: Google Maps (Satélite).

O que isso pode nos dizer no tocante ao local, ao seu modo de constituição e à construção identitária de seus moradores é que, para o Governo, as pessoas que ali morariam não eram merecedoras de lotes maiores, pois eram invasoras de áreas que não lhes pertenciam. É a questão da propriedade — direito de usar, gozar e dispor de um bem, e de reavê-lo do poder de quem ilegalmente o possuía (HOUAISS, 2015) — falando mais alto do que a necessidade de seres humanos, de brasileiros cujas oportunidades, certamente, nem sempre foram boas, ou não teriam ido morar em barracos inseguros e mal construídos em uma invasão. Lemos (2011a) fala a esse respeito. Parece que o desejo de integrar e incluir essas pessoas como cidadãs do Distrito Federal era menos premente do que o de afastar os invasores de terra do lugar central da chamada “cidade-satélite” de Taguatinga, em que habitavam, pois as invasões ficavam em lugares considerados mais “nobres” da cidade: a QSC (Quadra Sul C) e a QNC (Quadra Norte C). Alguns moradores, como Lemos (2011a), justificam sua afirmação de que é um privilégio morar no Chaparral com o fato de que este fica entre dois centros comerciais importantes do Distrito Federal — Taguatinga e Ceilândia.

Além de ser um espaço fronteiro, outros elementos concretos da prática social influenciam o processo de construção das identidades no Chaparral. Se, por exemplo, o espaço e a arquitetura em que se estrutura uma comunidade mudam, a prática social se altera e o discurso também se modifica. Se estiver, por exemplo, havendo especulação imobiliária na região em que se situa o Chaparral, as condições em que se constroem as identidades de seus moradores se alteram, assim como o modo de constituição dessas identidades e elas próprias. Outro exemplo é a questão estrutural da arquitetura urbana diferenciada em relação a outras quadras de Taguatinga — lotes menores, calçadas pequenas, invadidas pelas grades das casas ou quase inexistentes, o que pode ser comprovado por fotografias ou “tomadas” do Google Maps na fotografia acima ou nas duas abaixo:

Figuras 4 e 5 – Ruas típicas

Chaparral ou “Nova QNL”



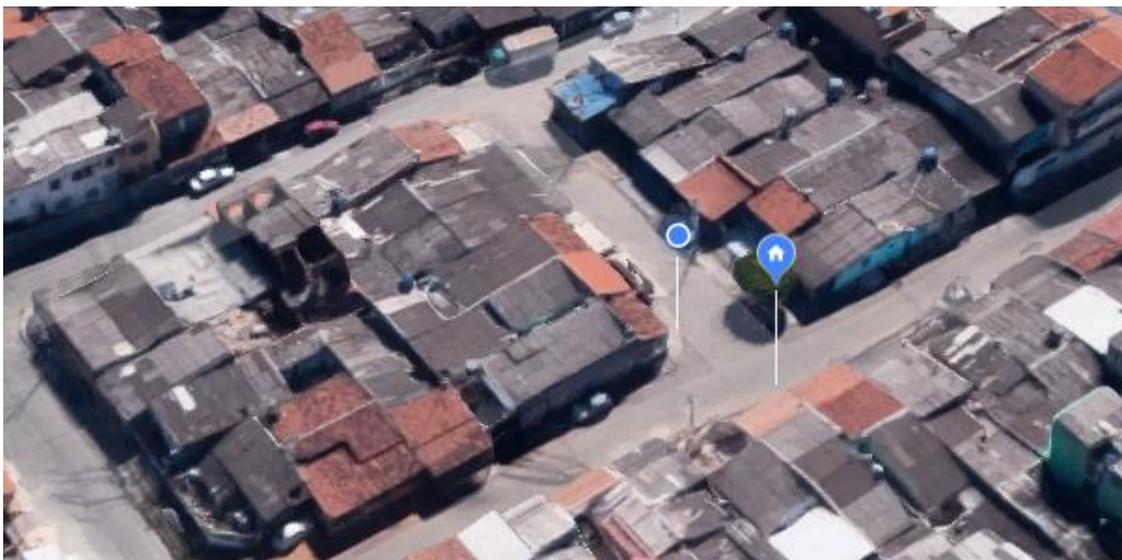
QNL (velha)



Fonte: Google Maps.

Aí também entram, por exemplo, o tamanho e o número de residências em um mesmo lote na “Nova QNL”, em relação aos lotes maiores de outras áreas de Taguatinga e do DF. No Chaparral, é comum que haja mais de uma casa, inclusive para alugar, em cada lote já pequeno — segundo Lemos (2011a), cada um tem de 108 a 125m². Na fotografia abaixo de parte da Nova QNL, retirada do *site* do Google Maps, pode-se verificar que, além da casa da frente, há outra(s) nos fundos de cada lote, de modo que quase não sobram áreas para quintais e, quando sobram, são bastante pequenas:

Figura 6 – Lotes pequenos, mais de uma casa em cada lote



Fonte: Google Maps (satélite).

Por tudo isso, seguindo Fairclough (2001, p. 92-93), entendo que o trabalho constituidor do discurso se realiza dentro das restrições estruturais impostas socialmente, mas também que,

como prática social, o discurso representa e significa o mundo, constituindo-o. Desse modo de entender o discurso como constituído e constituidor do social, advém a necessidade e a importância acadêmica desta pesquisa, neste momento histórico, por causa das modificações estruturais que já estão ocorrendo na área.

2.2 ADC: intertransdisciplinar, autocrítica, reflexiva

A expressão “análise de discurso crítica” foi usada pela primeira vez por Norman Fairclough em um artigo publicado no *Journal of Pragmatics*, em 1985 (MAGALHÃES, 2005). Por causa disso, da abordagem tridimensional do discurso e da Análise do Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 2001), esse autor é considerado o criador da Análise do Discurso Crítica (ADC). Magalhães (2005), entretanto, nos informa que a ADC é um campo disciplinar reconhecido por causa do trabalho sistemático de vários outros estudiosos:

Fairclough, numa série de obras (Fairclough 1989, 1992, 1995a, 1995b, 2000, 2003); Wodak 1996; Chouliaraki e Fairclough 1999; van Dijk 1985, 1986, 1998. A contribuição principal de Fairclough foi a criação de um método para o estudo do discurso e seu esforço extraordinário para explicar por que cientistas sociais e estudiosos da mídia precisam dos linguistas (Fairclough 1989, 2001; Chouliaraki e Fairclough 1989). (MAGALHÃES, 2005, p. 3)

Semelhantemente, Wodak (2004, p. 227) conta que a ADC se firmou no início dos anos 1990, como uma “rede de estudiosos” (e não como uma disciplina): um grupo internacional, heterogêneo e unificado, que, após um pequeno simpósio, se reuniu por dois dias. Eram eles: Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e ela própria. Nesses dois dias, esses estudiosos discutiram teorias e métodos da ADC, com abordagens distintas que persistem na ADC até a atualidade. Com base nessas discussões, o grupo chegou ao consenso de definir a linguagem como prática social, o que é uma perspectiva bastante diferente daquela visão sistêmica que a considera como “representação do mundo e do pensamento” e à qual a ADC se opõe.

Diferentes projetos tiveram continuidade a partir daí, como o lançamento de revistas e livros a respeito da ADC. Depois, muita coisa mudou, incluindo os pesquisadores envolvidos. Não obstante, inúmeros encontros internacionais e a adesão de cada vez mais estudiosos de vários países deram continuidade à ADC. Embora críticas tenham sido e ainda sejam feitas à Análise do Discurso Crítica, ela é, hoje, um campo de estudos promissor. Seu enfoque, desde o início, é a intervenção e a mudança social, baseada na análise crítica do discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK, 2003). Essa análise é feita por meio dos textos.

Meyer (2003, p. 50) é um dos estudiosos que aderiram a esse modo de fazer análise de discurso. Ele expõe que a ADC situa sua metodologia mais na hermenêutica do que na tradição analítico-dedutiva, por isso não se pode traçar uma linha clara entre a geração de dados e a análise (MEYER, 2003, p. 50). A própria escritura de um questionário, por exemplo, já se faria com base em uma análise prévia. Para ele — como para Fairclough (2001) —, a ADC deve ser vista mais como um enfoque do que como um método fechado por ser transdisciplinar⁹, o que pode parecer um paradoxo, para alguns. Por exemplo, um questionamento comum a respeito da ADC é justamente a este: como pode a ADC, visto que é uma disciplina de cursos universitários de graduação e de pós-graduação, ser transdisciplinar? A seguir procuro trazer à tona um pouco dessa reflexão.

Em defesa do pensamento interdisciplinar na ciência moderna, Gusdorf (*apud* ALVARENGA; SOMMERMAN; ALVAREZ, 2019), contrapõe a especialização do saber disciplinar e fragmentado ao caráter enciclopédico e caracteristicamente interdisciplinar que marca toda a tradição grega que permaneceu até o Renascimento. Retomando Gusdorf e toda a discussão a respeito da interdisciplinaridade que há muito se iniciou, Alvarenga, Sommerman e Alvarez (2019, p. 15), afirmam que na visão interdisciplinar:

Cabe (...) ao novo pesquisador descobrir as interrelações possíveis existentes entre disciplinas próximas e disciplinas mais distantes, tendo em vista instituir práticas interdisciplinares – que signifiquem um chamado à ordem do humano – e alarguem o processo de conhecimento, nas diferentes áreas do saber. Para tanto se apresenta como fundamental a incorporação do pensamento interdisciplinar, o que implica para o pesquisador repensar sua própria formação científica

De acordo com os autores, ao lado da discussão sobre interdisciplinaridade, avanços teóricos e metodológicos ampliam, a partir de meados do século XX, as condições para a emergência do pensamento transdisciplinar, com base em pesquisas desenvolvidas por investigadores como Claude Levi-Strauss, Jean Piaget, Edgard Morin, Cornelius Castoriadis, Miklas Luhmann, Ilya Prigogine, Humberto Maturana, Francisco Varela, Henri Atlan, Jürgen Habermas. Alvarenga, Sommerman e Alvarez (2019, p. 16) expõem ainda, com base em considerações prévias de diversos autores, que a transdisciplinaridade não nega o disciplinar e é da ordem do saber complexo:

a transdisciplinaridade não nega o disciplinar uma vez que parte do disciplinar, mas o relativiza, constituindo-se num saber que organiza diferentes saberes, necessita e propõe o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, apresentando-se, assim, como um saber que é da ordem do saber complexo.

⁹ Fairclough (2001) ora fala em multidisciplinaridade, ora em transdisciplinaridade.

Esses autores defendem, mais que uma abordagem transdisciplinar na área da saúde, uma atitude pluri, inter ou transdisciplinar. Como eles, um grupo cada vez maior de pessoas tem realizado congressos em defesa da transdisciplinaridade, como o Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade de 1994, no Convento de Arrábida, em Portugal. Produto desse Congresso, a “Carta da transdisciplinaridade” (CARTA, 2019), em seu artigo 3, estabelece:

A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa.

No artigo 4, essa carta expõe: “O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções através e além das disciplinas.” (CARTA, 2019).

No meu entender, pois, a questão da transdisciplinaridade da ADC pode ser considerada do seguinte modo: se pensada como ramo do conhecimento didático, formal e burocraticamente constituído nas universidades, a ADC é uma disciplina; mas, por ser uma área do conhecimento para a qual o mais relevante é a crítica social do discurso e a mudança social, não se limita a conhecimentos prévios de analistas do discurso e ultrapassa os limites das disciplinas (FAIRCLOUGH, 2001). A ADC transpõe limites para articular-se a saberes que atravessam outros campos do conhecimento em seus processos de investigação e análise, sempre que a pesquisa, seu objeto ou objetivos indicarem essa direção — o que a torna transdisciplinar. Esse modo aberto de fazer pesquisa faz da ADC, além de transdisciplinar, também crítica de seus próprios caminhos, de seus próprios direcionamentos prévios.

Em outras palavras, por ser uma área de estudo, a Análise do Discurso tem suas “margens” — pelo menos relativamente — delimitadas, visto que toda área de estudo, como matéria escolar e ramo do conhecimento, o tem. Isso vem sendo assim, desde que o conhecimento foi segmentado para facilitar o trabalho didático em algum dia na história humana (FOUCAULT, 2000b). Toda disciplina tem seu comportamento metódico determinado academicamente pelos seus “fazedores”. A Análise do Discurso não é diferente nesse aspecto. Ela é uma das matérias escolares, por exemplo, de cursos do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Nessa universidade, uma das formas de delimitá-la enquanto disciplina é sua necessária criticidade, conforme o que propõe a Análise do Discurso Crítica e Textualmente Orientada (ADTO), de Norman Fairclough, de seus colegas e de seus seguidores.

Por outro lado, para ser mais clara, a análise de discursos como fazer científico e “método” de análise, a meu ver, pode ser considerada interdisciplinar e transdisciplinar. É interdisciplinar, porque, desde sua criação, estabelece relações com outras disciplinas e outras áreas do conhecimento, num fazer político em busca da mudança social e não apenas linguístico (FAIRCLOUGH, 2001). É também transdisciplinar, pois envolve, atravessa e distribui-se por várias disciplinas, como as da Linguística, da Sociologia e da Psicologia (FAIRCLOUGH, 2001) entre outras, sem querer sobrepujá-las, como propõe a Carta da transdisciplinaridade (CARTA, 2019) acima citada.

Corroborando essa perspectiva, por ser intertransdisciplinar, a ADC se configura como situação e ação além e para lá de qualquer limite disciplinar, visto que seu fazer transpõe os próprios limites da Análise do Discurso, os de outras disciplinas, os das ciências e os dos métodos para associar-se a elas interdisciplinarmente. Ela se transporta para onde for necessário para dar conta de seu objeto de estudo — o discurso — e atingir seu objetivo — a mudança social. A Análise do Discurso é, pois, mais que disciplina, uma interação entre disciplinas. Abrangendo os diversos ramos de conhecimento humano, ou seja, em sua intertransdisciplinaridade, a análise de discursos é uma ação que desconstrói as posições do próprio sujeito cientista, pois é ele próprio questionável em seus posicionamentos e motivações, dados seus lugares de fala ideológicos (ORLANDI, 2001) e as incontáveis vozes interdiscursivas a falarem atrás de suas costas, como diria Mey (2000).

Rajagopalan (2003, p. 48) propõe uma linguística aberta à mudança, ao dizer que “é preciso rever algumas de nossas certezas, ainda que, em razão de terem sobrevivido sem contestação anos a fio, muitas delas possam hoje estar gozando de um ‘status’ privilegiado, comparado a dogmas inquestionáveis que norteiam seitas e outras formas de controle de massas”, o que também é aplicável à ADC. O autor se refere, aí, à postura da linguística que ele chama de tradicional, entretanto, isso serve para qualquer campo do conhecimento. Rajagopalan (2003, p. 47) critica o modo “como os pesquisadores que compõem determinada comunidade científica organizam sua própria conduta, disciplinando seus membros, impondo limites a sua liberdade de ação e de pensamento, enfim, decidindo de antemão quais as perguntas procedentes que podem ser levantadas”.

Como propõe ainda Rajagopalan (2003), para ser crítico, o fazer científico tem de ser autofágico. Entendo, pois, que a autofagia seja necessária à ADC, pois ser crítico pressupõe escolhas — então admite diversidade, variedade, ambivalência e, portanto, novos modos de pensar a análise discursiva textualmente orientada. Como propõem Vieira e Resende (2016, p.

20): “a ADC, como campo de investigação do discurso em práticas contextualizadas, é heterogênea, instável e aberta”, ou seja, intertransdisciplinar. Considerando desse modo, a ADC é crítica de suas próprias práticas, visto que ser crítico não é seguir *ipsis literis* uma teoria dada, mas ter certa postura transformadora que inclui a disposição de se autorreformular pela reflexividade. O que a torna uma disciplina crítica não é apenas o potencial modificador do mundo de seus agentes; para ser crítica, a análise de discursos também precisa de, necessariamente e acima de tudo, ser crítica de si mesma. É esse o caminho que esta tese procura trilhar.

2.3 Halliday e a ADC

A gramática funcional como apresentada por Halliday (1994) trabalha na perspectiva de que a linguagem não seja arbitrária, mas sistêmico-funcional relativamente às necessidades humanas que ela foi criada para suprir. A explicação que o autor dá para dizer que, nesse aspecto, a linguagem não é arbitrária é o fato de que, para ele, a gramática funcional é “natural”, visto que tudo nela pode ser explicado por referência ao uso da língua.

Entrevejo, nesse entendimento hallidayano — de que uma gramática funcional é essencialmente uma gramática “natural”, no sentido de que tudo nela pode ser explicado —, uma conexão com o pensamento de que o que é natural (se for natural e somente se for natural) apenas pode ser explicado com o uso de métodos empíricos, como compreendido por adeptos das chamadas ciências da natureza. Seguindo essa linha, Halliday (1994) supõe também que a relação entre o significado e o fraseado não seja arbitrária porque a forma gramatical relaciona-se naturalmente com os significados que estão sendo “codificados”. Por outro lado, ele entende, como Saussure, que não há nada “natural” na relação dos sons de uma palavra como “chuva” — *rain* em inglês, *pioggia* em italiano, *dozdd’* em russo, *yu* em chinês —, com qualquer parte do “código linguístico” ou com o fenômeno meteorológico que ela denomina. Ou seja, Halliday (1994) mantém a concepção de arbitrariedade da linguagem.

Além disso, ele sustenta a concepção saussuriana de língua como sistema. Embora o foco de sua proposta seja semântico e ligado ao uso da língua — texto falado e escrito —, o que é um avanço nos estudos linguísticos, Halliday (1994) expõe que o que ele chama de metafunções da linguagem (significados ideacional ou reflexivo e interpessoal ou ativo) são manifestações dos dois propósitos subjacentes aos usos da língua no sistema linguístico; entender o contexto e atuar nele com o outro.

Ainda a concepção de contexto de Halliday, utilizado pela LSF, é um problema, conforme Dijk (2012). A respeito da crítica que faz a essa concepção, o autor afirma:

o tratamento dado ao contexto pela LSF é equivocado e precisa ser abandonado, mas, embora eu faça algumas observações críticas mais gerais a respeito da LSF, explicando algumas das deficiências de seu tratamento do contexto, a crítica feita (...) não implica de maneira alguma que a LSF não tem méritos enquanto teoria linguística. Ao contrário, muita pesquisa sobre o discurso foi levada a termo nesse paradigma, incluindo muitos estudos extremamente originais que vão além do núcleo da teoria (DIJK, 2012, p. 51)

Da mesma maneira, a crítica feita nesta tese não busca desabonar os estudos em LSF ou a perspectiva semiótico-social de Halliday (1994), pois, com certeza, ele foi um estudioso à frente de seu tempo, que propôs uma maneira nova de estudar a linguagem, mas também é fruto de sua época e a perspectiva dele é mais estruturalista do que discursiva. Mas, ainda que essa visão linguística sistêmico-funcional não coincida com a concepção de linguagem como prática social, discurso, interação (ou interagência) social e processo, que entendo seja mais conveniente para o estudo aqui proposto no escopo da ADC, optei por apresentar os dados no Capítulo 3, seguindo Halliday e Hasan (1990) nas três características do que eles designam “contexto de situação”: campo, tenor e modo. Embora a noção de contexto nesta tese também seja diferente, esses três conceitos são produtivos para a interpretação do contexto social dos textos, pois podem ser considerados elementos das condições de produção dos discursos. Os elementos campo, tenor e modo esclarecem a compreensão das relações entre interagentes e a ordem dos discursos nos textos analisados, uma vez que, na ADTO, a análise dos dados começa pela estrutura do texto e tem em conta essa ordem.

Afirma ainda Dijk (2012, p. 53), que muitas das limitações que ele percebe nas teorias do “contexto” fundamentadas em LSF são “um correlato dos defeitos de sua abordagem mais geral da língua e do discurso, enquanto paradigma de pesquisa”. O autor relaciona um resumo do que chama de “defeitos”:

- excesso de gramática da sentença (ou de gramática ‘lexico-sintática’);
 - noções autônomas de teoria do discurso – insuficientes;
 - antimentalismos; falta de interesse na cognição;
 - teoria social da linguagem – limitada;
 - excesso de vocabulário esotérico;
 - insuficiência de dinamismo teórico, elaboração e autocrítica.
- (DIJK, 2012, p. 53)

Ele explica que esses defeitos se devem ao fato de a LSF ter se originado de uma teoria da estrutura da oração, de uma gramática da sentença. Para Dijk (2012, p. 53), a consequência mais grave desses “defeitos” é que, apesar de afirmar “que proporciona uma teoria *funcional* da linguagem, a LSF (...) não consegue oferecer uma teoria funcional do uso da linguagem e

uma teoria funcional do discurso dotadas de poder explicativo” (grifo do autor). Ele expõe ainda que esses problemas não afetam todos os pesquisadores da LSF, mas “tão somente muitos dos estudos realizados nas orientações majoritárias da LSF” (DIJK, 2012, p. 54). Sem querer me aprofundar nesse caminho, cito ainda as seguintes palavras desse estudioso: “minha crítica *não* significa que a LSF não tenha feito significativas contribuições para o estudo da linguagem e do discurso. Tudo isso ela fez, mas nenhuma teoria, nenhuma abordagem é perfeita” (DIJK, 2012, p. 54).

Quanto ao mais, embora uma perspectiva estruturalista esteja arraigada em todos os estudos linguísticos, e não somente neles, espero conseguir fugir, pelo menos um pouco, da visão estritamente sistêmica de língua. Isso pode ser feito, por exemplo, adequando os ensinamentos de Halliday ao que a ADC propõe. Vejo com frequência, por exemplo, expressões como “sistema linguístico”, “código linguístico”, “sistema da língua”, “línguas naturais” em textos de Análise de Discurso. Algumas delas, inclusive, são usadas como sinônimo de língua e de linguagem. Entendo a necessidade que sentimos de que nosso estudo pareça palpável e compreensível aos leitores, especialmente a nossos pares, mas também considero a necessidade de certa mudança de perspectiva no interior da ADC. Mas, como expõe Rajagopalan (2003, p. 18), quanto mais próximo o pesquisador estiver do chamado “núcleo duro” da linguística mais trabalhará com a chamada “pesquisa pura” e terá a tendência de “relegar a um segundo plano qualquer discussão a respeito das consequências éticas de suas elucubrações teóricas ou mesmo negar sumariamente (...) que elas existam”. Tenho a preocupação de não correr esse risco.

Por outro lado, para Rajagopalan (2003, p. 19-20), existe a “tendência cada vez mais evidente” de que as questões éticas, ideológicas e políticas da pesquisa científica sejam enfocadas por pesquisadores que trabalham nas áreas “tidas como mais periféricas ao ‘núcleo duro’”. É aí, nesse campo periférico, e, eu diria, mais fluido da Linguística, que se situa, então, a ADC. Isso considerado, se quisermos que nossos estudos avancem realmente para além do “núcleo duro” da linguística, com uma atitude intertransdisciplinar, necessitamos organizar nosso pensamento de outro modo que não inclua a visão de língua ou de gramática como sistema rígido, pois, em ADC, “a possibilidade de criatividade nos desenhos de pesquisa é grande” (VIEIRA; RAMALHO, 2016, p. 21).

Penso, portanto, que podemos fazer bom uso dos métodos hallidayanos para nos ajudar na análise crítica do discurso, sem, contudo, considerar a língua como algo natural (e não, construído), como sistema (e não, como discurso, como prática social — e, eu diria, também como processo e como interação social) ou que ela seja arbitrária (e não, motivada). A meu ver,

é preciso ter cuidado ainda para que a postura dos analistas do discurso em cujas mãos está o poder de decidir a respeito dos trabalhos nessa área não torne a ADC uma disciplina como outras de contornos rígidos, contrariando a fluidez dada a ela por Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun van Dijk e outros. A ADC foi gerada como um novo tipo de disciplina, capaz de transpor fronteiras e de ser intertransdisciplinar, o que propicia, sempre que o objeto de estudo indicar um caminho diferente do convencional, segui-lo para atingir as metas de entender esse objeto por ângulos diferentes, de maneira a contribuir para provocar mudanças na sociedade e não para enaltecer os contornos extremamente controlados e até intransponíveis da linguística tradicional; afinal “pesquisas em ADC só se justificam se enquadradas em uma perspectiva crítica” (VIEIRA; RAMALHO, 2016, p. 22).

Norteadas por essa preocupação, além de serem avaliadas segundo os elementos campo, tenor e modo do discurso, como proposto por Halliday e Hasan (1990), nesta tese, os textos são tratados como materialização do discurso e, por isso mesmo, como algo concreto, dotado de intencionalidade (KOCH, 2001). Essa intencionalidade muitas vezes só é perceptível por meio das inferências (das implicaturas, das pressuposições), por exemplo. Portanto, também esses conceitos são usados durante as análises, no capítulo 3.

2.4 Discurso

O termo discurso é utilizado por Chouliaraki e Fairclough (1999) e por Fairclough (2001), em um espaço de análise que o entende como o uso da linguagem, como momento de prática social e suas implicações. Uma dessas implicações é a compreensão do próprio discurso como modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e como modo de representação¹⁰ do social e dos sujeitos sociais. Isso pode equivaler a dizer que o discurso remete a si mesmo e a outros discursos, que tem em si as imagens, as ideias ou os conceitos daquilo a que se refere — que podem ser outras imagens, ideias e conceitos —, além de ser ideológico, pois funciona como processo opaco de interação e de produção desse social (FAIRCLOUGH, 2001). Uma segunda implicação é a relação dialética entre discurso e estrutura social: nela, o discurso é modelado e restringido pela estrutura social e esta é tanto condição quanto efeito da prática social.

Essa visão de discurso da Análise do Discurso Crítica condiz com a perspectiva apontada como interacional por Ingedore Koch (2000; 2002; 2003) para o estudo crítico de textos. Expõe a autora:

¹⁰ O conceito de representação me parece, na verdade, bastante aberto em Fairclough (2001).

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. (...) por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (KOCH, 2002, p. 17)

É o caso de Lemos¹¹ (2011a, b e c), morador do Chaparral, cujos textos foram particularmente inspiradores desta tese. Esse autor orienta seu discurso para a conclusão de que o Chaparral é um bom lugar para se viver e de que os moradores do lugar são boas pessoas, bons vizinhos. Ou seja, ele argumenta, ao buscar fazer com que seu leitor, que teme o Chaparral e seus moradores, partilhe de suas opiniões a respeito do lugar e o faz por meio de textos pretensamente narrativos (seus textos, segundo ele mesmo, contam a história do Chaparral), mas sua intencionalidade vai muito além de contar uma história.

Considerando especialmente os ensinamentos de Ingedore Koch (2001), senti necessidade e busquei a ampliação do conceito de interação pela linguagem. Chamo de interagentes¹² aqueles que interagem pela linguagem, com determinada intencionalidade: essas vozes textuais, muitas vezes opostas, escondidas no interdiscurso, mas que agem, que atuam umas sobre as outras discursivamente, numa relação de, mais que interação, interagência.

Pelo discurso, o sujeito, imbuído do poder de dizer, refuta ou ratifica discursos de outros, interage pela linguagem, exercendo uma ação mútua, recíproca, que afeta, que influencia o desenvolvimento ou a condição de outros discursos e de outros sujeitos política e ideologicamente, intervindo para controlá-los. A essa capacidade que os interagentes têm de agir uns sobre os outros, para moldá-los pelo discurso, atribuindo-lhes identidades, chamo interagência. Considero a interação como o conjunto de ações mútuas ou compartilhadas ou de relações entre os membros de um grupo ou entre grupos de uma comunidade. Ao que chamo de interagência, agrego a capacidade de agência do sujeito (MILLER, 2012), ou seja, sua capacidade de agir, de escolher, de decidir, ainda que esteja restringido pelo social.

11 Renne Lemos é autor de dois posts do blog e de um comentário no site da Wikimápia a respeito do Chaparral. Seus textos são apresentados no terceiro capítulo desta tese.

12 Uso, nesta tese, a nomenclatura “interagentes”, em vez de simplesmente usar “interlocutores”, e “interagência”, que amplia o conceito de interação para acrescentar-lhe a “agência” dos sujeitos uns sobre os outros e sobre as práticas sociais. Faço isso em homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch (1933-2018), cuja teoria, apresentada a mim ainda na graduação, abriu minha mente para enxergar a interação, a argumentatividade e a intencionalidade em todos os textos, independentemente de seu gênero e de sua tipologia.

É o caso de textos publicados em jornais e em sítios da polícia e de jornais na internet: embora em alguns deles não estejam totalmente explícitas as ações praticadas a respeito do Chaparral e da “Operação Chaparral”, o dito pressupõe e implica algo relativamente ao lugar e às pessoas de que falam (MOURA, 2006). Com a aparência inicialmente desprezível de notícia, esses textos parecem dizer: “o Chaparral é um problema”. Isso ilustra a afirmação de Chouliaraki e Fairclough (1999) e de Fairclough (2001) de que o discurso, além de ser um tipo de prática social, é também fator condicionante da estrutura social. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”, declara ainda Fairclough (2001, p. 91-92).

Seguindo essa perspectiva, esse autor relaciona, para as análises que propõe, três funções da linguagem, que funcionam como efeitos construtivos do discurso. São elas: a identitária, a relacional e a ideacional. De acordo com Fairclough (2001), a função ideacional da linguagem se dá pelos modos como os textos significam o mundo, seus processos, as entidades e as relações. Cito essa função em primeiro lugar porque é pela análise dos textos sobre o Chaparral sobre sua história — publicados e produzidos durante as entrevistas —, que procurarei evidenciar de que modo se constitui a identidade coletiva dos moradores do Chaparral, sua reterritorialização, se e de que maneira o preconceito sobre o lugar é textual e discursivamente constituído. Isso, sem deixar de lado a questão da estrutura física — lotes pequenos, mais de uma residência em cada lote, ruas estreitas, poucas calçadas —, aqui entendida como texto, pois é também prática social constituída e constituidora de outras práticas sociais e, portanto, da prática discursiva.

Às outras duas funções da linguagem, como expostas por Fairclough (2001), também se chega por meio da análise textual. A função relacional diz respeito aos modos como são negociadas e representadas as relações sociais entre os participantes do discurso. Essas relações, negociações e representações, sempre de acordo com Fairclough (2001), são constituidoras das identidades e levam à terceira função, que cito por último: a função identitária da linguagem, que tem, ainda segundo o criador da ADC, a ver com as maneiras como se estabelecem as identidades.

De acordo com o autor, são, pois, aspectos desses efeitos construtivos do discurso: as identidades sociais, as relações sociais entre as pessoas — que se podem entender, seguindo Koch (2000; 2002; 2003), e ampliando o conceito de interação social de modo a entendê-lo como interagência social na, pela e com a linguagem — e os “sistemas” de crença, que prefiro chamar de ideologias. Ou seja, embora o discurso não seja a fonte do social, já que determinado

dialeticamente pelas estruturas sociais, ele atua em várias instâncias do social, constituindo-as, ao passo que é por elas constituído — o que, obviamente, inclui a configuração identitária dos moradores do Chaparral.

2.4.1 Ordem do discurso

Norman Fairclough (2001, p. 96), para designar a configuração discursiva que tem em mente ao propor a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), adota o conceito foucaultiano de ordem do discurso. Ele afirma preferir essa expressão ao termo “interdiscurso” utilizado por outros estudiosos. Diz ele:

A ênfase nas relações interdiscursivas tem importantes implicações para a Análise do Discurso, já que põe no centro da agenda a investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas com as outras, dentro do que eu chamarei, usando o termo foucaultiano, ordens de discurso institucionais e societárias – a totalidade das práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 67)

Da aceitação por Fairclough desse conceito foucaultiano, depreende-se que, do ponto de vista da ADTO, a análise da linguagem como prática social precisa partir do princípio de que existem regularidades nos discursos social e institucional (FOUCAULT, 2000b), por exemplo, a respeito do Chaparral. Isso quer dizer, mais pontualmente, que, considerada uma ordem do discurso, não se pode negar certa regularidade discursiva (FOUCAULT, 2000b). Este trabalho também segue essa linha de pensamento, ao considerar que, a respeito da identidade do morador do Chaparral, exista uma totalidade discursiva — mesmo que não seja homogênea ou em que haja lacunas — ou ordem de discurso, que, durante o processo de análise irá mostrando certas regularidades, até convergir para a constituição identitária desses moradores.

Falar de regularidade aqui é importante, visto que ela tem implicações no contexto da construção das identidades coletivas. Por exemplo, ainda que a nação seja uma “comunidade/entidade imaginada” (HALL, 2001, p. 54; BAUMAN, 2005, p. 29), parece-me que a regularidade na narrativa — inventada ou não — a respeito de família, de região, de país, de nação é o que ajuda a revelar mais claramente a construção de identidades familiares, regionais, nacionais etc., sem as quais “não existiríamos”, pelo menos discursivamente, como indivíduos, como pessoas, como sujeitos. No caso do morador do Chaparral, a regularidade discursiva nos diversos textos do *corpus* certamente revelará a construção coletiva de sua identidade.

Não pretendo, ao dizer isso, negar a existência e a relevância de alguma irregularidade no discurso (FOUCAULT, 2000a; 2000b), especialmente em pesquisas qualitativas, pois negar essa possibilidade seria um equívoco semelhante ao de negar as exceções. Ao contrário, incluo na análise certos acontecimentos discursivos singulares que aparecem entre os dados gerados, pois a não homogeneidade confirma não se tratar do mesmo discurso. Faço isso porque parto do princípio de que é o questionamento que constitui a ciência (NIETZSCHE, 1978) e os acontecimentos que não são regulares existem por dado motivo — que merece questionamento. As irregularidades devem, por isso, ser também objeto desse questionamento. A própria palavra regularidade já pressupõe a existência de alguma irregularidade. Desse modo, tanto as regularidades discursivas quanto as irregularidades que eventualmente surgem são partes da ordem do discurso, ou, como entende Fairclough (2001), são seus “elementos”, pois essa ordem também não é estática e, muito menos, pressupõe homogeneidade.

Desse modo, entendo que a construção identitária de dada comunidade se faz na medida em que interagem certas regularidades e irregularidades discursivas que, por sua vez, são partes constitutivas das ordens do discurso. Dessa perspectiva, essa “ordem” — ou “desordem” — pode ser entendida como pressuposto das pesquisas linguístico-sociais de identidade: se a negarmos, estaremos negando também a própria possibilidade de existência das identidades coletivas. Neste estudo, o conceito de ordem do discurso serve como instrumento para compreender as vozes que povoam os discursos em relação ao Chaparral, a seus moradores e à construção coletiva de suas identidades.

2.4.2 Interdiscursividade

O que Fairclough (2001) chama de “ordem do discurso” é similar ao que Orlandi (2001) chama de interdiscurso. Expõe Fairclough (2001, p. 67), a esse respeito:

A ênfase nas relações interdiscursivas tem importantes implicações para a análise de discurso, já que põe no centro da agenda a investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas com as outras, dentro do que eu chamarei, usando um termo (sic.) foucaultiano, ordens de discurso institucionais e societárias — a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas.

Segundo Orlandi (2001, p. 44), “o interdiscurso disponibiliza dizeres”, foi-se constituindo ao longo da história e produzindo esses dizeres, portanto é nele que os sentidos se constituem. De acordo com essa autora, “é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a

discursividade” (ORLANDI, 2001, p. 33). Para ela, o interdiscurso é a própria memória da linguagem, ao mesmo tempo esquecida e resgatável, que torna possível o dizer para os sujeitos em determinado momento. Ou seja, de acordo com Orlandi (2001), aquilo que nós dizemos somente significa porque já tem significado historicamente constituído, do qual nós, muitas vezes, nem nos lembramos quando produzimos nossos textos; mas esses significados históricos remetem a outros textos e também a outros discursos.

Para essa autora, tanto o interdiscurso quanto o intertexto mobilizam relações de sentido, ou seja, ambos, ao possibilitarem relações entre significados de um texto e de outros, de um discurso e de outros, possibilitam efeitos de sentido, ainda que esses sentidos também sejam produzidos conforme o que podemos chamar de contexto do dito, suas condições de produção. Afirma ela:

É preciso não confundir interdiscurso com intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras façam sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso. (ORLANDI, 2001, p. 33; grifo meu)

Assim como texto e discurso se distinguem, intertexto e interdiscurso também são diferentes. Acrescenta a autora:

o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos. Nessa relação, a intertextual, o esquecimento não é estruturante, como o é para o interdiscurso. (ORLANDI, 2001, p. 34).

No interdiscurso, certos significados estão mais camuflados do que outros, mas a interdiscursividade também pode ser recuperada e analisada. No caso do Chaparral, que sentidos foram esquecidos, quais são as relações de interdiscursividade? Nem todos os sentidos que são nas vozes sociais, atrás de quem fala a respeito do Chaparral, podem ser resgatados do intertexto, mas estão no interdiscurso, na memória discursiva, na historicidade da linguagem (GERALDI, 1997), no discurso do sujeito que se posiciona como autor para falar do lugar e de seus moradores. Por isso a distinção entre intertextualidade (Seção 2.3.3.1) e interdiscursividade é importante nesta tese.

No interdiscurso, estão as vozes da sociedade, que falam atrás de nossas costas e significam em nosso dizer sem que nós saibamos (ou nos lembremos) disso (MEY, 2000). Desse ponto de vista, considerar que todos os discursos “de todos os tempos”, em sua interdiscursividade (inter-relação com outros discursos), estão presentes nos textos, embora nem sempre sejam perceptíveis, especialmente por seus autores, é uma boa forma de compreender que nossos discursos significam muito mais do que podemos imaginar e controlar apesar de o interdiscurso, com toda essa opacidade, fazer parte da ordem do discurso

(FOUCAULT, 2000b), retomada por Fairclough (2001). Essa diversidade discursiva marcadamente histórica está presente nos textos, que são carregados das vozes que falam neles, atrás deles, por meio deles e assim por diante.

2.4.3 Condições de produção do discurso: campo, tenor e modo

De acordo com Halliday e Hasan (1990), os significados criados pelo social, e que o constituem, são trocados pelos membros de dada cultura em forma de texto. O contexto da situação na qual o texto se desenrola — que pode ser entendido como suas condições de produção imediatas — é encapsulado no texto por meio da relação entre ambiente social e organização funcional da linguagem. Para os autores, se o texto e o contexto forem tratados como fenômenos semióticos, como “modos de significação”, é possível ir de um ao outro de forma reveladora.

Esses autores cunham, a partir daí, três características do que designam “contexto de situação”. São elas: o campo, o tenor e o modo. Segundo eles, esses conceitos propiciam a interpretação do contexto social dos textos.

O CAMPO do discurso refere-se ao que está acontecendo, à natureza da ação social que está ocorrendo na interação: em que os participantes da interação estão engajados, como a interação social está sendo regulada e como a linguagem está sendo utilizada.

O TENOR do discurso reporta-se a quem são os participantes da interação, sua natureza, seus *status* e papéis sociais, a que tipo de relacionamento há entre eles, incluindo os permanentes e os temporários, a quais são os tipos de papel discursivo que eles assumem no diálogo e a todo o conjunto de relações socialmente significativas em que estão envolvidos, ou seja, a qual é o tipo de relação entre aqueles que chamo de interagentes.

O MODO do discurso tem a ver com que parte da linguagem está em jogo, com o que os participantes esperam que a linguagem faça por eles em dada situação, com a organização simbólica do texto, o *status* que ele tem e qual é sua função no contexto, incluindo o canal (se é falado, escrito ou alguma combinação dos dois) e a forma retórica, ou seja, o que o texto busca alcançar em termos de categorias tipológicas: se é persuasivo (argumentativo), expositivo, descritivo, didático ou de outro tipo.

Dessa maneira, os conceitos de campo, tenor e modo, conforme os autores, permitem que se caracterize a natureza de qualquer gênero de texto, em qualquer idioma e servem para interpretar seu contexto social, o ambiente de “permuta” dos significados que estão em jogo nas interações. Isso considerado, portanto — apesar de as condições de produção de determinado

texto serem bem mais vastas do que pode fazer parecer a proposta de Halliday e Hasan (1990), uma vez que essas condições envolvem questões ideológicas, praticamente impossíveis de resgatar totalmente — entendo que essas três características sirvam para abarcar pelo menos parte do contexto imediato de produção dos textos. Situando o texto, é possível encontrar pistas de suas motivações, da ideologia, da intencionalidade e das vozes sociais por trás deles, o que, certamente, é produtivo em ADC.

A perspectiva de Halliday e Hasan (1990) busca assentar o texto numa situação mais abrangente, por isso a tomo como ponto de partida para análises feitas neste trabalho, como meio de organização e de classificação do texto. Todavia, considero também, neste estudo, não apenas os modalizadores explícitos ou as marcas linguísticas da enunciação/argumentação inscritas na gramática da língua, mas também o contexto da prática social e discursiva, ou seja, suas condições de produção.

2.5 Texto

Falar da ADTO nos leva a falar de texto, que, para Fairclough (2001, p. 99), mais que simples exemplar de linguagem, é uma manifestação linguística da prática discursiva, uma dimensão do evento discursivo. O texto e a prática social, compreendidos como dimensões do evento discursivo, são mediados por uma terceira dimensão, que examina o discurso como exemplo de prática discursiva. A ênfase é, então, o texto: sua produção, sua distribuição e seu consumo (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Essa concepção de Fairclough (2001) é compatível com a de Orlandi (1996a), que considera o texto como um recorte que se impõe em quaisquer dos pontos do discurso. Por causa disso, pretendo considerar também a da autora. Para ambos, o texto é parte do discurso, mas não se confunde com ele. É pelo e no texto que analisamos o discurso, que, por sua vez, o perpassa e o ultrapassa de muitas maneiras.

Outra concepção não apenas compatível, mas já assimilada por seguidores da ADC, é a compreensão de texto da perspectiva multimodal. Segundo Rocha (2012), o texto não é construído apenas por meio da escrita, mas pode se materializar por meio dela, da oralidade, da imagetividade, bem como da articulação ou da integração dessas modalidades da linguagem. Dessa maneira, são considerados, aqui, os textos orais, transcritos das entrevistas feitas com moradores e não moradores, as imagens e os textos oriundos da internet e a própria estrutura física do lugar, com seus lotes menores do que os de outras áreas de Taguatinga, suas ruas mais estreitas etc.

Podemos acrescentar, a essa visão, a de Halliday e Hasan (1990), que afirmam que não se pode tratar a teoria do texto como extensão da teoria gramatical. Devido à sua natureza de entidade semântica, um texto tem de ser entendido tanto como produto quanto como processo. Para eles, o texto é produto, por ser um resultado, uma construção que pode ser representada em termos sistemáticos: pode ser gravado e estudado, por exemplo. É processo, por ser continuamente constituído de escolhas semânticas, de movimento em uma rede de significados potenciais, com cada conjunto de opções que constituem os meios para um novo conjunto. Ou seja, o texto está sempre em movimento, não é estático; suas possibilidades interpretativas mudam, conforme se modificam as condições de leitura, que formam nova “rede de significados”, novas possibilidades de construção dos sentidos.

Na perspectiva sociosemiótica desses autores, o texto pode ser visto em seu aspecto “processo”, como um evento interativo, uma troca social de significados. Texto é uma forma de troca; e a forma fundamental de um texto é a de diálogo, de interação entre falantes. Mas cada tipo de texto, em todos os idiomas, é significativo. O texto, então, para Halliday e Hasan (1990), é tanto objeto quanto instância de significação social em determinado contexto. É produto de seu ambiente, em processo contínuo de escolhas.

Desse modo, o texto, ainda que seja uma totalidade coesa e coerente, é aberto e constitutivamente incompleto. É assim que uma abordagem discursiva vê. Ele é carregado de historicidade, mas não é um documento estático à espera de catalogação. Ele faz parte de uma rede de remissões a outros textos e a outros discursos. Seus enunciados remetem a outros enunciados. Todo texto se modifica ao ser lido, manipulado, descrito, impresso, catalogado etc.

Fairclough (2001, p. 99) assegura que verificar a intertextualidade é o modo de fazer a conexão dos processos de produção, distribuição e consumo do texto com o próprio texto. Além disso, considero que verificar a interdiscursividade — como propõe Orlandi (2001) — seja a maneira de chegar a discursos que são refletidos nos textos e refratados por eles, pois “a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam” (BAKHTIN, 2002, p. 41), já que “a palavra reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social” (BAKHTIN, 2002, p. 42).

A perspectiva do modelo interacional, como apresentada por Koch (2000; 2001; 2003), acrescenta ao texto a intencionalidade do sujeito, o que é compatível com o sujeito capaz de escolhas postulado pela ADC. A autora afirma que o texto é construto histórico-social complexo e multifacetado e propõe pensá-lo

como lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais (...), ações

por meio das quais se constroem interativamente os objetos-de-discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos co-enunciadores entre as inumeráveis possibilidades de organização textual que cada língua lhes oferece (KOCH, 2003, p. 9)

As vozes intertextuais, interagentes, expressam suas intenções de mudança ou de preservação das relações sociais nos textos, que, se discursivamente “desvendados” (como diz KOCH, 2003), podem mostrar, além disso, as regularidades – e as irregularidades – relativas às identidades dos moradores do Chaparral e à sua apartação social (BUARQUE, 1993), o que faz parte dos objetivos desta tese. Nos dados gerados por este estudo, investigam-se os discursos a respeito do Chaparral que constituem tanto os textos dos moradores quanto os textos de não-moradores do lugar. Nos textos e por eles, os discursos se refletem e se refratam (BAKHTIN, 2002); ou seja, além de os discursos estarem refletidos nos textos, também neles se refratam, mudam de direção, a depender do modo como são articulados, de com que outros discursos são combinados, das vozes que se falam dentro de cada texto.

2.5.1 Intertextualidade

A intertextualidade — termo cunhado por Julia Kristeva, no seio da Teoria Literária, em 1966 (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007), para dizer que todo texto é uma espécie de “mosaico de citações” —, como todo vocábulo, tem sua própria história de construção, mudança, acréscimo de sentidos. O significado dessa palavra toma nuances diversas, que têm em comum o efeito de sentido de “relação entre textos” (SANT’ANNA, 2000; KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007).

Autores diferentes costumam tratar a intertextualidade como a relação entre textos, seja ela mais direta (explícita) ou menos direta (implícita) (SANT’ANNA, 2000). Na intertextualidade considerada explícita, a fonte é facilmente identificada, pois o texto novo estabelece relação direta com o texto fonte, por meio de remissões que seguem certas regras (citação, epígrafe, referências etc.) ou por ser este amplamente conhecido e lembrado. Na implícita, o texto fonte não é apresentado claramente por meio desses elementos, o que exige do leitor dedução e inferência a partir de conhecimentos prévios compartilhados com o autor. Muitas vezes, isso é feito pelo leitor sem que ele sequer perceba a ligação feita. Se, entretanto, ele não tiver esse conhecimento prévio necessário ao entendimento do dito, não achará graça de uma anedota, por exemplo, porque não chegará à compreensão dela.

Bakhtin (2002) afirma que os textos não existem nem podem ser compreendidos de modo isolado, uma vez que estão sempre em diálogo com outros. A Linguística Textual integra

essa visão dialógica de texto e, a partir disso, Koch, Bentes e Cavalcante (2007) mostram que há necessariamente a presença do outro em tudo o que é dito. De acordo com as autoras, qualquer texto está, pois, radicalmente conectado ao seu exterior, a outros textos, a outros dizeres. Para elas, essa conexão se faz pela intertextualidade: “em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (...) dos interlocutores.” (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007, p. 17)

Apesar disso, para fazer a distinção entre interdiscurso e intertextualidade, visto que ambos mobilizam sentidos, considero a intertextualidade como o diálogo entre dois ou mais textos, que não é estruturado pelo esquecimento (ORLANDI, 2001, p. 34). Entendo, pois, que na intertextualidade, o texto com o qual o novo texto faz a relação pode ser resgatado pelo leitor, conforme seu conhecimento de mundo compartilhado com o autor (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007).

Obviamente, nem sempre o conhecimento entre autor e leitor é completamente compartilhado, por causas históricas, sociais, geográficas (e outras), mas, se houver intertextualidade, há relação entre textos e o “original” pode, de algum modo, ser retomado, ainda que o leitor necessite de pesquisa ou de orientação para isso. Se a relação que mobiliza a construção dos sentidos está no campo do esquecimento, ela é interdiscursiva e determina o dito sem que os sujeitos necessariamente se deem conta. No intertexto, pelo menos o autor, frequentemente, tem consciência da ligação feita. A meu ver, porém, ainda que ele não tenha essa consciência, isso não significa que não haja intertextualidade, mas que, pelo menos para ele, a relação é interdiscursiva, não obstante seja intertextual para outros. Quando for esse o caso, considero a relação como intertextual (se o texto retomado for resgatável para mim).

Koch, Bentes e Cavalcante (2007) fazem a distinção entre intertextualidade intergenérica (intercâmbio entre diferentes gêneros textuais com o objetivo de produzir certos efeitos de sentido) e tipológica (sequências ou tipos textuais que permitem reconhecer um texto como pertencente a dada classe). Essas designações são produtivas para mim, pois trabalho com textos publicados na internet no terceiro capítulo desta tese. Para as análises, utilizo os conceitos, já mencionados, de campo, tenor e modo de Halliday e Hasan (1990) na busca de delimitar um pouco as condições de produção dos discursos e nelas entram classificações de gênero e tipo textuais específicos.

As autoras também distinguem a intertextualidade da polifonia, cuja construção, segundo elas, não necessita de textos efetivamente existentes, enquanto a intertextualidade

necessita. Considero, entretanto, que tanto a intertextualidade quanto a interdiscursividade, como entendidas neste estudo, podem ser compreendidas como tipos de polifonia, pois esta abarca não apenas o texto, mas todo o discurso. As autoras trabalham ainda o conceito de transtextualidade, que se divide em intertextualidade restrita, paratextualidade, arquitextualidade, metatextualidade e hipertextualidade (GENNETE *apud* KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007), às quais não pretendo me ater.

2.5.2 Gênero textual

Para Marcuschi (2004/05), os gêneros surgem e operam socialmente como formas de controle social, político, ideológico, científico etc. O autor mostra que toda e qualquer atividade discursiva se dá em algum gênero, logo, eles são fundamentais para a interlocução humana. Eles são atividades discursivas até certo ponto socialmente estabilizadas que se prestam tanto ao controle social quanto ao exercício de poder. Não obstante, tanto para Fairclough (2003) quanto para Marcuschi (2004/5) essa estabilidade é relativa, pois é também histórica e mutável ao longo do tempo. Ainda conforme Fairclough (2003), novas tecnologias, por exemplo, trazem mudanças nas formas dos gêneros.

Também para Marcuschi (2004/5), a forma pode ser constantemente burlada e inovada, embora, muitas vezes, o suporte estabeleça uma influência que exorbite o próprio conteúdo: o mesmo artigo publicado em revista internacional ou em revista regional de pouca circulação é visto e avaliado diferentemente. Portanto, afirma o autor, há algo mais do que gênero em questão, há relações de poder que atuam por meio dos gêneros.

Marcuschi parte do pressuposto de que, apesar de a sociedade nos moldar sob vários aspectos e nos induzir a determinadas ações, o controle social exercido pelos gêneros textuais não é determinista. Os gêneros são instrumentos da máquina sociodiscursiva, cujos domínio e manipulação dependem da forma de inserção e de poder social, ou seja, de quem tem poder para dizer o que é dito sob determinada forma: expedir diplomas, carteiras de identidade, alvarás de soltura, portes de arma, escrever reportagens jornalísticas, teses de doutorado, fazer conferências, dar aulas expositivas, decretar leis etc. Os textos dos autores analisados nesta tese têm “pesos” diferentes, pois uma notícia de jornal de grande circulação certamente tem mais poder e exerce mais influência do que um *post* de *blog* ou um comentário em site.

Com as possibilidades atuais, entretanto, ter a capacidade de agir socialmente por meio de gêneros textuais não é prerrogativa de quem tem mais poder econômico e social. Depois do advento da internet, pessoas de todos os tipos e lugares podem fazer isso. Lemos (2011a, b e

c), por exemplo, escolheu agir. Por meio da internet, em dois gêneros distintos, embora parecidos para efeitos de sua intencionalidade — o *post* de *blog* e o comentário em *site* (que, no caso de Lemos, se assemelha ao *post*) —, o autor interagiu socialmente para falar do Chaparral.

Para conviver socialmente é preciso ter conhecimento de que gênero usar em cada contexto social, do que confere valor aos gêneros, que funcionam como sistemas de coerção. Igualmente ocorre quanto à distribuição dos gêneros na sociedade. Eles são padrões comunicativos socialmente utilizados, que, similarmente às regras de etiqueta, funcionam como modelos comunicativos globais e dependem de conhecimento social situado (MARCUSCHI, 2004/5). Como parte das condições de produção dos discursos estudados nesta tese, a capacidade de os sujeitos sociais interagirem por meio de gêneros textuais para atuarem sobre os demais é bastante relevante, pois é a diferença entre poder e não poder dizer. Morador da periferia e ex-morador de invasão de área pública, Lemos, por exemplo, pôde falar a respeito do Chaparral, pois entendeu o funcionamento do *post* de *blog* e do comentário.

2.6 Sujeito

Tendo em conta o que apresenta Fairclough (2001), considero, para a realização deste estudo, que o discurso contribui para a construção identitária do sujeito social. Este é o primeiro efeito construtivo do discurso, segundo Fairclough (2001, p. 91). Entendo também que o sujeito social, por sua vez, se configura pela alteridade, pela diferença, pela sua semelhança com outros sujeitos e conforme o poder que lhes confere sua posição social e discursiva (BRANDÃO, 1998). No caso, os moradores do Chaparral se constituem identitariamente pela alteridade e pela diferença, por exemplo, relativamente aos moradores da chamada QNL “velha”, com os moradores do restante de Taguatinga e com os da Ceilândia, mas também pela semelhança com esses moradores: são todos cidadãos do Distrito Federal e do Brasil etc. Sua configuração identitária se faz ainda pelas posições sociais ocupadas, por exemplo, de ex-moradores de invasão, conforme suas profissões e seu grau de escolaridade.

O sujeito do discurso é — pelo menos até certo ponto — consciente do que diz, de suas escolhas. A esse respeito, diz Possenti (1996, p. 37):

não acredito em sujeitos livres, nem em sujeitos assujeitados. Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer numa situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas um ponto pelo qual passariam os discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior dos semissistemas em processo.

Ele considera que, na tentativa de evitar o sujeito cartesiano, a qualquer custo, prefere-se excluir o problema do sujeito psicológico do que enfrentá-lo. Estabelecendo como princípio que “o discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura”, Possenti (1996, p. 42) postula cinco princípios que ajudam a entender o sujeito, quais sejam:

1. os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais – para evitar o subjetivismo desvairado e a identificação do sujeito como uma peça;
2. cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial – para evitar a ideia de que o sujeito é fonte de seu discurso e a de que é o discurso que se dá;
3. cada discurso é integralmente interdiscursivo e integralmente relativo a um mundo exterior – para evitar a ideia de que o discurso refere-se diretamente às coisas e a de que tudo é discurso ou que a realidade, se houver uma, é criada pelo discurso;
4. cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal – para evitar a ideia de que o sujeito diz o que diz materializando as suas intenções e a de que o sujeito não tem nenhum poder de manobra e que o interlocutor concreto é irrelevante;
5. falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer) – para evitar que se desconheçam os saberes que os sujeitos acumulam em sua prática histórica e que se conclua disso que nada lhes é estranho ou desconhecido.

Possenti (2009) atualiza e confirma essa sua posição tanto no que diz respeito ao discurso quanto ao sujeito. Ele postula um sujeito que não é assujeitado, no modelo proposto inicialmente por Althusser e percebe essa mudança mesmo em Foucault:

A leitura de *O uso dos prazeres* (Foucault 1984) me mostrou que Foucault também abandonara seu posto antigo, e visava agora um sujeito das práticas do cotidiano, cercado de circunstâncias que certamente não o deixam livre, mas não o subjagam. O sistema é frouxo, digamos assim, e obriga a *escolhas*, a uma estética — um estilo, por que não? — da existência. Estamos longe do sujeito assujeitado. (POSSENTI, 2009, p. 87; grifos do autor)

A esse respeito, seguindo esse autor, entendo que, num raio de possibilidades determinado como sendo o dizível a partir de uma posição de sujeito, há possibilidades de escolha: nós podemos escolher dizer uma coisa e não outra, como podemos escolher um lado numa contenda social. Admitindo que o sujeito não seja sempre assujeitado, nós devemos admitir também que ele, de algum modo, opta por ocupar certos papéis e não outros. Isso pode não se dar em relação a todos os papéis, já que todo o tempo nós ocupamos papéis de sujeito e nem sempre temos consciência dos papéis que ocupamos, mas há sempre um leque de possibilidades.

Mantenho, aqui, essa linha de pensamento, mas acrescento a visão de que, muito embora o sujeito tenha suas escolhas, o próprio discurso o limita, porque a interação pela linguagem não é regulada o tempo todo pelos interlocutores, embora o discurso seja carregado de intencionalidade (KOCH, 2000). Parece haver, pois, uma convergência do pensamento linguístico crítico a respeito do sujeito, de que ele não tenha consciência total de tudo o que diz, de que tenha esquecimentos e ilusões, como o apresenta Orlandi (2001). O próprio Fairclough (2001), ao explicar a respeito do metadiscorso, afirma:

O metadiscorso implica que o(a) falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo. Isso tem implicações interessantes para a relação entre discurso e identidade (subjetividade): parece ir contra a visão de que a identidade social de uma pessoa é uma questão de como ela está posicionada em tipos particulares de discurso. Há dois lados nessa questão. Por um lado, a possibilidade de **uma distância metadiscursiva de seu próprio discurso pode dar a ilusão de que a pessoa está sempre plenamente no controle dele, de que o discurso é um efeito da subjetividade mais do que vice-versa.** (...) Por outro lado, eu enfatizei uma relação dialética entre discurso e subjetividade: **os sujeitos são em parte posicionados e constituídos no discurso** (...). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 157-158; grifos meus)

Tendo em vista esse sujeito que sempre se relaciona dialeticamente com o discurso, que jamais está plenamente no controle do próprio discurso, já que está parcialmente posicionado nele, pode-se entender que os textos nem sempre sejam convenientemente formulados, de acordo com o esperado ou com o desejado, o que dificulta a ação do sujeito no e pelo discurso. Frequentemente, por exemplo, o sujeito social não precisa, portanto não tem o hábito de formular conceitos o tempo todo, mas já traz em si, pela sua própria historicidade e pela historicidade da linguagem (GERALDI, 1997), os conceitos e os preconceitos que fundamentam seus dizeres e juízos. Ou seja, o sujeito deixa, nos textos, pistas de suas posições ideológicas e de sua intencionalidade (KOCH, 2002), mas também as vozes sociais (MEY, 2001) — interdiscursivas — se pronunciam nos seus discursos.

O sujeito ocupa, pois, uma posição ideológica marcada espacial e temporalmente e desempenha um papel em que é sujeito do que diz, entretanto ele não tem consciência de todo o seu dizer, pois também é *sujeito à* (ORLANDI, 2001). Ele é contraditório, incompleto e ao mesmo tempo busca a completude; ele é constituído, ao mesmo tempo por ele e pelo outro (outro interlocutor; outros discursos), num misto de identidade e alteridade. Quando diz, o sujeito faz parte do funcionamento do que é dito, mas também é agente constituidor de seu sentido. Conforme Orlandi (1996a, p. 19), o “sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma

sentidos preexistentes. A isso chamamos ‘ilusão discursiva do sujeito’”. Esses sentidos preexistentes retomados pelo sujeito são interdiscursivos.

Como o texto se constitui de discursos, ele remonta a outros sujeitos, de outros momentos, que produziram seus textos em outras circunstâncias. Daí também a dialogicidade da linguagem (BAKHTIN, 2002), ou algo que poderia se chamar “intersubjetividade”, pois quando se toma, numa relação intertextual ou interdiscursiva, outros textos e outros discursos, também se remete a outros sujeitos, ou seja, outras vozes se dizem nas nossas vozes.

A compreensão de si e do outro se dá, pois, nessa relação dialética, no jogo da interlocução, que funciona como lugar de interação — e de interagência — social, onde os sentidos são negociados (KOCH, 2000), e em que os atores sociais se compreendem mutuamente (HALLIDAY e HASAN, 1990), mas nem sempre o objetivo do autor é atingido visto que ele não controla totalmente os efeitos de sentidos dos textos (KOCH, 2000). Os moradores do Chaparral, por exemplo, de suas posições de sujeitos, podem “querer” dizer uma coisa para controlar a compreensão do outro sobre si e a respeito do lugar onde moram, mas seu texto — repleto de outros discursos, que remontam a outros sujeitos, de algum modo seus interagentes, que disseram em outras circunstâncias — pode não gerar os efeitos de sentido esperados. Isso ocorre, porque eles se relacionam com uma gama de fatores textuais, discursivos, sociais, políticos, históricos e ideológicos (BAUMAN, 2005; SILVA, 2000). Além disso, os conhecimentos e as crenças do autor podem não ser partilhados com o leitor e, portanto, podem não permitir a esse leitor compreender o dito como desejado ou esperado por aquele autor.

Seguindo o que expõe Fairclough (2001) — e porque a escolha é um posicionamento político, mesmo na ciência —, considero, para efeito deste estudo, um sujeito social, pelo menos parcialmente, capaz de escolhas. É dessa forma complexa que se vê aqui os sujeitos: capazes de escolhas, mas não de controlar os efeitos de sentido, o discurso e a ideologia. O que o sujeito social pode fazer é buscar sua própria mudança pela reflexividade, que o levará, certamente, de uma configuração ideológica para outra, mais condizente com seu desejo de provocar mudanças na sociedade. Ainda que suas identidades sejam constituídas discursivamente, eles “se envolvem na prática que contesta e reestrutura as estruturas discursivas (ordens do discurso) que os posicionam” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 157-158).

Como propõe Butler (2001), o sujeito social, ainda que esteja condicionado às limitações sociais que lhe são impostas durante toda a vida, é capaz de agência, ou seja, de alterar essas condições até certo ponto. A autora entende agência como prática de articulação e

de ressignificação imanente ao poder de fazer, ou seja, como capacidade de ação, de resistência que, por sua vez, é força que impulsiona a mudança. E o motor da agência é o desejo, que condiciona a própria consciência reflexiva.

Dessa maneira, o sujeito — que é provido de identidade (ainda que “líquida”, flutuante, fragmentada, altamente mutável), que, por sua vez, se configura pela alteridade, pela diferença, pela semelhança com outros sujeitos e conforme o poder que lhe confere sua posição social e discursiva — tem capacidade de agência. Ou seja, o sujeito social pode contribuir para que a mudança ocorra e esse, talvez, seja o fato mais importante em relação a seu papel social e à construção identitária de uma coletividade como a do Chaparral.

2.7 Construção de identidades

Hall (2001) cita Mercer (1990) para dizer que a identidade se torna um problema a ser discutido quando está em crise, o que está de acordo com a posição de Bauman (2005), que afirma que, na modernidade líquida, cabe a cada um constituir sua própria identidade, pois a globalização tem provocado nelas certos efeitos: as identidades fixas desapareceram, dando lugar às identidades “flutuantes”. Segundo Hall (2001), a teoria relativa ao tema tem o argumento de que as identidades, que antes pareciam fixas e imutáveis — e por isso davam estabilidade às estruturas sociais —, estão em declínio, dando lugar a outras. Com isso, aquele sujeito moderno, considerado unificado, torna-se, na pós-modernidade, fragmentado, descentrado. Para tratar disso, esse autor expõe suas três concepções de sujeito, já bastante conhecidas, mas que vale a pena citar, pois expressam muito bem a mudança na concepção de sujeito/identidade. Essas três concepções de sujeito são: o iluminista, o sociológico e o pós-moderno.

O sujeito do iluminismo seria um sujeito centrado, unificado, racional. Nas palavras de Hall:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (...) essa era uma concepção muito ‘individualista’ do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade *dele*: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino). (HALL, 2001, p. 10-11):

O sujeito sociológico se modifica em relação ao primeiro: já não é mais tão centrado, pois se considera, para esse sujeito, uma certa alteridade. Ele ainda tem um núcleo, seu “eu real”, mas esse “eu” se forma e se modifica ao entrar em contato com os mundos culturais “exteriores” e com as identidades que eles oferecem. Ou seja, na concepção sociológica clássica, o sujeito continua sendo individual, mas sua identidade se forma na interação. Hall afirma:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público. (HALL, 2001, p. 11).

Ao passo que o “eu real” se projeta nessas identidades culturais, o sujeito internaliza seus significados e valores. Com isso, alinham-se os sentimentos subjetivos e os lugares objetivos ocupados pelos sujeitos na sociedade. Desse modo, ao “costurar” os sujeitos à estrutura social, a identidade unifica e estabiliza os sujeitos e os mundos culturais habitados por eles.

Nesse processo, segundo Hall (2005), o sujeito, anteriormente entendido como uno e estável, já começa a parecer fragmentado, já não tem uma identidade, mas várias. Algumas delas contraditórias ou não resolvidas. Daí surgiria o sujeito que ele chama de pós-moderno, que não tem mais uma identidade fixa, essencial ou permanente. E, se pensa que tem, é por construir uma cômoda “estória” a respeito de si. Para Hall, a identidade na pós-modernidade – ou modernidade tardia – é

formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2001, p.13)

Hall (2001) e Bauman (2005) estão de acordo tanto em relação ao conflito em que os sujeitos sociais constituem suas fragmentadas identidades a cada instante, acima, quanto no que se refere ao que podemos chamar de morte do sujeito uno, cuja identidade é completa, como propõe Hall, a seguir.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

(HALL, 2001, p. 13)

As sociedades mudam, as culturas se transformam e com elas as identidades. A tecnologia trouxe a prensa, o telégrafo, o telefone, a televisão, o computador, a internet (e não para por aí) e, com a contribuição desses meios de interação, veio a chamada globalização, que provoca mudanças na identidade cultural. Hall cita Marx e Engels (1973; publicação brasileira de 2013) e também Giddens (1990; publicação brasileira de 1991) com o objetivo de mostrar que a distinção entre as sociedades tradicionais e as modernas é o fato de estas terem por característica a mudança constante, rápida e permanente, enquanto naquelas, o passado é venerado e os símbolos são valorizados por perpetuarem a experiência das gerações.

Além disso, para Hall (2001), que acompanha Giddens (1991), a modernidade é uma forma de vida reflexiva, em que as práticas sociais são examinadas e reformuladas conforme as informações recebidas sobre tais práticas. Isso gera o que Hall chama de ‘descontinuidades’. A ordem social é descontinuada por mudanças extremamente profundas (muito maiores do que as de períodos anteriores) provocadas pela modernidade. As interconexões sociais cobrem a Terra e alteram a vida cotidiana. Hall, citando Harvey (1989; publicação brasileira de 1996), considera esse acontecimento como um infinito processo de rupturas e fragmentações da modernidade.

Conforme o autor, é Laclau (1990; publicação argentina de 2000) que desconstrói o pensamento sociológico precedente de que a sociedade seria um todo unificado em volta de um centro unificado. Para ele, a sociedade da modernidade tardia é multicentralizada, ou seja, se configura por possuir uma multiplicidade de centros e se caracteriza pela diferença. Nela, as posições de sujeito são também múltiplas, assim como os diferentes “centros” sociais, mas podem, sob dadas condições, chegar a se articular. Essa articulação, apesar de ser responsável pela própria história e pela aparente integração social, nunca é total, mas sempre aberta. Com tudo isso, cria-se a possibilidade de novas identidades sociais.

Bauman (2005), para tratar do tema identidade, cita seu próprio exemplo. Nascido na Polônia, acolhido pela Inglaterra, perguntaram-lhe, quando foi receber o título de doutor *honoris causa* em Praga, qual hino ele gostaria que tocassem. O autor acabou se decidindo pelo hino europeu, que, de certo modo, cingia duas de suas referências identitárias, anulava as diferenças entre ambas, mas eliminava também a possibilidade de cisão entre elas. Algo semelhante — ressalvadas as óbvias distinções e as proporções — poderia acontecer com quem mora no Chaparral, mas de maneira bem menos evidente.

Quando se afirma que o Chaparral fica entre Taguatinga e Ceilândia, também se anula a diferença, como se essas duas designações se misturassem, ao mesmo tempo que se elimina a possibilidade de separá-las. É como se alguém que nasceu no Chaparral não pudesse dizer “sou taguatinguense”, mas fosse sempre de “entre” Taguatinga e Ceilândia — do que seria uma “Tailândia”, como dizem alguns, por brincadeira. Toda a área de divisa entre Taguatinga e Ceilândia, e não apenas aquela onde se situa o Chaparral, é frequentemente chamada de Tailândia. Há até casas comerciais com esse nome, numa clara referência ao fato de estarem na fronteira entre essas duas regiões administrativas do DF, como a loja de bebidas e tabacaria desta fotografia:

Figura 7 – **Tailândia Bebidas e Tabacaria**



Fonte: fotografia da autora

Como se vê, a placa da loja¹³ mostrada nessa fotografia faz a conexão entre o vocábulo e o nome do país Tailândia, mas, ainda assim, percebo aí mais a brincadeira linguística de criação de um terceiro vocábulo a partir de dois outros, que é comum no Brasil, do que a intencionalidade consciente de relacionar a condição dessas áreas fronteiriças à situação político-econômica-social do país Tailândia¹⁴. Além disso, a relação da marca da tabacaria com aquele país não se faz por aspectos negativos ou políticos, mas por uma imagem que lembra o país por meio de sua fauna. Depois da pergunta “Você já ouviu alguém chamar essa área de

¹³ A loja Tailândia Bebidas e Tabacaria fica na esquina da QNL 23, de frente para a avenida Hélio Prates, de frente para o Shopping JK. Ou seja: não fica no Chaparral.

¹⁴ Por causa do tempo exíguo, também não quero, aqui, buscar a possibilidade dessa relação, pois, embora ela possa ser de algum modo interessante, não é primordial para o que se pretende nesta tese.

Tailândia?” surgiu apenas uma vez entre os dados gerados nas entrevistas a cogitação de que esse modo de se referir àquela área fronteira possa ser pejorativo.

Não obstante tudo isso, estando ou não relacionada diretamente àquele país, entendo que a significação da junção dos nomes das duas regiões administrativas vai muito além de uma simples brincadeira, pois essa ideia se apoia na concepção de fronteira, no “não lugar” (AUGÉ, 2004) ou no “lugar entre” (BHABHA, 2003). O Chaparral — bem como a parte da M Norte que também é chamada de Tailândia — é um “não lugar” que serve de passagem de uma região administrativa a outra (AUGÉ, 2004), mas é também esse “entrelugar” e seus moradores “pertencem” a ele, como fossem “tailandenses”: são tanto de Taguatinga quanto de Ceilândia.

Como o Chaparral fica na fronteira entre duas regiões administrativas maiores, serve de passagem a transeuntes das duas regiões, de uma para a outra, por apresentar caminhos mais curtos entre ambas, para ir a pé. Também é usado para o trânsito de veículos automotivos — não apenas por moradores de áreas adjacentes, como a QNL e a QNM, mas por muitos residentes em outras partes de Taguatinga e de Ceilândia — para reduzir o caminho e para fugir do tráfego intenso e dos semáforos da Avenida Hélio Prates, de um lado, e da Avenida Elmo Serejo, do outro. Esse uso como passagem constitui o Chaparral como não lugar de muitos, que não se vinculam a ele como local de pertencimento, mas apenas passam por lá (AUGÉ, 2004)

Segundo Augé (2004), o não lugar descarta o pertencimento a um ou a outro lugar, visto que o não lugar é a própria negação do lugar: é oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. Os não lugares podem, segundo o autor, ser quaisquer ambientes de grande circulação, como aeroportos, rodovias, rodoviárias, estações de metrô, mas também os meios de transporte ou os grandes centros comerciais. Esses lugares de passagem seriam impuros e não identitários, enquanto os lugares antropológicos, como residências, locais de vizinhança e de trabalho, são considerados identitários, relacionais ou históricos. Augé, entretanto, considera ainda que o não lugar de uns pode ser o lugar de outros:

e definirmos o não lugar não como um espaço empiricamente identificável (um aeroporto, um hipermercado ou um monitor de televisão), mas como o espaço criado pelo olhar que o toma como objeto, podemos admitir que o não lugar de uns (por exemplo, os passageiros em trânsito num aeroporto) seja o lugar de outros (por exemplo, os que trabalham nesse aeroporto) (AUGÉ, 2004, p. 116).

Assim, em alguma medida, para muitos, o Chaparral funciona como ponte de passagem, de idas e vindas entre Taguatinga e Ceilândia. Apesar de ser temido, por ser visto como espaço onde a criminalidade é elevada, não é necessário permanecer lá, basta atravessá-lo para chegar a um outro lugar. Para não moradores, o Chaparral é, portanto, um não lugar, mas, para os

moradores, é o lugar em que residem, de sua vizinhança, com o qual há vínculos. Ou seja: para estes, o Chaparral não pode ser um “não lugar”.

Já Bhabha (2003) postula a fronteira cultural como um lugar intermédio, um não-lugar, um lugar “além”, que se torna “um espaço de intervenção aqui e agora”. Ao analisar os locais de grande hibridismo cultural, por meio de sua literatura, afirma o autor:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa parte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 2003, p. 27)

Para os moradores do Chaparral, também o passado é renovado tornando-se “passado-presente” de sua história. A Nova QNL torna-se, então e realmente, mais parte da necessidade de viver, do que da nostalgia. O Chaparral se torna um entrelugar que é — bem mais que apenas fronteira física — fronteira entre o passado e o presente, entre a invasão e a propriedade.

Para introduzir seu pensamento a respeito dos locais da cultura, Bhabha (2003, p. 19) usa como epígrafe as seguintes palavras de Martin Heidegger: “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”. Esse modo de entender a fronteira pode ser trazido para o âmbito da compreensão do Chaparral, que seria, então, o ponto a partir do qual tanto Ceilândia quanto Taguatinga se fazem presentes. O Chaparral como fronteira — física, social, histórica — é, pois, um pouco Ceilândia e um pouco Taguatinga, mas as vias que o “circundam” são as linhas que o separam tanto de Taguatinga quanto de Ceilândia, ou seja, o Chaparral não é nem Taguatinga nem Ceilândia. Ao mesmo tempo, é um entrelugar, um não lugar, um lugar-a-partir-do-qual outros lugares existem.

Por ser tudo isso — ao mesmo tempo “lugar”, “não lugar” e “entrelugar” — o Chaparral é o que chamo de um “é-sem-ser”: a muitos, é invisível ou visível apenas pela “elevada criminalidade” e por ser espaço de passagem, a outros, não somente é visível, mas local de permanência, de convivência, de pertencimento. Por ser espaço de interação, de vivência, de apego para quem lá reside, pode se tornar um local de cultura, de resistência, de insurgência, como propõe Bhabha (2003), ao expor, sua interpretação — ou apropriação — das palavras de Heidegger citadas acima:

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes históricas dissonantes, até dissidentes — mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores

de sexualidades policiadas. Isso porque a demografia do novo internacionalismo é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos. É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual *algo começa a se fazer presente* em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando (BHABHA, 2003, p. 23-24; grifos do autor)

Corroborando essa interpretação, é fato que, de dentro do Chaparral, expressam-se vozes como a de Ellen Oléria (2017), a de Renne Lemos (2011a, b e c) e outros, como será exposto nos capítulos 3 e 4. São também essas questões a se ter em conta ao investigar a construção identitária num lugar como o Chaparral.

Para falar de identidades, Woodward (2000) cita o exemplo da situação de sérvios e croatas. A autora mostra o conflito identitário no modo como esses povos se viam por ocasião da guerra: “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croatas” (WOODWARD, 2000, p. 7), diz o soldado para justificar sua identificação sérvia. Eles “pensam que são melhores do que nós” (WOODWARD, 2000, p. 8), continua ele. Cigarros e indivíduos vivem sob posições nacionais separadas, mas o que eles compartilham — meio século de história conjunta sob o rótulo de Iugoslávia — entra na constituição de suas identidades: “somos todos lixo dos Bálcãs” (WOODWARD, 2000, p. 8), diz ainda o soldado.

Com isso, Woodward (2000) afirma que a configuração identitária é também relacional, fundamentada na diferença, na exclusão: se você é sérvio, você não pode ser croata, assim como quem é do Chaparral parece não poder ser da QNL. Segundo afirma a autora:

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados). (WOODWARD, 2000, p. 14)

Deixando um pouco de lado a dualidade usada pela autora como exemplo, pode-se considerar que uma identidade depende, portanto, também de algo fora de si para existir. Para Woodward (2000), é por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos que as identidades se representam, mas também na materialidade extradiscursiva. Tanto o que foi relatado por Bauman (2005) quanto o que afirma Woodward (2000) trata da separação de símbolos (hino polonês ou hino inglês; cigarro sérvio ou cigarro croata), da distinção (ser melhor ou pior) e da semelhança (hino europeu; história conjunta, serem todos a mesma coisa). Quanto a questões semelhantes apresentadas nesta tese, alguns entrevistados demonstram achar que quem é morador do Chaparral é pior do que quem é morador de outras áreas de Taguatinga, por

exemplo; por outro lado, moradores do Chaparral, também entrevistados, afirmam a semelhança.

Elementos aparentemente externos, mas palpáveis, são trazidos ao discurso da constituição identitária, apontando para o fato de que a identidade é, nas palavras de Woodward (2000, p. 10), “*tanto simbólica quanto social*” (grifos da autora), com causas e consequências materiais. Os dois autores concordam que a identidade é pautada na historicidade e a necessidade de sua afirmação advém de situações de conflito, o que faz da identidade um processo, algo incessantemente em construção. Tanto para Bauman (2005) quanto para Woodward (2000), viver em sociedade é sempre, em algum grau, viver em conflito.

Entretanto, Bauman (2005) fala da impossibilidade de “juntar” identidade por partes, como num quebra-cabeças, visto que as peças nunca estão todas lá. Quando havia uma “rede de familiaridade do berço ao túmulo, o lugar de cada pessoa era evidente demais para ser avaliado, que dirá negociado” (BAUMAN, 2005, p. 24), mas no “admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p. 33). Elas são, portanto, negociadas a cada instante, precisam ser inventadas, construídas a partir do nada, mas essa condição inconclusa necessita ser suprimida e ocultada, pois, ao mesmo tempo, os indivíduos, no líquido mundo moderno, precisam parecer estáveis, confortavelmente portadores de uma identidade (ou não convencerão).

Por outro lado, para o autor, contemporaneamente, uma condição execrada, ridicularizada e condenada, considerada uma receita de inflexibilidade, é a da “identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída”, pois seria tida como “um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha” (BAUMAN, 2005, p. 59-60). As pessoas mudam para aproveitar as oportunidades. Ter princípios sólidos, ainda que considerados bons tradicionalmente, passa, no mundo moderno líquido, a ser marca de inflexibilidade:

Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com os precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem ações promissoras. Se outras pessoas as adotam (raramente de bom grado, pode-se estar certo!), são prontamente apontadas como sintomas de privação social e um estigma de fracasso na vida, da derrota, da desvalorização, da inferioridade social. (BAUMAN, 2005, p. 60)

Dessa maneira, as identidades fluidas, que se ajustam aos recipientes ideológicos em que são postas, parecem mais viáveis, combinam com aquele “jeitinho”, com o “dançar conforme a música”. Nesse caso, não há tempo para fixar raízes, o que também não é desejável.

Segundo Bauman (2005), então, as comunidades, que serviam antes como uma espécie de juiz e júri das identidades, não atuam mais dessa maneira.

Entretanto, no caso dos moradores do Chaparral, parece ter acontecido algo diferente: aquelas pessoas, antigas invasoras de áreas públicas, precisaram de uma comunidade que lhes dissesse qual deveria ser sua postura, como deveriam agir e parecer para conseguirem definitivamente a tão almejada moradia (um lote com uma pequena casa de aproximadamente 30 m²). Essa comunidade foi a da invasão, cujos moradores eram participantes de uma associação, sob a orientação de um líder (LEMOS, 2011c). Depois disso, ainda sob a égide das regras das invasões, vieram para a nova moradia, onde precisaram aparar as arestas e se adequar à nova forma de vida — o que não aconteceu inteiramente, porque juntaram-se ex-moradores de invasões divergentes (LEMOS, 2011c). Por outro lado, os ex-invasores mantiveram pelo menos algumas regras das invasões; por exemplo, a de não delação, a de que não se pode “mexer” [roubar] com ninguém da comunidade e a de que não tem nada demais jogar lixo no chão, como mostram as entrevistas analisadas no capítulo 4.

De acordo com Bauman (2005, p. 17), a questão da identidade só surge com a exposição a comunidades fundidas por ideias ou princípios e somente existe porque há mais de uma ideia para manter unida essa comunidade a que se é exposto no mundo de diversidades e policultural em que vivemos. Entretanto, afirma o autor, existem tantas dessas ideias e princípios, que os indivíduos precisam repetidamente comparar, fazer escolhas, reconsiderar as escolhas feitas, buscar conciliar demandas contraditórias e muitas vezes incompatíveis. Postula ele também:

o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e (...) as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a identidade. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa. (BAUMAN, 2005, p. 17-18)

Para Bauman (2005, p. 18), então, “a identidade é um monte de problemas” compartilhados por quase todos os homens e mulheres da era “líquido-moderna”. Como afirmam Hall (2001), Woodward (2000) e Giddens (2002), as identidades na alta modernidade (ou modernidade tardia) são fragmentadas, incompletas, dispersas, pois a própria modernidade cria as condições para isso. Bauman (2005) corrobora essa noção, ao afirmar que, em “nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2005, p. 19).

Poucos, diz ele, são os que conseguem evitar a passagem por mais de uma “comunidade de ideias e princípios” e são expostos a apenas uma delas de cada vez:

Poucos de nós, se é que alguém, são capazes de evitar a passagem por mais de uma “comunidade de ideias e princípios”, sejam genuínas ou supostas, bem-integradas ou efêmeras, de modo que a maioria tem problemas em resolver (para usar termos cunhados por Paul Ricoeur) a questão de *la mêmète* (a consistência e continuidade da nossa identidade com o passar do tempo). Poucos de nós, se é que alguém, são expostos a apenas uma “comunidade de ideias e princípios” de cada vez, de modo que a maioria tem problemas semelhantes com a questão da *l'ipséite* (a coerência daquilo que nos distingue como pessoas, o que quer que seja). (BAUMAN, 2005, p. 19)

Os moradores iniciais do Chaparral, obviamente, não são diferentes: saíram de seus locais de origem — sua comunidade de “pertencimento” —, provavelmente com a ideia comum de ir viver em um lugar melhor, com qualidade de vida superior à que tinham antes; vieram, então, para o Distrito Federal, uniram-se a novas “comunidades de ideias e princípios” — que tinham em comum o objetivo de “ganhar” moradias do governo do Distrito Federal e, para atingi-lo, foram residir em invasões; depois que “ganharam” suas casas, formaram, juntos, nova comunidade: o Chaparral. Isso, sem falar nas outras comunidades de que fazem parte e nas identidades que constroem em suas relações interpessoais cotidianamente.

Parece-me que, para chegar à configuração identitária atual do morador do Chaparral, é preciso investigar também se o Chaparral, atualmente, tornou-se o que Bauman chama de “comunidade de pertencimento” (em que não há conflito identitário evidente) ou o que ele denomina “comunidade de ideias e princípios” (em que se busca construir novas identidades). Isso se busca nos dados, durante as análises.

Outro fato que se sobressai relativamente à construção identitária é que ela precisa ser negociada o tempo todo, pois se constitui na alteridade, nas relações com o outro; entretanto isso nunca é fácil e, como afirma Bauman (2005), pode ser uma experiência desconfortável e perturbadora:

Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer, barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. (BAUMAN, 2005, p. 19)

Com base nisso, é possível deduzir que o morador do Chaparral “negocia” sua construção identitária com não moradores e mesmo outros moradores que constroem em meio

a essas outras identidades e as “lançam” para (sobre?) ele. Essa negociação se faz discursivamente, pela interagência.

Para fundamentar a análise do discurso textualmente orientada, uma das afirmações de Fairclough (2001) retirada do trabalho de Foucault é “a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade”, pois, diz ele, “qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 81). Quando os moradores do Chaparral falam sobre essa localidade — para explicar, desculpar, esconder ou ostentar algo, negociar, oferecer, barganhar —, recuperam interdiscursivamente, ainda que de modo inconsciente, discursos de outros (moradores e não moradores) a respeito do Chaparral. Ou seja, eles tomam posição e constroem suas identidades com base nessas relações.

Bauman (2005) assevera que a ideia de identidade, particularmente de identidade nacional, foi gerada como uma ficção, ou seja, não foi gestada naturalmente pela experiência humana, não é um fato autoevidente. Ele diz:

A ficção da natividade de nascimento desempenhou o papel principal entre as fórmulas empregadas pelo nascente estado moderno para legitimar a exigência de subordinação incondicional de seus indivíduos (...). Estado e nação precisavam um do outro. (...) O Estado buscava a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade. Por outro lado, uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre seu passado, incerta sobre seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária. (BAUMAN, 2005, p. 26-27)

Contudo, assegura ainda Bauman (2005, p 27) que, sem “o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais”, talvez não fosse possível a coesão da comunidade nacional. De acordo com o autor, a identidade nacional, então, teria sido, inicialmente, e continuado sendo por longo tempo, uma noção em agonia e um “grito de guerra”. A soberania indivisível do Estado se superpôs ao território domiciliar com base no seu poder de exclusão. O pertencimento, juntamente com sua função integradora e disciplinadora, teria deixado de seduzir, se não fosse esse mesmo poder do Estado, cuja razão de ser era a necessidade de traçar, impor e policiar a fronteira entre uma nação e outras. Identidades menores eram forçadas a buscar a proteção do Estado: se o indivíduo pretendesse ser algo, deveria buscar a palavra final das instituições do Estado, sob pena de tornar-se uma fraude, um impostor, um vigarista.

Os problemas atuais de identidade são diferentes, estabelece Bauman (2005), pois se originam do abandono do princípio ou do pouco empenho na aplicação de que “quem governa decide a nacionalidade” (*cuius régio, cuius natio*) e da ineficácia do seu fomento. Ele afirma

que, “quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a identificação se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um nós a que possam pedir acesso” (BAUMAN, 2005, p. 30). Local de nascimento, família, classe social tornam-se menos importantes, especialmente “nos países mais avançados do ponto de vista tecnológico e econômico” (DENCİK *apud* BAUMAN, 2005, p. 30).

É óbvio que o caso do “pertencimento” ao Chaparral não tem o peso do “pertencimento” a um país, mas tem o peso da exclusão pela mão do Estado, da “expulsão” de invasores de locais nobres de Taguatinga para a periferia. Tem também o peso da busca, por invasores de áreas públicas, pela afirmação de sua cidadania: eles querem deixar de ser invasores (deixar de ser vistos como fraudulentos, impostores, vigaristas) e pleiteiam seu direito à moradia, como cidadãos brasileiros que buscam a solução desse problema pelas instituições do Estado, sua proteção, sua tutela, sua palavra final.

Em outras palavras, na contramão do que postula Bauman (2005) para a construção identitária na modernidade — que a falência do Estado e, portanto, da noção de pertencimento a uma Nação é que gera o conflito que faz surgir a questão da identidade —, durante a criação do Chaparral, parece ter havido não apenas a procura pela afirmação de uma identidade coletiva de pessoas que têm em comum a comunidade de ideias e princípios de quem luta para ser agraciado pelo Governo com uma moradia. Mais do que isso, houve, ainda nas invasões, a busca dos futuros moradores do lugar pelo pertencimento ao Distrito Federal, como cidadãos, eleitores, pessoas que merecem a atenção do Governo (LEMOS, 2011a e c) e de pertencimento ao Brasil, como quem cuida dos “futuros brasileirinhos” (2011b), em oposição a uma identidade construída para eles, a de marginalizados, de criminosos, de invasores. Nessa luta, fundada na exclusão, o pertencimento como cidadão ao Estado de direito — que apesar de ser adquirido pelo nascimento e atestado pelo registro civil, é retirado pela apartação social — é mais importante do que o pertencimento à comunidade de ideias e princípios. Esta é apenas um caminho, um meio para chegar àquele.

2.7.1 Identidade local e globalização

“A nova ordem de discurso global é caracterizada (...) por tensões generalizadas entre práticas internacionais importadas e tradições locais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 26). A linguagem produz, controla e modifica, por exemplo, os postos de trabalho, as identidades sociais, as relações entre médicos e pacientes, entre políticos e o público, entre homens e

mulheres nos locais de trabalho e na família. Essas mudanças são parcialmente constituídas por novas práticas discursivas transnacionais. Para Fairclough (2001; 2006), mudanças locais são parcialmente provocadas por mudanças globais, como novos estilos de administração, que se originam, muitas vezes, em países economicamente mais bem-sucedidos.

Giddens (1991, p. 22) afirma que, nas condições da modernidade, os locais sofrem influências sociais bastante distantes que os moldam, pois o que os estrutura não é apenas o que está presente, apesar de a forma visível do local ocultar essas influências distantes ainda que elas atuem na sua formação:

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p. 22; grifo do autor)

Tomemos o exemplo do Chaparral, do que pode ser visto lá: as pessoas que o habitam com seus estilos de vida próprios do local, as formas de suas ruas, lotes, casas, praças, as invasões das calçadas pelas casas (e grades), o lixo jogado em ruas e praças, os modos como as pessoas se veem e veem seus vizinhos, os jovens se drogando em praças e esquinas enquanto crianças brincam nesses lugares, a quantidade de alcoólatras, as profissões dos moradores (pedreiros, ajudantes de pedreiros, serralheiros, empregadas domésticas, diaristas, balconistas, vendedores, caixas de supermercado, vigilantes, cabeleireiros, manicures, costureiras, eletricitas, mas também comerciantes, policiais, advogados, professores¹⁵). Tanto os idealizadores do Chaparral quanto seus moradores certamente receberam/recebem influências externas de discursos hegemônicos por meio da mídia, talvez até distantes no tempo e no espaço, relacionados aos mecanismos de exclusão que separa o lugar das outras comunidades. São dispositivos ideológicos simbólicos, com frequência, implícitos em programas de TV, como novelas, telejornais, *reality shows*, por exemplo, que agem globalmente para dar continuidade à cultura da hegemonia (CHAUÍ, 2012).

Como propõe Fairclough (2006), a voz da mídia transita por todas as outras vozes e essas outras vozes transitam nela, por isso os meios de comunicação têm uma força enorme na produção de efeitos de sentidos e na construção de representações. Esses efeitos e representações funcionam para disseminar discursos, narrativas e outras práticas sociais de modo a criar consenso e gerar a aceitação de mudanças sociais ou conservação do estado de

¹⁵ Obviamente, há exceções. Tenho acesso a esses dados por causa de minha inserção na comunidade, como moradora do lugar desde agosto de 2010.

coisas na sociedade. Por meio desses discursos produzidos e difundidos pela mídia, as pessoas têm suas próprias experiências com a globalização nas suas vidas cotidianas e nas comunidades das quais fazem parte. Elas reagem a essas vozes e respondem à produção discursiva de representações. Com isso, o jogo de poder se movimenta por meio de discursos que agem sub-repticiamente, vozes que falam atrás das costas dos sujeitos sociais (MEY, 2001) para fazê-los agir de um modo e não de outro, pensarem de uma maneira e não de outra (KOCH, 2000, 2002, 2003; ORLANDI, 2001, 1996a, 1996b), não exatamente como marionetes, como assujeitados — já que capazes de certas escolhas —, mas sem deixar de sê-lo.

Lemos (2011a, b e c), morador do Chaparral e oriundo da invasão Vila Maestro, contrariando a perspectiva de ser mero repetidor de discursos (POSSENTI, 1996), por escrever em português não padrão e ser morador de um local pobre, posicionou-se como sujeito do discurso e escolheu agir em defesa dos moradores do Chaparral. Ele escreveu textos e os publicou na internet com essa intencionalidade. Paralelamente a isso, a ADC foi criada exatamente com esse intuito de provocar mudança social, ao contribuir para que os discursos sejam vistos como manifestações ideológicas e que eles não são neutros e imparciais — o que também é defendido por Koch (2000, 2003).

A ADC trabalha para mostrar que os sujeitos sociais, frequentemente, são manipulados historicamente por discursos “excludores”¹⁶, como o colonialista, o da dominação, o da subalternidade, o capitalista, o consumista, o da desigualdade social, o da diferença, o da divisão, o da acomodação, o da apartação, o do preconceito social entre outros. Dificilmente, entretanto, algum de nós pode se dizer isento dessas ideologias em nossa formação, por mais que escolha lutar contra elas. Ultrapassando fronteiras, as ideologias estão embutidas, superpostas, imbricadas, entranhadas no que ouvimos, lemos, vemos durante nossas trajetórias de vida.

Além disso, como expõe também Hall, mesmo as

pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres do ‘Terceiro Mundo’, podem receber, na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas (...) fornecidas através de aparelhos de TV ou de rádios portáteis, que as prendem à aldeia global das novas redes de comunicação. (HALL, 2001, p. 74)

Esse é um efeito da chamada globalização, que serve à ideologia dominante. Embora ainda haja quem ouça rádios, devemos acrescentar os computadores à lista de aparelhos feita por Hall, especialmente os *smartphones*, presentes até em aldeias indígenas brasileiras. Por

¹⁶ Nesse contexto, prefiro a forma “excludor” ao vocábulo dicionarizado “excludente”, pela força, pela agência claramente expressa na primeira palavra.

meio da internet, o indivíduo pode não apenas falar e se comunicar com outras pessoas de qualquer lugar do mundo, mas ainda tomar conhecimento de produtos e modos de vida, comprar e vender quase tudo, além de agir sobre os outros e sofrer ações de outros: é o extrapolamento da interação social pela linguagem. Pelas redes sociais virtuais, os atos de linguagem tomam proporções inimagináveis e, possivelmente, atingem mais alvos do que Austin ou Searle teriam vislumbrado.

O Chaparral fica na periferia do Distrito Federal, mas em um lugar populoso, entre duas “cidades satélites” grandes, que movimentam um intenso comércio, e, portanto, no bolsão dessas “cidades”, seus moradores têm fácil acesso a diversos meios de comunicação da atualidade. Por causa disso, também com facilidade, esses indivíduos são suscetíveis às influências externas, globais, que buscam manter as relações hegemônicas e atuam na configuração identitária de subalternos e dominantes. Isso se mostra, por exemplo, nas palavras de uma moradora que disse que as pessoas das invasões queriam se mudar para um local em que todos fossem igualmente pobres, pois se sentiriam mais à vontade dessa forma (dados gerados nas entrevistas são analisados no capítulo 4).

Por meio da linguagem, a televisão, a internet, as revistas e as ruas são carregadas de propagandas de todos os tipos. Produtos e estilos de vida distantes são apresentados sem cessar aos nossos olhos, criando o desejo de ter que implica frequentemente o consumo. Esse desejo pode, em lugares pobres como o Chaparral — mas não somente neles —, gerar criminalidade: alguns roubam e até matam pelo desejo de ter um aparelho celular, por exemplo, ou aquilo que o dinheiro da venda dele pode comprar.

Entretanto, não apenas a propaganda e o conseqüente consumismo das classes mais abastadas são os motivadores da criminalidade, mas também o empenho inescrupuloso de vender — aliado ao costume (arraigado na sociedade) de “mostrar que tem” (ou que tem mais e melhor) — cria mecanismos de “fabricação” do desejo de consumir, de se inserir na sociedade pelo consumo, e, se aquele que deseja — influenciado, assujeitado pela propaganda e pelos meios de comunicação de massa (CHAUÍ, 2012) — não puder comprar o determinado objeto, poderá, em certos casos, vir a roubá-lo ou até a matar por ele.

Por outro lado, ao contrário do que muita gente pensa, certamente, a maioria das pessoas que mora em locais como o Chaparral, ainda que desprovida de itens necessários a uma vida digna, não rouba, mas trabalha para seu sustento e de suas famílias. O que está em foco aqui são as influências externas, oriundas de discursos capitalistas globais que, associadas à pobreza e ao conhecimento de que há quem tenha mais — até sobrando —, podem ser motivadoras do

desejo de ter e da frustração de não ter, que fazem, por exemplo, um jovem cometer crimes. Cotidianamente, essas ocorrências são mostradas nos jornais, criando a ideia de que os indivíduos pertencentes a determinadas comunidades são todos bandidos.

Sem querer me aprofundar no assunto e apenas para ilustrar a temática do consumo relacionado à violência, cito a pesquisa “Consumo, Violência e Juventude” contratada pela Fundação Procon de São Paulo e realizada pelo Ilanud (Instituto Latino Americano das Nações Unidas), entre 2009 e 2010. Foram entrevistados adolescentes e jovens de 12 a 18 anos, de três diferentes realidades do município de São Paulo-SP, com destaque para aqueles que, pela prática de atos infracionais, foram inseridos no sistema de justiça juvenil e estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (MSE).

O estudo investiga o consumo como elemento a ser considerado na construção identitária, mas sem pretender avaliá-lo como causa única para práticas violentas ou ilegais. Embora a pesquisa considere que “qualquer ato violento ou delituoso possui natureza multicausal” (ILANUD, 2019, p. 4) — fatores sociais, culturais, econômicos, a existência de repressão qualificada, etc. —, ela reconhece que o “consumo é, geralmente, apontado como um dos fatores que pode contribuir para a violência” (ILANUD, 2019, p. 5). Essa investigação gerou um relatório em que se expõe:

Juntos, televisão e internet, criam poderosos padrões de necessidades, desejos, sentimentos e comportamentos, levando, muitas vezes, à frustração, insatisfação e baixa autoestima, dadas as dificuldades em alcançar a visão de felicidade e sucesso veiculadas nesses meios de comunicação, muito atreladas à imagem e condição social. (ILANUD, 2019, 14)

Os itens que os entrevistados por Ilanud (2019) mais desejam são roupas, sapatos, acessórios, carros e motocicletas (talvez, em 2019, estivesse incluído aí o *smarthphone*). Duas das respostas à pergunta “O que, para você, é importante consumir?” chamam a atenção: “Roupa. Sem roupa você não é nada!”; “Todo mundo tem necessidade de mostrar que tem roupa de marca. Se não tem, você é menos.”. Tais respostas ilustram o desejo de “mostrar que tem” para se sentir “mais”.

Apesar de a maioria dos entrevistados dos três grupos em que se dividiu a pesquisa ter citado o trabalho como meio para aquisição dos bens e realização de desejos, em 4% das respostas “as práticas infracionais foram citadas como forma de acesso aos desejos de consumo pelos adolescentes em MSE e indicadas, ainda que de maneira pouco expressiva, nas entrevistas de Brasilândia [distrito de alta vulnerabilidade social] e Perdizes [distrito de baixa vulnerabilidade social]” (ILANUD, 2019, p. 15). Essa pesquisa confirma a afirmação do desejo de consumir como umas das motivações para a prática de crimes:

as motivações para a prática de atos infracionais relacionadas aos bens de consumo corroboram a hipótese de que a cultura de consumo, de maneira mais geral, e o desejo de possuir determinados bens, de forma específica, são fatores que, a despeito de não serem necessariamente únicos ou de maior relevância, integram as dinâmicas da violência. (ILANUD, 2019, p. 19)

Entretanto, uma das conclusões da investigação é o fato de que

a violência não é fenômeno diretamente relacionado à pobreza, assim como também não o são os desejos de consumo, já que eles ultrapassam em grande medida a dimensão da necessidade. Dessa forma, foi possível vislumbrar hábitos e desejos semelhantes em bairros de estratos sociais diferentes. A maior diferença reside, contudo, no acesso a esses bens, notavelmente menor em bairros pobres. (ILANUD, 2019, p. 22)

Embora alguns jovens em cumprimento de medidas socioeducativas desconsiderem o papel da mídia em seus interesses de consumo, isso é confirmado pelos grupos de controle, o que leva os pesquisadores a concluir:

Como foi possível constatar, a televisão possui significativa relevância na vida dos adolescentes e, sem dúvida, seus conteúdos (programas, novelas, propagandas etc.) influenciam na modulação de desejos, comportamentos, opiniões, percepções e sentimentos. Ao lado dela, outro meio de comunicação que ganha cada vez mais adeptos nessa faixa etária é a internet (ILANUD, 2019, p. 23)

Por causa dos conteúdos e propagandas veiculados pelos meios de comunicação de massa, como televisão e internet, o que Hall (2001) e outros chamam de “redes de comunicação” podem ser chamadas com pertinência de “redes de interação e consumo”. Redes de interação, porque, nelas e por meio delas, as pessoas interagem, atuam intencionalmente umas sobre as outras (KOCH, 2001); e de consumo, porque, nelas e por meio delas, as pessoas têm acesso e consomem todo tipo de produto. Pela mídia, a luta de classes se perpetua com os discursos veiculados globalmente (HALL, 2001).

A globalização, vista por Fairclough (2006) como sedimento e como produto das lutas hegemônicas, é também um espaço que articula relações econômicas, políticas e sociais. O autor compreende as hegemonias como “produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28) veiculado nos textos e pelos textos e, é nos textos, que a ADC busca as marcas desses discursos com o objetivo de provocar mudanças sociais a favor dos menos favorecidos.

Como Hall (2001, p. 74) alega, os fluxos culturais entre nações e o consumismo global geraram as chamadas “identidades partilhadas”: “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens, entre pessoas muito distantes umas das outras, tanto no espaço quanto no tempo. Dessa forma, os *jeans*, as camisetas e os abrigos se tornaram espécies de “uniformes” entre os jovens de

diferentes lugares do mundo. Assim ocorre com a comida industrializada e, eu diria, até com a arquitetura de cozinhas “em conceito aberto”. Segundo Hall (2001), por causa da mediação da vida social pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pela mídia e pelos meios de comunicação globalmente articulados,

as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 2001, p. 75; grifo do autor)

Dessa maneira, a difusão do consumismo torna o local menos “local”, assim como as identidades se tornam mais homogeneizadas:

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a *identidade*, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Esse fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural”. (HALL, 2001, p. 75-76; grifos do autor)

Para Hall (2001), há uma tensão entre o global e o local na transformação das identidades, mas, de algum modo, essa tensão sempre existiu — a identificação nacional, como a “inglesidade”, por exemplo, conflita com identificações mais universalistas, como a de “humanidade” — e continuou na modernidade: o crescimento dos estados-nação e das economias nacionais se centravam na identidade nacional; a expansão do mercado mundial e da modernidade, na identidade universalista. No caso dos entrevistados para esta tese, essas tensões existem, provavelmente, em termos de identificações dos moradores como brasileiros, como moradores do Distrito Federal, de Taguatinga, do próprio Chaparral como local “separado” dos demais e, numa escala não tão ampla (como no caso de nova-iorquinos), como cidadãos do mundo. Por causa disso, o Chaparral, mais do que apenas um espaço fronteiro entre Taguatinga e Ceilândia, parece estabelecer fronteira entre classes sociais.

Outra característica da globalização é o fato de o mundo virtual, propiciado pela tecnologia, permitir-nos estar próximos e reencontrar pessoas que não vemos há trinta anos ou até mais. Além disso, todos os que têm acesso a ele, independentemente de idade, classe social, filiação político-partidária, grau de escolaridade, gênero ou cor da pele, podem expor suas ideias a um número muito maior de indivíduos por meio das redes sociais globais. É o que acontece, por exemplo, com Renne Lemos (2011), morador do Chaparral e autor de textos publicados na internet e apresentados no próximo capítulo. Ele faz questão de mostrar, por exemplo, que moradores do Chaparral se reúnem em associações para desenvolver projetos, pois são comprometidos com “a qualidade de vida das futuras gerações de brasileiros” (LEMONS,

2011b) entre outras atuações sociais. Esse fato indica sua necessidade de reforçar a “brasilidade”, a cidadania e a agência dos moradores do Chaparral, em oposição à configuração identitária a eles frequentemente imputada de marginais. Na e pela internet, além de evidenciar a brasilidade dos moradores do Chaparral, o autor pode conquistar adeptos para sua concepção do lugar e de seus moradores.

Essa facilidade de interação e de obtenção da informação também serve à homogeneização social, ao apagamento cultural e ao que Hall (2001) chama de “identidades partilhadas”. Isso pode ser visto claramente no vestuário, estilos de cabelo e maquiagem.

É óbvio que a questão da identidade vai muito além: as particularidades pessoais, familiares, sociais, tecnológicas, locais, nacionais interferem na construção identitária de maneiras distintas, mas o que está em jogo atual e globalmente parece ser a necessidade constante de flutuação entre identidades, como se a pessoa tivesse de mudar camaleonicamente de acordo com cada contexto, dadas as transformações constantes dos ambientes sociais provocadas pelo avanço das tecnologias, pelas mudanças trazidas por elas e pelas exigências sociais globais.

A mudança de “cor identitária” (de roupa, como metaforiza BAUMAN, 2005) parece ser uma necessidade constante nas sociedades globalizadas. No Chaparral, entretanto, como, talvez, em outros locais, a globalização e as construções identitárias parecem obedecer ainda ao que é visível, às peculiaridades do lugar, próprias de quem vem de invasões e conseguiu obter o pretendido: uma moradia. Tudo isso interfere na construção das identidades no Chaparral.

Segundo Bauman (2005), na sociedade globalizada — líquido-moderna — precisamos mudar de identidade muitas vezes, quem sabe a todo instante, visto que isso nos é exigido socialmente. A esse respeito, diz esse autor:

As principais razões de as identidades serem estritamente definidas e desprovidas de ambiguidade (tão bem definidas e inequívocas quanto a soberania do Estado), e de manterem o mesmo formato reconhecível ao longo do tempo, **desapareceram ou perderam muito do poder constrangedor que um dia tiveram**. As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas. (BAUMAN, 2005, p. 35; negritos meus)

Para ele, o indivíduo sem identidade fixa — eu diria, essa espécie de evolução do *homo sapiens*, o “camaleão social” — é o novo herói do mundo líquido-moderno globalizado, mas é o desejo de segurança que traz o anseio da identidade, pois

flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma

condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – ser identificado” de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto. (BAUMAN, 2005, p. 35)

Então, nesse mundo globalizado, como agir localmente a respeito de tudo o que aprendemos no nosso passado familiar, religioso e escolar como sendo o correto, o apropriado? Como — e para que — ser um ente social que tem brio, hombridade, se é que isso ainda é valorizado? Adaptação talvez seja a palavra. O que Bauman (2005) chama de flutuação entre identidades, outros podem chamar de resiliência. Quanto a essa perspectiva, os moradores do Chaparral também têm sua visão própria. Para alguns (a minoria), certamente, “mostrar ser homem” exige mostrar que é bandido, que é capaz de tomar o que é de outro, de furtar, de roubar à mão armada, de ingerir muito álcool etc.; para outros (a maioria), provavelmente, exige estudar e trabalhar honestamente para sustentar-se e sustentar a família, frequentar templos religiosos e viver sob os princípios de alguma religião. Os dois casos podem ser observados no Chaparral.

Outro aspecto relevante na configuração identitária do morador do Chaparral é que, lá, de algum modo, o novo e o antigo, o global e o local convivem: carroceiros que fazem frete têm seus aparelhos de celular com acesso à internet. Como em outros locais, muitos vão quase instintivamente às lojas comprar aparelhos recém-lançados, talvez não os mais caros, por causa das condições financeiras desfavoráveis. Essa necessidade criada pelas constantes inovações tecnológicas da alta modernidade também interfere na construção identitária dos sujeitos sociais no mundo contemporâneo.

Estão todos, de acordo com Bauman (2005), fadados a buscar, nos pedaços a que foram convertidos, suas identidades pessoais e sociais. Ou seja: além de necessitarem catalogar as coisas e seres que lhes surgem (FOUCAULT, 2000b), precisam também se catalogar, a partir da sua fragmentação como sujeitos. Estão, a todo o tempo, sendo classificados pelos outros e por si, o que parece ser uma tarefa difícil — se não impossível — de ser completada, visto que não há peças que se encaixem coerentemente nesse interminável quebra-cabeças. Essa sensação de estar desconfortável, deslocado, de necessitar, cada vez mais frequentemente, ostentar determinada identidade onde quer que o indivíduo esteja é comum na alta modernidade (GIDDENS, 2002).

Mas, apesar de todas essas questões e influências globais — e globalizantes —, no Chaparral, os efeitos do local e de sua história ainda parecem bastante fortes, uma vez que,

aparentemente, há muito ainda das antigas invasões nas atitudes dos moradores, como a forma de descartar o lixo, e no seu modo de pensar, como a passividade relativa de muitos à convivência corriqueira com indivíduos sabidamente criminosos.

2.7.2 Identidade e ideologia

Embora Fairclough (2001) não adote a expressão foucaultiana “formação ideológica”, esse conceito pode ser bastante útil para entender o papel da ideologia em relação aos discursos e à constituição identitária, pois também faz parte de uma perspectiva crítica dos estudos da linguagem. Conforme Brandão (2004, p. 47), formação ideológica é o conjunto de posições políticas e ideológicas organizadas conforme as relações de conflito, aliança e dominação estabelecidas entre as classes sociais. Lembremos que a formação discursiva, que Fairclough (2001) considera como interdiscurso, é definida por Orlandi (2005, p. 43) como “aquilo que, numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição sócio-histórica –, determina o que pode e deve ser dito”. Nessa perspectiva, entende-se que todos os discursos estão sob a égide das ideologias e que a formação discursiva é fruto da formação ideológica, de modo que todos os discursos são ideológicos. Assim considero para efeitos desta tese.

Numa concepção marxista (CHAUÍ, 2012), a hegemonia exercida pela classe dominante é mascarada pelos mecanismos ideológicos, que transformam as ideias dessa classe em representações universais para toda a sociedade. Dessa maneira, a dominação da elite econômica, social e política se estende ao plano das ideias, ou seja, a ideologia é usada pela classe dominante para exercer sua dominação, mas de modo que isso não seja percebido pelos dominados.

Obviamente, os grupos sociais hegemônicos (a elite socioeconômica, por exemplo) têm, historicamente, mais influência e, portanto, mais capacidade e mais meios para difundir sua ideologia e sua hegemonia cultural (GRAMSCI, 1978b). Isso justifica o fato de uma moradora pioneira do Chaparral (apropriando-se do discurso hegemônico, ideológico), afirmar que prefere morar no Chaparral: **“Eu prefiro morá aqui! Eu num nasci pra morá perto assim de gente nobre, não.”** Ela diz ainda: **“Eu gosto é de tá cum as pessoa humilde mesmo, sabe? Aqui, você vê, todo mundo... todo mundo é igual”** (D. MARA). É como se fosse natural as pessoas serem divididas entre “nobres” e pobres e que uns sejam mais “iguais” do que outros. Da mesma maneira, que devessem ser separados os locais de moradia de cada grupo: pelo nascimento.

Em outras palavras, por meio desse exemplo, pode-se perceber de que modo os mecanismos ideológicos fazem com que a classe dominada pense e aja inconscientemente de acordo com o que a classe dominante, hegemônica, almeja para manter sua dominação. Pela ideologia, a dominação se perpetua sem o uso da força física. Seguindo essa linha e a ADC, o sujeito não é sempre consciente da ideologia que circula em suas vozes e atitudes, por isso o papel do analista é desvendar o trabalho da ideologia, mostrando a luta de classes.

Os sentidos se configuram, dessa maneira, na e pela formação discursiva na qual o material linguístico se insere, sempre regidos pela ideologia (ORLANDI, 2005). Por isso, a constituição identitária se faz conforme a ideologia dos grupos hegemônicos. Quebrar esse ciclo não é fácil, portanto desmistificá-lo e expô-lo é uma ação bastante relevante socialmente. Isso dado, é compreensível que a ADC tenha adotado uma concepção crítica de ideologia. Ela questiona a ideia de que os sujeitos sejam assujeitados ideologicamente, como propõe Althusser (1996), pois, conforme o proposto por Fairclough (2001), os sujeitos também são capazes de agir criativamente para questionar as práticas sociais e ideológicas.

Baseado na concepção marxista que ele classifica como latente, Thompson (2011) entende a ideologia — que tem, segundo o autor, uma dimensão enganadora — como as maneiras pelas quais os sentidos servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. Para esse autor, ela serve, por meio de instrumentos simbólicos, aos propósitos de criação ou de perpetuação de relações hegemônicas: ricos em relação a pobres, brancos em relação a negros, homens relativamente a mulheres e assim por diante, sem se restringir à luta de classes. Quem assim entende a ideologia não considera, como fez Marx, que ela mascare a realidade, que crie falsa consciência ou que seja ilusória.

Para ajudar a desmistificar a ação da ideologia, que cria essa falsa consciência, Thompson (2011, p. 82-89) expôs o que ele chama de modos de operação da ideologia e suas estratégias ideológicas, pois, para ele, a ideologia trabalha para estabelecer, sustentar ou manter relações de dominação. A seguir, apresento um quadro resumo com esses modos de operação da ideologia, que serão particularmente úteis para análise dos dados gerados durante esta pesquisa, especialmente nas entrevistas.

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia

MODOS	AÇÃO	ESTRATÉGIAS
-------	------	-------------

Legitimação	Relações de dominação são apresentadas como legítimas e, por isso, se estabelecem e se sustentam.	Racionalização: o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio para granjear apoio para o que defende.
		Universalização: acordos institucionais que servem a alguns indivíduos são apresentados como sendo do interesse de todos.
		Narrativização: exigências de legitimação são inseridas em histórias para justificar o exercício de poder e de dominação por alguns e para justificar aos outros o fato de que eles não têm poder; essas narrativas contam o passado e legitimam certas tradições do presente como eternas e aceitáveis.
		Justificação ¹⁷ : motivado pelo medo e pela impotência para provocar a mudança necessária, o dominado justifica e legitima as relações de dominação pela omissão ou por meio de argumentos que afirmam essas relações como pacíficas ou aceitáveis.
Dissimulação	Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, por serem representadas de maneira a desviar a atenção das pessoas, por desconsiderarem relações e processos existentes ou, ainda, por fazer com que os indivíduos ou grupos excluídos acreditem que serão empoderados ao fortalecerem a configuração identitária estigmatizadora a eles imputada ¹⁸ (como maus, perigosos, ameaçadores, por exemplo).	Deslocamento: um termo que costuma ser usado para se referir a alguém ou a algo é usado para se referir a outro, de maneira que as conotações positivas ou negativas dessa forma simbólica sejam transferidas a esse outro.
		Eufemização: dissimula as relações sociais por meio de formas simbólicas (palavras ou expressões) que servem para descrever ou “redescrever” algo ou alguém de modo a despertar sua valoração positiva.
		Tropo: formas simbólicas ou figuras de linguagem como a sinédoque, a metonímia e a metáfora são usadas de modo a dissimular relações de dominação pela valoração ou desvalorização de algo ou de alguém.
		Autoafirmação pela identificação estigmatizadora ¹⁹ : forma aparente de empoderamento pela autoprojeção estigmatizadora por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos, por meio de formas simbólicas, diversamente do que convém ou seria desejável para conquistar sua inclusão social.
Unificação	Identificação coletiva de indivíduos independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.	Estandarização: adaptação de formas simbólicas a um referencial padrão, que é proposto como fundamento partilhado em dada comunidade.
		Simbolização de unidade: construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas em um grupo ou numa pluralidade de grupos.

¹⁷ Tomei a liberdade de incluir essa estratégia no rol das estratégias ideológicas de legitimação, para análise de acontecimentos apresentados nos capítulos 3 e 4.

¹⁸ Deparei-me nos dados — capítulos 3 e 4 — com um tipo de “autoafirmação pela identificação estigmatizadora”, por isso acrescentei também essa estratégia ideológica, no modo de operação da ideologia “Dissimulação”, de Thompson (2011), bem como a explicação pertinente a ela, na coluna “ação” da tabela, na linha “Dissimulação”.

¹⁹ Ver nota 14.

		Generalização ²⁰ : as características ou práticas de alguns indivíduos de determinado grupo são imputadas a todos os membros, apesar de suas diferenças.
Fragmentação	Segmentação de indivíduos e de grupos que possam tornar-se desafios reais aos grupos dominantes; oposição a um alvo projetado como mau, perigoso, ameaçador.	Diferenciação: ênfase dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas ou grupos, fortalecendo a desunião para impedir que se tornem desafios às relações existentes ou que participem do exercício do poder.
		Expurgo do outro: construção de um inimigo, retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.
Reificação	Retratação de situações ou processos transitórios, históricos, como se fossem permanentes, naturais, atemporais, de modo que seu caráter social e histórico é ocultado.	Naturalização: criações sociais e históricas são tratadas como naturais ou resultados inevitáveis de características naturais.
		Eternalização: fenômenos sócio-históricos são tratados como permanentes, imutáveis e recorrentes de maneira que dificilmente possam ser questionados.
		Nominalização ou passivização: recursos gramaticais ou sintáticos usados para apagar os atores e as ações, que tendem a apresentar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que os produza, além de eliminar referências a contextos espaciais e temporais específicos, ao eliminar construções verbais ou ao usar o gerúndio.

Na concepção de Giddens (2002), porém, o sujeito sempre tem escolhas. Ele escolhe seu próprio estilo de vida enquanto constitui sua identidade, independentemente de sua classe social. Contudo, para Fairclough (2001), assim como para Thompson (2011), é preciso desmitificar o trabalho ideológico, pois ele naturaliza as relações de dominação e esse trabalho passa despercebido a grande parcela da sociedade. Não obstante, se o trabalho da ideologia precisa ser desmistificado para que todos tomem ciência dele, nem todas as escolhas dos sujeitos sociais são tão conscientes assim. Ou seja: os sujeitos precisam se tornar conscientes das relações de dominação para só depois escolherem a mudança. Por causa do desconhecimento das relações de dominação e da ação da ideologia por trás delas, nem todos os sujeitos têm muitas escolhas e, menos ainda, escolhas totais. Além disso, nem sempre há diversas oportunidades ou opções de se tornarem conscientes da atuação da ideologia.

20 Os dados gerados para esta tese mostraram ainda um outro tipo de acontecimento que entendo não ser contemplado pela categoria “Estandarização”, por isso acrescentei a “Generalização” como mais uma estratégia ideológica pertinente ao modo “Unificação” (mas que também funciona como forma de expurgo do outro).

Embora possa ser clichê dizer que, para alguns, as opções são poucas pela pobreza e pela “falta de educação” de acordo com os padrões mais aceitos socialmente, é preciso explicitar isso para tornar mais claro o motivo da conclusão a que chego mais adiante em relação às escolhas do sujeito social, no caso, dos moradores do Chaparral. Tem menos opções, por exemplo, uma criança a quem tudo falta, incluindo comida, que é filha de pais analfabetos, dependentes de drogas, que não trabalham e precisam pedir dinheiro ou roubar para conseguilo; o que é bem diferente para aquela criança filha de pais financeiramente mais abastados, saudáveis, incluídos socialmente, que trabalham e têm consciência da educação que querem dar aos filhos.

Dizer o contrário seria negar o óbvio: questões econômicas interferem na quantidade e no tipo de oportunidades de escolhas que os indivíduos têm na sociedade regida pelo capitalismo. Nesse caso, também, a escolha do estilo de vida, como postulada por Giddens (2002), está alinhavada às condições em que cada um vive — tanto para o pobre quanto para o rico, tanto para o homem quanto para a mulher, tanto para o médico quanto para o paciente.

Para Fairclough (2001) e para a ADC, o sujeito social tem capacidade de agência e de ação política, contudo dificilmente um analfabeto, morador do Chaparral, que nunca teve contato com livros e tem como forma de informação apenas a televisão terá as mesmas oportunidades de escolha de estilos de vida de um professor universitário. Semelhantemente, o paciente (obviamente) não pode escolher ser médico em condições cujos papéis estejam delimitados, embora possa escolher (ou não, dependendo de sua capacidade de agência) ser atuante ou passivo na manutenção de sua saúde ou em sua cura, dadas as condições para fazê-lo. Um morador típico do Chaparral, a depender de suas condições financeiras, possivelmente não pode escolher morar numa casa no Lago Sul²¹, a não ser, por exemplo, como caseiro ou empregada doméstica. Igualmente ocorre nas outras relações e práticas sociais. Poderíamos chamar todas essas condições de condições de produção das possibilidades de escolhas do sujeito social.

Onde quero chegar: a sociedade é estruturada ideologicamente em termos de assimetrias baseadas em relações hegemônicas e essas condições mantêm o sujeito social mais ou menos inconsciente de que essas relações não são naturais, mas naturalizadas pela ideologia dominante, como o próprio Fairclough (2001, p 119) afirma:

Prefiro a concepção de que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando

21 Lago Sul é uma região administrativa onde reside parte da classe alta do Distrito Federal.

reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos.

Conquanto essas condições estejam mudando aos poucos, nesse ambiente social, ainda hoje, o indivíduo que é, por exemplo, homem, heterossexual, branco e rico tem mais oportunidades e possibilidades de escolhas quanto ao seu estilo de vida, à sua configuração identitária ou à sua agência na sociedade. O que é bem diferente para uma mulher, homossexual, negra e criada no Chaparral (OLÉRIA, 2011²²). Se fosse de outra forma, se todos tivessem as mesmas possibilidades de escolhas, não precisaríamos “desmascarar” a ideologia para provocar a mudança social. Não precisaríamos usar a ADC para esclarecer e divulgar o trabalho da ideologia, como sugere Fairclough (2001). Nesse ponto, é possível entender o motivo de a visão de Althusser (1996) de que o sujeito seja interpelado pela ideologia fazer sentido, apesar das críticas.

Ao reunir as três tradições analíticas indispensáveis à análise do discurso crítica, Fairclough (2001, p. 100) aceita a afirmação de que, para interpretar, é preciso entender de que modo os membros das comunidades sociais produzem seus mundos ordenados ou explicáveis. Para ele,

ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, **de forma inconsciente**, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores são sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas **podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos** (e ‘membros’). Argumentaria também que a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, **dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência**. E, finalmente, argumentaria que os próprios procedimentos que os membros usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100; negritos meus; aspas do autor).

No entanto, se as práticas dos sujeitos sociais (membros das comunidades sociais) são moldadas “de forma inconsciente”, se seus procedimentos e práticas podem ser “investidos política e ideologicamente”, se eles podem ser “posicionados como sujeitos” por seus próprios posicionamentos e práticas, se “a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência”, então esses sujeitos são posicionados pela ideologia presente em suas próprias práticas, como afirma Althusser (1996), pelo menos parcialmente. O que quero dizer

22 O texto de Oléria é analisado do capítulo 3.

é que ninguém tem escolhas totais, pois o trabalho da ideologia é sub-reptício e alienador na manutenção das condições de produção, das relações hegemônicas (CHAUÍ, 2012) e também na constituição identitária.

Por outro lado, também é compreensível a posição da ADC em relação à ideologia, visto que ninguém parece totalmente destituído de escolhas: mesmo vivendo em condições semelhantes. No caso dos filhos e dos netos de pioneiros do Chaparral, alguns são seduzidos pelo “estilo de vida” criminoso ou pelas drogas, outros não, até na mesma família²³. Deixadas à parte as questões psicológicas, como diz Rajagopalan (2003), toda escolha é uma escolha política. Seguindo essa linha, pode-se considerar que cada um, ainda que sob condições naturalizadas como propícias à criminalidade — caso do Chaparral —, por um motivo ou outro, escolhe ou não a vida criminosa.

Thompson (2011) propõe

conceitualizar ideologia em termos de maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas. (THOMPSON, 2011, p.79)

Para esse autor, o conceito de ideologia pode ser formulado a partir de três aspectos: o sentido, a dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Ela funciona por meio de mecanismos como a naturalização de efeitos de sentido por meio de práticas simbólicas. Por exemplo, para alguns, pode parecer “natural” que um jovem criado no Chaparral “escolha” a vida criminosa ou que a operação da polícia que intenta prender criminosos na Ceilândia e em outras partes de Taguatinga, que não somente nas QNL pares de 14 a 30, seja designada Operação Chaparral (CORREIO, 2011). Uma das implicaturas dessa designação nesse contexto é a de que os criminosos da região residem no Chaparral.

Ainda que essa forma de designar a operação policial possa não ter sido dada com essa intenção, o que aparece apenas como um tipo de denominação apolítica e não ideológica, como expõe Thompson (2011) é, na verdade, um modo de operação da ideologia. Além disso, por meio de construções linguísticas aparentemente inocentes, é frequente que locais pobres e sobre os quais a sociedade não tem controle total sejam qualificados como locais de elevada

²³ Dados de entrevistas.

criminalidade e em que somente residam criminosos. A respeito da estigmatização e da segregação de determinados grupos urbanos, afirma Pereira:

um dos principais motivos relativos à estigmatização e segregação de determinados grupos urbanos é a naturalização que é feita a respeito da associação criminalidade-pobreza. Sobre isso, Benevides (1983) reconhece o caráter polêmico e ambíguo dessa associação e ressalta um problema crucial para os grupos marginalizados, que se configura na medida em que, sendo pobres, tornam-se, automaticamente, suspeitos, gerando uma falsa “legitimidade” para os procedimentos violentos e arbitrários da polícia. Para a autora, o estigma do pobre como marginal acaba sendo incorporado por vários setores da população (PEREIRA, 2007, p. 26-27; aspas do autor)

Ao expor essa citação, não estou aqui dizendo que os atos dos policiais que atuaram na chamada Operação Chaparral tenham sido ilegítimos, violentos ou arbitrários. Também não estou negando a necessidade de haver operações como essa para a manutenção da segurança pública. O que estou afirmando é que as ações das instituições sociais, ainda que consideradas inofensivas, como o ato de designar parece ser, pode afetar a vida dos cidadãos de maneiras indesejadas, surtindo como efeito, por exemplo, a estigmatização de uma comunidade inteira, em vez de afetar apenas aqueles indivíduos que são os motivos reais para que uma operação policial exista. Influenciados, cidadãos de outros grupos podem até pensar que tais comunidades sejam péssimas, por exemplo, para criar filhos, pois entendem que, nesses locais, a probabilidade de os jovens se tornarem criminosos é muito maior do que a de não se tornarem, enquanto o problema talvez seja a falta de preparo e de planejamento dos pais, o que não vem ao caso discutir aqui. Todavia, não é assim que algumas moradoras e mães pensam a respeito do Chaparral, como se poderá verificar no capítulo 4.

Fairclough (2001, p. 94), como Thompson (2011), também considera que os sentidos funcionam de maneira a produzir, reproduzir e transformar relações de dominação. O discurso é, conforme esse autor, além de prática social, prática política e ideológica: “a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos como se articulam são um foco de luta”. Ele afirma também:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso, como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim a prática política é a categoria superior. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94)

Semelhantemente, Chauí (2012, p. 7) entende que “a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter

a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”. As significações geradas em relações de poder, como parte do exercício do poder e da luta pelo poder, atuam na construção identitária ao posicionar os indivíduos como sujeitos de discursos, portanto de práticas políticas e ideológicas. Ainda que “posicionados”, entendo que esses sujeitos podem provocar mudanças sociais, como propõe Fairclough (2001), por meio do conhecimento de que a ideologia naturaliza, por exemplo, a construção das fronteiras sociais de todos os tipos, como se essas fronteiras estivessem sempre ali. Por meio do conhecimento de que a ideologia, por exemplo, naturaliza determinadas relações sociais como se elas fossem como a chuva ou o vento — e não construções sociais —, os sujeitos sociais podem se tornar críticos e trabalharem contra as práticas sociais injustas e a favor de outras práticas sociais mais justas e adequadas.

Numa postura crítica, como a da ADC, as práticas sociais injustas, como as fronteiras impostas entre locais nobres e locais pobres, são problematizadas como construções, de modo a explicitar o trabalho da ideologia. Se não houver problematização, a ideologia ‘apaga’ a possibilidade de escolhas dos sujeitos pelo mascaramento, pelo ocultamento da realidade social (CHAUÍ, 2012) e de seus próprios mecanismos (THOMPSON, 2011), ou seja, pelo assujeitamento fundado no desconhecimento e no conformismo gerado por ele. Daí a importância de estudos como este, que buscam desmistificar o trabalho da ideologia e ampliar essa discussão socialmente.

2.8 Metodologia

Conforme uma perspectiva mais positivista de ciência, deveria haver, para analisar os dados expostos nesta tese, por exemplo, um domínio de investigação bem delimitado, com métodos de análise largamente aceitos. Entretanto, o que tenho é o amplo escopo da Análise do Discurso Crítica, que, no mínimo, é uma área do conhecimento interdisciplinar:

Uma vez que as diferentes abordagens não estão fechadas para o diálogo, e que em pesquisas situadas é possível diversas perspectivas, a possibilidade de criatividade nos desenhos de pesquisa é grande. (...) Assim, a heterogeneidade que caracteriza a ADC garante também sua instabilidade. É instável não apenas porque há possibilidades de combinações entre diferentes abordagens, mas também porque um dos pressupostos básicos de análises discursivas críticas é a interdisciplinaridade (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 21).

Vieira e Resende (2016) continuam em defesa da interdisciplinaridade da ADC, especialmente relacionada às chamadas ciências sociais:

a compreensão do discurso como parte das práticas sociais jamais poderia ter surgido dentro das fronteiras da Linguística, sem a apropriação de conceitos e teorias oriundas das ciências sociais. É por isso que o próprio surgimento da

ADC nos estudos da linguagem só pode ser compreendido com base em diálogos interdisciplinares. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 21).

Na perspectiva desta tese, porém — mas corroborando os ensinamentos das autoras — a ADC pode ser intertransdisciplinar, como exposto na seção 2.2. Isso significa que a ADC tem um arcabouço teórico quase ilimitado para proceder à análise, desde que ela siga certos princípios, como ser textualmente orientada e necessariamente crítica. Embora os limites movediços da Análise do Discurso Crítica possam assustar alguns, eles são o que considero mais atraente nessa maneira acadêmica de ver o mundo, as relações sociais e de buscar a mudança social (FAIRCLOUGH, 2001).

A ADC permite, pois, análises diferentes, atípicas, por ser um campo do conhecimento muito aberto, como afirmam Vieira e Resende (2016). Ela transcende separações historicamente impostas entre disciplinas, visto que são o objeto e o conhecimento do objeto pelo analista que, de alguma forma e grosso modo, ditam qual será a abordagem. Por esse motivo, a Análise do Discurso Crítica (ou “para” a Crítica) é tão interessante, tanto enquanto forma de construção de conhecimento acadêmico quanto como forma de fortalecimento e de mudança social.

Além disso, criadores da ADC e seus adeptos frequentemente reconhecem que a própria forma de cada analista ver o mundo é única (FAIRCLOUGH, 2001; WODAK e MEYER, 2003; VIEIRA e RESENDE, 2016) e isso faz toda a diferença. Também faz diferença nesta tese, visto que estou imersa na comunidade que estudo. Para que haja, pelo menos, alguma contribuição desta investigação para a mudança social relacionada aos moradores do Chaparral, a abordagem dos dados é feita de forma que eles possam ser compreensíveis mesmo para pessoas fora do mundo acadêmico. Entendo, porém, que necessito seguir certos parâmetros acadêmicos e pretendo organicamente combiná-los com princípios da ADC. Para aliar as duas coisas, busco uma redação relativamente mais “didática” e esclarecedora, além de usar as categorias de análise mais diluídas no texto, de modo a impactar menos sua leitura. Ou seja: pretendo que o texto flua e que não seja o tempo todo entrecortado por conceitos teóricos, embora inevitavelmente o padrão da tese assim o exija. Durante as análises, por vezes, repito certos trechos dos dados gerados, quando os acontecimentos a serem analisados são diferentes, para que a análise fique mais esclarecedora para aqueles leitores que não sejam da área da Linguística ou que não pertençam ao mundo acadêmico.

Em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, como podemos ver em Silverman (2009), delimitar os pressupostos teóricos equivale à delimitação do próprio método de pesquisa, visto que, sem aqueles, a pesquisa científica não tem fundamento ou razão de ser. Ou seja: fazemos

o que fazemos por motivação ideológica. Silverman (2009, p. 24) expõe que “mesmo os cientistas sociais só observam os ‘fatos’ por meio do uso de lentes compostas de conceitos e teorias”. Para ele, se mudarmos a perspectiva teórica, o que está sendo investigado também muda. O mais importante é, então, a qualidade da análise feita com base em dada teoria, seus modelos e conceitos, pois são esses fatores que moldam nosso olhar para ver os acontecimentos de determinadas maneiras e não de outras.

Tendo em conta o que foi explicitado anteriormente e considerando a abertura e a flexibilidade propostas pela ADC, busco fazer isso nesta tese, seguindo o que expõe Silverman (2009): é a teoria que fundamenta a compreensão crítica dos acontecimentos e a organização desses acontecimentos. Os referenciais teóricos, portanto, de acordo com esse autor, nunca podem ser desaprovados ou considerados errados por si sós, mas apenas considerados mais ou menos úteis à pesquisa.

Para as análises apresentadas nesta tese, os referenciais teóricos se baseiam, inicialmente, na Análise do Discurso Crítica (ADC), assim como nos mostra Norman Fairclough (2001), com as modificações posteriores feitas pelo autor e por estudiosos da ADC. A versão da ADC que Fairclough (2001) chamou de Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO)²⁴ mostra-se bastante profícua no estudo da construção identitária dos moradores do local conhecido como Chaparral. Logo, a ADC constitui tanto a base teórica deste trabalho quanto configura seu método de análise, uma vez que ela traz em si os conceitos, o modelo e a intertransdisciplinaridade necessários para realizá-la. O modelo de análise enunciado por Fairclough (2001; 2003) tem cunho interpretativista. De modo simplificado, dizemos que o texto se insere na prática discursiva que é também prática social.

Em sua concepção textualmente orientada de análise do discurso crítica, Fairclough (2001, p. 100) reúne três tradições de análise: a macrosociológica, da prática social relacionada às estruturas sociais; a microsociológica, que compreende a prática social como produção ativa das pessoas, que se sustentam no senso comum para entendê-la; e a textual, proposta pela Linguística. Essas três tradições juntas dão conta da interpretação de uma gama de fatores imprescindíveis à Análise de Discurso Crítica.

Santos (2002) corrobora essa visão ao expor que o comportamento humano não pode ser descrito e muito menos explicado com base em suas características exteriores e objetiváveis.

24 Magalhães (2004) considera a ADC como uma parte da ADTO; entretanto, aquela me parece mais geral e esta, mais específica, por isso entendo que a ADTO se configure, também pelo seu próprio nome, como uma versão “textualmente orientada” da ADC.

Sob essa perspectiva, o autor afirma que é necessário valer-se de métodos de investigação e critérios epistemológicos distintos dos tradicionalmente usados pelas chamadas ciências da natureza; ou seja, nas ciências sociais devem-se usar métodos de natureza qualitativa ao invés dos quantitativos, com o fito de construir um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo. Eu acrescentaria, seguindo Fairclough (2001), o objetivo de construir um conhecimento crítico, que contribua para provocar mudança social.

De acordo com Meyer (2003, p. 35), via de regra, aceita-se que a ADC não deve ser entendida como um método único, mas como um enfoque, como algo que adquire consistência em vários planos, e que, em cada um de seus planos, exige realizar um certo número de seleções. Nessa área do conhecimento, a teoria deve ser ligada à observação. Cada investigador delimita seu objeto e o(s) método(s) que irá utilizar, dependendo do enfoque que deseja dar à pesquisa, por isso o método, em ADC, não deve ser considerado estático. Para Meyer (2003), é o recorte que se estabelece para a pesquisa que controla a análise e a interpretação. Com isso, a geração de dados é um processo em constante operação, dependendo do analista que, diante de um fato novo, buscará, em sua fonte de dados, exemplos que possam confirmar o que foi encontrado.

No caso desta tese, entendo que a ADTO (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; WODAK; MEYER, 2009), por ser intertransdisciplinar, dá o respaldo necessário para a análise qualitativa e interpretativa de dados que se pretende aqui, introduzida no contexto discursivo e social que a demanda: as vozes sociais do Chaparral, a respeito desse lugar e por trás dele (MEY, 2000; 2001).

2.8.1 Geração de dados

Como a abordagem escolhida para análise dos dados é a qualitativa interpretativista, busco seguir o proposto pela própria ADC e procuro considerar as chamadas técnicas de geração de dados e de análise desse modo de investigação, visto que trabalho com textos publicados na internet e com entrevistas. Quando os indivíduos se posicionam como sujeitos sociais, como interagentes, eles dizem alguma coisa sobre si mesmos e sobre outros, constroem e reafirmam suas identidades e atribuem identidades aos demais, definem suas posições e as dos outros no espaço social, declaram seu pertencimento e o pertencimento dos outros a um ou outro grupo, falam de gênero, de etnia, de classes sociais, de justiça ou de injustiça, celebram ou rompem discursos, afirmam ou negam suas relações com os outros, ou seja, atribuem certos sentidos e não outros ao mundo, ao social, a si, aos outros (DIJK, 2000; DUCROT, 1977; FAIRCLOUGH, 2001, 2003; GUIMARÃES, 1995; KOCH, 2000).

Segundo Oliveira (2008), nas pesquisas de abordagem qualitativa, todos os fatos e fenômenos são relevantes e as principais técnicas para trabalhá-los são entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudo de caso e estudos etnográficos. Para ela, “é importante conhecer o contexto histórico através da análise de documentos”, que deve seguir-se de “observações sistemáticas, realização de entrevistas e aplicação de questionários” (OLIVEIRA, 2008, p. 38).

A pesquisa qualitativa tem como propósito a investigação de elementos que particularizam ou complicam fatos e fenômenos. O objetivo, então, é apontar as características de um “fenômeno simplesmente indisponível em qualquer lugar” (SILVERMAN, 2009, p. 51); ou seja, o pesquisador qualitativo estuda uma realidade constituída localmente, como a construção das identidades sociais no Chaparral, que não está disponível em “qualquer lugar”, mas apenas no Chaparral e nos textos que falam a seu respeito. Interpretar esses textos e fatos é fundamental para entendê-los. Procuo fazer isso conforme a ADC.

A geração de dados na Análise do Discurso Crítica (ADC) depende da perspectiva adotada pelo pesquisador, que, todavia, deverá seguir certos parâmetros (WODAK, 2009). O pesquisador pode optar por seguir sua sensibilidade relativa aos dados ou “um modelo mental da ordem do discurso da instituição, ou o domínio do que se está pesquisando, e os processos de mudança que estão em andamento, como uma preliminar para decidir-se onde coletar amostras para um *corpus*” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 277). Da mesma maneira ocorre durante a análise interpretativa dos dados: são eles que apontam o caminho.

Fairclough (2001) afirma que, mesmo depois que se inicie a análise, o *corpus* sempre deve ser entendido como aberto à ampliação. Tudo depende de decisões a serem tomadas pelo pesquisador crítico, conforme suas escolhas e o que os dados apontarem. Pode-se, segundo o autor, codificar todo o *corpus* ou parte dele, resumi-lo, codificá-lo em tópicos ou decompô-lo de acordo com o que se deseja investigar.

Esta se pretende ainda uma investigação de cunho etnográfico (OLIVEIRA, 2008), já que, como moradora do Chaparral, estou imersa na comunidade pesquisada e converso cotidianamente com alguns entrevistados, além de observar as atitudes e modos de vida dos demais moradores. Também já sofri preconceito por morar lá, desde o terceiro dia, o que foi particularmente motivador. Como linguista, procuro manter-me fiel à proposta da ADC, que, na verdade, considera que nossas motivações e escolhas (do objeto de pesquisa, por exemplo) estejam carregadas de ideologia e sejam guiadas por elas. A própria escolha da teoria crítica que norteia essa investigação já mostra o caminho ideológico de onde falo, embora eu busque

sempre nos dados e nos ensinamentos teóricos a visão crítica e epistemológica de que necessito em cada etapa do processo.

A primeira parte dos dados gerados são nove textos publicados na internet que mencionam, de alguma maneira, o Chaparral ou seus moradores: quatro de moradores (vozes do lado de fora) e cinco de não moradores (vozes do lado de dentro). Iniciei a geração desses dados publicados em sítios, *blogs* e jornais eletrônicos em agosto de 2010, antes mesmo de escrever o projeto. Foi por meio de textos encontrados na internet que identifiquei o Chaparral e seus moradores como objeto desta pesquisa e percebi que a investigação acadêmica seria profícua sob o ponto de vista da Análise do Discurso Crítica. Depois de saber por um colega de trabalho que a comunidade em que passei a residir era conhecida como Chaparral, resolvi investigar mais sobre o lugar. Esses textos publicados na internet e analisados no capítulo 3 foram escolhidos por meio de aplicativo de pesquisa na internet (Google), pelo vocábulo de entrada “chaparral”, e a escolha específica de cada um deles foi norteada conforme explicações a seguir.

Os dos moradores:

- dois *posts* de *blogs* sob o título “É aqui que eu moro Chaparral” e um comentário no texto “NOVA QNL (CHAPARRAL)” da “Wikimapia”, escritos pelo filho de pioneiro Renne Lemos (2011a, b e c) — por sua relevância histórica e argumentativa, pois contam a história do Chaparral e de seus moradores desde a época das invasões, além de defender pontos de vista a respeito do lugar e de seus moradores;
- a apresentação da comunidade do Orkut “CHAPARRAL DF-terror da capital” (CHAPARRAL DF, 2013) — por expor a respeito do “sentimento” dos moradores mais jovens relativamente à sua convivência dentro da comunidade, além de confirmar uma afirmação feita por Lemos e apresentada nas análises;
- um *post* do *Fotolog* “Flogão Wallysonstok”, publicado por Wallyson (2013) — por revelar dados relativos à relação do autor com o Chaparral e seus moradores, inclusive por meio de uma fotografia;
- uma fala da cantora Ellen Oléria em entrevista ao “Correio Braziliense” (LIMA, 2017) — pela representatividade da autora entre aqueles que, como ela, foram “criados no Chaparral” e pela forte carga identitária da frase.

Os textos de não moradores:

- o comentário de Graça (2011), na publicação “NOVA QNL (CHAPARRAL)” da “Wikimápia” — por ter sido feito na mesma publicação que Renne Lemos comenta, mas contrastar com a visão desse autor em termos de adesão ao lugar;
- o *post* “Chaparral, QNL, da origem à valorização”, escrito por Lagares (2013), em seu *blog* “Ideias ! Ideais” — por conter a foto da loja Chaparral, que serve como pista para confirmar um dos relatos a respeito da designação Chaparral e por expor sobre a valorização do lugar;
- o artigo “Ellen Oléria, uma multidão de minorias”, de Sanches (2016), publicado na revista Fórum Digital — por relacionar Ellen Oléria ao Chaparral, como uma entre outras minorias sociais;
- a notícia “Polícia Militar coíbe criminalidade durante Operação Chaparral, em Taguatinga” (CORREIO, 2017), do jornal “Correio Braziliense” — por expor a respeito da operação policial que recebeu a designação Chaparral;
- um conjunto de notícias de ocorrências feitas de 2014 a 2018, encontrado no *site* da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) — por ser a PMDF uma instituição governamental que trabalha para a segurança pública no DF e por incluir o nome do Chaparral no título e no relato das ocorrências.

A pesquisa na internet começou em 2010 e durou por quase todo o período de escritura da tese, mas a maior parte dos textos foram encontrados entre 2010 e 2018, embora alguns, como os de Lemos, tenham sido escritos antes disso. Nessas publicações, buscam-se regularidades que evidenciem a correlação entre as diferentes vozes: principalmente sua interdiscursividade, sua interagência, os efeitos de sentido de umas nas outras relativamente à construção discursiva do Chaparral e à constituição identitária de seus moradores. Nos textos de não moradores buscam-se verificar, do ponto de vista externo, marcas linguísticas de sua representação desse sujeito coletivo, de como se constrói identitariamente essa comunidade em suas vozes. A partir dos textos publicados por moradores, pretendo entender, do ponto de vista interno, como se dá sua configuração identitária, se a perspectiva de não moradores afeta seus discursos a respeito da comunidade à qual pertencem, se eles argumentam contra essa visão, enfim, qual é sua intencionalidade relativa ao Chaparral.

Outra parte dos dados, como explicitado na introdução, são gerados por meio de entrevistas semiestruturadas com dez moradores pioneiros das QNL pares de 14 a 30, com 11²⁵

²⁵ O propósito inicial era entrevistar dez membros de cada grupo, mas como um filho de morador manifestou que gostaria de ser entrevistado quando eu já havia terminado as entrevistas desse grupo, decidi fazê-lo.

filhos de pioneiros maiores de 21 anos (que nasceram na localidade ou foram para lá crianças, tendo residido antes em invasões) e com 10 não moradores. Os entrevistados dos três grupos — pioneiros, filhos de pioneiros e não moradores — que não eram anteriormente conhecidos, foram indicados por outros²⁶ ou aleatoriamente questionados na vizinhança, nas ruas e em duas praças públicas, se gostariam de participar. Alguns dos moradores pioneiros e dos filhos de pioneiros, como já dito, são meus vizinhos, já outros foram abordados em praça pública local. Somente tive acesso a alguns deles por causa das caminhadas com os cães, quando certos moradores, então acostumados com minha presença, se sentiam mais à vontade para se aproximarem.

Tive o cuidado de entrevistar não moradores residentes na parte mais antiga da QNL (três deles), mas também em outras regiões administrativas do DF e do entorno. Alguns dos que se dispuseram a dar entrevistas residem em Águas Claras (três), Ceilândia (um), Samambaia (um), Vicente Pires (um) e Águas Lindas de Goiás (um). Duas não moradoras já eram minhas conhecidas antes de eu me mudar para o Chaparral. Um não morador, então recente colega de trabalho, foi o que me contou que as QNL pares de 14 a 30 constituem o espaço designado Chaparral. Conheci outros devido à minha imersão na comunidade e às caminhadas com os cães pelos arredores da QNL, da Nova QNL e da Ceilândia ou, em decorrência da pesquisa, quando eu buscava pessoas para entrevistar, como a técnica em enfermagem no Posto de Saúde (entrevistada por residir fora, mas trabalhar no Chaparral). Todos demonstraram algum tipo (des)conhecimento do Chaparral e de seus moradores.

Como este estudo trata sobretudo da constituição identitária de moradores do Chaparral, a participação de moradores é fundamental para mostrar de que maneira eles se constituem identitariamente. Como a identificação se dá pelo conflito, pela marcação da diferença (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 2002; WOODWARD, 2000), além de as identidades poderem ser “lançadas” por outros (BAUMAN, 2005), as entrevistas com não moradores visam mostrar suas representações a respeito dos moradores do Chaparral e do próprio lugar, se há ou não preconceito, como eles entendem a questão da designação, em contraste com as representações dos próprios moradores.

26 Depois de cada entrevista, ou até durante, dependendo da conversa, pedi que o entrevistado indicasse outros moradores que tenham sido realocados no Chaparral ainda no início de sua criação ou que tenham nascido e/ou sido criados na comunidade. Semelhantemente ocorreu nas entrevistas com não moradores. Entretanto, com o passar dos anos na comunidade, muitos dos entrevistados se tornaram pessoas que vejo e com quem falo cotidianamente.

Em outras palavras, as entrevistas com moradores visam a encontrar marcas de suas configurações identitárias e de vozes interdiscursivas em suas vozes para traçar um perfil desses indivíduos, coletivamente, no contexto do Chaparral. Têm ainda o fito de verificar se há marcas de territorialidade — próprias do processo de constituição das identidades sociais (WOODWARD, 2000) — ou da busca de desconstrução discursiva desse território tal como se apresenta para agregá-lo a Taguatinga, como QNL ou Nova QNL, além de verificar se o perfil do morador mudou com o tempo de uma geração para outra. Nas entrevistas com não moradores procuro encontrar marcas linguísticas de suas representações do Chaparral e da constituição identitária dos moradores do lugar: como esses não moradores percebem os moradores, como eles imaginam o Chaparral, como entendem essa designação.

Os textos publicados são analisados no capítulo 3 e as entrevistas, no capítulo 4.

3 VOZES PUBLICADAS INTERNAS E EXTERNAS

Neste capítulo, analiso os textos publicados na internet por moradores e não moradores que falam do Chaparral-DF. Aqui busco mostrar como essas vozes atuam para construir as identidades dos moradores dessa comunidade — ou como pessoas de bem, ou como criminosos —, e do lugar como sendo “bom de morar” ou como ambiente que se deve temer. São textos de moradores, de jornalistas, de não moradores, publicados por eles mesmos ou por outros, que agrupo em duas subseções: “Vozes do lado de dentro” e “Vozes do lado de fora”.

Como são análises textualmente orientadas, utilizo conceitos de Halliday e Hasan (1990), por isso os retomo aqui. Esses autores, como visto no segundo capítulo desta tese, propõem que a descrição da situação de produção de um texto seja feita usando os elementos campo, tenor e modo. A descrição inicial, feita por meio desse processo de “desmembramento”, serve para auxiliar a análise, ao pôr o discurso numa perspectiva situacional, panorâmica, ao retomar suas condições de produção.

Para facilitar a compreensão dos parâmetros de análise de discurso como propostos por Halliday e Hasan (1990), retomo sinteticamente o que já foi explicitado no capítulo 2 a esse respeito.

Quadro 2 – Campo, tenor e modo: síntese

CAMPO	O que está acontecendo, a natureza da ação social que está ocorrendo na interação: em que os participantes estão engajados, como a interação social está sendo regulada e de que maneira a linguagem está sendo utilizada.
TENOR	Quem são os participantes da interação, sua natureza, seus <i>status</i> e papéis sociais, que tipo de relacionamento há entre eles, incluindo os permanentes e os temporários, quais são os tipos de papel discursivo que eles assumem no diálogo e todo o conjunto de relações socialmente significativas em que estão envolvidos [ou seja, qual é o tipo de relação entre aqueles que chamarei de interagentes, pois interagem por meio da linguagem].
MODO	Que parte da linguagem está em jogo, o que os participantes esperam que a linguagem faça por eles em dada situação, como o texto se organiza simbolicamente, qual é o <i>status</i> que ele tem e qual é sua função no contexto, incluindo o canal (se é falado, escrito ou alguma combinação dos dois) e a forma retórica, ou seja, o que o texto busca alcançar em termos de categorias tipológicas: se é persuasivo, expositivo, descritivo, didático ou de outro tipo.

Embora esses parâmetros, por vezes, apareçam destacados nas seções que se seguem, eles são concomitantes durante o processo de análise, em que o modo do discurso é priorizado, por ser esta uma análise discursiva e interpretativista, que se baseia no texto, e por ser impraticável a separação efetiva de cada componente. Já que para falar de um necessita-se do

outro, se a análise fosse feita separadamente em cada detalhe dos textos, seria demasiadamente repetitiva.

Também considero, como exposto no capítulo 2, que o sujeito, assim como o discurso, seja contraditório, incompleto, ao mesmo tempo que busca a completude; ele é constituído, ao mesmo tempo por ele e pelo outro (outro interagente; outros discursos), num misto de identidade e alteridade; ele é *sujeito de* e *sujeito a*, visto que sofre as ações da ideologia (ORLANDI, 2001). Quando diz, o sujeito se torna parte do funcionamento do que é dito, mas também é agente constituidor de seu sentido.

Fairclough (2001) considera que os sujeitos não têm controle de tudo o que dizem, pois há uma relação dialética entre discurso e subjetividade. O autor afirma que “os sujeitos são em parte posicionados e constituídos no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 158)”. Também conforme Orlandi (1996a, p. 19), o sujeito é iludido pelo discursivo, pois quando “produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes”. Seguindo essa linha, por ser iludido discursivamente, o sujeito social age pela linguagem de maneira consciente e inconsciente, pois retoma discursos do interdiscurso e até do intertexto, sem estar ciente disso. Ainda nas palavras de Mey (2000), o sujeito não é plenamente consciente, já que vozes sociais falam por meio de sua voz: são parceiros invisíveis em tudo o que ele diz. De acordo com esse autor, é necessário considerar as palavras que a sociedade murmura atrás das nossas costas, enquanto nós aparentemente falamos como “livres agentes linguísticos”, despercebidos e não monitorados. É preciso levar em conta o “texto atrás do texto” (MEY, 2000, p. 7).

Essas vozes e a voz do autor — sujeito e, por vezes, repetidor de discursos —, são interagentes dentro do texto. Procuo mostrar isso neste capítulo, em textos publicados na internet, a começar na próxima seção.

3.1 Vozes do lado de dentro

Do lado de dentro, estão as vozes de moradores que interagem pela linguagem para constituir-se identitariamente e ao Chaparral, de um ponto de vista interno. O primeiro autor é Lemos, que se posiciona como sujeito do discurso em defesa de sua comunidade. Seus textos são maiores e contam a história do Chaparral, portanto as análises também são mais amplas.

Outra voz interna é a da comunidade “CHAPARRAL DF-terror da capital”, do Orkut. A terceira, é a do Flogão Wallysonstok, de Wallyson (2013), que faz questão de afirmar: “sou do Chaparral”. Nele, o autor publica fotos, dentre as quais há uma em que aparece “Chaparral”

em letras grandes grafitado no muro. Esse fato e sua posição na fotografia mostra um tipo de “devoção” pelo lugar de origem. O quarto texto é de Ellen Oléria, cantora brasileira conhecida nacionalmente. Embora seja apenas uma frase, diz muito, pois situa o Chaparral no mesmo patamar discriminatório de “negra” e “lésbica”.

3.1.1 Renne Lemos: povo ordeiro e comunicativo

São três os textos de Renne Lemos, morador do Chaparral, publicados na internet e analisados nesta tese. Como disse, divido a análise de acordo com os parâmetros de análise do discurso campo, tenor e modo, de Halliday e Hasan (1990). Como se verificará a seguir, por ser este um trabalho de análise do discurso crítica, que tem como seu esteio o texto (FAIRCLOUGH, 2001) e pela própria natureza da análise textual, é o estudo do parâmetro modo que mais se estende, pois é a análise segundo esse conceito que mostra o trabalho com a linguagem, as interações das vozes interagentes dentro dos textos, além de tornar mais patente a prática social relacionada aos quesitos campo e tenor. Em alguns momentos, é difícil separar o que faz parte de um parâmetro e o que faz parte do outro, visto que eles se imbricam no mesmo parágrafo. Por esse motivo, durante a exposição, quando for o caso e se fizer necessária essa junção para expor um raciocínio, ponho entre parênteses, no final de alguns períodos, o vocábulo que serve como remissão a um outro elemento.

3.1.1.1 Campo

Dois dos textos de Renne Lemos (2011a e b) foram publicados em 25 e 26 de janeiro de 2008, em seu *blog*, sob o título “É aqui que eu moro Chaparral”. Seu terceiro texto foi publicado pouco tempo depois, como comentário no site da enciclopédia virtual Wikimapia, na entrada cujo título é “NOVA QNL (CHAPARRAL)” (NOVA QNL, 2011). Há, portanto, certas diferenças entre as publicações e o *status* de cada uma: nos dois primeiros, o autor é também o “dono” do *Weblog*, no terceiro, ele é um visitante que comenta o texto da enciclopédia.

Tanto as publicações quanto os comentários em *sites* como o da Wikimapia são sempre regulados por seus editores, por meio de suas diretrizes e termos de uso, de maneira que só se torna visível ao público o que vai ao encontro da ideologia sob a qual a enciclopédia se faz (WIKIMAPIA, 2018). Se um comentário contraria essa ideologia não é publicado. Os textos de *Webblog*, por outro lado, são de responsabilidade de seu autor (embora, obviamente, possam

ser denunciados por leitores, caso firmem algum princípio do contrato com a plataforma na qual o *blog* esteja hospedado). Daí também a diferença entre as publicações.

Nos três textos, a natureza da ação social que Lemos (2011a, b e c) pratica é, majoritariamente, informar seus interagentes com o fito de romper o preconceito sobre o Chaparral e seus moradores; ou seja, apesar de não negar a informação pressuposta de que o Chaparral é um lugar cuja criminalidade é alta, ele procura, especialmente nos dois primeiros textos, fazer que seu leitor perceba que morar nesse local tem suas vantagens: localização “benéfica”, pois fica entre os grandes centros comerciais de Taguatinga e de Ceilândia e, por isso, morar lá tem muitas vantagens (modo):

os moradores desse setor se orgulham de residirem nesse local devido sua localização um lugar estrategicamente benéfico para essa comunidade pois os moradores se beneficiam de dois centros comerciais o centro de Ceilândia e o centro de Taguatinga, ainda tem a prerrogativa de escolher dois hospitais o de Ceilândia e o de Taguatinga ainda temos um batalhão da Polícia Militar, sede do Detran, estação do metrô, rodoviária, escolas de ensino médio e fundamental (LEMOS, 2011a; negritos meus)

em cada uma dessas quadras existem **espaços de lazer quadras poliesportivas** (...) são pontos de grande concentração de **comércio** como padarias, bares e **oficinas mecânicas, brechos, lanchonetes** e tec... nessa quadra de esportes são desenvolvidos **trabalhos sociais com crianças de baixa renda** do tipo escolinhas de futsal, voleibol, handebol, basquetebol e etc... (...), ainda podemos contar com **diversas associações de moradores** que atuam nas mais diversas **áreas sociais** do tipo Transportes, segurança, moradia e direito juvenil, posso citar alguns dessas associações Associação dos moradores das novas qnl, Associação pro-melhoramento das novas qnl's Movimento Jovem das qnl's, Jovens de Garra, Prefeitura da nova qnl. (LEMOS, 2011b; negritos meus)

Além disso, Lemos usa a linguagem para convencer seu leitor de que, no Chaparral, residem cidadãos que se orgulham do lugar onde vivem: “**um povo ordeiro e comunicativo onde todos se conhecem pois convivem há mais de 30 anos como vizinhos nas invasões e agora no setor**” (LEMOS, 2011a); “**é uma comunidade pacífica e ordeira**” (LEMOS, 2011c). Tudo isso fica mais patente nos trechos dos três textos durante a análise do TENOR e do MODO do discurso, que busca compreender o trabalho da e com a linguagem nesses textos.

3.1.1.2 Tenor

Nos três textos de Lemos (2011a, b e c) em estudo, o autor constrói sua autoridade de conhecedor do Chaparral e, por conseguinte, do que diz. Nos *posts* do *Weblog*, ele o faz logo no título: “É aqui que eu moro Chaparral”; no comentário no site da Wikimapia, Lemos não somente se constitui como quem tem conhecimento e, portanto, autoridade para falar, mas como

quem tem uma história conjunta com a do Chaparral, pois é filho do seu “idealizador”: **“ola a todos que estão curiosos de se informarem de como tudo começou posso lhes contar pois sou filho do fundador e idealizador do setor conhecido como chaparral”** (LEMOS, 2011c; negritos meus). Nesse excerto, o autor constitui ainda seus interagentes, seus leitores: aqueles que têm curiosidade de se informar sobre a história do Chaparral (como tudo começou). Esse leitor também é constituído como aquele que deseja conhecer o Chaparral, por isso visita o site da Wikimapia, na entrada “Nova QNL (Chaparral)” (NOVA QNL, 2011), a menos que tenha chegado até lá por acidente, é claro. Embora pareça desejar adquirir conhecimento a respeito do Chaparral, o leitor de Lemos também se constitui como aquele que “conhece” o setor como tendo elevada criminalidade. É por causa dessa voz que Lemos enuncia: “o setor habitacional Nova Qnl conhecido como chaparral (...) conhecido por ser um setor onde a criminalidade é alta” (LEMOS, 2011a).

Temos, então, como participantes do discurso:

- Lemos, revestido de seu papel de contador da história do Chaparral — que, no comentário, se interpõe com a sua própria (ele é filho do idealizador do lugar) —, de pertencente orgulhoso dessa comunidade, mas que também é aquele que argumenta para defender o Chaparral e seus moradores;
- e seus potenciais leitores, interagentes, construídos discursivamente como aqueles que “querem” ser orientados a respeito do Chaparral, de sua história, de seus moradores, ao mesmo tempo que são também potenciais autores dos discursos de que, no Chaparral, há violência, a criminalidade é alta e de que os moradores do lugar são marginais.

No primeiro texto, há, por exemplo, a voz social do preconceito e do medo, que é retomada do interdiscurso pelo autor: “um setor onde a criminalidade é alta” (LEMOS, 2011a).

No terceiro, essas vozes também são resgatadas interdiscursivamente:

as **coisas foram saído de controle** coisas como moradores que não se conheciam foram morar em quadra destinadas a outras invasões **e começou a discórdia entre os moradores** que levou ao setor um **alto índice de violencia que permanece até hoje** e por esse motivo apelidou-se o setor de chaparral pois esse era um seria de bang bang dos anos 80 que morria muita gente (LEMOS, 2011c)

No segundo *post* esses interagentes são, de certo modo, “silenciados”, pelo menos, aparentemente, pois esse texto funciona como uma continuação do primeiro — “continuando sobre a historia da chaparral” (LEMOS, 2011b). Lemos segue narrando as benesses do lugar sem resgatar claramente vozes interdiscursivas, entretanto ele o faz, visto que o simples fato de

dizer já pressupõe outras vozes, por causa da dialogicidade da linguagem (BAKHTIN, 2002) (modo). Se não bastasse, como no primeiro *post*, os interagentes já se posicionaram para dizer que o Chaparral não é um lugar bom ou benéfico para os moradores, por causa da elevada criminalidade, portanto isso também já é pressuposto no segundo.

O silêncio dos interagentes, no segundo *post*, é a contraparte do que é dito (ORLANDI, 2007) por Lemos: a simples “presença do silêncio” já provoca o efeito de sentido de que o Chaparral e seus moradores precisam ser defendidos do que os outros dizem (modo). Lemos toma, então, a palavra, para defendê-los. É para essas “vozes” do silêncio — interagentes, embora “silenciosas”, presentes no silêncio — e por causa delas, para apagá-las, que Lemos (2011b) narra, no segundo *post*, todas as vantagens a que o morador do Chaparral tem acesso por residir lá (modo). Ele usa os fatos arrolados na narrativa como argumentos (modo):

em cada uma dessas quadras existem espaços de lazer quadras poliesportivas entre as quadras 16/18, 20/22, 24/26,28/30. são pontos de grande concentração de comércio como padarias, bares e oficinas mecânicas. brechos, lanchonetes e tec... nessa quadras de esportes são desenvolvidos trabalhos sociais com crianças de baixa renda do tipo escolinhas de futsal, voleibol, handebol, basquetebol e etc... projetos desenvolvidos por alguns moradores comprometidos com a qualidade de vida das futuras gerações de brasileiros, ainda podemos contar com diversas associações de moradores que atuam nas mais diversas áreas sociais do tipo Transportes, segurança, moradia e direito juvenil, posso citar algumas dessas associações Associação dos moradores das novas qnl, Associação pro-melhoramento das novas qnl's Movimento Jovem das qnl's, Jovens de Garra, Prefeitura da nova qnl. Essas associações são algumas de maior notoriedade dentro do setor, são as mais ativas das quais me lembro. na área da saúde temos um posto na quadra qnl 24/26 o posto de saúde número 08, que nesse ano passou por uma obra o afastamento do alambrado que foi um trabalho desenvolvido por duas associações que pressionaram o governo (LEMOS, 2011b).²⁷

No segundo texto, como nos outros dois, Lemos se posiciona também como defensor do Chaparral e de seus moradores. Ele argumenta, ao mesmo tempo que narra (modo), para refutar essas vozes sociais, suas interagentes (campo). Nas três publicações, ele regula, pois, o texto para que seus interagentes sejam posicionados como “ouvintes”. Ele os traz para o texto, por meio da injunção (modo), na condição daqueles para quem ele conta a história (modo). No primeiro *post*: “mas **ja falei para voces** como é esse lugar de agora em diante **vou contar-lhes historias** de lutas por um lugar digno que se tornou a Chaparral ainda **vou mostrar-lhes** imagens, personagens, festas e trabalhos que são realizados nesse lugar chamado chaparral” (LEMOS, 2011a; negritos meus); no segundo: “**continuando sobre a historia da chaparral**”

²⁷ Parte desse texto já foi transcrita na seção anterior para falar do CAMPO do discurso, mas achei adequado transcrevê-la novamente, visto que a motivação é mostrar sua relação com o parâmetro TENOR.

(...) “em seguida **falaremos das escolas**” (LEMOS, 2011b; negritos meus); no comentário: “**ola a todos que estão curiosos de se informarem** de como tudo começou” (LEMOS, 2011c; negritos meus) (modo). Dessa maneira, Lemos volta a se posicionar discursivamente como o detentor do poder dizer — pois mora no Chaparral e é filho do mentor do “setor” —, além de constituir os outros — as vozes sociais — como meros “ouvintes”, como aqueles que desconhecem e, por isso, devem “ouvir”.

Renne Lemos é “dono” do *Weblog* que ele usa para falar do Chaparral. Ele é alguém que se situa como sujeito de um discurso que vai de encontro ao preconceito contra os moradores do lugar. É também visitante comentarista do *site* Wikimapia (NOVA QNL, 2011), mas faz questão de mostrar que tem a autoridade de morador do lugar, de filho de pioneiro, que veio de invasão e conhece bem o tema de que fala. Em todos os textos, seus interagentes são representados, inicialmente, como aqueles que não conhecem — ou conhecem pouco — o Chaparral, mas que desejam conhecer; em seguida, um novo papel lhes é dado: o daqueles possíveis autores do discurso disperso, passado, presente ou futuro, de que o local tem elevada criminalidade e de que, por isso, é inadequado para morar. Em terceiro lugar, esse outro volta a ser apenas “ouvinte”. Nessa interagência, constrói-se a identidade dos moradores do Chaparral, tanto por Lemos, quanto por aqueles que marginalizam o local através de seus discursos ou de seu silêncio.

3.1.1.3 Modo

Os *posts* e o comentário de Renne Lemos se situam como textos de contextualização histórica informal, são escritos em português informal (variedade não padrão da língua) para serem publicados em *site* pessoal (*Blog*) na internet, ou como comentário em *site* de mapeamento, com o objetivo de expandir a informação dada ali. Eles são públicos — podem ser lidos por quaisquer pessoas —, pressupõem outros discursos sobre o Chaparral, funcionam como ações em prol de uma causa — ou causas —, são persuasivos. O gênero dos dois primeiros é o *post* de *blog*, do terceiro, é o comentário de visitante em texto de outrem (institucional). O jogo da linguagem se manifesta em dois gêneros possibilitados pelo advento da internet, em português informal, próprio desses gêneros.

Não obstante tenha a aparência majoritária de “exposição narrativa”, os dois *posts* e o comentário de Lemos, na verdade, argumentam em prol da construção da identidade do “bom” morador do Chaparral. Ao que parece ser, a um primeiro olhar, algo com o intuito de apenas apresentar o local a um leitor que não o conhece, Renne Lemos agrega argumentatividade,

persuasão, que se pauta nos motivos que tornam a área um local adequado para se viver. Ele o faz em contraposição ao argumento interdiscursivo de que o lugar seja perigoso, por causa da elevada criminalidade, e que, por isso, seja ruim morar lá. O canal escolhido é aquele a que, em 2008, as pessoas comuns poderiam ter acesso: o site pessoal (*blog*) ou o comentário em site de outros.

No primeiro *post*, Lemos contextualiza historicamente a Nova QNL ou o Chaparral, para negar o pressuposto de que viver no local é ruim ou inadequado:

Localizado entre a Ceilandia e Taguatinga o setor habitacional Nova Qnl conhecido como chaparral, foi criado no ano de 1984 com famílias removidas de invasões de Taguatinga como a Vila Maestro, 15 de Dezembro, e a própria chaparral, conhecido por ser um setor onde a criminalidade é alta. (LE MOS, 2011a)

Apesar de Lemos (2011a) não negar a informação de que o Chaparral seja “um setor onde a criminalidade é alta” para se manter fiel ao seu papel de conhecedor do que diz, na sequência, ele argumenta para mostrar que o lugar, não apenas é adequado, mas bom para morar, já que “estrategicamente benéfico”, pois, além de sua excelente localização — entre dois centros comerciais importantes, que têm tudo de que a comunidade necessita para viver bem —, mora lá “um povo ordeiro e comunicativo”, que se orgulha do local:

Mas com tudo isso os moradores desse setor se orgulham de residirem nesse local devido sua localização um lugar estrategicamente benéfico para essa comunidade pois os moradores se beneficiam de dois centros comerciais o centro de Ceilandia e o centro de Taguatinga, ainda tem a prerrogativa de escolher dois hospitais o de Ceilandia e o de Taguatinga ainda temos um batalhão da Polícia Militar, sede do Detran, estação do metro, rodoviária, escolas de ensino médio e fundamental, **um povo ordeiro e comunicativo onde todos se conhecem pois convivem há mais de 30 anos como vizinhos** nas invasões e agora no setor, são lotes de aproximadamente 6m x 25m (Lemos, 2011a; negritos meus)

No caso acima, com a conjunção “mas”, o autor nega o discurso das vozes interdiscursivas que disseram, dizem ou dirão que o Chaparral não é um lugar bom (ou “benéfico”) para morar por causa da “criminalidade alta”. O “mas”, depois do ponto final, no excerto anterior, é uma marca de como a linguagem é trabalhada em defesa do Chaparral e de seus moradores, pois retoma interdiscursivamente a voz “invisível” que diz que aquele não é um lugar adequado para morar. Essa voz do interdiscurso se confunde com a própria voz do autor: “o setor habitacional Nova Qnl conhecido como chaparral (...) conhecido por ser um setor onde a criminalidade é alta. **Mas com tudo isso** os moradores desse setor se orgulham de

residirem nesse local”²⁸ (LEMOS, 2011a; negritos meus). Como diz Mey (2000, p. 7), a sociedade é um parceiro invisível em todas as nossas conversações e é necessário considerar as palavras que ela murmura atrás das nossas costas (*behind our backs*), enquanto nós aparentemente falamos como livres agentes linguísticos, despercebidos e não monitorados. É preciso, pois, ter em conta o texto atrás do texto.

Resumindo, a estratégia argumentativa de Lemos (2011a) é começar narrando a história do Chaparral, depois acrescentar a voz discrepante — “conhecido por ser um setor onde a criminalidade é alta” — para, em seguida, estabelecer a argumentatividade com o uso desse “mas”, acrescido de “com tudo isso”. Com o “mas”, ele nega a afirmação presumida — feita ou factível por um interagente —, de que a criminalidade torna o Chaparral “ruim”, um local que não é benéfico para morar. Com o “com tudo isso”, ele confirma a existência de criminalidade no local.

Pode-se chamar essa argumentação, estabelecida pelo operador argumentativo, de explícita, entretanto o próprio fato de o autor se posicionar discursivamente como sujeito para divulgar o local onde mora funciona também para mostrar sua intencionalidade: seu discurso é em prol da comunidade em que vive — um povo ordeiro e comunicativo —, além de servir à construção e ao fortalecimento de sua identidade como partícipe dessa comunidade²⁹. O que Lemos espera que a linguagem faça por ele é convencer seus leitores de que o Chaparral é um lugar bom.

Esse “mas”, depois do ponto final, no excerto anterior, é uma marca de como a linguagem é trabalhada em defesa do Chaparral e de seus moradores, pois retoma interdiscursivamente a voz “invisível” que diz que aquele não é um lugar adequado para morar. Essa voz do interdiscurso se confunde, pois, com a própria voz do autor. Com sua estratégia argumentativa, Lemos (2011a) não apenas busca seu empoderamento identitário como morador de um lugar bom, benéfico e com pessoas ordeiras, mas também intenta persuadir o leitor de que o Chaparral é benéfico, bom para viver, e que, portanto, a criminalidade é um condicionante secundário (campo). O objetivo é, então, fortalecer a identidade de bons cidadãos dos

²⁸ A maneira de Lemos escrever gera uma certa ambiguidade, uma vez que ele menciona dois locais cuja designação é Chaparral: a antiga invasão e a Nova QNL. Pela proximidade, pode-se pensar que o trecho “conhecido por ser um setor onde a criminalidade é alta” refira-se à invasão, entretanto, parece-me que a referência é mesmo o “setor habitacional Nova Qnl conhecido como chaparral”, pois a frase começa informando quando e como ele foi criado por moradores removidos das três invasões citadas e termina com a afirmação – “setor onde a criminalidade é alta” –, com a palavra “setor” repetida e o verbo no presente.

²⁹ Há muito a ser analisado nesse texto — “pois”, “ainda”, “onde”, diversas vozes sociais inscritas na voz de do autor e assim por diante —, o que não caberia nas páginas propostas para este trabalho.

moradores do Chaparral e a sua própria, além de eliminar a diferença, pois ela é sustentada pela exclusão (WOODWARD, 2000) (campo).

O “orgulho” que os moradores sentem reduz a diferença entre o Chaparral e os demais lugares de Taguatinga e do Distrito Federal. Se outros se orgulham dos lugares em que residem, eles também: “os moradores desse setor se orgulham de residirem nesse local devido sua localização um lugar estrategicamente benéfico para essa comunidade”. A maneira como Lemos trabalha a linguagem provoca os efeitos de sentido de que a localização do Chaparral é até melhor do que a de outros locais, pois fica na fronteira entre “dois centros comerciais o centro de Ceilândia e o centro de Taguatinga”, e de que, por isso, os moradores do Chaparral têm todas as comodidades que uma comunidade possa desejar, têm até “a prerrogativa de escolher dois hospitais o de Ceilândia e o de Taguatinga”, além de haver por perto “um batalhão da Polícia Militar, sede do Detran, estação do metro, rodoviária, escolas de ensino médio e fundamental”. O que mais se pode desejar em um bom lugar para viver?

Considerar a argumentatividade inscrita na linguagem, seja qual for a tipologia textual, é fundamental para compreender o modo como Lemos argumenta. Diz Koch (2000, p. 29):

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o jogo), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais).

Essa atitude esperada/desejada do outro também aponta para o fato de que a construção da identidade pelo sujeito social Lemos necessita de uma espécie de corroboração daquele outro (seu leitor virtual, seu interagente). Por isso a argumentação, por causa disso o posicionamento do indivíduo como sujeito do discurso: o Chaparral e seus moradores são bons; ou até de repetidor: no Chaparral, a criminalidade é alta.

Para enfraquecer o argumento da elevada criminalidade, Lemos contrapõe, então, a identidade dos moradores como pessoas ordeiras, comunicativas, pacíficas, que se conhecem há muito tempo: “um povo ordeiro e comunicativo onde todos se conhecem pois convivem há mais de 30 anos como vizinhos nas invasões e agora no setor” (LEMOS, 2011a); “posso **garantir** que é uma comunidade pacífica e ordeira” (LEMOS, 2011c; negrito meu). Para negar que o Chaparral seja ruim, ele arrola todas as suas benesses e até “garante” o que afirma. Dessa forma, o efeito de sentido é de que sua palavra tem credibilidade, de maneira que o autor se reafirma como aquele que conhece e, por conseguinte, pode dizer, garantir e “dar fé (campo).

A estrutura física do lugar — “localizado entre Taguatinga e Ceilândia” —, ou seja, sua representação geográfica (WOODWARD, 2000) também contribui, pois, para a construção identitária coletiva. Dessa forma, no texto de Lemos, que o Chaparral seja ou esteja “entre” significa que o local tem excelente localização, pois seus moradores podem desfrutar das vantagens tanto de Taguatinga quanto de Ceilândia — dois grandes centros comerciais —, o que contribui para a construção da identidade coletiva dos moradores como aqueles que têm “orgulho” de viver onde vivem.

Interpretar consiste, para Mey (2000), em compreender uma rede de fatores histórico-sociais, situacionais e contextuais que envolvem a construção dos sentidos. Esses fatores parecem imprescindíveis para a compreensão de categorias semânticas e pragmáticas como os implícitos em geral — que são marcas textuais da discursividade —, visto que não somente o que se explicita nos textos é constituidor de discursos e de identidades sociais. Todos os textos de Lemos, com suas marcas explícitas e implícitas, trabalham pelo propósito da afirmação de sua identidade de morador feliz com o local onde reside, conquanto deseje que os outros, seus leitores, também o percebam dessa maneira. Por isso ele argumenta.

Na tentativa de desconstruir uma identidade de marginalizado ou de marginal, pautada na diferença, e de construir uma nova, orientada para a semelhança (SILVA, 2000) — de participante respeitável do que seria uma identidade social maior, de morador de um local privilegiado do Distrito Federal: entre Taguatinga e Ceilândia — (campo), Lemos diz o que diz por saber que há um discurso, histórica e socialmente construído, a respeito do papel social de morador do Chaparral, que significa nas vozes sociais, que falam atrás de suas costas (MEY, 2000), que se perpetua nessas vozes, quer ele goste ou não disso, por isso ele o nega.

No segundo *post*, embora o autor pareça dar seguimento a uma inocente narrativa — “continuando sobre a historia da chaparral” —, ao discorrer a respeito da estrutura física da localidade, de quantas quadras o Chaparral se constitui, de onde ficam as praças — “pontos de grande concentracao de comercio como padarias, bares e oficinas mecanicas. brechos, lanchonetes e tec. (sic.)³⁰” —, ele continua a enfatizar as condições favoráveis de ser morador do lugar, suas áreas de lazer e, depois, os trabalhos sociais nas quadras de esporte: “sao desenvolvido trabalhos sociais com crianças de baixa renda do tipo escolinhas de futsal, voleibol, handebol, basquetebol e etc... projetos desenvolvidos por alguns moradores

³⁰ Pelo contexto, entendo que tenha havido um erro de digitação em “tec.”, que deveria ser lido como “etc.”

comprometidos com a qualidade de vida das futuras gerações de brasileiros”³¹ (LEMOS, 2011b). Ao expor esse fato, Lemos demonstra sua preocupação em angariar a simpatia do leitor, pois o que ele expressa funciona discursivamente como se afirmasse: “vejam, no Chaparral, moram boas pessoas, orgulhosas, cidadãos, patriotas, voluntários capazes de atuarem socialmente pelo bem-estar de crianças pobres e pelo futuro do país”. Isso mostra ainda mais nitidamente o engajamento social do autor e a importância que ele dá às agências sociais de iniciativa de moradores (campo).

Nessa linha, com o reforço argumentativo do “ainda” (KOCH, 2001), ele introduz sua exposição a respeito das organizações sociais existentes no Chaparral, mostrando que a agência em prol da comunidade não é iniciativa isolada de moradores esparsos, mas que há instituições organizadas, atuantes e que conseguiram, por exemplo, a modificação de uma parte do Posto de Saúde número 8, instalado em frente à praça da QNL 24 (único posto de saúde do Chaparral):

ainda podemos contar com diversas associações de moradores que atuam nas mais diversas áreas sociais do tipo Transportes, segurança, moradia e direito juvenil, posso citar algumas dessas associações Associação dos moradores das novas qnl, Associação pro-melhoramento das novas qnl's Movimento Jovem das qnl's, Jovens de Garra, Prefeitura da nova qnl. **Essas associações são algumas de maior notoriedade dentro do setor, são as mais ativas das quais me lembro.** na área da saúde temos um posto na quadra qnl 24/26 o posto de saúde número 08, que nesse ano passou por uma obra o afastamento do alambrado que **foi um trabalho desenvolvido por duas associações que pressionaram o governo local** a afastar um alambrado que existia no posto, que não dava condições de estacionamento e tranquilidade aos usuários do posto em questão. (LEMOS, 2011b; negritos meus)

Nos dois *posts* e também no comentário na Wikimapia, percebe-se a busca continuada pela persuasão do leitor, deixando entrever a ideia de que o Chaparral é um lugar que corresponde ao que é desejado relativamente a moradias e de que seus moradores não precisam ser temidos (campo). No Chaparral de Lemos, as pessoas são constituídas como lutadoras, engajadas socialmente, comprometidas com o bem-estar das futuras gerações e, por consequência, com o Brasil (campo). Pela argumentação, ele as inclui entre os cidadãos brasileiros idôneos e, de certa maneira, idílicos: eles não somente lutam pela própria sobrevivência, mas pensam como comunidade, e agem em grupo na luta para que o lugar onde vivem, que já corresponde aos padrões aceitos de lugar considerado “benéfico”, se torne melhor pelo bem de todos e do Brasil.

³¹ Apesar de o trecho “futuras gerações de brasileiros” parecer provocar o efeito de sentido de que as crianças ainda não são “brasileiros”, entendo que Lemos (2011b) pretendia dizer que elas são os “cidadãos brasileiros” do futuro, o que retoma a frase popular: “crianças são o futuro do país”.

Parafrazeando a figura do romantismo europeu do “bom cavaleiro andante” ou do romantismo brasileiro do “bom silvícola”, teríamos a representação do “bom morador do Chaparral”, que, na visão expressa por Lemos (2011a, b e c), é mais anjo que demônio. Em outra perspectiva, pela voz interdiscursiva que diz que a criminalidade no Chaparral é alta, como nada se diz a respeito de quantificação desse “alta”, pela sua vagueza, aquele que lê o texto certamente constitui, para os moradores do lugar, a configuração identitária de criminosos ou, pelo menos, de que grande parte deles o seja. Pelo modo de operação de ideologia fragmentação (THOMPSON, 2011), constitui-se aí um inimigo — o Chaparral — projetado como local de criminosos, visto que o adjetivo “alta” é, frequentemente interpretado nesse contexto — alta criminalidade — como intensamente elevada, muito grave, seríssima. Dessa maneira, os moradores são, então, projetados como maus, perigosos, ameaçadores: mais demônios do que anjos. Por meio da estratégia ideológica expurgo do outro, o Chaparral e seus moradores são, então, opostos discursiva e ideologicamente como alvos nocivos contra os quais os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgar.

Na terceira publicação — o comentário como visitante —, Renne Lemos (2011c) se posiciona como um sujeito cuja história se confunde com a do Chaparral:

ola a todos que estão curiosos de se informarem de como tudo começou **posso lhes contar pois sou filho do fundador e idealizador do setor conhecido como chaparral**,hoje localizada entre A Ceilandia sul e Taguatinga norte, proximo ao terminal rodoviario e na via do Detran. **Tudo começou muito antes** de 1983, aproximadamente nos anos de 1975, **quando chegamos na invasão** vindo de uma tentativa frustrada de si estabelecer no Rio Grande do Norte, tudo que tinhamos de bens foi investido nessa aventura **claro** que as coisas não saíram como esperavamos e tivemos que voltar e voltamos **quebrados sem dinheiro e tivemos que ir para a invasão** hoje apelidada de VILA MAESTRO localizava-se abaixo das quadras QSCs em Taguatinga sul proximo a bica d'agua hoje em frente ao parque SABURO ONOYAMA O FAMOSO VAI QUEM QUER. (LE MOS, 2011c; caixa alta do autor; negritos meus)

O autor fala das dificuldades de sua família como parte da história da Nova QNL-Chaparral, como uma história comum na invasão: eles “tiveram” de ir morar na invasão, pois estavam “quebrados sem dinheiro”. Não foi uma decisão aleatória, ou apenas para ganhar lotes, como é comum pensar sobre os moradores de invasões. O “claro”, modalizador usado para falar da tentativa frustrada da família de se estabelecer no Rio Grande do Norte, provoca o efeito de sentido de que investir todos os bens em uma aventura só poderia dar errado, mas indica ainda o fato de que certas fatalidades da vida podem gerar a necessidade de morar em invasões. Também provoca o efeito de sentido complementar de que não é possível, a partir do “nada” financeiro — “quebrados sem dinheiro” —, conseguir uma moradia própria sem ajuda.

É provável que nem todos os invasores de áreas públicas estejam ou estiveram na situação da família Lemos quando foram morar lá, mas, por certo, uma boa parcela o fez por necessidade real e não por mero oportunismo. Em outro patamar, de acordo com Lemos, o oportunismo durante a luta dos moradores das invasões existiu, entretanto esteve ligado mais a questões político-eleitorais, como mencionado pelo autor:

a associação começou a ter uma força muito grande assim foram feitas campanhas de vacinação atendimento da defesa civil, **visitas de secretários de estado**, com o intuito de trazer benfeitoria a comunidade (...) **havia uma grande pressão para as eleições diretas, e alguns desses secretários e administradores querendo ser reconhecidos em uma eventual eleição começaram a apoiar esse movimento** indo a tv junto com os moradores e suas associações **começaram a participar de manifestações** até que em 1980 (LEMOS, 2011c; negritos meus)

Quando diz “em uma eventual eleição”, Lemos parece referir-se ao fato de que, até 1990, os governadores do Distrito Federal serem indicados pelo Governo Federal do Brasil³² (ELEIÇÕES, 2017). Certamente, portanto, Lemos fala dos secretários e dos administradores que trabalhavam com esses governadores “biônicos”³³ e da possibilidade de passar a haver eleições no DF. No caso, esses secretários e administradores poderiam se eleger para cargos como o de deputado distrital, por exemplo, dada a conjuntura propícia, depois que eles se manifestassem a favor daqueles cidadãos, então organizados em associações, para que conquistassem suas moradias próprias com a ajuda governamental. É desse oportunismo que Lemos trata nesse excerto.

O oportunismo de alguns não justifica, porém, o pensamento comum de que quem vai morar em invasões o faz, sem necessidade, apenas para receber lotes do Governo³⁴. Ao contrário do que muitos possam pensar a esse respeito, assim como padeceu a família de Lemos, é correto afirmar, segundo a argumentação do autor, que os demais alocados na “Nova QNL” também sofreram pela conquista de uma moradia própria:

em 1980 foi criado o setor NOVA QNL destinado a moradores das invasões de Taguatinga norte e sul pretendia-se erradicar as invasões da cidade de Taguatinga então no dia 28 de julho de 1984 as primeira famílias foram removidas dessa invasões sendo cuidadosamente encaminhada as suas futuras residencias com endereços **ali começa uma nova vida para todos aquele homens e mulheres que sofreram para possuir seus lotes ou casas** (LEMOS, 2011c; caixa alta do autor, negritos meus)

³² Também eram indicados pelo governo os governadores dos territórios e os prefeitos das estâncias hidrominerais.

³³ Os governadores e prefeitos, nesse caso, eram popularmente chamados “biônicos” (BIÔNICO, 2018). Em 1990, houve as primeiras eleições no DF para governador, senador, deputados federais e deputados distritais.

³⁴ Não pretendo entrar nesse mérito aqui. Ele foi mencionado porque o texto analisado o induz.

A intencionalidade do autor (campo) pode não ser apenas contar como tudo começou, mas também expor as dificuldades de sua família em particular e a liderança de seu pai na invasão; entretanto, com esse intuito, Lemos acaba por mostrar que os primeiros moradores do local hoje conhecido como Chaparral, quando ainda residiam nas invasões, já eram capazes de despender esforços para alcançarem objetivos comuns, especialmente sob a orientação de um líder (campo):

Quando chegamos havia muita sujeira e desorganização de todos os aspectos e uma **discriminação generalizada por parte do poder público** que não realizava nem um tipo de apoio ou serviço público para a comunidade o esgoto era a céu aberto muita criança desnutrida mulheres sem pre natal doenças de todos os tipos tudo muito precário sofrido mas ninguém se mexia pois tinha medo de ser expulso pelos fiscais da administração regional de taguatinga então meu pai O senhor antonio clementino neto " O MAESTRO" tomou as dores e começou a organizar os bicos e sanear os esgotos acreditem com latas de óleo de soja e pedaços de canos encontrados nos entulhos logo toda **a vila já estava envolvida nesses projetos que so fortalecia a cidadania e davam animo aos moradores** (LEMOS, 2011c; caixa alta do autor, negritos meus)

O Chaparral, na visão de Lemos, embora seja “conhecido” por ter elevada criminalidade, tem um povo lutador, capaz de criar associações e até de, ainda nas invasões, “ludibriar o governo [militar]”, na época da ditadura:

o governo militar não permitia reunião pois achavam que era um motim contra o governo então com muita habilidade criou-se a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA MAESTRO, a vila recebeu esse nome por parte dos moradores em uma votação popular pois precisa-se de um nome para registro da associação e assim ficou "VILA MAESTRO" **os jornais da época deram muita atenção pois havia se quebrado um paradigma de um grupo de pessoas sem cidadania sem endereço fixo ludibriar o governo daquela forma dessa maneira a associação começou a ter uma força muito grande (...) a ideia de se reunirem em associações virou febre entre as outras invasões** tipo chaparral, 13 de dezembro boca da mata e etc, esse presidente de associações começaram a cobrar do governo um direito básico o de moradia com cidadania (LEMOS, 2011c; caixa alta do autor, negritos meus)

Lemos mostra que os antigos moradores das invasões não ficaram quietos, amedrontados quando não havia democracia, na época da ditadura no Brasil. Esse “grupo de pessoas sem cidadania sem endereço fixo” se apropriou de um mecanismo social reconhecido e aceito — uma associação registrada, ou seja, institucionalizada — para poder se reunir com a “benção” do Estado e cobrar deste o direito à “moradia com cidadania”. Essas pessoas, agora cidadãs organizadas em associações, “ludibriaram” o governo e podiam até cobrar dele seu direito básico “de moradia com cidadania”.

Antes mesmo da criação das associações, a organização elaborada desses indivíduos, que, nem sequer, podiam se reunir abertamente por causa da repressão governamental nos anos 1970, já tornava clara sua habilidade de melhorar o ambiente em que viviam em vez de ficarem

à mercê da boa vontade governamental. Eles agiram, sob a atuação de um líder, para “organizar os becos e sanear os esgotos”, reutilizando materiais:

O senhor antonio clementino neto ' O MAESTRO" tomou as dores e começou a organizar os becos e sanear os esgotos acreditem com latas de óleo de soja e pedaços de canos encontrados nos entulhos logo toda a vila já estava envolvida nesses projetos que só fortalecia a cidadania e davam ânimo aos moradores mas faltava algo que não havia em Brasília (LEMOS, 2011c; caixa alta do autor, negritos meus)

A comunidade que vivia na sujeira, excluída — nas palavras de Lemos (2011c), “um grupo de pessoas sem cidadania sem endereço fixo” —, depois de se organizar em associações, mudou de *status* social, pois conseguiu garantir, pelo menos, seus lotes ou casas na “Nova QNL”:

então o setor NOVA QNL hoje é uma realidade **mas** com o tempo **as coisas foram saído de controle** coisas como moradores que não se conheciam foram morar em quadra destinadas a outras invasões **e começou a discórdia** entre os moradores que **levou ao setor um alto índice de violência** que permanece até hoje (LEMOS, 2011c; caixa alta do autor, negritos meus)

O novo lugar reuniu pessoas oriundas de invasões distintas, o que gerou o conflito interno provocador de violência. Novamente o “mas” estabelece a oposição na argumentação, que explica o motivo — ou um dos motivos — pelo qual passou a existir violência no Chaparral. Em seguida, Lemos (2011c) se mostra indignado com o poder público:

e o poder público não fazia absolutamente nada e por esse motivo [a violência] apelidou-se o setor de chaparral pois esse era um seria de bang bang dos anos 80 que morria muita gente e até hoje o lugar é conhecido como chaparral diga-se de passagem que a maioria dos moradores não gostam de ouvir, mas tem uma parte que adoram esse nome pois dão a eles um poder. mas o setor NOVA QNL fica na =QNL 14 até a QNL 30 sendo nove quadras 14,16,18,20,22,24,26,28 e 30 cada quadra contém entre 5 conjunto do A ao F e as vezes chegando ao G e cada conjunto possui entre 49 a 55 casas, **mas posso garantir que é uma comunidade pacífica e ordeira.** (LEMOS, 2011c; caixa alta do autor, negritos meus)

As palavras do autor, como efeito de sentido complementar, apontam para o fato de que a violência, a falta de segurança e a negligência do Estado são antigas no Distrito Federal e no Chaparral. O terceiro texto de Lemos mostra-nos, dessa maneira, um Chaparral mais violento do que o primeiro. Nele, a violência, que se mantém “até hoje”, começou por causa de discórdias entre desconhecidos que foram morar próximos; no primeiro, o local é apenas “conhecido por ser um setor onde a criminalidade é alta”. Ambos, contudo, trazem informações paradoxais, pois Lemos menciona a “criminalidade alta”, apesar de afirmar que o povo seja “ordeiro e comunicativo” (LEMOS, 2011a) ou que a comunidade seja “pacífica e ordeira” (LEMOS, 2011c). Essas afirmações paradoxais demonstram o conflito necessário para a

construção da identidade coletiva do morador do Chaparral, pois, como afirma Bauman (2005), busca-se a constituição identitária quando as identidades estão em conflito.

No terceiro texto, o paradoxo se faz ainda mais patente do que no primeiro, pois Lemos (2011c) afirma que “moradores que não se conheciam foram morar em quadra destinadas a outras invasões e começou a discórdia entre os moradores que levou ao setor um alto índice de violência que permanece até hoje”, que o local até foi apelidado de Chaparral por causa de uma série de banguê-banguê com esse nome, e na qual “morria muita gente” e, em seguida, garante que a comunidade do Chaparral é “pacífica e ordeira”.

Ele também afirma que alguns não gostam do “apelido” Chaparral, mas que outros “adoram esse nome pois dão a eles um poder”. O fato de a designação “empoderar” certos moradores é mais uma questão relevante, pois mostra mais uma vez o peso político e ideológico da palavra. Qual fosse a poção mágica do druida Panoramix³⁵, a designação Chaparral, de acordo com Lemos, confere poder: “tem uma parte que adoram esse nome pois dão a eles um poder”. Entretanto, a ligação desse “poder” não é com a bem-aventurança, mas com a criminalidade, com o fato de morrer muita gente na série de TV.

Pela designação, na narrativa de Renne Lemos, o Chaparral passa a ser, por extensão, um lugar em que morre muita gente (e, talvez por isso, tenha a capacidade de “dar poder”), como se pode observar em: “apelidou-se o setor de chaparral pois esse era um seria de bang bang dos anos 80 que morria muita gente e até hoje o lugar é conhecido como chaparral”. É como se afirmasse, por extensão: “e até hoje morre muita gente no Chaparral”. Essa é uma das implicaturas do dito no contexto do texto de Lemos. O cotejo com a série da TV americana Chaparral, já mencionada no capítulo 2, mostra, desde a origem, a relação discursiva entre a designação da localidade e a violência a ela atribuída.

Independentemente da origem real do nome, que parece perdida em reminiscências, permanecem — fundados, no e pelo medo do outro — os mitos e as lendas que transferem para a designação Chaparral o peso discursivo da violência e da criminalidade, como ocorre no texto de Lemos. Por meio do “apelido”, a prática social de fazer associações discursivas do Chaparral com uma série de TV em que “morria muita gente” imputa ao Chaparral uma grande carga discursiva de negatividade. É essa negatividade, e não uma fórmula mágica, que dá poder a alguns.

³⁵ Personagem de revista em quadrinho, criado em 1959 pelos autores franceses Albert Uderzo e René Goscinny, juntamente com Asterix, Obelix e toda a sua aldeia na Gália. Nos quadrinhos, a aldeia era a única ainda não tomada pelos romanos por causa da poção mágica criada por Panoramix. Quem a tomava adquiria força sobre-humana por algum tempo.

Contudo, esse também é um modo de operação da ideologia (THOMPSON, 2011), já mencionado no capítulo anterior, a dissimulação. A estratégia é o deslocamento do nome da série de TV americana “Chaparral” para designar a invasão e, depois, para designar o conjunto de quadras pares de 14 a 30 da QNL, criado para abrigar cidadãos oriundos de invasões. Atuando dessa forma, a ideologia opera para a segregação desses cidadãos e para a manutenção das condições que sustentam a dominação por meio da distinção entre classes sociais, pois, embora aquelas pessoas que tinham apenas a invasão para morar tenham passado a ser proprietárias de imóveis, elas foram vítimas de uma espécie de *bullying* social, por meio da designação. Novamente marginalizadas, estigmatizadas por meio da designação, como se continuassem desempenhando o papel social de invasoras.

Há, nos três textos, o jogo da linguagem em gêneros possibilitados pelo advento da internet, o post de blog e o comentário em site. Por meio deles, em português informal, próprio desses gêneros, Lemos contextualiza historicamente o Chaparral (ou Nova QNL) e constitui identitariamente os moradores. Obviamente, há um conhecimento mais apurado da linguagem, dos pressupostos, das implicaturas, das formações ideológicas e sociais (MEY, 2001), de que o autor, provavelmente, não esteja ciente para escolher conferir certos sentidos e não outros aos que diz (ORLANDI, 1996a). Por exemplo, ao negar a voz que diz que o Chaparral é ruim (não é benéfico) para viver, acaba por confirmar o dito — que a criminalidade no Chaparral é alta, que há violência no lugar e que foi essa violência que lhe gerou o “apelido” —, o que parece ratificar a afirmação de que lá não é local adequado para viver. Ou seja: a ideologia opera por meio da voz de Lemos para fragmentar essa identidade de “bom morador do Chaparral” que ele busca construir. Ao repetir a voz que afirma a elevada criminalidade naquela comunidade, a estratégia ideológica de segmentar os moradores do Chaparral opera em sua voz e o local se projeta como mau, perigoso, ameaçador. A estratégia ideológica é o expurgo do outro: no caso, o expurgo do próprio Chaparral e de seus moradores. Lemos (2011a e c), então, se trai pela própria linguagem que usa em defesa do lugar onde mora, quando em sua voz se fala a voz de outros trazida do interdiscurso. Isso também significa na construção da identidade dos moradores pelo autor como foi mostrado acima.

Entretanto, ainda que seja assim, esse modo usado por Renne Lemos para significar/ressignificar o Chaparral e seus moradores é parte intrínseca de sua agência pelo discurso (tenor). Claramente, como linguagem que são, os textos desse autor trazem em si a dialogicidade (BAKHTIN, 2002), a interagência, pois refletem e refratam as vozes sociais que estão “por trás” deles, mas também buscam rompê-las, pois, apesar de, paradoxalmente,

corroborarem o argumento da “alta criminalidade”, usam-no como mote para constituir, para os moradores do Chaparral, a identidade de povo ordeiro, comunicativo, pacífico, orgulhoso do local onde vive (CAMPO). Esse fato, se não elimina o argumento da criminalidade, pelo menos o enfraquece.

A identidade coletiva conflituosa constituída para os moradores do Chaparral pelo comentário de Lemos (2011c) é a de um povo que, “até hoje”, convive com a violência provocada pela discórdia no início de suas realocações, mas que é “pacífico e ordeiro”; um povo cuja maioria não gosta da designação Chaparral, mas alguns gostam, pelo “poder” que ela proporciona. Essa constituição identitária é possível, visto que Lemos, em momento algum, generaliza a violência como sendo atributo de todos no Chaparral. O que ele generaliza é a ordem (LEMOS, 2011a e c), a comunicatividade (LEMOS, 2011a) e a pacificidade (LEMOS, 2011c) dessa comunidade (campo).

3.1.2 Chaparral-DF: terror da capital

Apesar de o Orkut ter sido desativado em 30 de setembro de 2014, essa rede social durou 10 anos (ORKUT, 2018), tempo suficiente para que os discursos veiculados ali fossem disseminados. Esse é o motivo pelo qual mantive a apresentação da comunidade “CHAPARRAL DF-terror da capital” nos dados desta pesquisa. Para identificar o criador da comunidade nesta pesquisa, resolvi chamá-lo de Tiago. (TIREI O OUTRO LUGAR)

Exponho a seguir, todo o texto, como aparecia no Orkut, e, logo após, apresentam-se as análises das categorias campo, tenor e modo:

CHAPARRAL DF-terror da capital  **Participar da comunidade**

idioma: Português (Brasil)

categoria: Países e Regiões

tipo: público

visível por: público

criada em: 02/02/2007

local: taguatinga - novaQNL, BRASILIA, 72000, Brasil

proprietário:

moderadores:

[ocultar perfil](#)

racinais mc's

""CHAPARRAL""³⁶

ESSA PORRA É UM CAMPO MINADO
TANTAS VEZES EU PENSEI EM MI JOGAR DAQUI
MAIS AÍ MINHA AREA É TUDO QUE EU TENHO
A MINHA VIDA É AQUI
EU NÃO CONSIGO, SAIR
É MUITO FÁCIL, FUGIR!
MAIS EU NÃO VOU
NÃO VOU TRAIR QUEM EU FUI QUEM EU SOU
GOSTO DESSA TERRA DE ONDE EU VIN
SEM LAMENTOS DA FAVELA
FOI MUITO BOM PRA MIN
CADA LUGAR UM LUGAR
CADA LUGAR UMA LEI
EM CADA LEI UMA RASÃO
QUE EU SEMPRE RESPEITEI.....

"chaparral, temida e respeitada por muitos, mais para a minoria um local de moradia"

CHAPARRAL O TERRO DA CAPITAL

... PROCURA A SUA, A MNIHA EU VOU ATRAS
VAMOS JUNTOS ENCONTRAR A FORMULA MÁGICA DA PAZ.

(CHAPARRAL DF, 2013)

3.1.2.1 Campo

Já no título — “CHAPARRAL DF-terror da capital” —, a primeira ação social que o criador da comunidade pratica é a perpetuação do discurso, resgatado do interdiscurso, de que o Chaparral é um lugar perigoso, “o terror”; a segunda é se mostrar poderoso por ser de um lugar assim. Todo o texto de apresentação da comunidade funciona como ação em prol da causa do morador do Chaparral, que, juntamente com a localidade, deve ser temido e respeitado, pois Tiago está engajado na ação social de marcar discursivamente o lugar como aquele que merece deferência ainda que seja por respeito e temor.

A apresentação da comunidade funciona como meio de angariar adeptos que pensem como seu criador, no caso, a respeito do Chaparral, de maneira a constituir um grupo de companheiros para discutir assuntos relacionados ao lugar. Essa é outra ação social que Tiago

³⁶ O texto foi copiado do Orkut, como se apresenta nesta tese. Na época, não pude verificar mais dados da comunidade, como, por exemplo, o número de membros. Além do título, alguns versos do poema não condizem exatamente com a letra da música “Fórmula mágica da paz”, dos Racionais MC’s (RACIONAIS, 2018). O que, aparentemente, pode ter ocorrido é que Tiago tenha ouvido a música e escrito no Orkut, sem conferir a letra escrita. Pode-se encontrar a letra original no *site* indicado nas referências deste trabalho.

prática ao criar a comunidade. Esses textos eram regulados pelo Orkut e a comunidade poderia ser excluída, se fosse denunciada por usuários daquela rede social e se comprovasse, por exemplo, que os textos ali expostos ferissem direitos humanos, dos animais ou fizessem apologia à prática de crimes.

3.1.2.2 Tenor

Tiago escreve com a autoridade de quem foi criado no Chaparral e, portanto, de quem sabe o que diz. Durante o texto de apresentação da comunidade — como se pode perceber pela análise do modo do discurso, a seguir —, o Chaparral é construído como um lugar que deve ser temido e “respeitado” (no sentido de ‘que inspira temor’). Por extensão, juntamente com o lugar, Tiago, outros possíveis participantes da comunidade do Orkut, que, provavelmente, também são moradores, e os demais moradores do Chaparral são seus interagentes construídos como aqueles que devem ser temidos e respeitados. Os diálogos e os participantes eram regulados pelo moderador. Com isso, poder-se-ia garantir, por exemplo, a permanência apenas de membros que concordassem com o proposto pelo criador.

Contudo, a própria necessidade de afirmação do Chaparral como lugar a ser temido e respeitado já constitui discursivamente outros leitores, de fora do Chaparral, como interagentes. Também a apresentação da comunidade, cheia de conflitos, pressupõe discursos de outros sobre o Chaparral: daqueles que não o respeitam nem temem e até daqueles que já o respeitam e temem. Além de seus companheiros, possíveis participantes da comunidade, é com esses outros que Tiago dialoga, pois sua agência, ao criar a comunidade, é uma atitude responsiva (BAKHTIN, 2002).

O autor se constitui textualmente — e, por extensão, os outros moradores do Chaparral —, como aquele que não trai a terra de onde veio. Ele o faz por meio de alguns versos da letra da música dos Racionais MC’s: “É MUITO FÁCIL, FUGIR! /MAIS EU NÃO VOU /NÃO VOU TRAIR QUEM EU FUI QUEM EU SOU”. Ao citar o nome dessa banda antes da letra da música que usa para apresentar a comunidade, Tiago se constitui ainda como aquele que não plagia, o que implica sua honestidade, “embora” seja morador do Chaparral e, portanto, conforme o texto, alguém a ser “temido”.

3.1.2.3 Modo

Tiago usa a internet como canal para se expressar. O gênero do seu texto é a “apresentação de comunidade”, criado pelo Orkut, na época. Ele usa o nome da comunidade, um trecho da letra de uma música, afirmações esparsas, sob a tipologia (aparente) variada — exposição, descrição, persuasão, injunção (“procura a sua”, “vamos juntos”) —, para angariar adeptos que pensassem como ele sobre o Chaparral para a comunidade e formar um grupo de companheiros para falar sobre o lugar (certamente sua intencionalidade inicial, visto que toda comunidade necessita de mais de um adepto).

O texto foi escrito em português informal e qualquer pessoa poderia participar da comunidade “Chaparral - terror da Capital”, que era pública. Sua intencionalidade subliminar, entendida nas entrelinhas por meio da análise, era a persuasão dos interagentes de que o Chaparral é um lugar difícil, perigoso, complicado, mas do qual não se consegue sair, pois isso seria uma traição. Tiago demonstra, então, lealdade ao local, apesar das dificuldades, dos perigos e das complicações. O Chaparral é construído como um lugar que deve ser temido e “respeitado”. O último termo, no contexto, juntamente com o anterior, provoca o efeito de sentido de que o Chaparral é um lugar “que inspira temor” pela força e, por isso, é “objeto de reverência” (HOUAISS, 2009.12).

Diferentemente de Lemos (2011a, b e c), essa comunidade, aparentemente, apresenta o Chaparral como um lugar que não é benéfico: “terror da capital”, “essa porra é um campo minado”, “temida e respeitada”. Não obstante, o anúncio do lugar como sendo o “terror da Capital”, já no nome da comunidade, parece uma forma de mostrar o que Lemos (2011c) chama de “um poder”. Como se pode verificar na seção anterior, Lemos afirma que há quem deteste o nome Chaparral, mas também quem o “adore”, por causa de uma forma de “poder” que a designação confere. Esse fato ratifica a afirmação de que a designação é uma questão política (RAJAGOLPALAN, 2003), pois ao nome Chaparral se agrega o sentido de “poder” pelo “temor” que provoca.

Embora a forma de Tiago escrever seja bastante informal, suas estratégias argumentativas são bem articuladas. Junto com o nome da comunidade, um trecho da letra da música “Fórmula mágica da paz”, da banda Racionais MC’s (RACIONAIS, 2018)³⁷, que foi citada no alto, foi usada como um tipo de cartão de visita, sob o título “CHAPARRAL” (escrito assim mesmo, entre quatro aspas duplas), como se o nome do poema fosse esse. O texto

³⁷ Alguns versos não estão exatamente iguais aos da letra da música.

serve ao propósito (campo) de expor o que o criador da comunidade sente relativamente ao local onde vive³⁸.

O primeiro verso da música corrobora o que diz o nome da comunidade: que o Chaparral é um “terror”, “um campo minado”. Essa analogia provoca o efeito de sentido de que a pessoa pode explodir dependendo de onde ela pise. Nos versos seguintes, completa-se o paradoxo: apesar de o lugar ser “um campo minado”, o sujeito — ou o “eu lírico” — não consegue sair, ao mesmo tempo em que, para ele, “é fácil fugir”, o que seria uma traição desse “eu” que permanece o mesmo: “não vou trair quem eu fui quem eu sou” (tenor). Dessa forma, a única coisa que se pode fazer é gostar dessa terra, sem lamentos — “gosto dessa terra de onde eu vim sem lamentos da favela”³⁹ —, pois o Chaparral, afinal, se mostrou bom: “foi muito bom pra min”. A respeito disso, como exposto no segundo capítulo deste estudo, diz Hall (2001, p. 3) que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. De maneira equivalente, Tiago também constitui identitariamente os moradores do Chaparral (campo).

O Chaparral é, nesse caso, um lugar “ruim” — tanto quanto um campo minado pode ser —, além de ser uma “porra”, um lugar do qual não se pode fugir, embora exista a vontade de “se jogar” dali. Ao mesmo tempo, é um lugar bom — “foi muito bom pra min” —, que se deve respeitar, por ter sua própria “lei”. É o que mostra o trecho depois do poema: “chaparral, temida e respeitada por muitos, mais para a minoria um local de moradia”, em minúsculas. Os vocábulos “temida e respeitada” juntos, como aposto explicativo de Chaparral, provocam o efeito de sentido de que aquele lugar é perigoso e, por extensão, que as pessoas que moram lá são temidas. “Respeito”, nesse contexto, não provoca o efeito de sentido de lugar estimado, que merece deferência, no “bom sentido”, mas de local que inspira temor (pela força), que deve ser reverenciado, não em função de suas virtudes, mas por infundir medo, receio, por ser o terror da capital. Esse medo do outro, que não moradores sentem do Chaparral, é provocado pelo desconhecimento desse outro, que “é um dos principais fatores de medo, mais especificamente o medo da violência física” (PEREIRA, 2007).

Pela voz de Tiago, o Chaparral se constitui, então, como localidade que inspira medo e terror em muitos indivíduos. O medo do outro frequente nas grandes cidades (PEREIRA, 2007), expresso por essa voz social interagente no texto (tenor), é resgatado do interdiscurso e se traduz

³⁸ Repito o poema aqui para facilitar a análise.

³⁹ Estes versos, na letra da música dos Racionais MC's, são diferentes, especialmente na parte grifada: “Não vou trair quem eu fui, quem eu sou/ Eu gosto de onde eu 'to e de onde eu vim/Ensinarmento da favela foi muito bom pra mim/Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, cada lei uma razão” (RACIONAIS, 2018; negritos meus).

na voz de Tiago como medo do Chaparral, no entanto, surge com um viés de temor e de respeito necessário para que o Chaparral e seus moradores sejam deixados em paz no seu território. Esse é um modo de constituir o Chaparral como pertencente a seus moradores, um meio de demarcá-lo como território, como propriedade (campo).

Entrevejo aí dois modos de operação da ideologia, apoiados em Thompson (2011): a dissimulação, que oculta, nega e obscurece relações de dominação para que elas sejam estabelecidas e sustentadas; e a fragmentação, que segmenta indivíduos e grupos. O medo construído por esses dois modos de operação da ideologia atua como elemento criador de fronteiras simbólicas.

No texto de Tiago, depara-se, então, com um tipo de dissimulação que opera por meio da “autoafirmação pela identificação estigmatizadora”. Ou seja: as formas simbólicas “terror da capital”, “temida e respeitada”, “campo minado” são usadas pelo autor como se conferissem poder ao Chaparral e a seus moradores, mas esse falso fortalecimento, na verdade, dissimula a desvalorização do Chaparral e de seus moradores por grupos sociais hegemônicos. Embora essa representação do Chaparral apareça como algo que o fortalece, que lhe agrega um tipo de valor, ainda que seja o poder gerado pelo medo, esse efeito de sentido dissimula, oculta a ação da ideologia. Como diz Lemos (2011c), essa visão confere — ou aparenta conferir — a alguns um tipo de poder, contudo, ao fazer com que esses indivíduos pensem que têm poder, na verdade a ideologia opera arditosamente para manter a exclusão do Chaparral do restante da QNL, de Taguatinga e até do DF, por meio da demarcação das fronteiras estabelecidas pelo medo.

Esse acontecimento, a meu ver, não se encaixa em nenhuma outra estratégia ideológica relacionada por Thompson (2011), mas é uma forma de dissimulação, pois os indivíduos acreditam que estão se “empoderando”, quando, na verdade, contribuem para a manutenção do estigma social. Tomei, então, a liberdade de acrescentar essa estratégia ideológica, no modo de operação da ideologia “Dissimulação”, de Thompson (2011), bem como a explicação pertinente a ela, na coluna “ação” da tabela, na linha “Dissimulação”.

As mesmas expressões — “o terror da capital”, “campo minado” “temida e respeitada” —, também atuam na fragmentação do Chaparral, isolando-o dentro dessas fronteiras simbólicas. A estratégia é o expurgo do outro e, por meio dela, um inimigo é construído como mau, perigoso e ameaçador: o Chaparral e seus moradores. Dessa forma, o Chaparral é segregado juntamente com seus moradores. Na voz de Tiago se fala, pois, a voz do medo e da exclusão, trazida do interdiscurso (tenor).

Apesar disso, o Chaparral, de acordo com Tiago, é “um local de moradia”. Não para aqueles que o temem e o “respeitam”, que são “muitos”, mas, para uma “minoría”, é o lugar onde se vive, que se habita. Pelo contexto, entendo que o vocábulo “minoría” expresse o efeito de sentido de ‘maioría’, visto que “muitos” se contrapõe, no texto, a “minoría”, mas não como antônimos. A oposição se dá mais no sentido de os que moram no Chaparral estão em maior número do que os que o temem: muitos são os que o temem, mas para a “maioría” é “um lugar de moradia”. Essa visão é importante, pois identifica o Chaparral como lugar em que moram pessoas, em oposição a lugar a que se teme ou “respeita”.

A maior parte das passagens da apresentação da comunidade é escrita em caixa alta, o que, frequentemente, corresponde a gritos na internet (MELHOR, 2018; STACK, 2018). Ainda que o autor não tenha ciência disso, a força significativa da caixa alta é de impacto e provoca o efeito de sentido de que se busca reforçar o dito, como se se desejasse suplantar outras vozes e impor aquela: a voz da comunidade, que, então, se confunde com a de Tiago (tenor).

Os dizeres do título repetidos quase no fim do texto — “# CHAPARRAL O TERRO DA CAPITAL #” —, em caixa alta e entre cerquilhas, funcionam como um tipo de “grito de guerra”, como para incentivar seus membros ou seguidores à ação. Em seguida, por meio da tipologia textual injunção, mais alguns versos da letra da música dos Racionais MC’s, também escritos em caixa alta, exortam: “... PROCURA A SUA, A MNIHA (*sic*) EU VOU ATRAS VAMOS JUNTOS ENCONTRAR A FORMULA MÁGICA DA PAZ”⁴⁰.

A apresentação da comunidade mostra, desse modo, sempre o conflito, mas, quando há crise, quando há conflito é que há a necessidade de afirmação das identidades (BAUMAN, 2005; HALL, 2006; WOODWARD, 2000): o Chaparral é “o terror”, é um campo minado, é temido, ao mesmo tempo que é moradia, que não se pode deixá-lo, que é a terra amada do autor, cuja vida “é” lá, pois o Chaparral faz parte de quem ele é. Por causa disso, na última parte, fica o convite: “vamos juntos encontrar a fórmula mágica da paz” (campo). Em meio a esse conflito, a constituição identitária de moradores do Chaparral se faz.

⁴⁰ Em nenhum verso da letra da música contém a expressão “vamos juntos”. O trecho citado por Tiago é este: “Procure a sua, a minha eu vou atrás, até mais/Da fórmula mágica da paz” (RACIONAIS, 2018).

3.1.3 Wallysonstok: sou do Chaparral

O Flogão Wallysonstok, Wallyson (2013) também discorre sobre o Chaparral. O gênero do texto é o “*post do Fotolog*”, com a publicação de uma fotografia por dia e, abaixo dela, um texto descritivo (COELHO, 2018):



....." SOU DO DF CHAPARRAL E MINHA QUEBRADA"

SALVE SALVE AI AOS GUERREIROS E AS MINAS AI DA CHAPARRAL E TODAS AS QUEBRAS PERRIFERICAS DO DF.....SALVE SALVE AI PROS MANOS DOS ARTICULADORES E TODA A RAPA DO CÉU AZUL.....E NOIS....
(WALLYSONSTOK, 2013; grifos do autor)

3.1.3.1 Campo

A natureza da ação social que Wallyson (2013) pratica é, primeiramente, a de situar o Chaparral em uma posição de destaque e declará-lo como seu lugar de pertencimento. Para isso, ele enaltece a localidade já na fotografia, em que demonstra orgulho de ser do Chaparral. Como se verá detalhadamente na análise do modo do discurso, no decorrer do texto, Wallyson pratica ainda outras ações, como reforçar o discurso de dominação masculina, ao situar os indivíduos do gênero social masculino como guerreiros e os do gênero feminino apenas como “minas” (modo).

No Fotolog as atividades são reguladas por meio de um contrato, com seus termos de uso (FLOGÃO, 2018). Como já explicitado, cada assinante pode publicar apenas uma fotografia por dia, juntamente com sua descrição (COELHO, 2018).

3.1.3.2 Tenor

No papel social de assinante do Flogão, Wallyson apresenta o Chaparral com a autoridade de quem é do lugar: ele declara seu pertencimento ao Chaparral e o Chaparral como sua quebrada. Os participantes da interação são Wallyson, seus “seguidores” — aqueles que visitam seu Fotolog regularmente, que podem ser familiares, amigos ou desconhecidos⁴¹ — ou aqueles que o visitam esporadicamente. Os papéis discursivos que eles assumem e as relações sociais entre eles são apresentadas na análise do modo do discurso, como se segue.

3.1.3.3 Modo

Para explicitar sua devoção pelo Chaparral, Wallyson publicou, no Flogão Wallysonstok, a fotografia exposta no início desta seção, em que aparece agachado em cima de uma pedra, em frente a um grafite no qual consta, em letras grandes, o nome Chaparral, para o qual ele aponta. Como não é intenção, aqui, fazer a análise multimodal dessa fotografia, nos moldes de Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1996), apenas ressalto semanticamente sua relação discursiva com o restante do texto que ela inicia para mostrar a intencionalidade do autor (campo). A imagem é relevante na argumentação, obviamente, porque a intenção dos *Fotologs* é que os usuários publiquem fotografias seguidas por pequenos comentários.

No caso, a própria fotografia já é, por si só, um texto argumentativo, pois mostra o orgulho que o autor tem de ser do Chaparral e sua atitude de apontar para a inscrição no muro parece dizer: Chaparral é um lugar muito especial (campo). Isso se confirma na frase logo abaixo da imagem, em caixa alta, com letras grandes, em que Wallyson (2013) diz ser do Distrito Federal e do Chaparral. Embora não descreva a imagem, ele situa o Chaparral em um contexto maior: o autor não é só do Chaparral, mas é do DF; e o Chaparral, além de ser “sua quebrada”, é uma quebrada do DF. As relações são de reafirmação do pertencimento.

Como o “pertencimento” e a “identidade” não são sólidos e imutáveis, mas negociáveis e revogáveis (BAUMAN, 2005, p. 17), esse indivíduo toma a decisão de se manter firme como oriundo do Distrito Federal e do Chaparral, além de declarar o pertencimento do próprio Chaparral ao DF (TENOR). Bauman (2005, p. 18) assegura que essa determinação de se manter firme é crucial tanto para o “pertencimento” quanto para a identidade. Contudo, complementa

⁴¹ Em uma semana, de 7 a 14 de abril de 2019, o Flogão Wallisonstok teve apenas 7 visitas, mas desde o início de sua criação, em 20 de março de 2006, teve 66.386 visitas, sem discriminar visitantes, ou seja, a mesma pessoa pode ter visitado a página inúmeras vezes.

o sociólogo, enquanto o “pertencimento” continuar sendo o destino, condição sem alternativa, a ideia de “ter uma identidade” não ocorre às pessoas.

No texto, Wallyson (2013), como Tiago, no da comunidade do Orkut analisado anteriormente, teve a necessidade de escrever com letras maiúsculas. Ainda que escrever dessa maneira seja um hábito seu e que ele não compartilhe do conhecimento de que, na internet, como já explicitado, letras maiúsculas são, frequentemente, entendidas como gritos (MELHOR, 2018; STACK, 2018), as letras maiúsculas, em seu *post*, destacam o dito e provocam o efeito de sentido de que ele pretende deixar bem claro que gosta de ser do Chaparral. Mais uma vez, nesse texto, a forma mostra o posicionamento do autor (campo): ele parece fazer questão de destacar seu pertencimento e seu orgulho do Chaparral (tenor). Como ensinam Koch (2001, 2003) e Orlandi (2006), o autor não tem controle total sobre o dito (o texto, o discurso), já que ele não é totalmente consciente de tudo o que diz, nem da forma como diz, além de os leitores serem ativos na construção de sentidos. Ou seja: embora Wallison possa desconhecer esse fato, as letras maiúsculas no *post* servem como grifos — o que provoca certos efeitos de sentido — e boa parte dos leitores provavelmente entenderão dessa forma. É como se, naquela posição de sujeito que Wallyson ocupa, fosse preciso gritar para ser ouvido, para sair da invisibilidade, para não ser silenciado.

Outra marca de pertencimento é a frase “é minha quebrada”. O vocábulo “quebrada”⁴², usado por jovens em periferias urbanas brasileiras, informa o que o Chaparral é para Wallyson: sua área, sua “vizinhança”, o lugar periférico — perigoso, humilde, pobre —, com cujos moradores ele tem em comum o pertencimento. Por isso, quando diz “sou do⁴³ DF Chaparral” e que é “sua quebrada”, Wallyson afirma e reafirma que o Chaparral-DF é sua “terra natal”, o lugar onde ele nasceu ou, pelo menos, em que foi criado.

Em letras um pouco menores, mas ainda em caixa alta, o cumprimento a moradores do Chaparral e de outras “periferias” do Distrito Federal — “**salve salve** ai aos **guerreiros** e as **minas** ai **da** Chaparral e todas as quebras perrifericas do DF.....” (WALLYSON, 2013) — traz à tona, pelo menos, duas questões. A primeira: o cumprimento orgulhoso — “salve salve” —, de alguém que fala de longe com as pessoas de sua terra natal, aqueles que vivem onde ele já

⁴² **Quebrada**: palavra frequentemente usada em periferias urbanas do Brasil, para se remeter a lugar alternativo, uma casa, área, bairro ou vizinhança. Exemplo: “*Aparece hoje na minha quebrada*”, “*Eu conheço uma quebrada maneira*” ou “*Aquela é minha quebrada*”. Também pode se referir a um lugar distante do centro da cidade, conhecido por sua periculosidade, humildade ou pobreza. (Compilação das acepções de ‘quebrada’ mais pertinentes ao sentido que esse termo expressa no texto de Wallyson; DICIONÁRIO, 2018; SIGNIFICADOS, 2018). Regionalismo no Brasil: “volta, curva de caminho, estrada, capão etc.” (HOUAISS, 2009.12)

⁴³ No caso, a referência no masculino é ao DF e não diretamente ao Chaparral.

viveu (cresceu). De acordo com o dicionário Houaiss (2015), “que ou quem se origina da mesma terra (que outro)” é seu compatriota (ou compatriota); por conseguinte, pode-se considerar, como construído no texto, que o autor e aqueles com quem ele fala sejam, mais que interagentes, “compatriotas”. A segunda questão é relativa a gênero social: os indivíduos do gênero masculino são “guerreiros” e os do gênero feminino recebem apenas a designação mais genérica “minas”⁴⁴.

Mesmo que essa forma de se referir às mulheres pareça ser apenas uma maneira carinhosa de falar delas, na verdade, é um modo de reforçar o discurso de dominação masculina (BOURDIEU, 2003), pois o vocábulo “minas”, posto ao lado de “guerreiros” — ou depois dele, se for considerada a linearidade —, provoca o efeito de sentido ideológico, resgatado do interdiscurso, de que os homens são melhores — já que construídos como fortes, combativos, batalhadores, belicosos —, enquanto as mulheres são apenas suas companhias, suas acompanhantes, suas garotas, meninas, mulheres. Essas duas palavras — “guerreiros e minas”, usadas juntas na mesma frase, para se referir às mulheres e aos homens, conquanto possa parecer a alguns “descolada”, é um exemplo típico da ação da hegemonia cultural como propõe Antônio Gramsci (MONASTA, 2010), ou seja, é uma estrutura rotineira, do “senso comum”, que funciona como sustentáculo para a dominação ideológica, no caso, masculina, ainda que esse uso tenha inconsciente.

Contudo, para o autor, o Chaparral é um lugar do qual não se deve envergonhar, mas a que ele sente orgulho de pertencer. Toda a publicação deixa claro o desejo de afirmação do lugar como um espaço de pertencimento, onde vivem “guerreiros” e “minas” e que gera boas lembranças. Por outro lado, é também o lugar em que a dominação masculina se perpetua por meio do discurso, resgatado do interdiscurso: o da superioridade masculina e da subalternidade feminina (BOURDIEU, 2003). É desse modo que a ideologia se fala na voz de Wallyson (2013) para constituir identitariamente o Chaparral e seus moradores.

⁴⁴ **Mina:** segundo o Dicionário Houaiss eletrônico (2009.12), o vocábulo ‘mina’ é um regionalismo brasileiro, de uso informal, que significa “mulher jovem; garota, menina”; entretanto, em pesquisa em sites populares na internet, no Dicionário Informal (2019), que se compõe de definições dadas por pessoas que, muitas vezes, não são da área de língua portuguesa, encontrei outras acepções, das quais destaco três, que englobam as demais: “Garota, menina, mulher. Diminutivo de MENINA. Usado por jovens. Feminino de “Mano”” (caixa alta do autor); “Namorada, esposa, noiva”; “Abreviação de menina; forma popular de se referir às moças”.

3.1.4 Ellen Oléria⁴⁵: uma voz de prestígio do Chaparral

Em entrevista ao “Correio Braziliense” (LIMA, 2017), a cantora Ellen Oléria (OLÉRIA, 2017) afirma: "Canto o universo de uma negra, lésbica, criada no Chaparral, região entre Taguatinga e Ceilândia". Pela forte carga identitária desta frase, ela se constitui no único texto de Ellen Oléria a integrar este *corpus* e a ser analisado.

3.1.4.1 Campo

Dentro de uma notícia de jornal (LIMA, 2017), que é pública, foi impressa e publicada na internet, mas que também é regulada e editada pelo periódico, a afirmação de Oléria pode ser lida por quaisquer pessoas, seus interagentes. Semelhantemente aos textos de Lemos, seu discurso pressupõe outros discursos, especialmente o do preconceito, sobre o Chaparral, além de funcionar como agência em prol de causas sociais: a da igualdade racial, de gênero e social.

3.1.4.2 Tenor

A voz de Ellen Oléria se situa discursivamente como uma voz de prestígio do Chaparral. A interagência de Oléria é clara, pois ela aproveita a oportunidade de uma entrevista — e sua autoridade de ganhadora de um concurso nacional, o “The Voice Brasil” (GSHOW, 2018) — para se situar discursivamente como integrante dessas minorias sociais. Seus interagentes são pessoas da comunidade ou de fora dela, vozes conhecidas ou desconhecidas, provavelmente seus fãs e outros leitores do Jornal “Correio Braziliense”, no qual a entrevista foi publicada. A voz da cantora retoma do interdiscurso outras vozes sociais que dizem que ter sido criada no Chaparral se iguala em preconceito social com outras minorias: negra, lésbica.

3.1.4.3 Modo

Com apenas uma frase elaborada, politizada, a intencionalidade de Oléria torna seu texto persuasivo. No contexto da frase de Oléria, juntamente com os vocábulos “negra” e “lésbica”, a expressão “criada no Chaparral”, e não em outros locais — Ceilândia, Lago Sul, Asa Sul ou qualquer outro local do DF — provoca o efeito de sentido complementar de que quem é criado naquela comunidade é inferior. Isso se faz especialmente porque ser negra e lésbica no Brasil,

45 A cantora Ellen Oléria foi campeã da primeira temporada do reality “The Voice Brasil” em 2012 (GSHOW, 2018).

como em outros lugares, é motivo para ser considerada “inferior”, “subalterna” (BUTLER, 2003; SPIVAK, 2010; SANTANA, 2015; SOARES; COSTA, 2015), como é considerado “inferior”, subalterno, quem é morador do Chaparral, por isso é frequente a exclusão social de quem integra esses grupos.

Com certeza, seriam gerados efeitos de sentido diferentes se Oléria dissesse: canto o universo de uma branca, heterossexual, criada no Lago Sul. Aliás, isso não precisaria ser dito, se assim o fosse. O branco normalmente não precisa se autoafirmar como branco (HALL, 2006), nem o heterossexual como heterossexual (BUTLER, 2003), a não ser talvez em casos muito específicos, o que não cabe discutir aqui. Também o morador do Lago Sul, certamente, não precisa se autoafirmar como morador do Lago Sul, a menos que queira ou precise reafirmar sua identidade. Já a mulher “negra, lésbica, criada no Chaparral” pode sentir essa necessidade, especialmente se chegar a ficar famosa, caso de Oléria, e tiver a intencionalidade de mostrar que quem é mulher, negra, homossexual e criada no Chaparral também pode ser cantora reconhecida, pode ser uma profissional de sucesso. O texto serve bem ao discurso de afirmação de minorias como capazes. Nesse caso, que Ellen Oléria — uma voz de prestígio entre as vozes do Chaparral —, tenha sido criada naquela comunidade faz toda a diferença para os demais moradores, pois, com a reafirmação dessa identidade individual, reafirma-se também a identidade coletiva e local.

3.2 Vozes do lado de fora

O segundo grupo de textos que compõem este *corpus* são publicações feitas por não moradores na internet e mostram algum tipo de não aderência à identidade do Chaparral. O primeiro é um comentário (GRAÇA, 2011) na mesma publicação da “Wikimapia” (NOVA QNL, 2011) em que o comentário de Renne Lemos é encontrado (LEMOS, 2011c); o segundo é a publicação *Chaparral, QNL, da origem à valorização*, um post do *Weblog* de Everton Lagares (LAGARES, 2013); o terceiro, o artigo *Ellen Oléria, uma multidão de minorias*, do jornalista Pedro Alexandre Sanches, publicado na revista Fórum Digital (OLÉRIA, 2011); o quarto, a notícia do jornal “Correio Braziliense” *Polícia Militar coíbe criminalidade durante Operação Chaparral, em Taguatinga* (CORREIO, 2011); e o quinto, o índice resultante da busca pela palavra Chaparral, no *site* da Polícia Militar do Distrito Federal (POLÍCIA, 2018). Embora o índice esteja sendo usado como dado, a análise feita se deve exclusivamente ao uso da designação “Chaparral” no título da ocorrência ou no corpo do texto. Cada texto é

considerado separadamente apenas para mostrar o impacto que o aparecimento da designação provoca e os efeitos de sentido ideológicos que ela reproduz.

Pereira (2007, p. 28) afirma que o “medo [do outro] pode ser compreendido como um importante ‘combustível’ no desenvolvimento de estigmas e pode-se falar até do uso social dele para gerar estereótipos sobre determinados grupos”. Esse medo, que é compreendido como sentimento de insegurança, acentua Pereira (2007, p. 29), é gerado por “lógicas sociais que o produzem e são influenciadas por ele” e “tem orientado comportamentos e estruturas concretas da estrutura urbana”.

Pereira (2007, p. 27) expõe também que o medo do outro é acirrado nas comunidades urbanas pelo fato de as classificações estigmatizadoras serem alimentadas pela imprensa escrita, por meio da relação feita entre determinadas localidades e a criminalidade. Numa pesquisa feita por ele no Maranhão em 2012, o sociólogo percebeu “que os impressos caracterizaram determinados bairros como os mais perigosos pelo elevado número de homicídios” (PEREIRA, 2007, p. 27), que “as classificações estigmatizadoras estavam presentes sobre aqueles moradores desde a chegada deles ao local onde habitavam” (PEREIRA, 2007, p. 28) e que parte do ‘medo do outro’ é fundamentada pelo desconhecimento desse outro e de sua identidade. Segundo o autor, tal medo se sustenta pela “manipulação de informações sociais que fomentam a criação de estereótipos” (PEREIRA, 2007, p. 29). Similarmente ao que ocorre no Maranhão parece ter acontecido, e continuar acontecendo, com o Chaparral e seus moradores.

Por esses motivos, considero fundamental analisar também textos que falem do Chaparral, sem apresentar uma adesão ao local. São textos de sujeitos tidos como não moradores, publicados na internet, para verificar o que é dito do lado de fora, por vozes externas, a respeito do lugar e como o dito constitui a identidade dos moradores como marginais e o Chaparral como lugar a ser temido. São também vozes como essas que aparecem como interagentes nas vozes de sujeitos moradores, como Renne Lemos (tenor).

Semelhantemente às análises anteriores, quando as questões relativas a uma das categorias campo, tenor e modo surgirem claramente na análise das outras, menciono entre parênteses o parâmetro invocado.

3.2.1 Graça: é Chaparral, já era o tempo

O texto analisado nesta seção é o comentário de Graça (2011), para a mesma publicação da Wikimapia (NOVA QNL, 2011) que Lemos (2011c) comentou. É o primeiro comentário da

lista, constituído de apenas uma frase: “é chaparral já era o tempo ,, agora nova qnl .kkkk”. Embora nada além dessa frase e do nome se saiba de Graça, ela se manifesta como não moradora, pela forma como que se refere ao Chaparral, como se verá na análise a seguir.

3.2.1.1 Campo

Primeira comentarista do texto “Nova QNL (Chaparral)”, da “Wikimapia” (NOVA QNL, 2011) — antes mesmo do comentário de Lemos (2011c) —, o comentário de Graça revela a intencionalidade primeira da autora de tecer um comentário em um texto que, provavelmente, chamou sua atenção. A natureza da ação social que ela pratica, por meio do que vem subentendido em seu comentário, parece ser criar uma avaliação negativa, uma espécie de deboche, com o riso, que veicula o discurso de que há algo de inconveniente com o Chaparral e, conseqüentemente, com seus moradores.

3.2.1.2 Tenor

Graça, como presumível voz externa ao Chaparral, exerce o papel social de comentarista no *site* da enciclopédia virtual “Wikimapia”. Seus interagentes são os leitores do *site*, mas, como autora, ela se relaciona também com as vozes sociais interdiscursivas por trás do discurso de depreciação do Chaparral. Ao manter esse discurso, ela ecoa o que é dito por essas vozes. Ao dirigir sua fala ao lugar, a comentarista transforma ainda o próprio Chaparral em seu interagente: “é chaparral já era tempo” (modo).

3.2.1.3 Modo

Também ao dizer “é chaparral já era tempo”, Graça demonstra familiaridade com aquela comunidade. No tempo em que o texto da “Wikimapia”, ao se referir à localidade, expõe as duas designações, uma como explicação da outra — “Nova QNL (Chaparral)” —, Graça fala diretamente com o Chaparral, constituindo-o linguisticamente como interagente (tenor), como já dito. Enquanto, na enciclopédia virtual, o vocábulo Chaparral funciona como acréscimo de informação, como explicação de Nova QNL, como uma referência a mais (entre parênteses), no texto de Graça, o Chaparral somente se torna Nova QNL “agora”, finalmente, pois “já era tempo”.

Se, por um lado, a comentarista demonstra familiaridade com o Chaparral, por outro, demonstra distanciamento, visto que não parece saber que o local já era chamado de Nova QNL

desde o início, em oposição à QNL (antiga), que já existia⁴⁶. Por que mais Graça usaria o vocábulo “agora” antes de “Nova QNL” se ela tivesse alguma forma de identificação com o Chaparral? Talvez o “agora” não seja marca de desconhecimento, afinal, mas sirva ao propósito de criar um afastamento, se não no espaço, ao menos, no tempo (campo). Tal opção semântica frequentemente cria nuances de ironia ou mesmo de avaliação negativa.

O pequeno texto da autora, portanto, usa a asserção em forma retórica de diálogo para demonstrar alguma forma de não adesão ao lugar e, conseqüentemente, de desidentificação com seus moradores (campo). Isso vale, ainda que a autora o faça inconscientemente, porque nem todas as marcas de identificação estão no nível da consciência. O sujeito social, no caso Graça, enquanto constituído identitariamente no site da “Wikimapia” como comentarista (tenor), não tem consciência de tudo o que diz, uma vez que a ideologia age sobre os discursos do sujeito.

Retomo Pereira (2007) para dizer que textos de jornais, por exemplo, disseminam o estigma sobre localidades como o Chaparral, ao mencionarem esse nome juntamente com palavras como crime e criminalidade, o que faz com que os sujeitos sociais, como Graça, por vezes, repitam inconscientemente o discurso estigmatizador, já que o sujeito tem suas escolhas, mas elas são limitadas pelas vozes sociais que falam atrás de suas costas (Mey, 2000), pelo interdiscurso, visto que a interação pela linguagem não é regulada o tempo todo (KOCH, 2000) pelos interagentes, seus sujeitos, mas também por discursos de outros (ORLANDI, 2001).

Na afirmação “é chaparral já era tempo”, não fica claro “tempo” de quê. Mais uma fala tingida de crítica. Comumente, quando alguém diz “já era tempo” ou seu equivalente “já era hora”, quer dizer que algo de que se fala estava demorando para acontecer, no entanto, a expressão não está completa no comentário de Graça. O que ela parece dizer, quando explicita que já era hora de o Chaparral ser chamado de Nova QNL, é uma crítica irônica ao fato de a “Wikimapia” chamar o lugar assim.

Ela usa um símbolo característico de risada na internet no final do comentário — KKKK —, como se não fizesse diferença que o local seja designado como Chaparral ou como Nova QNL, porque continua sendo marginal. Sua avaliação é desfavorável, desabonadora. Dessa forma, a comentarista acrescenta ao texto da “Wikimapia” apenas a depreciação do Chaparral. Sua intencionalidade, consciente ou inconsciente, parece ser zombar e, nas entrelinhas, corroborar o discurso estigmatizador de constituição identitária amplamente difundido de que

⁴⁶ Nova QNL é, inclusive, a designação que aparece nos ônibus que passam por lá e não Chaparral, como se pode verificar na figura 2, na seção 2.1. Essa designação também surge nas entrevistas, pois há aqueles que a defendem para substituir Chaparral e contam que, no início, essa “extensão” da QNL foi chamada dessa maneira por ser mais recente que a outra parte.

há algo de “errado”, de impróprio” com aquela comunidade e, por conseguinte, com seus moradores (campo).

3.2.2 Everton Lagares: Chaparral, da origem à valorização

Lagares (2013) usa seu *blog* “Ideias ! Ideais” para publicar um *post* a respeito do Chaparral. No *post*, o autor publicou uma fotografia da loja Chaparral, que ficava na Avenida Samdu Norte, em Taguatinga, próxima à invasão de mesmo nome. Abaixo da fotografia, escreveu alguns parágrafos a respeito do Chaparral. A análise de seu texto se apresenta a seguir, conforme os parâmetros campo, tenor e modo, nem sempre separados, já que é necessário mencionar um para analisar o outro.

3.2.2.1 Campo

A natureza da ação social que Lagares (2013) pratica é mostrar a valorização do Chaparral, que, já no subtítulo, ele anuncia: “Chaparral, QNL, da origem à valorização” (modo). Sua intencionalidade se ratifica mais adiante no texto, quando ele afirma que “as quadras pares, de ruas tortas da QNL”, “escondem muitas histórias bonitas e de lição de vida” (modo). Ele está engajado também em aproximar o leitor, pela injunção (modo), para fazê-lo contar experiências vividas por aquela comunidade: “Você conhece alguma? E o que acha das novas construções na região!?” No final do texto, ele mesmo emite sua opinião a respeito das construções citadas (*Shopping JK* e *CENTRAD*), ao dizer que a “possibilidade de dar certo é muito grande. Sou a favor” (modo). Dessa forma, Lagares (2013) se posiciona, no discurso, como defensor do Chaparral (modo) e valida uma vez mais sua intencionalidade.

Percebe-se ainda que Lagares (2013) explicita a valorização imobiliária do lugar, visto que ele apresenta o mapa do Chaparral, com as localizações do *Shopping JK* e do *CENTRAD*, em construção na época da publicação, e afirma: “O local começou como invasão entre Taguatinga e Ceilândia, e, hoje, faz ligação do prédio que servirá como base do Governo do Distrito Federal, e do *Shopping JK*” (modo).

3.2.2.2 Tenor

Lagares (2013) é dono do *WEblog* “Ideias! Ideais”, em que publica seu *post* a respeito do Chaparral. Embora fale com autoridade de conhecedor até da história do nome do lugar, com a publicação de fotografia da loja cujo nome teria originado a designação da invasão Chaparral

(como foi apresentado na seção 2.1), o autor demonstra não conhecer tão bem o local, em, pelo menos, duas partes de seu texto, como se evidencia pela análise do modo do discurso, mais adiante.

Seus interagentes são seus leitores, que ele constitui parcialmente como aqueles que conhecem o Chaparral e suas histórias, entretanto, são também aqueles para quem ele conta a respeito da construção do *Shopping JK* e do Centro Administrativo do Distrito Federal (CENTRAD), da localização do Chaparral, cujas ruas “tortas” já foram perigosas (modo). Ou seja: parte de seus interagentes são conhecedores do Chaparral, parte não.

Na época da publicação, Everton Lagares era estudante de Comunicação e uma das áreas de pesquisa em que tinha interesse era a de “memória coletiva” (ESCAVADOR, 2018). O autor se situa discursivamente, então, como “blogueiro” que escreve sobre fatos pelos quais tem algum tipo de interesse, possivelmente social (campo), ainda que não conheça o Chaparral muito bem. A voz do autor se constitui textualmente como externa ao Chaparral, pelo distanciamento discursivo que demonstra por causa do desconhecimento de fatos relevantes do ponto de vista de quem reside no lugar, como se poderá observar pela análise da categoria modo do discurso.

3.2.2.3 Modo

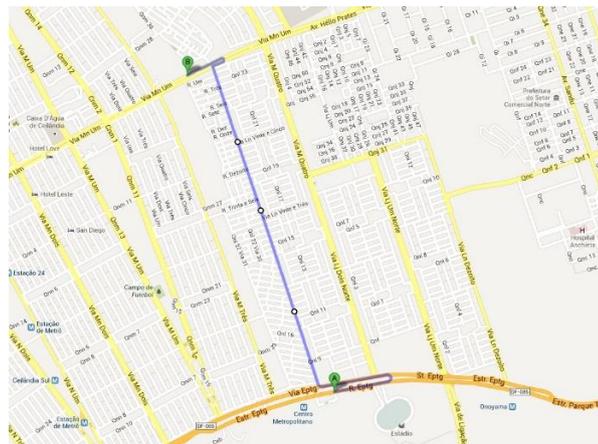
Por meio do gênero “*post de blog*”, no que seria uma exposição a respeito da história do nome Chaparral, talvez inconscientemente, Lagares (2013) topicaliza a avaliação negativa que ressalta a periculosidade das quadras “pares, de ruas tortas, da QNL”, mas o faz com o verbo no passado. Ou seja: para ele, o lugar não é mais perigoso como já foi. Dessa maneira, conforme o autor, permanecem as histórias de vida — “As quadras pares, de ruas tortas, da QNL, **já foram locais muito perigosos, mas escondem muitas histórias bonitas e de lição de vida**” —, como se pode verificar na cópia do *post* que se segue:

Chaparral, QNL, da origem à valorização”



A Conceição Freitas, do Correio Braziliense, já escreveu sobre o "bairro". Esta foto, do arquivo do CB/DA, mostra **a loja que pode ter dado o nome a chamada "nova QNL"**, em Taguatinga/ DF.

O local começou como invasão entre Taguatinga e Ceilândia, e, hoje, faz ligação do prédio que servirá como base do Governo do Distrito Federal, e do Shopping JK, que também está sendo erguido, do outro lado.



* Ponto A = Local onde está sendo construído o prédio do GDF/ Ponto B = Canteiro de Obras do Shopping JK/ Chaparral = **Quadras à esquerda da linha azul, até a primeira linha amarela**, que faz divisa com a Ceilândia.

As quadras pares, de ruas tortas, da QNL, já foram locais muito perigosos, mas escondem muitas histórias bonitas e de lição de vida.

Você conhece alguma?

E o que acha das novas construções na região!?

A possibilidade de dar certo é muito grande. Sou a favor, caso faça alguma diferença.

(LAGARES, 2013; negritos meus)

Como já explicitado, o *post* de Lagares revela sua agência em prol do Chaparral (tenor), pois ele busca revelar a valorização daquela área já no subtítulo: “da origem à valorização”,

ainda que, no decorrer do texto, percebe-se que, para o autor, essa valorização tem a ver com questões imobiliárias: “O local [...], hoje, faz ligação do prédio que servirá como base do Governo do Distrito Federal, e do *Shopping JK*”. Depois ele mostra o mapa do Chaparral e explica, como numa legenda, a localização das duas edificações. Mais adiante, pergunta ao leitor o que ele “acha das novas construções na região”. Ou seja: Lagares busca amenizar a estigmatização do lugar trazendo à tona a valorização dos imóveis na região, por causa das importantes construções ao Norte (*JK Shopping*) e ao Sul (*CENTRAD*). No final do texto, o autor expõe: “A possibilidade de dar certo é muito grande. Sou a favor, caso faça alguma diferença”. Há certa vagueza a respeito do que pode “dar certo” e do que Lagares é “a favor”, mas fica subentendido que ele é favorável (tenor) à valorização do Chaparral, preconizada no subtítulo, por causa das construções mencionadas.

Outro dado relevante é o fato de o autor chamar a localidade de Chaparral, no título do *post*, e fazer questão de chamá-lo de QNL ou de “Nova QNL” no *post*. No próprio título, Lagares já situa o lugar como parte da QNL: “Chaparral, QNL”. Ou seja: para Lagares, que o Chaparral seja parte da QNL parece importante para a valorização do lugar. O fato de a designação Nova QNL aparecer entre aspas em “chamada ‘Nova QNL’” também é significativo, pois é mais uma pista, uma marca linguística de sua opção pela designação QNL: “Nova QNL”, para Lagares, é apenas uma forma de o local ser chamado por outros, mas não por ele. Esse distanciamento o leva às aspas. Essa escolha do sujeito entre as designações também parece ser marca linguística de sua preferência pela inclusão do Chaparral na QNL e, em um contexto mais amplo, em Taguatinga. Falar de Chaparral, no título, e mencionar a questão relativa à designação na fotografia da loja aparentam ser somente formas de chamar a atenção para o *post* e para a localidade, mas a intencionalidade parece ser mesmo discorrer a respeito da valorização do lugar. Juntamente com o desejo de conhecer “histórias bonitas e de lição de vida” que as ruas do Chaparral escondem, o desejo de valorização e de inclusão é revelador de um tipo de adesão à comunidade — mesmo que seja apoiada na valorização imobiliária.

Por outro lado, no trecho em que situa o local no mapa exposto — “Chaparral = Quadras à esquerda da linha azul, até a primeira linha amarela, que faz divisa com a Ceilândia” — o autor evidencia falta de intimidade com o Chaparral, uma vez que quem conhece o lugar sabe que não se estende da linha azul até a amarela, mas acaba antes, pois há áreas amplas da administração da Ceilândia que margeiam o Chaparral, antes da linha amarela de que fala Lagares, como se pode ver abaixo:

acirramento da intolerância sobre o Chaparral, que seria uma “ex-invasão” e não um conjunto de quadras criadas e urbanizadas pelo governo. Mesmo que a interagência seja bem-intencionada, muitas vezes, a desinformação acaba sendo aliada da constituição identitária preconceituosa.

3.2.3 Sanches: arraigada no Chaparral

O artigo “Ellen Oléria, uma multidão de minorias”, de Sanches (2016), foi publicado na revista Fórum Digital depois de já ter sido publicado na revista Fórum impressa. O que interessa a esta investigação nesse texto é a ligação da cantora ao Chaparral, da forma como essa conexão foi feita: relacionada a minorias sociais.

3.2.3.1 Campo

A natureza da ação social que Sanches pratica é sua agência para construir a identidade de Ellen Oléria, conforme a historicidade de integrante de diversas minorias que a levaram a ser vencedora, apesar de todas as dificuldades que pertencer a minorias sociais implica, e também que a cantora “não foi inventada pela Rede Globo”⁴⁹. É para isso que ele interage discursivamente e é nisso que ele está engajado, o que não está em pauta aqui; entretanto para atingir seu objetivo, ele sustenta a inclusão da cantora em diversas minorias, sendo uma delas ter sido criada no Chaparral. Essa relação das minorias com o Chaparral como lugar em que Oléria foi criada é que interessa a esta investigação.

3.2.3.2 Tenor

Sanches (2016) é jornalista⁵⁰ e seu artigo foi publicado na revista Fórum, por isso, sua interação se faz com os leitores dessas revistas e, provavelmente, com os fãs de Ellen Oléria, porquanto é sobre ela que ele fala. Sanches tem a autoridade de quem a entrevistou, de um jornalista que publica regularmente em revistas, que tem experiência como repórter, ou seja, de alguém socialmente construído como quem “pode” dizer no gênero textual “artigo de revista” (MARCUSCHI, 2004/5). Contudo, ele também fala do Chaparral, o lugar onde a cantora foi criada. Essa é a relação socialmente significativa para este estudo.

⁴⁹ Isso pode ser visto no texto de Sanches (2016), quando ele diz, em seu texto, que a “Rede Globo não inventou Ellen Oléria”, o que não interessa a esta investigação.

⁵⁰ Pedro Alexandre Sanches é jornalista formado pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Trabalhou por dez anos como repórter e crítico musical na Folha de São Paulo. Atualmente escreve na revista Carta Capital.

3.2.3.3 Modo

O texto de Sanches (2016) se organiza simbolicamente sob o gênero artigo de revista. O canal usado, que segue as características próprias para sua publicação, é a revista digital Fórum (2018) na internet, embora também haja sua versão impressa. O artigo se mostra um texto argumentativo (persuasivo) já a partir de seu gênero e de seu título: “Ellen Oléria, uma multidão de minorias”. Já nele, Sanches (2016) expõe o fato de a cantora fazer parte de minorias, o que continua na primeira frase do artigo: “é mulher, negra, homossexual (“e gorda”, ela própria acrescenta)”.

Até o primeiro parágrafo, de acordo com o autor, “Ellen é minoria em, pelo menos, quatro graus distintos e entrelaçados. Ela é uma coleção, uma corporação de minorias.”, mas o autor ainda acrescenta: “quinta minoria: Ellen é compositora da maioria das canções que interpreta”; e ainda: “Sendo minoria da minoria da minoria da minoria da minoria, Ellen se tornou The Voice, a ‘voz’, vencedora incontestável”. Todas essas “minorias” juntas, entretanto, só fazem sentido nesta tese, quando o jornalista acrescenta a origem de Oléria:

O verso forte que remete a dilemas, decisões e rituais afro-brasileiros é também uma linha demarcatória de origem. Ellen nasceu há 30 anos em Brasília e **foi criada no bairro periférico do Chaparral, em Taguatinga, uma das cidades-satélite pobres e violentas que contornam o bolsão de riqueza da capital do Brasil**. Encruzilhada, ela lembra, é também a cruz cheia de setas em verde e amarelo que compõe a bandeira do Distrito Federal. Retrato cru de desigualdade social persistente, Brasília é encruzilhada. **Arraigada no Chaparral** (nome extraído de seriado norte-americano de banguê-banguê), **Ellen é confederação de minorias**. (SANCHES, 2016; negritos meus)

Nesse excerto, Sanches constrói a identidade das pessoas oriundas do Chaparral como minoria, juntamente com a de Ellen Oléria, e o Chaparral como periferia, parte de “uma das cidades-satélite pobres e violentas que contornam o bolsão de riqueza da capital do Brasil”. Ou seja: para ele, existe um “bolsão de riquezas” na capital do Brasil, que é um “retrato cru da desigualdade social”, e não é apenas o Chaparral que é pobre e violento, mas toda a “cidade-satélite” de Taguatinga, juntamente com várias outras. O efeito de sentido que essa imagem de Brasília provoca é a de uma ilha⁵¹ cheia de riquezas, cercada por um mar de desigualdade social, pobreza e violência: na periferia desse mar, está o Chaparral e aqueles que foram “criados” lá, que também são uma minoria. Pode-se considerar, então, que os moradores do Chaparral, construídos identitariamente por Sanches como minoria, são um subgrupo que — dentro do DF

⁵¹ Embora a metáfora seja um clichê, ela representa bem a impressão imagética que tive ao ler o texto de Sanches (2016).

— é tido como diferente do grupo dominante, em razão de suas características — pobre e violento —, por isso não tem os mesmos direitos do grupo majoritário, além de ser alvo de preconceito e de discriminação.

Os argumentos de Sanches (2016) que defendem a ideia de que Oléria é “confederação de minorias” podem-se pensar, ainda, em termos de escala argumentativa, como propõe Ducrot (*apud* KOCH, 2000). Uma escala argumentativa é a apresentação de dois ou mais enunciados de uma classe argumentativa⁵² em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão (KOCH, 2000, p. 30). Como a ordem dos argumentos não é neutra, o argumento de menor peso semântico aparece primeiro (menos relevante para a conclusão a que se deseja chegar) e o de maior carga semântica em último lugar (mais relevante). Então temos:

Ellen Oléria é uma confederação de minorias (conclusão R):

- + Arg. 1 – ela é mulher
- ++ Arg. 2 – ela é negra
- +++ Arg. 3 – ela é homossexual
- ++++ Arg. 4 – ela é gorda
- +++++ Arg. 5 – ela é compositora da maioria das canções que interpreta⁵³
- ++++++ Arg. 6 – ela foi criada no bairro periférico do Chaparral/é arraigada no Chaparral.

Na escala argumentativa, então, os efeitos de sentido dos argumentos antecedentes vão se somando aos efeitos de sentido dos argumentos posteriores, de modo que ao último se agrega toda a carga semântica dos demais:

Ellen Oléria é uma confederação de minorias (conclusão R):

Ellen é mulher;

Ellen é mulher e negra;

Ellen é mulher, negra e gorda;

Ellen é mulher, negra, gorda e homossexual;

Ellen é mulher, negra, gorda, homossexual e canta o que compõe;

Ellen é mulher, negra, gorda, homossexual, canta o que compõe e foi criada/é arraigada no Chaparral.

⁵² “Uma classe argumentativa é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para (apontam para: ==> a mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina R)” (KOCH, 2000, p. 30).

⁵³ No texto de Sanches, o fato de um artista cantar o que compõe aparece como algo feito por uma minoria da qual Ellen Oléria faz parte, embora no mundo artístico isso seja considerado desejável, ou seja, não é algo visto como negativo ou problemático.

Percebemos melhor ainda que se trata de uma escala, no trecho em que Sanches (2016) afirma que “sendo **minoría da minoría da minoría da minoría da minoría**, Ellen se tornou The Voice, ‘a voz’, vencedora incontestável”, o que provoca o efeito de sentido de que, convergindo todas essas minorias, é muito difícil ser vencedora do “The Voice”. Nessa lista de minorias, temos, na ordem em que aparecem no texto analisado: minoria (que é mulher) **da** minoria (que é negra) **da** minoria (que é gorda) **da** minoria (que é homossexual) **da** minoria (que canta o que compõe), o que é “coroadado” com o argumento “que foi criada/é arraigada no Chaparral” e é, portanto, uma “confederação de minorias”. Entretanto, por fazerem parte dessa escala, as minorias podem ser traduzidas em “rompimento das desvantagens, a favor do sucesso”.

O argumento mais forte, nesse caso, é ter sido criada no Chaparral, visto que é esse elemento que sustenta e engloba todos os outros, o que, por sua vez, provoca o efeito de sentido de que, tendo sido criada lá, é praticamente impossível ser vencedora e ganhar o “The Voice Brasil”. Nesse contexto, o Chaparral abarca, pois, a mais “problemática” das minorias citadas, que é ser “arraigada” num bairro periférico pobre e violento, “retrato cru de desigualdade social”, cujo nome foi extraído de seriado norte-americano de banguê-banguê. Não obstante, no texto de Sanches, o que distingue o Chaparral é que, mesmo que o lugar seja constituído de uma perspectiva negativa, é construído também como lugar do qual podem sair pessoas de sucesso.

3.2.4 “Correio Braziliense”: Operação Chaparral, da PMDF

Em 5 de julho de 2010, quando a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) começou a chamada Operação Chaparral, o “Correio Braziliense” divulgou a ação sob o título *Polícia Militar coíbe criminalidade durante Operação Chaparral, em Taguatinga* (CORREIO, 2017). O que interessa a essa investigação nessa notícia é, especialmente, o nome da operação, enquanto ação policial que abrangeu também quadras de Ceilândia e outras de Taguatinga, além das que fazem parte do Chaparral.

3.2.4.1 Campo

O “Correio Braziliense” é um jornal local de ampla distribuição no Distrito Federal, de renome nacional e, ao publicar o artigo sobre a Operação Chaparral da PMDF, está engajado socialmente em divulgar o trabalho da polícia. A natureza da ação social que o jornal pratica

com a divulgação da operação é informar a população a respeito de assunto de seu interesse — a segurança pública —, mas as relações entre discursos nos textos vão muito além das aparências, estão nas entrelinhas. Por esse motivo, a ADC busca agir para esclarecer os acontecimentos que estão por detrás do discurso aparente. E o que está por detrás desse discurso é o eco da sociedade “do lado de fora” do Chaparral.

3.2.4.2 Tenor

O jornal “Correio Braziliense”, para dizer o que diz e do modo como diz, tem autoridade própria desse tipo de periódico. Sua autoridade se acentua porque o jornal é amplamente conhecido e distribuído no Brasil. Tem sede em Brasília e pertence aos “Diários Associados”, dos quais fazem parte também o jornal “Aqui DF”, as rádios “Planalto” e “Clube FM”, além da “TV Brasília” e dos portais “Correio Braziliense” e “Correio Web”. Juntamente com “Folha de São Paulo”, “Estado de Minas”, “Zero Hora”, “O Globo” e “O Estado de São Paulo”, o “Correio Braziliense” faz parte do grupo dos principais jornais de referência no Brasil. É um jornal multiplataforma e multiterritorial, presente nos meios impresso, digital e *móvil* e já foi premiado 475 vezes desde sua criação em 1960 (PORTIFÓLIO, 2018).

Seus interagentes, em relação ao texto sobre a “Operação Chaparral”, são seus leitores: cidadãos que, certamente, querem se sentir seguros e, por esse motivo, leem notícias a respeito de ações policiais.

3.2.4.3 Modo

O gênero do texto do “Correio Braziliense” é notícia de jornal, cuja tipologia predominante é expositiva. Já na manchete — *Polícia Militar coíbe criminalidade durante Operação Chaparral, em Taguatinga* —, temos o nome do Chaparral ligado à polícia e à criminalidade. Esse fato provoca o efeito de sentido de que a ação policial será apenas no Chaparral e causa o medo do outro de que trata Pereira (2007). Além disso, o texto conecta o trabalho específico da polícia à área da QNL, para, imediatamente, afirmar que essa área [toda] é conhecida como “Chaparral, em Taguatinga”:

A Polícia Militar começou nesta segunda-feira (5/7) a Operação Chaparral. Durante 30 dias, policiais do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) realizarão um trabalho específico **em toda a área da nova QNL, conhecida como Chaparral, em Taguatinga**. A QNL e a M Norte também farão parte da ação. (CORREIO, 2011; negritos meus)

Inicialmente, então, a forma como a notícia é dada provoca o efeito de sentido de que a Operação Chaparral será apenas na área da QNL onde se situa o Chaparral. Somente depois surge a informação de que, na verdade, a ação policial que a operação designa vai abranger também toda a QNL e toda a QNM (M Norte). São áreas amplas, como mostra o mapa a seguir:

Figura 9 – QNL, Nova QNL E M NORTE



Fonte: Google Maps.

Como se vê, a região abrangida pela Operação Chaparral é muito grande em relação à pequena área do Chaparral, portanto dar o nome do lugar à operação é mais uma maneira de causar segregação e estigmatização, do que de apenas evidenciar o local onde a operação se dará. No Chaparral, contudo, vivem inúmeros indivíduos que se enquadram no padrão de cidadania aceito socialmente — trabalham, estudam, criam filhos, observam preceitos religiosos, convivem em estado gregário e em colaboração mútua, não roubam, não traficam drogas, não matam —, portanto ligar o nome lugar a uma operação policial pode ser entendido como um modo ideológico de manter a segregação dessa localidade, pois provoca o que Pereira (2007) chama de “medo do outro” e, portanto, pode contribuir para que a localidade seja marginalizada da vida social mais ampla dentro do Distrito Federal. Esse fato não provoca o efeito de sentido de que a polícia tenha a intenção, por exemplo, de ficar “mais próxima” da comunidade — pelo menos não no sentido de “proximidade” para estabelecer relações de cortesia e resolver problemas de segurança —, como faz parecer a reportagem, mas de que todos, naquele lugar, são bandidos:

o objetivo da ação é **reduzir os índices de criminalidade e ficar mais próximo à comunidade**. "A base do 2º BPM ficará ao lado do Posto Comunitário de Segurança, na QNL 24. Com isso vamos coibir de maneira

mais efetiva os problemas de segurança na cidade", explicou o comandante. **Esta é a primeira vez que uma operação é feita na Chaparral.** Segundo a polícia, **o índice de ocorrências de tráfico e uso de drogas aumentou em Ceilândia e Taguatinga, cidades próximas ao local da ação.**

A operação também visa diminuir outros crimes como roubos e furtos, porte ilegal de armas, sequestro relâmpago que ocorrem com frequência. (CORREIO, 2011; negritos meus)

Mais dois trechos da reportagem provocam efeitos de sentido de estigma para a realidade do Chaparral: um tem a ver com a localização, outro com o uso do artigo feminino para determinar Chaparral. Em primeiro lugar, quando o texto informa o local da operação — “em toda a área da nova QNL, conhecida como Chaparral, em Taguatinga” (CORREIO, 2011) —, o Chaparral é incluído na região administrativa de Taguatinga; mas, quando expõe os índices de ocorrências — “o índice de ocorrências de tráfico e uso de drogas aumentou em Ceilândia e Taguatinga, cidades próximas ao local da ação” (CORREIO, 2011) —, a notícia separa o Chaparral de Taguatinga e de Ceilândia, que, no excerto, são apenas “lugares próximos”. Esse trecho também provoca o efeito de sentido complementar de que os criminosos moram no Chaparral e de que os crimes acontecem por causa do Chaparral, já que o local é marcado como sendo o da ação da polícia — incluindo o fato de que a polícia se instalaria em uma quadra local, para coibir os problemas de segurança na “cidade” — enquanto as duas regiões administrativas citadas são apenas “próximas”. Que outros locais, dessas regiões, têm elevada criminalidade não é dito. Em segundo lugar, apesar de ser comum mesmo entre os moradores do lugar, o uso do artigo feminino para determinar Chaparral pode provocar outro efeito de sentido não condizente com a realidade: que o lugar seja ou já tenha sido uma invasão — “a [invasão] Chaparral. O uso do artigo feminino antes de Chaparral reforça a ideia equivocada, como a de Lagares (2013), por exemplo, exposta na seção 3.1.6, de que seja (ou tenha sido) “A loja que teria inspirado o nome **da invasão que virou bairro**” e “O local **começou como invasão entre Taguatinga e Ceilândia**”.

Novamente, o fato de o nome da operação policial que tem o objetivo de reduzir os índices de criminalidade em Taguatinga e Ceilândia — tráfico, uso de drogas, roubos, furtos, porte ilegal de armas, sequestro relâmpago, como exposto na notícia — ser Operação Chaparral corrobora a configuração identitária de marginais que vozes externas constroem para os moradores da Nova QNL — a de traficantes, usuários de drogas, ladrões, sequestradores, que usam armas ilegalmente — que, como dito na reportagem, a operação visava combater.

De acordo com a Constituição Federal (CF), em seu artigo 1º, inciso IV, é dever do Estado (portanto do Governo e das instituições governamentais) “promover o bem de todos,

sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2018). A República Federativa do Brasil tem ainda entre seus fundamentos, estabelecidos no artigo 1º, incisos II e III da CF, “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 2018), além de serem invioláveis “a honra e a imagem das pessoas”, como exposto no inciso X, do artigo 5º da CF (BRASIL, 2018). Por tudo isso, a estigmatização de um grupo de cidadãos brasileiros, como os moradores do Chaparral, provocada pela designação de uma operação policial é um equívoco que gera preconceito para a comunidade.

O problema, certamente, não é a própria operação policial em si, pois, também conforme a Constituição Federal, em seu artigo 144, cuidar da segurança pública é função do Estado (BRASIL, 2018) e instituições governamentais como a PMDF trabalham com esse intuito. O problema é de designação: uma questão linguística, política (RAJAGOPALAN, 2003) e ideológica. O que, muitas vezes, parece ser “só um nome” — dado inocentemente —, na verdade dissemina o discurso do medo, do preconceito, da estigmatização, frequentemente repetido por outros (PEREIRA, 2007), de que o Chaparral seja um local extremamente perigoso e de que as pessoas que moram lá sejam criminosas. São discursos desse tipo que notícias como a do “Correio Braziliense” aqui apresentada e a designação “Operação Chaparral”, ainda que involuntariamente, contribuem para manter.

Caldeira (*apud* PEREIRA, 2007, p. 29) estabelece que “o medo do outro, o medo da violência, o medo do desconhecido, o medo fundamentado na falta de informação, o medo produzido, o medo assimilado, o medo difundido são aspectos que podem ser considerados quando pensamos em relações sociais nas cidades de muros”. Dessa forma, talvez por descuido ou desconhecimento dos efeitos das práticas discursivas sobre a vida social, a notícia — do modo como foi escrita — juntamente com a designação da operação, gera e mantém o medo que faz com que lugares como o Chaparral sejam separados pelos muros do estigma e seus cidadãos, marcados discursivamente como bandidos; o que, de modo algum, condiz com a cidadania, com a dignidade humana, com a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas, garantidas constitucionalmente.

3.2.5 PMDF: ocorrências “na” Chaparral

Após uma pesquisa no *site* da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) pela designação Chaparral, encontrei dezesseis notícias que incluem o nome do Chaparral, de 2014 a 2018. Provavelmente há outras. Das dezesseis, sete manchetes trazem o nome do Chaparral. É esse conjunto de ocorrências policiais que se apresenta nesta seção.

A principal motivação para fazer essa busca no *site* da PMDF foi a relevância dessa voz institucional na disseminação de discursos, especialmente os relacionados à criminalidade no Distrito Federal. A importância da compreensão da forma como o Chaparral e seus moradores são vistos pela polícia do Distrito Federal é grande no que diz respeito à constituição identitária de moradores daquela Comunidade, tema desta tese.

3.2.5.1 Campo

As notícias das ocorrências policiais da PMDF são publicadas para que a sociedade tome conhecimento do trabalho policial na manutenção da segurança dos cidadãos, ou seja, do motivo pelo qual essa corporação existe; entretanto é também um meio de atuação da ideologia, que se reafirma nas vozes dentro do texto, que promovem discursos que aparentemente nem estão lá, mas que fazem parte do interdiscurso (ORLANDI, 2001). Como explicitado no capítulo 2, o que faz parte do interdiscurso é “ativado” em nossas vozes sem que tenhamos consciência disso, mas ainda que os agentes não tenham consciência disso, os interdiscursos convocados nos textos das ocorrências em relação ao Chaparral, especialmente quando a designação aparece no título (modo), são o do preconceito e o da apartação, que constituem para os moradores do Chaparral a identidade de criminosos.

A natureza da ação social do *site* da PMDF é publicar notícias relativas às ocorrências policiais periodicamente para informar os interessados — seus leitores — do trabalho policial efetuado. As publicações são reguladas pela própria instituição, que age conforme a legislação vigente. A construção identitária que aí se vê é, contudo, de um Chaparral diferente do mostrado por Lemos (2011a, b e c).

3.2.5.2 Tenor

Com todos os poderes e a credibilidade que a polícia tem, o *site* da PMDF (POLÍCIA, 2018) é institucional, porquanto a voz da PMDF é uma voz que tem mais poder de convencer, do que, por exemplo, a dos cidadãos comuns, por causa da assimetria de poder em relação àqueles dos quais fala na hierarquia social (FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, não há espaço para resposta dos envolvidos e nem da comunidade sobre a qual recai o estigma. O papel discursivo desempenhado é o de manter a população informada das ações policiais. Seus interagentes são os interessados nesse tipo de notícia: comunidade e outras instituições sociais.

3.2.5.3 Modo

O destaque dado ao Chaparral, já nos títulos de notícias de operações policiais, como se verá nos textos que se seguem, repetidamente relacionado à criminalidade, provoca o efeito de sentido de que o lugar é povoado por criminosos, no caso, ladrões e traficantes. É grande a diferença dos efeitos de sentido provocados pela presença do nome do Chaparral já nos títulos e por aquelas notícias nas quais essa designação não consta nas manchetes, mas somente nos textos.

Obviamente, as ocorrências são publicadas uma de cada vez, provocando um impacto menor do que todas juntas como aparecem no índice de pesquisa. Isso, contudo, não diminui o efeito da ideologia na manutenção do discurso de que o Chaparral e seus moradores devem ser temidos. Certamente, se uma pesquisa for feita com o nome de outras localidades do DF, também surgirá algo semelhante, o que não diminui o problema da designação do lugar já nas manchetes, por exemplo, mas até corrobora a questão relativa à ação da ideologia na estigmatização de certos locais.

Como não faz parte dos objetivos desta tese analisar ostensivamente os textos acima, procuro mostrar apenas alguns fatos em relação a eles. As ocorrências são relacionadas a posse, tráfico e uso de drogas, roubo, sequestro relâmpago, porte ilegal de armas de fogo e munições, disparos em via pública, tráfico, porte e criação ilegal de animais silvestres, porte de “simulacro de fuzil” (sétima ocorrência), “dispensa” de um carregador de pistola. Exponho a seguir o índice da pesquisa feita no *site* da PMDF na mesma ordem em que aparece lá, mas intercalado por alguns apontamentos.

Nesses apontamentos, cito fatos das ocorrências completas, que não aparecem nos trechos em forma de índice expostos a seguir, entretanto todas essas informações extras apresentadas a respeito das ocorrências podem ser conferidas na íntegra das ocorrências, a partir dos *links* exibidos em cada uma delas. Não exponho cada ocorrência integralmente, porque o objetivo desta seção é, principalmente, mostrar o impacto da designação Chaparral nos títulos e nos textos das ocorrências, além de outros acontecimentos discursivos relacionados a elas, e não tratar de cada caso em si. As informações a respeito do que aconteceu em cada evento são dadas apenas para situar o texto em cada contexto de produção e para mostrar que nem todos os acontecimentos mencionados dizem respeito ao Chaparral e a seus moradores.

A primeira ocorrência explicita somente a apreensão de maconha na QNL 24, não cita indivíduos envolvidos, ou seja, qualquer pessoa pode ter ocultado a droga no local. O que chama especial atenção é a explicação, logo após a citação do local específico em que as drogas foram

encontradas: “região conhecida como Chaparral e foco de diversas ocorrências de tráfico de drogas”. Esse é um exemplo claro de ação da ideologia pela fragmentação (THOMPSON, 2011), pois o Chaparral — e, por tabela, seus moradores — é projetado como mau, perigoso e ameaçador, o que, numa ocorrência policial, é algo totalmente desnecessário se a intencionalidade não for estigmatizar. A estratégia ideológica, nesse caso, é o expurgo do outro.

- 1 [BPCÃES APREENDE MACONHA NA CHAPARRAL ...](/index.php/ocorrencias/21811-bpcaes-apreende-maconha-na-chaparral)
 (/index.php/ocorrencias/21811-bpcaes-apreende-maconha-na-chaparral)
 Durante patrulhamento nas proximidades da QNL 24 - região conhecida como Chaparral e foco de diversas ocorrências de tráfico de drogas - em Taguatinga, equipe do BPCães localizou, na noite dessa quarta-feira ...

Na segunda e na quarta ocorrências policiais, drogas foram encontradas com o auxílio de cães farejadores, mas ninguém foi preso. O relatado na terceira ocorrência é o fato de uma motocicleta roubada no Lago Norte ter sido recuperada no Chaparral. O que chama a atenção é a relevância dada ao local da ação policial: “mais precisamente na área da Chaparral”. Aí também se configura a estratégia ideológica de expurgo do outro pela marcação em destaque do Chaparral.

- 2 [Cães farejadores localizam 1kg de maconha na Chaparral ...](/index.php/ocorrencias/21095-caes-farejados-localizam-1kg-de-maconha-na-chaparral)
 (/index.php/ocorrencias/21095-caes-farejados-localizam-1kg-de-maconha-na-chaparral)
 Policiais militares do Batalhão de Cães localizaram 1kg de substância semelhante à maconha e uma porção de cocaína, por volta das 18h30 desta terça-feira (8), na QNL 22/24, Chaparral, em Taguatinga. Com ...
- 3 [MOTO ROUBADA NO LAGO NORTE É RECUPERADA NA CHAPARRAL ...](/index.php/ocorrencias/18887-moto-roubada-no-lago-norte-e-recuperada-na-chaparral)
 (/index.php/ocorrencias/18887-moto-roubada-no-lago-norte-e-recuperada-na-chaparral)
 ... de identificação trocadas, transitando na área de Taguatinga, mais precisamente na área da Chaparral. De posse das informações, os policiais do GTOp 23, juntamente com o GTOp 22, de Taguatinga, fizeram ...
- 4 [PMDF APREENDE 500 GRAMAS DE MACONHA NA CHAPARRAL ...](/index.php/ocorrencias/18145-pmdf-apreende-500-gramas-de-maconha-na-chaparral)
 (/index.php/ocorrencias/18145-pmdf-apreende-500-gramas-de-maconha-na-chaparral)
 Drogas foram apreendidas, nesta quarta-feira (4), por volta de 0h, na QNL 24 (chaparral), em Taguatinga Norte. Policiais militares do Batalhão de Policiamento com Cães receberam informações

sobre ...

Pelo que consta na quinta ocorrência, um suspeito de ser traficante e um suspeito de ser usuário de drogas são presos. A sexta narra uma ocorrência similar: a prisão de um suspeito por tráfico e de um suspeito por uso de drogas no momento da transação de compra e venda.

- 5 [Traficante e usuário presos na Chaparral ...](/index.php/ocorrencias/15916-trafficante-e-usuario-presos-na-chaparral)
(/index.php/ocorrencias/15916-trafficante-e-usuario-presos-na-chaparral)
Ontem (15), por volta de 23h30, policiais militares do BPCães prenderam traficante e usuário na Chaparral após informação do Águia 22. Os policiais receberam a informação e, com apoio do Grupo Tático ...
- 6 [Traficante é preso no momento em que entregava droga no Chaparral ...](/index.php/ocorrencias/14856-trafficante-e-presos-no-momento-em-que-entregava-droga-no-chaparral)
(/index.php/ocorrencias/14856-trafficante-e-presos-no-momento-em-que-entregava-droga-no-chaparral)
Um homem de 21 anos foi preso por tráfico de drogas, por volta das 17h desta sexta-feira (10), na QNL 24 do Chaparral, em Taguatinga. Policiais do 20º Batalhão faziam patrulhamento quando surpreenderam ...

Na sétima notícia, o nome Chaparral está apenas no último parágrafo e por isso ele não consta na lista. Essa ocorrência expõe a respeito da prisão de um homem com um simulacro de fuzil, que ele teria usado para “intimidar inimigos”.

- 7 [PMDF apreende simulacro de fuzil na Chaparral ...](/index.php/ocorrencias/11079-pmdf-apreende-simulacro-de-fuzil-na-chaparral)
(/index.php/ocorrencias/11079-pmdf-apreende-simulacro-de-fuzil-na-chaparral)
Um homem foi preso com um simulacro de fuzil, por volta das 17h30, na QNL 30, Chaparral, em Taguatinga. A equipe dos sargentos A. Campora e Robson Ribeiro, do 2º Batalhão, avistou um homem com um fuzil ...

Pelo oitavo relato, as ocorrências aconteceram em Ceilândia e Taguatinga e o carro roubado, que estava em Taguatinga, apenas se dirigiu em alta velocidade em direção ao Chaparral, ou seja, o crime não ocorreu lá. Acontece que o Chaparral fica numa área fronteira e funciona como local de passagem de Taguatinga para Ceilândia e vice-versa, ou seja, é o que pode ser caracterizado como um não lugar (AUGÉ, 2004) para muitas pessoas. Não obstante, trajetos podem passar por qualquer lugar.

- 8** [GTAM apreende no mesmo dia duas armas, munições e um veículo roubado em três ocorrências distintas \(/index.php/ocorrencias/21763-gtam-apreende-no-mesmo-diaduas-armas-municoes-e-um-veiculo-roubado-em-tres-ocorrencias-distintas\)](#)
 ...Ao dar ordem de parada o veículo tentou se evadir adentrando a chaparral em alta velocidade, ao se aproximar do veículo os indivíduos abandonaram o veículo e tentaram a fuga a pé, porém foram alcançados...

Pelo que consta na nona ocorrência, os disparos em via pública se deram em São Sebastião, bem como a apreensão de armas e munições e o resgate de aves silvestres. A pistola apreendida é que foi roubada um ano antes de dentro do carro de um policial no Chaparral. Na décima ocorrência o veículo roubado foi encontrado no Chaparral.

- 9** [Quarteto é preso após denúncia de disparos em via pública \(/index.php/ocorrencias/14314-quarteto-e-preso-apos-denuncia-de-disparos-em-viapublica\)](#)
 ... há, aproximadamente, um ano, na Chaparral em Taguatinga. Na vistoria dentro da casa os policiais ainda encontraram sete aves silvestres, uma caixa de munição de .40, sete munições de 38, R\$ 450,00 em ...
- 10** [PMDF recupera carro roubado em Goiás \(/index.php/ocorrencias/13998-pmdf-recuperacarroubado-em-goias\)](#)
 Um carro roubado em Goiás foi recuperado pela PMDF na QNL 20, Chaparral, por volta das 20h30 desta quarta-feira (11). A equipe do Grifo 3 de Patamo Alfa foi solicitada por uma equipe de inteligência ...

Conforme o décimo primeiro relato, o carro roubado capotou na BR 060 (saída para Goiânia) e o motorista somente frequentava a QNL 30 do Chaparral. Na décima segunda, o indivíduo que descartou o carregador de revólver estava na Ceilândia e apenas correu em direção ao Chaparral. Na décima terceira, aves silvestres que estavam sendo criadas ilegalmente em três casas da QNL 18 no Chaparral foram resgatadas.

- 11** [Menor de idade assaltante detido após capotar carro clonado \(/index.php/ocorrencias/12766-menor-assaltante-detido-apos-capotar-carro-clonado\)](#)
 ... pela Justiça. A equipe foi à QNL 30 na Chaparral em Taguatinga Norte, local frequentado pelo jovem, e lá encontraram três pessoas em atitude suspeita, que perceberem a chegada dos policiais, tentaram ...
- 12** [PMDF encontra carregador de pistola .40 na Ceilândia \(/index.php/ocorrencias/9710-pmdf-encontra-carregador-de-pistola-40-na-ceilandia\)](#)

... em direção à Chaparral. O objeto "dispensado" era um carregador de .40, que foi entregue na 15ª Delegacia de Polícia sendo feita ocorrência de objeto encontrado. Os policiais responsáveis pela ocorrência ...

- 13** [Batalhão Ambiental faz apreensão de aves em Taguatinga Norte \(/index.php/ocorrencias/5126-batalhao-ambiental-faz-apreensao-de-aves-emptaguatinga-norte\)](/index.php/ocorrencias/5126-batalhao-ambiental-faz-apreensao-de-aves-emptaguatinga-norte)
Policiais do Grupo Tático Ambiental (GTA) e equipe do Águia 60 realizaram na manhã desta quinta-feira (29) uma operação ambiental na QNL 18 Cj "C", na "Chaparral", em Taguatinga Norte, onde foram apreendidas ...

O exposto na décima quarta ocorrência foi um sequestro ocorrido no Taguacenter⁵⁴. Os indivíduos que o cometeram foram presos nas proximidades daquele edifício; entretanto outra ocorrência foi relatada no mesmo texto e o fato se passou no Chaparral: foi encontrado um veículo roubado que estava sendo dirigido por um menor.

- 14** [Policiais impedem sequestro relâmpago em Taguatinga \(/index.php/ocorrencias/3009-policiais-impedem-sequestro-relampago-em-taguatinga\)](/index.php/ocorrencias/3009-policiais-impedem-sequestro-relampago-em-taguatinga)
... Recuperado na Chaparral Uma hora antes, por volta de meio dia, na QNL 26, a equipe formada pelo sargento Zenildo e pelo cabo Vasconcelos desconfiou do ocupante de um veículo, que parecia ser menor de ...

O décimo quinto relato é a respeito de um carro roubado que foi encontrado com dois adolescentes que estavam tentando comprar maconha na QNL 20, do Chaparral. O local em que os dois compraram o veículo não é mencionado, mas eles pagaram 400 reais por ele, ou seja, provavelmente eles não são moradores do Chaparral e são jovens de classe média que foram ao local apenas para adquirir o entorpecente. Durante a décima sexta ocorrência um homem foi preso no Chaparral por porte ilegal de arma e disparos em via pública.

- 15** [Taguatinga: adolescentes pegos com veículo roubado \(/index.php/ocorrencias/2849-taguatinga-menores-pegos-com-veiculo-roubado\)](/index.php/ocorrencias/2849-taguatinga-menores-pegos-com-veiculo-roubado)
... tentando comprar maconha quando a viatura apareceu na região, conhecida como Chaparral. Os menores foram encaminhados à delegacia especializada e o carro devolvido ao verdadeiro proprietário. Responsáveis ...
- 16** [Ocorrências de destaque do BOPE \(/index.php/ocorrencias/2262-ocorrencias-dedestaque-do-bope\)](/index.php/ocorrencias/2262-ocorrencias-dedestaque-do-bope)
... na QNL 28 do Chaparral, em Taguatinga, ouvir alguns disparos de arma de fogo. No local, o autor foi encontrado e na abordagem foi

⁵⁴ Taguacenter é um conhecido edifício comercial situado em Taguatinga Norte, no cruzamento Avenida Comercial Norte / Avenida Hélio Prates.

encontrado um revólver calibre 38. Ele foi preso e encaminhado pelos
...

Como se pode verificar, muitas das ocorrências nem mesmo se deram no Chaparral. Está claro, contudo, que há criminalidade naquele lugar e que a polícia tem buscado executar o seu trabalho. O que não diminui também o fato de que dar destaque ao nome da comunidade nas manchetes e fazer questão de enfatizá-lo não traz nenhum benefício aos cidadãos que residem no local e que nada têm a ver com o mundo do crime (a não ser, talvez, pela vizinhança). Esses cidadãos também são vítimas da violência e merecem tanto cuidado quanto cidadãos de quaisquer outras regiões administrativas do Distrito Federal. Ou seja: a polícia também deve cuidar da segurança dos cidadãos moradores do Chaparral, mas destacar a designação do local até em ocorrências que não aconteceram lá não parece ser o meio mais eficaz de fazer isso.

Os dados gerados para esta tese, como no caso do destaque dado à designação Chaparral nos textos da PMDF no contexto de ações policiais contra criminosos, mostraram que o preconceito contra os moradores do Chaparral trabalha também por meio da unificação de todos eles, pela imputação das características ou práticas de alguns a todos os membros do grupo. Por causa disso e por entender que a categoria “Estandarização” não contempla esse acontecimento, considere a “Generalização” como mais uma estratégia ideológica pertinente ao modo “Unificação” (mas que também funciona como forma de expurgo do outro) e acrescentei entre as estratégias ideológicas de Thompson (2011).

Nesse conjunto de textos da polícia, a implicatura do destaque da designação Chaparral é a generalização do que seria a identificação de alguns criminosos para a identificação de todos os moradores do Chaparral. Isso ocorre, porque, como explica Fairclough (2001 p. 157-158), o metadiscorso provoca o efeito de sentido de que o sujeito esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e de que, por isso, esteja em uma posição de controlá-lo e de manipulá-lo, ou seja, de que o discurso seja um efeito da subjetividade mais do que a subjetividade seja um efeito do discurso, o que é ilusão, pois eles se constituem e são constituídos mutuamente. O interdiscorso, as vozes sociais esquecidas (ORLANDI, 2001), estão nas vozes dos sujeitos, fazem parte delas e significam nelas — o interdiscorso se diz em suas vozes —, por isso os efeitos de sentido do dito não são controlados, mas repetidos indistintamente.

Quando, no entanto, o nome da localidade deixa de aparecer no título para surgir somente no texto, a carga semântica desse discurso excludor diminui, pois ele deixa de ser um destaque: as manchetes têm letras maiores, são coloridas, são vistas primeiro etc. Apesar disso,

a designação citada e enfatizada também no texto — “região conhecida como Chaparral e foco de diversas ocorrências de tráfico de drogas” (1ª), “mais precisamente na área da Chaparral” (2ª), “na região, conhecida como Chaparral” (15ª) — ainda implica a estratégia ideológica de expurgo do outro.

Um dos efeitos de sentido provocados pelo nome ‘Chaparral’ logo nas manchetes das notícias é, pois, o de que essa comunidade é tão perigosa que merece destaque especial. Outro é o de que essa forma de designar o local não demanda explicação, visto que já é “senso comum” que o Chaparral seja um local de elevada criminalidade. É um modo de atuação da ideologia (CHAUÍ, 2012), que age justamente sobre essas estruturas rotineiras do “senso comum”, para sustentar as relações de dominação, por meio do consentimento (GRAMSCI, 1978). O que se sustenta com isso é o medo que as pessoas já têm de locais cujos moradores são de classes sociais mais baixas, o que talvez não ocorresse se a designação dos locais das ocorrências policiais, além de não aparecer nos títulos, não fosse feita de modo tão específico nos relatos (em vez de Chaparral, por exemplo, apenas o endereço por sigla e número, como é de praxe no DF).

Outro fato a ser observado é o artigo feminino usado antes de Chaparral, que pode provocar, para alguns leitores que desconhecem a história do lugar, o efeito de sentido de que o lugar ainda é ou tenha sido uma invasão — a [invasão] Chaparral —, como ocorre em outros textos analisados anteriormente. Das dezesseis ocorrências, apenas em uma o artigo masculino é usado para determinar Chaparral. Atuando novamente nas entrelinhas, a forma feminina⁵⁵ reforça, pois, a ideia de que um grupo de invasores se apossou do lugar e ali se instalou e de que, só depois, o lugar “virou bairro”, como visto em Lagares (2013), seção 3.1.6, e na seguinte fala da não moradora Maísa, quando perguntei a ela o motivo de usar “na” Chaparral e não “no”⁵⁶: **“Num sei, não. Acho que é pelo lugá tê sido uma invasão, né? Mais agora num é mais, já legalizô... intão ficô... ficô “na”.”**

Pela forma como essas ocorrências policiais foram escritas, constitui-se ideologicamente para os moradores do Chaparral a configuração identitária de marginais, de criminosos e de invasores. É como se fosse necessário alertar a população do DF em geral de que há crimes no Chaparral⁵⁷ para garantir a segurança pública, mas o que essa estratégia

⁵⁵ Embora o artigo feminino seja usado por inúmeras pessoas antes de Chaparral, esse acontecimento não diminui o fato de esse uso gerar, algumas vezes, o equívoco do entendimento de que o local tenha sido uma invasão, como ocorre nos casos de Lagares e Maísa.

⁵⁶ Questionei isso na época, por estranhar esse uso, visto que Chaparral é um vocábulo de gênero masculino.

⁵⁷ Certamente, ocorre de modo semelhante com outras localidades do DF.

ideológica garante é a exclusão social dessa comunidade, uma vez que o medo também é usado para expurgar o outro, especialmente quando é “justificado e valorizado, indicando relações de poder estabelecidas entre determinados grupos” (PEREIRA, 2007, p. 29): o grupo discriminador, dos incluídos, de quem o Estado busca garantir a segurança, e o discriminado, dos excluídos.

3.3 Conclusões parciais sobre as análises das vozes publicadas

A constituição identitária de moradores do Chaparral é produzida por ação de vozes internas e externas. Do lado de fora, constitui-se um tipo de identificação aparente, que os outros “imaginam” para os moradores do Chaparral. Do lado de dentro, de uma perspectiva diferente, há outra constituição identitária. O problema é que, se esse outro que imagina tiver mais poder e influência social do que aqueles que falam internamente, como ocorre no caso dos jornalistas e da polícia, a identidade imaginada “cola” e ganha a aparência de verdadeira. Contudo, como Giddens afirma:

O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social. Mas todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. (GIDDENS, 2009, p. 18-19)

Um desses recursos pode ser considerado papel do analista do discurso crítico, como propõe Fairclough (2001): desmistificar e expor a ação da ideologia para ajudar a provocar a mudança social. No caso desta tese, revelar as nuances da constituição identitária dos moradores do Chaparral pode contribuir para sua integração como cidadãos do Distrito Federal que, no mínimo, merecem respeito. Além disso, ainda que a constituição identitária se faça conforme a ideologia dos grupos hegemônicos e que a identificação generalizante dos moradores do Chaparral como marginais, produzida por não moradores com grande credibilidade social, se sobressaia à sua identificação como pessoas ordeiras e comunicativas (LEMOS, 2011a) é possível provocar mudanças nessas práticas sociais, pela agência do sujeito.

No próximo capítulo, como mais uma maneira de compreender o acontecimento da constituição identitária coletiva dos moradores do Chaparral, serão apresentadas outras vozes de moradores e de não moradores do local, como dados gerados por meio de entrevistas.

4 ENTREVISTAS: VOZES INTERNAS E EXTERNAS

Impõe-se academicamente a necessidade de delimitar categorias de análise, ainda que elas, por si sós, não sejam suficientes para abranger a riqueza discursiva expressa nas palavras dos entrevistados. Sem essa categorização, os dados podem parecer soltos e a análise, mero interpretativismo (OLIVEIRA, 2008; SILVERMAN, 2009; WODAK, MEYER, 2003); mas, se entendermos o discurso como prática social e processo, os dados é que “mostram” qual é o caminho a seguir. Apesar disso, para auxiliar na delimitação das partes do texto, inicialmente, busco, nas entrevistas, excertos que compreendam modos de operação da ideologia (explicitados nas páginas 70 e 71), conforme Thompson (2011), para entender as relações de poder na constituição identitária dos moradores do Chaparral tanto no momento histórico de sua transferência das invasões quanto na atualidade.

É sempre como prática social e como processo que se entende o discurso aqui e também a constituição identitária. Como estabelece Hall (2000), em contraste com o naturalismo,

a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é nunca completamente determinada (...). Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. A fusão total entre o “mesmo” e o “outro” que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação. (HALL, 2000, p. 106)

Entendo, pois, seguindo Hall, que a construção das identidades seja um processo contingenciado historicamente, bem como as práticas discursivas. É por entender que discursos são práticas sociais (Fairclough, 2001) historicamente marcadas, que considero que a identificação esteja “alojada na contingência”. Por isso, os efeitos de sentido produzidos nos textos — e constituidores das identidades — são sempre passíveis de modificação conforme as mudanças históricas das práticas sociais.

Hall (2000) basicamente resume o modo como os analistas devem buscar compreender a maneira como as identidades se constituem ao afirmar que, embora elas pareçam invocar uma origem em um passado histórico, com o qual manteriam certa correspondência, elas têm mais a ver com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para produzir não o que nós somos, mas o que nos tornamos. Diz o autor que as identidades têm a ver

não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm a ver tanto com a *invenção* da tradição quanto com a tradição (...). Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua

eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” esteja em parte no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático. (HALL, 2000, p. 108-109; grifos do autor)

Considerando o que Hall expõe, neste capítulo, apresentam-se os dados gerados nas entrevistas com moradores e com não moradores, na narrativização do processo de implantação do Chaparral (Nova QNL) e, também, do momento histórico em que se faz essa pesquisa. Destaco discursos relacionados às práticas sociais dos interagentes durante a passagem dos moradores da condição de invasores para a de proprietários de imóveis, sua adesão ao novo local de moradia, as dificuldades enfrentadas no processo, as vozes de outros retomadas interdiscursivamente por suas vozes, sua constituição identitária.

Complementando o questionamento acerca da constituição histórica das identidades, Hall explana ainda:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo da unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2000, p.109; aspas do autor)

Para entender o funcionamento desse jogo de poder que marca a diferença e a exclusão na constituição identitária dos moradores do Chaparral, destacam-se alguns dos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (2011) durante as análises, pois eles evidenciam as maneiras como a ideologia se serve dos efeitos de sentido produzidos textualmente para estabelecer e manter relações de dominação.

Quando aceito que a identificação se faz pela marcação da diferença, não quero dizer que se trata de relações binárias de diferenciação (do tipo bom/mau, ou mesmo do tipo mais ou menos bom/mas ou menos mal), apesar de esse tipo de relação surgir de algum modo nos dados, mas entendo que cada aspecto da identificação se dá pela diferenciação do “eu” em relação a outros sujeitos, com suas características, *status* social, condições socioeconômicas etc. Como diz Hall (2000, p. 106) a identificação “obedece à lógica do mais-que-um”:

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. (...) Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *differance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como um processo, a identificação opera por meio da *differance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a

marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (HALL, 2000, p. 106)

Como se verá adiante, a busca pela diferenciação ocorre relativamente aos moradores do Chaparral, nas vozes dos não moradores e até nas de alguns moradores. A primeira seção, a seguir, mostra as vozes pioneiras. Busca-se salientar a valoração do local em que esses cidadãos “ganharam” suas casas, a cidadania, os aspectos considerados negativos do Chaparral e os dizeres das vozes externas, interdiscursivas, acerca do lugar. A segunda, apresenta as vozes dos filhos de pioneiros, com a intenção de perceber a mudança — em alguns aspectos — daqueles que foram criados no Chaparral em relação aos pioneiros (que foram criados em outros locais, moraram nas invasões e depois foram alocados na “Nova QNL”). Na terceira seção, aparecem as vozes de não moradores, das quais se destacam suas representações dos moradores e do Chaparral. Como a quantidade de dados é grande, não pretendo esgotar as possibilidades de análise, mas apenas mostrar o geral da vida no Chaparral, o que os moradores pensam sobre o lugar e como o lugar e os moradores são vistos por outros.

Uma vez que as origens dos entrevistados dos três grupos são várias e é abundante a riqueza das variedades linguísticas de todos eles, procuro preservar, na escrita, a maioria das características de suas falas.

4.1 Pioneiros

Nesta seção, recorto fatos a respeito daqueles a que chamo de pioneiros e que, para muitas vozes externas, são “apenas” invasores que, por mero oportunismo, foram morar em locais que não eram território seu, pelo menos do ponto de vista capitalista vigente. Contrariamente a essa maneira de pensar, os antigos moradores de invasões, des-re-territorializados (HAESBAERT, 2012) das invasões para o local conhecido como Chaparral, nas suas próprias vozes e na voz de Renne Lemos (2008), eram pessoas que, à margem da sociedade pré-estabelecida, precisavam de moradia.

O geógrafo Haesbaert (2012) expõe que a desterritorialização é um mito, visto que, quando alguém é desterritorializado de algum lugar, é reterritorializado em outro. Foi o caso dos pioneiros, por exemplo, que saíram de suas terras natais, vieram para o Distrito Federal — aqui, muitos residiram em vários locais, como alguns deles contam —, depois se estabeleceram nas invasões até serem transferidos para as QNL pares de 14 a 30. Da perspectiva de Haesbaert (2012), o que há, pois, é a multiterritorialização e frequentes “des-re-territorializações”.

Seguindo essa linha, os pioneiros entrevistados para esta tese foram “des-re-territorializados” quando foram transferidos das invasões para o Chaparral.

Foram dez os pioneiros entrevistados. Os dez ou estão ainda no mercado de trabalho informal, ou aposentados, sendo que um deles recebe auxílio do INSS, por problemas cardíacos. Todos eles foram renomeados com nomes fictícios para preservar suas identidades.

Como se verifica no quadro que se segue, os pioneiros têm baixa escolaridade, sendo que apenas dois entre os dez entrevistados completaram o ensino médio e a metade deles frequentou a escola por, no máximo, cinco anos. Suas profissões refletem essa realidade social.

Quadro 3 – Pioneiros: origem, idade, escolaridade e profissões

NOMES	ORIGEM	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
Aureliano	Botirama-BA	86	4ª série do ensino fundamental	Vigilante aposentado.
Iria	Uberlândia-MG	87	Nunca foi à escola (é analfabeta)	Dona de casa; mãe crecheira.
Ivanira	Caruaru-PE	64	Ensino médio completo	Empregada doméstica; balconista; cozinheira de restaurante; técnica em enfermagem; aposentada; dona de casa.
José	Aurora-TO	66	Ensino Médio incompleto	Pedreiro, no início, e, depois, encarregado de pavimentação (asfalto, meio-fio, águas fluviais) de órgão governamental do Distrito Federal. Hoje recebe auxílio do INSS, por causa de problema cardíaco. Não pôde se aposentar.
Mara	Patos de Minas-MG	65	5ª série do Ensino Fundamental	Dona de casa (faz todos os afazeres domésticos); organiza e faz bazares de roupas e acessórios usados (divide o lucro com as pastorais da Igreja)
Mariinha	Indígena (não sabe de que povo); foi criada por família adotiva em Formosa-GO	71	4ª série do Ensino Fundamental	Empregada doméstica; aposentada; dona de casa.
Marina	Floresta Azul-BA	73	5ª série do Ensino Fundamental	Diarista; dona de casa.
Marta	Ipanema-MG	67	Ensino Médio completo (Científico)	Faxineira de supermercado; comerciante (dona de bar por 12 anos); aposentada por invalidez

				permanente (perdeu uma perna e é cadeirante), dona de casa.
Petrônio	Corumbá-GO	62	3ª série do Ensino Fundamental	Carroceiro.
Sandra	Morro do Chapéu-BA	73	Ensino Fundamental completo	Doméstica; lavadeira e passadeira; dona de casa; ainda trabalha fora, apesar da idade.

Os pioneiros entrevistados são brasileiros de seis estados diferentes que vieram para o Distrito Federal em busca de uma vida melhor. Isso se confirma, por exemplo, na voz de D. Iria. Sua irmã, que já residia em Brasília, a buscou em Uberlândia, por achar que o DF era melhor: **“É minha irmã que foi lá e me buscô. Essa minha irmã que morreu. / Ela achava que aqui toda vida foi bão. Ela gostô daqui, sabe? / É. Lá num tinha serviço não. Lá é Minas!”** Também se revela na voz de D. Ivanira, que chegou a Brasília criança, com sua família de retirantes⁵⁸ nordestinos: **“Meu pai saiu do Norte⁵⁹ pra destino ô São Paulo, ô Brasília. Aí, destinô-se Brasília.”**

Nesse percurso, esses pioneiros moraram em invasões situadas em áreas centrais de Taguatinga. Ainda nas invasões, eles foram cadastrados pela SHIS para receberem casas e lotes nas QNL pares de 14 a 30 do governo do Distrito Federal. O novo local de moradia ficou conhecido como Chaparral, nome de uma das invasões. Muitos moradores não gostam dessa designação e não entendem o motivo de sua comunidade ser chamada por esse “apelido”; outros não se importam.

A discussão a respeito da designação parece ter ocorrido desde que os primeiros moradores foram transferidos das invasões para as QNL pares de 14 a 30. É assim que alguns moradores, como D. Iria, preferem chamar o lugar: **“Chamá de quê? Chamá memo, des jeito memo. [...] É. QNL. [...] QNL! (D. Iria)”**. D. Mariinha não demonstra se importar muito com a designação, mas acha mais bonito QNL: **“Eu vejo o povo chamano aqui... de QNL, né? As QNL. Única coisa que eu vejo o povo falá. Mar muita gente num aceita que chama assim de QNL aqui. [...] QNL! Num é bunito?... Num é?”** D. Marta também prefere chamar o lugar pela denominação dada no endereço: **“Eu chamo aqui mesmo é... quando os oto fala Chaparral, eu falo: Não! Eu moro na QNL. Lá na QNL. Minha casa num tem indereço**

⁵⁸ Retirante: termo muito usado no Brasil para se referir a pessoas ou grupos que abandonam suas terras para fugir da seca e da miséria em busca de uma vida melhor em cidades grandes, especialmente das regiões Sudeste e Sul. A figura do retirante é comum na literatura brasileira do chamado Ciclo das Secas.

⁵⁹ A família, na verdade, é de Caruaru, em Pernambuco, que fica na região Nordeste, entretanto é relativamente comum o Nordeste do país ser chamado de Norte.

de Chaparral, não! Lá tem indereço, assim: QNL. Num tem Chaparral iscrito lá. Na sua casa tem Chaparral iscrito?”

Da mesma maneira que ocorre no *post* de Lagares (2013), analisado na seção 3.2.2, essa forma de chamar o local pode ser entendida como mais inclusiva, pois não distingue as QNL pares de 14 a 30, pelo menos discursivamente, das demais quadras da QNL. Entretanto, como mostrado nos capítulos 2 e 3, a diferença na arquitetura é grande. Dessa maneira, a distinção entre os moradores persiste de qualquer forma, pois todos os que conhecem os endereços da região sabem quais são as quadras consideradas parte do Chaparral. Por causa disso, insistir em designar o local de QNL parece ser mais uma forma de operação da ideologia que oculta as diferenças entre os grupos sociais, sem, no entanto, precisar incluí-los. Percebo, nesse acontecimento, dois modos de operação da ideologia, conforme Thompson (2011): a dissimulação, com a estratégia da eufemização; e a unificação, pela estratégia da simbolização de unidade. Dissimulação, porque mantém as relações hegemônicas de um grupo sobre o outro, mas desvia a atenção das pessoas desse fato, visto que desconsidera relações e processos preexistentes: o fato de a presença de um grupo ser indesejada para o outro, a frequente diferença das condições socioeconômicas entre os membros dos dois grupos, a arquitetura urbana e a história distinta dos dois locais. A estratégia ideológica seria a eufemização, pois QNL é uma forma simbólica que, usada para designar as QNL pares de 14 a 30, funciona como eufemismo de Chaparral. A designação QNL não iguala as condições entre os dois grupos, mas apenas dissimula as relações sociais ao descrever ou “redescrever” o Chaparral de modo a despertar — ou buscar despertar — sua valoração positiva. Unificação, porque identifica coletivamente os indivíduos dos dois grupos, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los, como evidenciado acima. A estratégia ideológica é a simbolização de unidade: a designação QNL funciona como símbolo de unidade e de identificação das duas comunidades, mas esse fato não diminui a diferença. A unidade das QNL de baixo e das QNL pares de 14 a 30 é uma ilusão dos sujeitos, pois a fronteira simbólica que as separa continua existindo, além das diferenças já mencionadas: arquitetura urbana, condições socioeconômicas, a historicidade.

Semelhantemente ocorre com a designação Nova QNL, que também funciona como eufemismo de Chaparral, entretanto, embora as quadras L Norte de 14 a 30 sejam uma continuação das QNL que já existiam, elas foram construídas depois, exclusivamente, para transferência dos cidadãos que moravam naquelas invasões específicas de Taguatinga Sul e Norte. Ou seja: essas quadras têm uma historicidade distinta da história do restante da QNL e

isso parece claro para os pioneiros que preferem a designação Nova QNL a Chaparral. É provável que a opção por aquela designação também seja motivada pelo preconceito sofrido pelos moradores do lugar, contudo a ideia parece ser a de que “Nova QNL” confira a almejada dignidade ao lugar, mas mantenha a fronteira com a QNL. Lagares (2013), cujo *post* foi analisado no capítulo anterior, parece ter percebido esse fato, por isso, ao usar a designação Nova QNL em seu texto, escreve “a chamada ‘Nova QNL’”, com a designação entre aspas. Distintamente dos pioneiros que optaram por Nova QNL, o autor revelou sua compreensão de que a apartação continua com essa forma de designar o local, por isso optou por QNL, uma vez que seu objetivo é valorizar o lugar e suas **“histórias bonitas e de lição de vida”** (LAGARES, 2013).

O Sr. Aureliano é enfático e repete sua preferência várias vezes durante a entrevista:

Aí eles mudaro pra qui e botaro o nome de Chaparral, mais o nome aqui é Nova QNL, tá lá na SHIS. [...] Aqui eu conheço por Nova QNL, porque lá na SHIS tá é assim. [...] Aqui é Nova QNL! O nome daqui é Nova QNL... Pode i lá na “SHIS”, que tá lá: Nova QNL! [...] Aqui é Nova QNL! Aqui o certo mermo é Nova QNL. Porque quem pega o ônibus... o ônibus já tá escrito Nova QNL. [...] Se você falá po motorista “Chaparral”, ele não sabe dizê onde é. Ele sabe dizê Nova QNL! (SR. AURELIANO)

Ele busca ratificar sua opção pela autoridade da instituição governamental responsável pelo cadastro e pela transferência dos moradores das invasões para o novo lugar: a SHIS (antiga Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda). O pioneiro reforça ainda sua opção com o argumento de que a linha de ônibus que atende a comunidade tem como itinerário “Nova QNL” e não Chaparral. Sua argumentação tem jeito de agência do sujeito: é uma escolha pensada, com argumentação de autoridade. Apesar disso, diferentemente de Lagares (2013), ele não parece perceber que essa designação mantém a apartação do lugar.

D. Marina, como o Sr. Aureliano, procura justificar sua preferência com o argumento de que Nova QNL é a designação expressa no itinerário do ônibus:

aqui nós queremos como a Nova QNL. Aí, muita gente chama Chaparral. Eu não chamo. Purque quando o pessoal vai pegá o ônibus, aí, que vem pessoa desconhecida, fala assim: “Ah, eu vou pra Chaparral.” Aí, o motorista fala assim: “Nova QNL!” Aí, fala: “Ah! A Chaparral onde é?” Eu digo... um dia eu respondi pra moça: olha, eles chamam lá de Chaparral, mais, na verdade, é Nova QNL. (D. MARINA)

Quando afirma **“aqui nós queremos como a Nova QNL”**, ela o faz por causa de um grupo de moradores que tentam convencer os demais e os não moradores a não chamarem mais o local de Chaparral. É um movimento que vem crescendo na comunidade. Uma das pessoas empenhadas para essa mudança é o Jorginho, um dos filhos de pioneiro entrevistados (ele se autodesigna “prefeito da QNL”), como exposto na próxima seção.

Para D. Mara, além do argumento do itinerário do ônibus, a designação Nova QNL se justifica porque essa parte da QNL foi construída depois:

Num moro ni Chaparral, não! Aqui é Nova QNL. Divido tê as QNL já, ali de baixo, né? Não. É Nova QNL! [...] Purque aquesa QNL ali já era velha... de muito anos, né? Muito antiga. E aqui só era só mato, né? Aí, quando foi fazê, ese falaro “Vamo fazê uma Nova QNL”. [...] Aí, botaro Nova QNL. [...] Cê pode vê que no ônibus vem Nova QNL... Aí, o pessoal tem um negoço de dizê “Ah, esse ônibus vai pra Chaparral?”, “É. Vai pra Chaparral.” Aí, tem gente que fica cum raiva: “Não. Vai pra Nova QNL.” Que já sabe que a Nova QNL é aqui, né? [...] Ah! Nova QNL. Purque eu num cunhici nem Chaparraal... num sei nem que que era, purque esse nome... não sei nem aonde era... (D. MARA)

Percebe-se, durante a entrevista, uma certa animosidade de D. Mara contra a designação Chaparral: como ela poderia morar em um local cujo nome veio de uma invasão que ela nem chegou a conhecer, não sabe onde ficava ou o que significa?

Ainda o Sr. José fez sua escolha e demonstrou isso em vários momentos da entrevista:

Eu não chamo Chaparral. Eu chamo aqui Nova QNL. [...] Mas eu chamo aqui de Nova QNL. [...] É Nova QNL [...] Principalmente se falá: “Cê mora aonde?” “Moro na Chaparral?” Não. Moro ali na QNL. Cê não pode falá que mora no Chaparral. Chaparral foi um apelido muito... maldito que botaram ni nós. Porque se tivesse botado outro nome melhor... [...] Eu não chamo aqui de Chaparral. “Cê mora aonde?” Eu moro na QNL. Eu não falo Chaparral. (SR. JOSÉ)

Pelas palavras do Sr. José, é como se a designação Chaparral, por si só, fosse a geradora do preconceito social, da exclusão, do expurgo daquela comunidade. Apesar disso, ele diz ainda: **“Tem que acostumá com o lugar, né? E com o povo falano Chaparral, Chaparral. Agora ficou na cabeça de todo mundo, não tem mais... jeito”**.

De modo semelhante, o Sr. Petrônio manifesta sua insatisfação com a designação Chaparral:

o nome verdadeiro aqui é a Nova QNL. [...] O nome é Nova QNL, Chaparral é apilido. Cê tá intendo? [...] Não tem nome de Chaparral no documento daqui. [...] É QNL. Justamente. Intão num iexiste esse negoço de Chaparral! Isso aí foi o pessoal que botô esse apilido. [...] Esse nome é muito ruim... esse nome é muito ruim, porque pegô ruim igual a Ceilândia. [...] É igual aqui. Aqui tamém é uma fama ruim, mais aqui é muito bom de morá. [...] Num é muito bom, não. Esse é um apilido que pusero muito ruim. [...] Ese botaro esse nome depois que mudô pra cá. [...] Foi alguém que colocô esse apilido, num sei nem quem é. Mais teve alguém que botô esse apilido nessa cidade nossa aqui, né? Pegô. Pegô e ocê pode falá Chaparral todo mundo já sabe. Pegô, má pegô mermo! (SR. PETRÔNIO)

Da forma como o Sr. Petrônio expressa sua indignação, fica patente o assédio moral sofrido por meio da designação Chaparral. Como dito anteriormente, o “apelido” Chaparral (Lemos, 2011c), teria sido dado à invasão que ficava na QSC, em Taguatinga, por causa da

série de TV americana de banguê-banguê com a mesma designação. Alguns pioneiros falam disso, mas o Sr. José acrescenta a informação de que havia no local da invasão uma madeireira denominada Chaparral:

Mas sabe por que que tinha a invasão Chaparral? Por causa da maderera Chaparral que era lá. [...] Tinha a maderera Chaparral lá. Aí a maderera... mudaram todo mundo... então veio pra cá. Aí ela foi e alugô aqui, botô bem grande aqui, porque lá, ela não vivia mais, porque o pessoal saiu e ela foi e mudô pra cá. Bem grandona, bem grandona: Maderera Chaparral. [...] Eu sei que foi por causa dessa maderera que botô aí. Eu sei que é... que era Chaparral. Tinha até um filme, né? [...] É, Chaparral! [o nome da série] Ondé que eu pensei... nunca pensei que aquilo ia fazê parte da nossa vida. Chaparral, né? Ondé que eu pensava? Cheguei aqui, tá escrito aqui: Chaparral. Eu lembrava do filme. (SR. JOSÉ)

A história contada por D. Sandra também corrobora o que Lemos (2011a) narra a respeito da designação Chaparral. Segundo a entrevistada, o nome da “favela” Chaparral teve origem na série de TV americana Chaparral (em que havia um “rancho” com esse nome”. Depois da des-re-territorialização, o nome teria sido transferido para o novo local. Afirma D. Sandra:

Chaparral tem uma origem. Na invasão, eu não sei por que, eles compararam cum seriado que passava na televisão na época. Era a história de uma fazenda que tinha nome de Chaparral. Era uma história americana, muito bunita mesmo, de *cowboy*. [...] O dono de uma fazenda... tinha índio... Eles viajavam, encontravam obstáculos. [...] Num era bem um banguê-banguê daqueles, não, mais era parecido. Queles rancho. Era um rancho... americano, sabe? [...] Só que aí, quando o governador [...] Ele resolveu, né? Removê a favela. Várias favelas. E Chaparral foi uma delas que ele removeu [...] Como o povo vei da favela Chaparral, todo mundo começô a chamá isso aqui de Chaparral. Ê, Chaparraaal! (D. SANDRA)

Na casa de D. Marta, no momento da entrevista, houve um pequeno debate a respeito do motivo de o Chaparral ter essa designação: **“Foi por causa de uma novela.”** (neta de D. Marta) / **Né, não. Que novela? Num tinha novela Chaparral, não!** (D. Marta) / **“Tinha uma novela chamada Chaparral. Aí eu num sei por que começaram a chamá assim.** (neta)” Depois D. Marta explica que era comum pôr nomes de séries de televisão em determinados locais do Distrito Federal: **“Quando saiu a Nova QNL... essa QNL aqui de baxo, a 19⁶⁰ chamava Nova Divineia. Na época, passava um seriado chamado Nova Divineia⁶¹. E, lá na**

⁶⁰ QNL 19.

⁶¹ Não encontrei na internet referências a uma série de TV chamada “Nova Divineia”, mas houve a novela — “Fogo sobre terra” —, da Rede Globo, que se passou numa cidade fictícia chamada Divineia. Essa novela foi transmitida entre 1974 e 1975. Talvez, com uma busca mais ampla, mais dados relacionados a esse fato possam ser encontrados.

M Norte, botaro Planeta dos Macaco⁶². Que, quando saiu a M Norte, passava o seriado Planeta dos Macaco. Aí ficô.”

Ainda que não se saiba com certeza a origem do nome Chaparral, um exemplo claro do modo de operação da ideologia dissimulação é a estratégia de deslocamento do nome da série estadunidense de banguê-banguê chamada Chaparral para a invasão Chaparral e depois para as QNL pares de 14 a 30 ou Nova QNL. Na série de faroeste, uma família enfrentava muitas dificuldades para manter e administrar um rancho nas proximidades de Tucson, Arizona⁶³. Como seria de se esperar desse gênero, os tiroteios eram recorrentes, bem como as lutas contra índios, bandoleiros e fazendeiros inescrupulosos e gananciosos. Designar a continuação da QNL dessa forma é, portanto, um ato ideológico. Da mesma maneira, chamar a parte de Taguatinga conhecida como M Norte ou QNM (Quadra Norte M) de Planeta dos Macacos, por causa de outra série estadunidense transmitida por uma rede de televisão brasileira na época, dando a entender que, na localidade, morariam “macacos” é um exemplo de dissimulação, pela estratégia ideológica do deslocamento.

A estratégia ideológica do deslocamento de designações parece ter sido uma prática relativamente comum no Distrito Federal desde o início, pois houve uma outra “favela”, que se situava nas proximidades de Taguatinga e foi designada “Vietcong” (CERQUEIRA, 2009). Houve, então, o deslocamento ideológico do termo “Vietcongue”, usado para designar um grupo de guerrilheiros comunistas que lutava contra o governo do extinto Vietnã do Sul e contra seus apoiadores norte-americanos durante a Guerra do Vietnã, para aquela invasão, também de modo pejorativo. Segundo Cerqueira (2009), essa invasão acabou, no final de 1960, com a transferência dos moradores para um loteamento de 2 mil casas criado na região de Brazlândia-DF. É provável que outros casos semelhantes existam.

Certamente, esses acontecimentos não são inocentes nem ocorreram por acaso. Eles são exemplos do modo de operação da ideologia dissimulação. Por meio da estratégia ideológica deslocamento, um termo que costuma ser usado para se referir a alguém ou a algo é usado para se referir a outro, de maneira que as conotações positivas ou negativas dessa forma simbólica sejam transferidas a esse outro (THOMPSON, 2011). Dessa maneira, relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas. Como a atenção

⁶² Na região chamada M Norte (QNM), também há uma parte mais nova, criada depois, que recebeu o apelido de “Planeta dos Macacos”. Até hoje muitos chamam o lugar assim, especialmente quando querem falar mal.

⁶³ Muitas dessas batalhas se passam na região desértica e semidesértica do Arizona, no Sudoeste dos Estados Unidos, cuja vegetação se constitui de arbustos e semiarbustos retorcidos e de suculentas. Essa vegetação é chamada de Chaparral. Certamente dessa vegetação advém o nome do rancho da série de TV.

das pessoas é desviada, muitos não percebem claramente a ação da ideologia, embora se sintam incomodados pela designação, como os moradores pioneiros do Chaparral acima citados.

Os verbos — **“Ganhar”, “dar”, “receber”, “mandar”, “fazer”** — e as expressões verbais — **“ficar com dó”, “ter dó”, “tirar as invasão”, “botar ali”** — são retirados das narrativas dos pioneiros que contam o ocorrido antes, durante e depois de sua remoção de áreas centrais para a periferia. Essas formas linguísticas mitigam e suavizam ações de indivíduos que atuavam no governo e servem ao modo de operação da ideologia dissimulação, para ocultar e obscurecer relações de dominação. As ações desses agentes governamentais são representadas de maneira a desviar a atenção das pessoas das relações de poder existentes.

Elas também ligam o ato de **“dar/mandar cobertor, leite, dinheiro, lotes”, de “fazer a Vila Planalto, a Samambaia, o Recanto das Emas, a Guariroba, o P Sul”, de “tirar invasões” e “botar o pessoal [em algum local diferente, frequentemente periférico]”** a certos indivíduos em particular, representados, então, como indivíduos humanitários, empáticos, que faziam o que faziam apenas para sanar o problema de moradia dos pobres: **“Ele dava porque ele tinha dó... da pobreza, né? Num queria vê a pobreza... é... sofrê.”; “ele mandava cobertor pro povo, mandava leite, mandava dinheiro... mandava um bucado de coisa pro povo”; “deu muito pra nós.”; “dava moradia pra nós”; “o governo ficô cum dó dela, deu o lugarzinho dela lá”; “ganhava um lote”; “bom tê dado aqui”; “ia dá”; “ia doá pas invasão”; “mandô os caminhão... ele deu os caminhão”; “eu ganhei aqui, minha mãe ganhô ali e meu oto irmão ganhô na ota rua”; “recebeu casa no P Sul”; “a gente ia recebê casa ou ia recebê lote”; “tentá ganhá algum lugar pra morá”**. Aqueles agentes governamentais com poder de retirar essas pessoas do local em que residiam — ou até de puni-las pela invasão de áreas públicas, de preservação ambiental ou por construções irregulares — apresentam-se, nessas escolhas lexicais, particularmente como heróis. Essas escolhas podem ser observadas em algumas falas de pioneiros expostas a seguir:

ele mandava cobertor pro povo, mandava leite, mandava dinheiro... mandava um bucado de coisa pro povo. O Roriz mandava... [...] Às veiz ele tirava as invasão e botava ali na Samambaia... ele tirô a Vila Planalto... tirô aquela invasão que tinha ali... na 913, atrás do Objetivo. Ele tirô aquelas invasão... ele feiz a Vila Planalto... Foi o Roriz que botô o pessoal na Vila Planalto. Ele feiz a Samambaia... ele feiz o Recanto das Emas, Guariroba, P Sul... [...] Ele dava porque ele tinha dó... da pobreza, né? Num queria vê a pobreza... é... sofrê. [...] Zé Ornela... que foi um governo tomém que deu muito pra nós. [...] eles derrubava os barraco nosso e dava moradia pra nós. [...] Ele disse assim: “Óia, eu não vô tirá vocês daqui, pra jogá... pa derrubá barraco d’ocês... nós vamo tirá daqui e vamo dá o canto d’ocês.[...] Aí, o governo ficô cum dó dela, deu o lugarzinho dela lá... (SR. AURELIANO)

As que tinha pocos filho ganhava um lote menor. As que tinha muito filho,

ganhava um lote maior. Eu só tinha um filho nessa época, né? Aí, eu falei: — Só tenho um filho. Aí, ganhei esse lote pequeno. (D. IVANIRA)

Deram os caminhão, levaro os caminhão do governo... tiraro a gente, botava as coisas tudo em cima. [...] muito bom tê dado aqui, do que tê dado lá pra Paranoá (SR. JOSÉ)

se a gente ia recebê casa ou ia recebê lote... (D. MARINA)

quando nós chegô aqui, né? Que pegou as casas... tudo só... no chão, que num tinha asfalto ainda, que tava entregano, né? Aí, eles dero o prazo pa pessoa cimentá... Que era na época do Ornelas, né? Aí, quando... era o mandato dele, já tava terminano e ele quiria dexá todo mundo aqui. Aí, vei todo mundo sem cimentá mermo... tudo no chão... [...] aí ele mandô os caminhão... ele deu os caminhão, pa todo mundo mudá. [...] eu ganhei aqui, minha mãe ganhô ali e meu oto irmão ganhô na ota rua, né? E os otos dois num ganhô porque ese mudaro antes de lá. Conseguiu... recebeu casa no P Sul (D. MARA)

Ese foro lá, mandô o pessoal dele lá, ese oiô a situação nossa lá, e ficô cum dó e fez esse lotiamento aqui. (SR. PETRÔNIO)

Do modo como é dito pelos entrevistados, parece que o loteamento da área conhecida como Chaparral foi um presente dado por determinados indivíduos e não que tenha sido uma ação do governo do Distrito Federal — conforme seu poder de coerção —, efetivada com verba oriunda de impostos pagos pela população. Dessa forma, as relações sociais de dominação são dissimuladas. A ação de retirá-las de um local e levá-las para outro é eufemizada, transformada em “presente”, especialmente por meio dos verbos “ganhar” e receber: **“eu ganhei aqui, minha mãe ganhô ali e meu oto irmão ganhô na ota rua”**; **“recebeu casa no P Sul”**; **“a gente ia recebê casa ou ia recebê lote”**. Nos excertos em destaque, nota-se o apagamento do fato de que as pessoas foram retiradas de áreas consideradas nobres em Taguatinga para serem levadas para a periferia, apesar de terem sido retiradas de invasões. Isso não é dito, pelo menos nos momentos em que se repete o discurso de “ganhar” ou “receber” os lotes.

Entretanto, o ocorrido parece ter surgido mais realisticamente na voz de D. Iria — “pegava e botava dento do caminhão e trazia pra cá” —, na do Sr. José — “A gente não sabeno nem pra ondê que vinha, né? Que a gente não conhecia aqui, não sabia nada...” — e na voz de D. Sandra — “Vamos mudá, vamos mudá!” E derrubava tudo! Pra que ninguém permanecesse mais ali. E eu? Mais o que que eu vô fazê? Com filho de 8 meses, sozinha... como é que eu vô ficá nesse mato ali? A CEB já vinha, já cortava luiz, já tirava tudo! E eu num pude ficá”.

Contrariando, porém, a regularidade discursiva exposta na tabela anterior, há aqueles pioneiros que consideravam os locais onde havia as invasões bons para morar, como surge nas respostas de três entrevistadas. Para D. Iria, a localização da invasão era boa: **“Lá era bão de morá. [...] Morava bem pertim, assim, do hospital.”** Já D. Mara demonstra certo inconformismo com a mudança: **“Era bão lá tamém, né?... maisiii, como diz aí, Deus é que**

prepara o lugar, né?... pra gente. Num era pra ficá lá, né? Aí, vei pra qui... Tá bom!”. D. Marta via o local por uma perspectiva mais humana, gregária: **“lá era uma ladera danada, né? Era horrível! Mas eu era feliz lá! [...] Era um lugar muito calmo... o pessoal tudo era muito unido... se gostava muito! [...] Mais ali era bom demais!... Pessoal era muito unido!... Pessoal fazia muita festa! É... se gostavam!”**.

Há ainda aqueles que, embora residissem nas invasões, foram excluídos do processo de transferência, uma vez que estavam trabalhando no momento do cadastramento. As falhas do procedimento se ocultam na culpa de familiares: **“Quando passô o pessoal fazendo cadastro, minha família, que era um pouco tampadinha... né?... num teve ideia. Eu tava fora, mais eu tinha lá um quartinho do lado. Num se lembraro de me cadastrá. Dizê: “Olha, tá trabalhando... fazê o cadastro dela, porque ela é uma família separada, tá, tá, tá”. Num fizeram!”** O governo, mentor e responsável pelo cadastramento e pela transferência, parece ter falhado em alguns casos ao fazer o cadastro das pessoas, mas a família é a responsabilizada.

Se a lida era com pessoas de baixa escolaridade e se o objetivo fosse realmente realocar os necessitados, o processo precisaria ser mais cauteloso e, possivelmente, mais demorado. Não poderia acontecer tão rápido, somente porque **“era o mandato dele, já tava terminano e ele quiria dexá todo mundo aqui”**, como conta D. Mara. Também não deveria deixar de fora uma mãe solteira com seu filho pequeno, ou uma pessoa idosa: **E que que aconteceu? Eu fiquei sem casa, até hoje. [...] Aí, vei minha mãe também que num foi cadastrada. Num fizeram o cadastro dela. Minha mãe não ganhô casa e eu não ganhei casa. Intão, nós duas fomo sempre assim, dependente dos oto, sabe? Morano im casa dos oto.”**

Outra questão relevante que a entrevista com a D. Sandra suscita é a ideia de que, para muita gente, “morar em invasão” é uma “oportunidade” quase “legal” de “ganhar uma casa”, de que “obter uma casa” implica “ganhá-la” e de que “não ganhar uma casa” acarreta “dependência de outros”:

E depois surgiu uma oportunidade de i pra invasão tenta ganhá algum lugar pra morá. [...] **Quando passô o pessoal fazendo cadastro, minha família, que era um pouco tampadinha... né?... num teve ideia. Eu tava fora, mais eu tinha lá um quartinho do lado. Num se lembraro de me cadastrá. Dizê: “Olha, tá trabalhando... fazê o cadastro dela, porque ela é uma família separada, tá, tá, tá”. Num fizeram! E que que aconteceu? Eu fiquei sem casa, até hoje. [...]** “Vamos mudá, vamos mudá!” E derrubava tudo! Pra que ninguém permanecesse mais ali. E eu? Mais o que que eu vô fazê? Com filho de 8 meses, sozinha... como é que eu vô ficá nesse mato ali? A CEB já vinha, já cortava luiz, já tirava tudo! E eu num pude ficá. Intão eu vim cum eles pra cá. Com minha irmã. Porque a casa é da minha irmã, né? Aí, vei minha mãe também que num foi cadastrada. Num fizeram o cadastro dela. Minha **mãe não ganhô casa e eu não ganhei casa**. Intão, nós duas fomo sempre assim,

dependente dos odo, sabe? Morano im casa dos odo. (D. SANDRA)

É compreensível que a possibilidade de pessoas mais pobres, com baixa renda, adquirir algum imóvel passe por planos habitacionais do governo, mas há aqueles que, em condições semelhantes ou até piores, moram em residências alugadas e, não sem luta, conseguem comprar seus desejados imóveis. Ainda que a ideia de adquirir um imóvel com o fruto do trabalho possa ser uma visão burguesa em um país capitalista, a dependência total do governo para obter uma moradia própria é, no mínimo, incômoda.

Nessa dependência sem fim, para adquirir uma moradia própria, entrevê-se o modo de operação da ideologia reificação. Por ele, situações ou processos transitórios, históricos, são apresentados como se fossem permanentes, naturais, atemporais, de modo que seu caráter social e histórico é ocultado. A estratégia ideológica é a eternalização, em que fenômenos sócio-históricos são tratados como permanentes, imutáveis e recorrentes, de maneira que, dificilmente, possam ser questionados. Como parece haver um processo de convivência — ou de negligência — relativa aos chamados “grileiros⁶⁴” e a invasores de áreas públicas no DF, pois é praticamente impossível que os órgãos governamentais não saibam do que ocorre. O crime de grilagem é recorrente no DF, como exposto na notícia de 14/01/2019, a respeito da grilagem de terras na Área de Proteção Ambiental (APA) São Bartolomeu, em Planaltina, uma das maiores invasões do Distrito Federal. Um subtítulo da notícia é “Crime recorrente”:

Crime recorrente

Em agosto de 2018, uma operação da Dema apreendeu notas promissórias e documentos que seriam a confirmação de termos clandestinos de posse referentes a 70 lotes na mesma área de proteção ambiental. Na ocasião, **ninguém foi preso**. (CARONE, 2019)

Não tenho intenção de entrar a fundo na questão de grilagem de terras, mas mostrar que invasões são extremamente comuns no Distrito Federal e que esse fato gera a eternalização da dependência do governo para aquisição de moradia, já que, cedo ou tarde, áreas invadidas são regularizadas. Ou seja: invasores, frequentemente de áreas de preservação ambiental, são “presenteados” pelos seus atos, com a regularização das invasões ou com a realocação dos invasores para novas áreas, como ocorreu com os moradores pioneiros do Chaparral. Não estou dizendo que não haja necessidade de planos de governo mais efetivos para aquisição de moradias especialmente para pessoas de baixa renda, muito pelo contrário.

⁶⁴ Conforme o dicionário Houaiss (2009), o vocábulo grileiro é um regionalismo do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil — onde se situa o Distrito Federal —, que significa “pessoa que se apodera ou procura de apossar de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade”. No DF, os grileiros loteiam áreas públicas e vendem os lotes para os chamados invasores.

Basta uma pesquisa em um site de buscas na internet para detectar a quantidade de áreas invadidas já legalizadas pelo Governo do Distrito Federal e de outras em processo de legalização, além de novas invasões surgirem em diversos locais. As invasões vão desde a orla do Lago Paranoá em regiões administrativas nobres, como Lago Sul e Lago Norte, a chamada Península dos Ministros, próxima à Ermida Dom Bosco, no Lago Sul, com suas mansões, até invasões consideradas “favelas”, como exposto numa manchete do site da Canção Nova (2019) — “Invasão de terra no DF pode se tornar a maior favela do Brasil” — e como afirma D. Sandra — **“quando o governador [...] Ele resolveu, né? Removê a favela. Várias favelas. E Chaparral foi uma delas que ele removeu, mandô construí as casas aqui, preparô tudo e trouxe Chaparral, trouxe outras lá”**.

Dessa maneira, a relação de dominação se faz pela eternalização da dependência governamental para aquisição de moradia. O procedimento recorrente de regularizar invasões ou construir loteamentos residenciais para invasores faz com que muitos continuem invadindo áreas públicas no Distrito Federal: **“E depois surgiu uma oportunidade de i pra invasão tentá ganhá algum lugar pra morá”**. Quando não conseguem o almejado, como ocorreu com D. Sandra e sua mãe, os invasores sentem-se desamparados, frustrados, de alguma maneira, perdidos, alguns até permanentemente dependentes de favores alheios: **“Minha mãe não ganhô casa e eu não ganhei casa. Intão, nós duas fomo sempre assim, dependente dos oto, sabe? Morano im casa dos oto.”**

Outro fato é uma única menção direta ao “governo” em si — e não à pessoa do governador ou de determinado político —, feita pelo Sr. Aureliano: **“Aí, o governo ficô cum dó dela, deu o lugarzinho dela lá...”** Apesar de mencionar o governo, nesse caso também ocorre o modo de operação da ideologia dissimulação, pois relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, por serem representadas de maneira a desviar a atenção dos indivíduos, ou por desconsiderarem relações e processos existentes (THOMPSON, 2011). Como mostrado anteriormente, pela estratégia de eufemização, relações de poder são camufladas. A ação governamental ofensiva e desagradável de remover cidadãos em situação de invasão do centro para a periferia, derrubando seus barracos, torna-se agradável, suave. O peso da ação é minimizado quando ela se traveste de caridade — **“ficô cum dó dela, deu o lugarzinho dela”** (SR. AURELIANO) — e de presente — **“eu ganhei aqui, minha mãe ganhô ali e meu oto irmão ganhô na ota rua, né? (D. MARA).**

A ideologia também opera nessas construções linguísticas por meio da “legitimação” das relações de dominação, pela estratégia ideológica de racionalização — **“dava porque ele tinha dó”** (SR. AURELIANO). Por meio da estratégia de racionalização, o detentor do poder e produtor da forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio para granjear apoio para o que defende. No caso, o governador, enquanto pessoa, é que teria sentido pena daquelas pessoas e por isso teria “dado” os lotes e casas, como se esses lotes e casas lhe pertencessem. O efeito de sentido é de que esses indivíduos “deram-lhes” os lotes e as casas por serem humanitários. Nada se diz do direito que esses cidadãos tinham de morar dignamente, nem dos deveres do Estado de prover-lhes a necessidade de moradias. Também não se fala que o poder de “dar” era institucionalmente constituído e que aqueles agentes tinham a prerrogativa governamental de retirar os invasores de um lugar e levá-los para outro, até à força, se fosse o caso. Outro fato relevante marcado pelo silêncio é transferência daquelas pessoas para um lugar onde sua presença seria menos importuna para os mais abastados, já que afastado do centro da cidade e das áreas consideradas mais nobres de Taguatinga.

No geral, portanto, os efeitos de sentidos aparentes são de que políticos sentem pena dos moradores das invasões, como se vê especialmente nas falas do Sr. Aureliano — **“Ele dava porque ele tinha dó... da pobreza, né? Num quiria vê a pobreza... é... sofrê”** — e do Sr. Petrônio — **“ese oiô a situação nossa, lá, e ficô cum dó e feiz esse lotiamento aqui”**. Alguns fatos não são percebidos ou considerados pelos entrevistados: que políticos precisam de votos para se manterem no poder e que uma forma de angariar esses votos é mostrando-se compassivos e condescendentes com a situação daqueles que podem dar-lhes os votos necessários para sua manutenção no poder. Aparentemente, esses políticos o fazem, por exemplo, sem julgar aquelas pessoas por terem invadido — e destruído — áreas públicas de preservação ambiental e por estarem em situação ilegal.

Outro fato relevante desconsiderado, ou não percebido, pelos entrevistados é que o ato do governo de fornecer-lhes moradia não se deve à benevolência de alguns indivíduos em particular, mas é dever do Estado, no que se refere às pessoas em situação de miséria ou de pobreza extrema. É recorrente nas vozes desses pioneiros que os lotes ou casas lhes tenham sido “dados” gratuitamente. Não é vislumbrado o fato de os impostos deverem voltar como benefícios aos cidadãos, de aqueles políticos, na época, serem administradores do patrimônio de toda a população e de, portanto, suas “boas ações” terem sido feitas com dinheiro público.

Outro exemplo de ação da ideologia pela legitimação das ações praticadas pelo detentor do poder está presente em discurso direto, na fala do Sr. Aureliano, por meio da estratégia de

racionalização: **“Ele disse assim: “Óia, eu não vô tirá vocês daqui, pra jogá... pa derrubá barraco d’ocês... nós vamo tirá daqui e vamo dá o canto d’ocês”**. A voz retomada intertextualmente, em citação direta, é a do detentor do poder e produtor da forma simbólica, cuja cadeia de raciocínio é usada para granjear apoio dos cidadãos: a retirada daquelas pessoas de uma parte mais central de Taguatinga e seu afastamento para a periferia seria efetivada para que elas “ganhassem” residências próprias. Nada se disse das condições precárias das novas casas e do local para onde elas seriam transferidas.

Não obstante, o Sr. José fala do apoio dado pelo governo durante a mudança:

Tinha creche pros menino... quem tinha muito menino não podia vim, porque tava de mudança e não tinha nem comida nem nada... e tinha as creche pra levar os menino. [...] Tinha creche, tinha psicólogo, tinha tudo. Porque a pessoa, às veiz, tinha algum problema, né? Tinha tudo... Deu muita assistência eles aí na mudança. Então, quando a gente mudou, foi legal. (SR. JOSÉ)

Ou seja: apesar de todas as dificuldades, o Sr. José se mostrou satisfeito com o que recebia, ainda que não soubesse para onde estava sendo levado. O fato de ter creche e psicólogo nos dias de mudança, sem dúvida, era um aspecto positivo do processo e mostrava organização dos órgãos governamentais, entretanto não desfaz o fato de o local do assentamento ainda ter a infraestrutura necessária a uma vida digna e de essa assistência ter sido dada apenas “na mudança”.

Na voz citada em discurso indireto por D. Mara, ainda pela estratégia ideológica de racionalização, legitima-se a mudança antecipada para a nova área, sem que as casas estivessem prontas: **“era o mandato dele, já tava terminano e ele quiria dexá todo mundo aqui. [...] Aí, vei todo mundo sem cimentá mermo... tudo no chão... [...] Quando ele viu que num ia dá tempo... aí ele mandô os caminhão... ele deu os caminhão pa todo mundo mudá. Uns deu pa cimentá, otos num deu... mais... mandô vim... pra ele num dexá ninguém, né?... nas invasão.”** A estratégia ideológica de racionalização atingiu seu objetivo, pois a entrevistada parece ter entendido e aceitado o que o detentor do poder pretendia como a preocupação de que o próximo governo não fizesse a realocação — **“era o mandato dele, já tava terminano e ele quiria dexá todo mundo aqui [...] mandô vim... pra ele num dexá ninguém, né?...”**. Fica subentendido, entretanto, que o agente governamental tinha a intenção de relacionar a ação de “dar os lotes e casas” à sua pessoa, provavelmente com o fito de obter votos no futuro, e não deixar essa ação ao governador seguinte. Para atingir esse objetivo, era indiferente, por exemplo, que muitos fossem morar em casas com o piso sem acabamento, **“sem cimentá mermo... tudo no chão”**, ainda que fosse insalubre para os moradores.

Essa imagem que se constitui pela narrativa dos pioneiros evidencia o caráter ideológico da mudança rápida para a nova localidade, como pode ser visto também nas narrativas expostas a seguir:

Era tudo lama. [...] Demorô um pouco [pra melhorar]. [...] Pequena. Era pequena [a casa]. [...] Num tinha quarto. Banheiro era lá fora. [...] Tinha muito bandido. (D. IRIA)

Tinha muita tragédia aqui, né? Muito tiroteio. Só! Muito tiroteio [...] Só era barro, só era barro, só era... é... Os policial passava só armado, pra cima e pra baixo. [...] Intão nós num tinha nada! Num tinha esgoto, num tinha nada [...] As casa... só era um cômodo. Um vão, só! Um vão cum banheiro. [...] No começo... ixe!... foi barra pesada! [...] aqui ainda tinha muita casa im construção. [...] Vim de lá, só tava no barro [...] Parcia mais invasão. [...] nossas casa parcia mais invasão. Depois cada um foi fazeno do jeito qui pôde. Um foi rebocano, o to foi fazeno piso. (D. IVANIRA)

quando nós mudô pra qui, era muito complicado, porque não tinha asfalto. Melhorou muito, né? Tem asfalto. Quando nós mudou pra'qui era só essas casinha sem reboco, sem piso, sem nada... chovenho, a água batia assim e escorria pra dentro de casa. [...] Não tinha reboco, não. Só no tijolo mesmo. [...] Não tinha janela, não. Porta tinha de madeira. [...] Janela também era de maderite, duas janela de maderite [...] Quando mudô pra qui, quando chegô aqui, só terra e chuva. Choveu o mês todim, sem parar! Janeiro de 85 choveu 30 dias sem pará. Corria água aqui assim... era lama adoidado! (SR. JOSÉ)

quando nós chegô aqui, né? Que pegou as casas... tudo só... no chão, que num tinha asfalto ainda [...] depois que a gente mudô, foi que choveu o mês todim [...] foi que a pessoa já foi cimentá, foi arrumá (D. MARA)

Só que a casa não tem porta, não tem janela [...] Aí, a gente troxe a madeira do barraco, fizemo escora na porta, na janela (D. MARINA)

no início a gente teve muita dificuldade... [...] era tudo terra [...] tinha um problema seríssimo de chuva que vinha da Ceilândia [...] tudo que vinha da Ceilândia [...] descia tudo pra essa invasão! [...] Intão descia tudo, acumulava tudo aqui na via 29. [...] Não tinha ônibus (D. MARTA)

No começo, aqui, eu achei muito ruim. Muito ruim no começo, porque num tinha asfalto [...] Num tinha rede de isgoto. [...] umas casinha muito ruim! Só o vão, não tinha porta, num tinha vitrô. (SR. PETRÔNIO)

Isso aqui era só barro, era só lama mesmo [...] chuvia muito. Tinha muita lama. [...] era aquelas casinha padrão. Tudo ali, uma pegadinha na otra. [...] A casinha vei só no tijolo. Ela não tinha divisões dentro, não. Só tinha um vão e ali era pa você fazê sala, quarto. Pequena as casas. [...] Vinha a casinha com as parede de fora, telhado, tudo bunitinho. Uma arezinha desse tamanho na frente da... [...] Tem gente que... num conseguiu arrumá. (D. SANDRA)

O exposto acima reforça o fato de que o local para onde os entrevistados aqui designados pioneiros foram transferidos na década de 1980 não estava pronto para morar. Essas narrativas revelam como eram as moradias e o novo local na época da transferência e durante os primeiros anos após a mudança: as casas sem reboco, com apenas um cômodo (um “vão”) e um minúsculo banheiro, com piso de terra, com as aberturas que serviam como portas e janelas abertas — sem

como serem fechadas — ou cobertas apenas com madeirite, os lotes sem cercas ou muros, a falta de saneamento básico, a eletricidade só do lado de fora das casas, as ruas de terra. Esse “vão”, como dizem alguns pioneiros, devia acomodar toda a família e agregados: pais, filhos e até outras pessoas dormiam todos no mesmo cômodo. Além disso, o panorama piorava demasiadamente com a chuva intensa: lama e enxurrada entravam nas casas.

Se não bastasse, não havia segurança para os moradores, que eram roubados `a luz do dia:

quando eu cheguei aqui... Aqui o povo roubava... Descia lá da Ceilândia... Chegava aqui, metia o pé, pegava e roubava a televisão, roubava tudo, tudo, tudo! [...] Saía de dia, passava aí com o som nas costa. Roubava aqui e roubava ali imbaxo. (SR. AURELIANO)

Tinha muito bandido (D. IRIA)

Tinha muita tragédia aqui, né? Muito tiroteio. Só! Muito tiroteio. [...] tinha gente qui pegava as casa e trocava im bicicleta! Cum medo! (D. IVANIRA)

quando nós mudô pra aqui... eu vou te falá... nós não podia largá essa casa aqui só um dia que eles estourava ela e roubava tudim de dentro de casa. [...] Quando nós mudou pra qui. Deus nos livra! Era um banguê-banguê. [...] Igual lá na série Chaparral mesmo. (SR. JOSÉ)

Isso aqui na frente, quando nós recebemo, era um matagal! [...] de manhã cedo, a gente via, quando a gente passava lá, tinha gente morto... Lá, a gente uvia tiroteio, tinha... uns matava de faca (D. MARINA)

Além disso, como as casas não tinham portas e os lotes não eram separados por muros, os bandidos entravam nas casas fugindo da polícia que também entrava atrás deles:

Era muito ruim e tinha muito marginal tamém! Muito bandido. [...] bandido entrava na sua casa era de dia, correno da puliça! [...] quando a puliça curria atrais... num tinha porta, entrava aonde quisesse. Num tinha muro, num tinha grade, num tinha nada. [...] um sofrimento só! [...] Curria, mais num pegava. Que ese entrava numa casa, entrava numa porta, saía na ota, já entrava nota... e a puliça num pegava! E era muito bandido. (SR. PETRÔNIO)

Apesar dessa situação, a compreensão é a de que aqueles cidadãos, moradores iniciais do Chaparral que permaneceram no local estavam lutando por melhores condições de vida, que incluiria uma moradia própria:

Mas a gente tava lutano pela uma coisa que era da gente, né? Saíno da invasão, né? Cê tá lutando pela uma coisa que você vai adquire, os documento, né? Que hoje a gente tem documento daqui e tudo. Acho que é outra coisa. Melhó do que a gente tá morando em invasão. (SR. JOSÉ)

Já que no local não havia a segurança adequada, até por causa de sua arquitetura e pela negligência do Estado, o que a comunidade podia fazer para se manter segura era pôr tudo nas mãos de Deus:

Eu digo: eu vô morá aqui, se Deus quisé, porque Deus me deu minha casa foi aqui e aqui eu vou morá! Eu falava era pra muita gente... Eu falava pra eles:

vocês não confia em Deus, não? Porque Deus é nosso pai, Ele é o nosso... Ele é o nosso guia. Se Ele não tivé na frente, nós vai consegui alguma coisa? Não. Num vai. Não é? (D. MARINA)

Todas essas narrativas corroboram o fato de que a transferência das pessoas da invasão para a periferia, além de prematura, foi mais uma forma de afastar o problema do que de resolvê-lo. Conforme mostrado por imagens do Google Maps no capítulo 2 e de acordo com as narrativas acima, no Chaparral, a arquitetura urbanística do Chaparral se difere muito da arquitetura de outros locais do Distrito Federal, como o Plano Piloto, mas também se distingue de áreas próximas, como a parte mais antiga da QNL e a parte da Ceilândia que faz fronteira com o lugar. Além disso, a própria arquitetura das casas de um cômodo só (um vão) e um banheirinho é diferente do padrão de casas com cômodos separados que se costuma ver no Brasil. Como disse D. Ivanira: “**Ô, caramba! Paricia mais invasão. Minha casa... nossas casa paricia mais invasão.**”.

Alguns moradores do Chaparral relatam que sofreram e ainda sofrem preconceito, como mostram os excertos das narrativas à frente. Um dos modos de operação da ideologia por meio do qual esse preconceito se manifesta é a unificação (THOMPSON, 2011), que atua por meio da identificação coletiva de indivíduos independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Por meio da estratégia da generalização, diversos indivíduos são identificados coletivamente pelas mesmas características ou pelas mesmas práticas, independentemente de suas diferenças. No caso dos moradores do Chaparral, a identificação coletiva como bandidos parece ser gerada não somente pelo preconceito, mas também pelo medo.

São exemplos de generalização que aparecem intertextualmente nas vozes dos pioneiros:

Mas você sabe porque que chama Chaparral? Eles dizia assim... no dizer deles, quem morava no Chaparral era só vagabundo... era só gente ladrão... era só... Aqui eles não escolhia. Chaparral eles queria dizê que era a pior cidade... [...] Ele queria dizer assim: porque é Chaparral o povo tudo num presta, mas eles se enganaro... (SR. AURELIANO)

Quando foi pra nós mudá pra cá, diz... eu não sei, ouvi o comentário, eles num quiria não, que dizia que era tudo bandido. Era tudo bandido. Aí, ese num quisero não, né? (D. IVANIRA)

Cê anda de ônibus aí, cê vê falá: “Ixe! Aquela Chaparral lá é violenta, aquela Chaparral lá só mora gente ruim”. Então você fica ali no meio, quietinho, só escutano... Sabeno que você... às vezes, você nem merece aquilo que eles tá falano. (SR. JOSÉ)

O pessoal que, quando nós ia recebê essa casa aqui, sabe o que eles falaram? “Vocês vão botá um monte de marginal, lá, pra robá!” O pessoal da QNL de baixo falano que a gente que ia morá aqui era uns marginal. (D. MARINA)

Nesses excertos, as vozes sociais citadas pelos pioneiros generalizam os moradores do Chaparral como se todos fossem vagabundos, ladrões, imprestáveis, bandidos, violentos, gente ruim, marginais. Por causa dessa forma de conceber aquelas pessoas, a generalização funciona também como forma de fragmentação e de expurgo do outro, visto que constrói um inimigo coletivo, retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os não moradores resistem.

Pela voz do Sr. Petrônio, a consequência disso:

Purque um colega meu cunversô dimais. Até a puliça inda pegô nós inda. [...] Ele que falô: “Abastece esse carro aqui pra nós, que nós é da Chaparral.” Isso foi lá im Eunápolis⁶⁵. **Aí, nós num virô a isquina, vei mais de deiz puliça...** [...] “Abastece pra nós aí, enche o tanque com 20 reais, aí. Que nós somo lá da Chaparral.” Aí, ele botô os 20 conto, certo? **E o minino tava brincano cum ele, né? E ele levô a sério, né? Chamô a puliça.** A puliça pegô nós logo na segunda isquina. (SR. PETRÔNIO).

Certamente o frentista do posto de gasolina identificava os moradores do Chaparral dessa perspectiva homogeneizante, como bandidos, por isso chamou a polícia — para expurgá-los — em vez de aceitar o ocorrido como uma brincadeira (ou o amigo do Sr. Petrônio era um excelente ator e o convenceu disso, o que não parece ser o caso).

Outra consequência do preconceito sofrido e da generalização é o recolhimento, como conta o Sr. José:

Então você fica ali no meio, quietinho, só escutano... Sabeno que você... às vezes, você nem merece aquilo que eles tá falano. Tem gente ruim que merece, mais quantas pessoas boas que num tem aqui? Graças a Deus! Tem muita gente que escuta, mas não merece, não.

Ou a ocultação da origem, como narra o Sr. Petrônio, que prefere esconder sua relação com o Chaparral e até com Brasília, para descartar qualquer possibilidade de sofrer preconceito:

Até aí fora, nas cidade aí perto... nas cidade do intorno que ocê vai passíá, o pessoal já... [...] Por exemplo, Alexânia, Luziânia, Jardim Ingá⁶⁶... [...] Não [não fala que mora no Chaparral]. **Eu num gosto nem de falá, né? Eu falo que eu num sô daqui. Eu num moro im Brasília. “Cê mora im Brasília?” Não.** Eu moro aqui im Eunápolis. **Invento um nome duma cidade e falo que eu moro.** Num gosto de falá, que eu já vi muita... (SR. PETRÔNIO)

Também a própria designação “Chaparral”, pela forma de sua pronúncia em certos momentos das narrativas dos moradores chamou especial atenção, pois a pronúncia do “r” de forma mais “rascante” e a prolongação tanto do “r” quanto do “a” parece mostrar o desprezo que essas pessoas sentem por aquela comunidade⁶⁷. Para mostrar o desprezo e o preconceito

⁶⁵ Eunápolis é uma cidade do estado da Bahia.

⁶⁶ Alexânia e Luziânia são cidades do estado de Goiás próximas ao Distrito Federal, por isso são consideradas cidades do “entorno” do DF; Jardim Ingá é distrito da cidade de Luziânia-GO;

⁶⁷ Essa forma de pronunciar a palavra chaparral também surge nas entrevistas com não moradores.

sofrido, os moradores pioneiros imitam a maneira como, em certos casos, não moradores pronunciam o nome da localidade:

Eu vinha no ônibus e... “Éééé... este home é do **Chaparrraaal**, este home é do **Chaparrraaal**, ele é lá do **Chaparrraaal**” [...] Eu já vi gente dizê: “Ê, **Chaparrraaal! Num moro lá de jeito nenhum!**” (Sr. Aureliano)

Tudo qui acontece: “Ah, é o pessoal da **Chaparrraaal!**” (D. Ivanira); “Que eles acha, assim, que **os bandido tudo mora aqui**, né? “**Ah, mora lá**, num sei o que... na **Chaparrraaal.**” [...] “Ah, **mora na Chaparrraaal.**” (D. Mara)

Ê, **Chaparrraaal!**” Sabe que o preconceito sempre ixistiu, né? [...] **o povo de baxo já ficava assim:** “essa **Chaparrraaal** [...] A gente ainda ouve alguém falá: “Ah, na **Chaparrraaal!**” (D. Sandra).

A forma da pronúncia do “r” e o prolongamento do “r” e do segundo “a” pode ser considerado um tipo de tropo⁶⁸, que serve ao modo de operação da ideologia dissimulação (THOMPSON, 2011), de maneira que quem fala se posiciona em situação de superioridade por não ser morador do Chaparral, mas esse fato se oculta na conspurcação do morador do Chaparral, do Chaparral e mesmo do próprio vocábulo. Esse tropo pode ser chamado de “ênfase de repulsa”. A “ênfase” é a “entonação afetada ou marcante que se dá para ressaltar alguma palavra ou expressão” (HOUAISS, 2009-12), mas, no caso, é mais do que isso: é uma ênfase que demonstra aversão, repulsa, nojo, desvalorização. É como se até a palavra “Chaparral” provocasse repugnância.

Pela dissimulação, relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem representadas de maneira a desviar a atenção das pessoas. No caso, a pronúncia da palavra usada para designar aquela comunidade é uma forma de *bullying*, por servir para caçoar e desdenhar dos moradores, mas também oculta a manutenção das relações hegemônicas, de ascendência de determinados cidadãos ou grupos de cidadãos sobre os outros. Naquele contexto e pela forma da pronúncia, aqueles indivíduos citados pelos pioneiros transmitem seu desprezo pelo lugar e a ideia de que são melhores do que os moradores do Chaparral, apenas por não morarem lá: “Ê, **Chaparrraaal! Num moro lá de jeito nenhum!**” (citação feita pelo Sr. Aureliano).

Apesar de todos esses exemplos, tanto da fase de transferência quanto da atualidade, há aqueles pioneiros que dizem que nunca sofreram preconceito ou que somente sofreram preconceito no início:

Não. [Diz que nunca sofreu preconceito por ser moradora do Chaparral] (D.

⁶⁸Esse tropo não seria aliteração, que é a repetição de fonemas idênticos em várias palavras da mesma frase ou verso, nem assonância, que é a semelhança ou igualdade de sons em palavras próximas (HOUAISS, 2009-12), visto que essas figuras de linguagem envolvem mais de um vocábulo.

IVANIRA);

Não. [nunca sofreu preconceito por ser moradora do Chaparral] (D. MARIINHA)

Não, eu acho que não [não acha que as pessoas de fora têm preconceito contra os moradores]. Nunca houve ninguém pra dizê que eu morei na Chaparral... (D. MARTA)

Não, não [as pessoas de fora não têm preconceito contra os moradores]. Eu acho que agora num tem mais não. [...] E eu acho que ninguém mais hoje tem mais preconceito. (D. SANDRA)

É possível que essas pioneiras, de modo particular, não tenham percebido que sofreram preconceito ou não tenham percebido o acontecimento como estigmatização, entretanto parece óbvio que, enquanto comunidade, os moradores do Chaparral são estigmatizados e também, em muitos casos, diretamente, por serem moradores do local. D. Ivanira, por exemplo, após asseverar que nunca sofreu preconceito, informa:

Tem, tem [preconceito]. O pessoal das QNL aí de baxo, tem. Quando foi pra nós mudá pra cá, diz... eu não sei, ouvi o comentário... eles num quiria não, que dizia que era tudo bandido. Era tudo bandido. Aí, ese num quisero não, né? Muita gente ainda tem... Tudo qui acontece: “Ah, é o pessoal da Chaparrraaal!” Tudo que acontece de coisa ruim é a Chaparral. (D. IVANIRA)

O que parece ocorrer, no caso de D. Ivanira, então, é que as práticas sociais do preconceito coletivo contra os moradores do Chaparral não são percebidas como preconceito contra ela, pelo menos pessoalmente, o que pode ser interpretado como efeito de sentido do modo de operação da ideologia dissimulação. Algo semelhante ocorre com D. Sandra, por exemplo, que afirma que não existe preconceito atualmente, mas, em seguida, diz: “A gente ainda ouve alguém falá: **“Ah, na Chaparrrrraaal!”**, **“Ah, num sei o quê, aquele lugar!”**”

Tanto D. Marta quanto D. Sandra justificam o preconceito contra o Chaparral:

De primero, o pessoal falava **“não, essa Chaparral é muito pirigosa”**, né? Mais quando comentava na televisão... porque, de primero, os adolescente, os jovem daqui se mataro muito, que tinha um... uma... esse negoço de gangue! Dessas turma que pichava nos canto, né? (D. MARTA)

Pessoa fica cum medo, quando vê coisa nova, gente nova, já pensa que é bandido... “Vai nos atacá!” [risos] E o pessoal daqui de baxo [da parte mais antiga da QNL], essa da pista pra lá, que já iexistia, né?... que é a L... que a gente chama L de baxo, né? Foi a primera. Intão, o povo já ficô assim meio assustado. [...] Quem num é de Taguatinga, talvez inda ouve falá da Chaparral, porque foi muito famosa. Houve muitas coisas aqui. Crimes, muita droga... e onde há droga sempre há crime. Intão, aconteceram algumas coisas... e tá acontecendo muito também, mais num é só aqui... (D. SANDRA)

Essas justificativas podem ser interpretadas como sendo efeitos do modo de ação da ideologia reificação, pela estratégia da naturalização (THOMPSON, 2011): criações sociais e históricas são tratadas como naturais ou resultados inevitáveis de características naturais. Desse

modo, a estigmatização do lugar pobre é tratada como algo natural, assim como se naturaliza a frequente associação das comunidades pobres à criminalidade: “um dos principais motivos relativos à estigmatização e segregação de determinados grupos urbanos é a naturalização que é feita a respeito da associação criminalidade-pobreza” (PEREIRA, 2007, p. 26). Essa estigmatização coletiva provocada pelo medo que as pessoas sentem da comunidade do Chaparral por ser um local onde vivem pessoas de classes socioeconômicas mais baixas é entendida pelas duas pioneiras como algo natural nas pessoas e não como construção social e histórica.

Ao dizer isso, não estou negando o lado instintivo e até biológico do medo, mas afirmando que a estigmatização e a segregação de toda uma comunidade por estratégias ideológicas como a generalização, a naturalização e o expurgo do outro são criações sociais e históricas e não devem ser tratadas como naturais ou resultados inevitáveis de características naturais. Como afirma Pereira (2007), a associação “pobreza-criminalidade” serve à ideologia para gerar e perpetuar a criminalização coletiva de comunidades inteiras, como a do Chaparral, e para expurgar seus moradores de um convívio social mais saudável, em vez de resolver o problema da criminalidade que acomete toda a sociedade e não apenas as comunidades pobres.

Destaco, adiante, partes das entrevistas com os pioneiros em que eles explanam justamente a respeito da criminalidade no Chaparral. Eles falam da criminalidade e da violência no Chaparral, especialmente no período subsequente à sua mudança das invasões. O Sr. Aureliano informa que, no início, o lugar era muito perigoso, pois havia ladrões, vagabundos e assassinos:

Aqui só tinha era ladrão robano muié, robano tudo aqui... [...] Tudo vagabundo! Tudo ladrão... Era assassino.... Aqui matava gente todo dia... Era pêi, pêi, pei! Matano gente [...] Era pirigoso [...] Só que aqui, quando eu cheguei aqui... Aqui o povo roubava... Descia lá da Ceilândia... Chegava aqui, metia o pé, pegava e roubava a televisão, roubava tudo... Saía de dia, passava aí com o som nas costa. Roubava aqui e roubavam ali imbaxo. Era tudo mala!
(SR. AURELIANO)

O Sr. Aureliano conta também que muitos bandidos foram presos — “Otros tá na cadeia, preso... porque vai robá. Num tem corage de trabaiá, vai robá, né? Pra comprá droga, né? Comprá maconha... Foro tudo preso.” — e que há aproximadamente um ano⁶⁹ um “mala” atirou dentro do Posto de Saúde para tentar roubar a arma do vigilante: “Até isturdia mermo... isturdia mermo entrô um mala lá e atirô lá dento do Posto [de Saúde]. [...] Queria tomá a arma do guarda

⁶⁹ A entrevista com o Sr. Aureliano foi feita no segundo semestre de 2015.

aí⁷⁰... Pois é, isso agora... ano passado”. Apesar disso, afirma: “Aqui era perigoso, ninguém queria morá aqui não. [...] Agora é muito diferente. Não tem nem como compará. Aqui não tinha Posto [de saúde], aqui não tinha nada... Aqui é muito diferente!” Ou seja: para o Sr. Aureliano, a criminalidade era maior no início do que atualmente, embora ainda haja bandidos. Ele conta ainda que os traficantes vêm de fora, apesar de no Chaparral também haver alguns: “Não. [Não tem muitos vendedores de drogas] Vem de fora... Aqui tem umas tomém que vende.” Sr. Aureliano expõe ainda que há alguns “maloqueiros” que somente roubam fora da comunidade, diferentemente de Auxiliadora⁷¹, uma vizinha, que rouba dos moradores:

Cê não vê essa drogada que passa aí? Que a mãe dela mora aqui? Uma tal de Auxiliadora?... Essa aí perturba muito... Cê vê uma roupa lá no varal, lá do lado de dento, ela mete o gancho e puxa... Tem otros maloquero aí, mais é tudo conhecido, só roba lá fora. Essa daí roba da gente aqui. (SR. AURELIANO)

Um dos efeitos de sentido provocados pelo que o Sr. Aureliano expõe é que parece existir certo respeito dos ladrões que moram no Chaparral pelas pessoas da comunidade, como se existisse entre eles uma espécie de pacto consuetudinário. Outro efeito de sentido da narrativa, é que “Auxiliadora” age de modo errado ao roubar dos próprios moradores do Chaparral e não somente fora da comunidade, como os outros ladrões.

Para quem mora na comunidade, o fato de os “minino”, como diz D. Mariinha, não “mexerem” com os moradores parece provocar certa tranquilidade: “**Não, não.** [Não há muitos bandidos no Chaparral] **Aqui é tranquilo... sob esses minino... ese... Se tivé tamém, ese num mexe cum ninguém. É cada um na sua, entendeu? É. Ese num mexe.**” (D. MARIINHA). Semelhantemente, o Sr. Petrônio relata:

Só que os bandido daqui tem uma bondade: ese num mexe cum o pessoal cunhido, né? Ese num mexe. Ese perturba, mais num mexe. Num roba da gente, num assalta nós. [...] Agora os daqui roba carro tamém, que eu vejo gente de carro robado aí. Mais ese roba noto lugá e traiz pra cá. (SR. PETRÔNIO)

Essas últimas informações, da forma como foram explicitadas, provocam o efeito de sentido de que o fato de os bandidos do Chaparral não “mexerem” com as pessoas conhecidas e de não roubarem carros no local é uma coisa boa e, talvez, até desejável, apesar do que eles fazem fora.

⁷⁰ Segundo o G1 (GLOBO.COM, 2019), o assalto ao Posto de Saúde da QNL 24 ocorreu antes das 6h do dia 02/03/2014, quando o suspeito arrombou a porta, tentou atacar o vigilante com uma enxada que soltou o cabo e, em seguida, sacou uma faca. O vigilante atirou para o alto, mas o indivíduo continuou em sua direção e foi morto com dois tiros.

⁷¹ Nome fictício.

Obviamente, o fato de certos moradores roubarem incomoda os demais, pois eles também são estigmatizados pelos crimes que outros cometem. O que está em evidência aqui é o fato de eles conviverem com os criminosos cotidianamente: os ladrões e os traficantes são conhecidos, andam pelas ruas e frequentam as praças e outros locais gregários normalmente. Essa relação parece natural e não ideologicamente naturalizada. O problema, então, passa a ser os bandidos de outros lugares que cometem crimes dentro do Chaparral:

Essa vizinha minha, Lisa. Robaro o carro dela uma semana, na ota semana robô de novo. Siguido. Essa semana... quando foi na ota, tornô robá. Mais não foi gente daqui. Foi lá de Samambaia. Ela achô o carro dela lá ni Samambaia. [...] E num é gente daqui. [...] É gente que pega, vem pra cá farriá e, na hora de imbora, às vez num tem dinheiro do ônibus, vai: “Ah, vamo robá um carro, vamo nesse carro.” [...] Mais num é gente daqui. (SR. PETRÔNIO)

D. Sandra também segue essa linha de raciocínio:

Eu já fui assaltada. [...] Aqui dentro, não. Ali na Ceilândia. Porque eu pegava o ônibus ali. Não. Já num foi aqui. Lá na Ceilândia. Mais acontece aqui, muito. Muitos pivetes assaltam meus mininos, ali. Já foro assaltando indo... Se bem que num foi aqui dentro da Chaparral. Já foi na L de baxo, aqui. [...] Meus minino foram assaltado na L de baxo, da pista pra lá já é a L mais velha. Chaparral é só dessa 29 até a 31... é Chaparral. E que vem aqui da 30, da ponta da Hélio Prates, até ali a estação do metrô, que é a 14... viu? É isso que é a Chaparral. Intão, lá im casa, quase todo mundo já foi assaltado. Principalmente os minino ino pra iscola, mais não foi dentro da Chaparral. Repito, não foi na área da Chaparral. (D. SANDRA)

Dessa forma, a representação dos bandidos moradores do Chaparral construída por esses pioneiros é de pessoas que respeitam aquele tipo de regra consuetudinária de não assaltar os moradores do lugar, pelo menos dentro de seu território. Já as histórias contadas por D. Ivanira e pelo Sr. José também marcam bem o fato de eles nunca terem sido assaltados dentro do Chaparral, mesmo de madrugada:

Aqui, 1h, 2h da manhã, passo ali na 30 [...] Nunca fui assaltada. Nunca! Graças a Deus! Mais porque eu sei tratá eles bem. Sei tratá eles bem. (D. IVANIRA)

Eu moro aqui há tantos ano e nunca fui assaltado. Eu saía daqui todo dia, quinze pras cinco, e ia lá pra 30. Todo dia! Quinze pras cinco. Sozim. Nunca fui assaltado. (SR. JOSÉ)

É como se o natural fosse ser assaltado na QNL 30, lugar marcado como aquele em que eles passam ou passaram muitas vezes de madrugada sem terem sido assaltados, o que provoca o efeito de sentido de que esse é um fato muito especial, difícil de acontecer. Além dessas narrativas, outras também mostram a convivência, aparentemente cotidiana, dos moradores com os criminosos, especialmente com os traficantes. Alguns se sentem bastante incomodados, outros nem tanto:

Não. [Não tem muitos vendedores de drogas] Vem de fora... Aqui tem umas tomém que vende. (SR. AURELIANO)

Agora tá chei. Agora tá chei de bandido! [...] Aqui na isquina ali, ó! Tá assim, ó! [aponta para o lado de uma praça local, na outra rua] [...] Tá chei de bandido [vendendo drogas]. Aí... o fii dessa muié aqui é! Essa muié. O fii dessa muié aqui. [aponta para uma casa vizinha] Ele tá preso! (D. IRIA)

Os que tem agora é tudo geração nova. [...] Num me atinge, não! [Quando havia tiroteio] Não ligo, não. Porque eu já... Como eu falei. Meu filho⁷² já ficou no mei do tiroteio aqui. A bala cumeno e ele no mei. Aí, o vizinho vei me chamá, minina! Aí, e eu tirei ele do mei da bala. Tirei ele do mei da bala. Depois pronto. Cabô, cabô-se. Não tenho nada, nada, nada. [Não tem medo] (D. IVANIRA)

Eu gosto daqui!... Embora... muita violência, né? Tráfico. Que tem por aqui. Aqui mesmo, na frente de casa, tinha o tráfico. Graças a Deus, Deus tirou daqui. Bem aí. Eles guardava as coisa em cima das coisa do Seu Petrônio aí. Chegava o pessoal era toda hora, toda hora, toda hora. Minha filha tem um salão de unha aqui, que ela faz unha de fibra de gel e vem cliente de longe. A gente fica até com vergonha desse pessoal vendendo droga ali e as cliente dela aí. A gente tinha vergonha... A gente não pode brigá com esse povo que é pior. [...] Não. Tem não. [Hoje em dia não há mais bandidos do que antigamente] Hoje tem mais traficante. O tráfico cresceu. (SR. JOSÉ)

Não. [não há muitos bandidos que moram no Chaparral] Que mora aqui num são muito, não. São poco, né? Num são muitos, não. (D. MARA)

Você vê ali. Tem criança desse tamanho que usa droga até dizê chega... e vende! [...] É. Aí, nessa esquina, aí. Essa casa, uma vez... um dia eu cheguei... saí mais meu esposo... saímos todo mundo. Aí, quando vamo chegano, tá isso aqui estrelado de carro. Minha minina falô: “Mãe, o tanto de gente que tem aí!” Aí, eu falei pa Dorotéia: dá uma volta que eu vou descê! Dá uma volta que eu vou descê. E chegô aqui, eu falei... Tava os rapaiz aí e eu falei: de quem são esses carro aqui? Eles: “Aí, tia”, não sei o quê... Eu digo: aqui não é ponto de droga! Se vocês não tirá esses carro agora, eu vou mandá filmá e entregá pra polícia. Não quero nem sabê! [...] Ainda tem e muito! [...] Teve mais [bandidos] no início, depois brandô. Mas agora, com essa droga, voltô demais. [...] E gente de menor. E os traficante no meio vendeno essas bicha. (D. MARINA)

Isso aí é... como diz, é sem comentários, né? [O tráfico na praça] Porque... é um povo que faiz aí... Tinha muito adolescente! Mais tamém... (D. MARTA)

Tem dimais. [Bandidos, ladrões, assassinos] Aqui tem é muito mermo. (SR. PETRÔNIO)

Iiii, minha filha! Tem dimais! [Bandidos] Bom, mas tem mais gente boa do que gente do mal, né? Tem mais do bem, do que do mal. Intão... a gente passa, a gente vê, a gente vê muita droga... Tem que falá baxo, porque... olhá pro lado, porque... isso aqui rola muito... isso aqui à noite também, de dia, qualqué hora do dia... Agora tá calmo, mais tem dia que isso aqui é um terror! É traficante, é gente fumando, é muita coisa. Ali do oto lado, ali onde eu moro, tem uma via 29, que é aquela via que passa ali atrais. Mais perto ali do meu conjunto, por ali, é um tráfico de droga pesado, que, olha, num acaba! É gente que vai, é gente que vem... E, ali... qualquer hora do dia, todo dia, toda hora,

⁷² O filho do qual D. Ivanira fala tem mais de 30 anos e quando o fato aconteceu, ele era criança de aproximadamente 6 anos.

qualquer hora. Polícia vem, dá bacu⁷³, às vezes, prende algum, alguns morrem... Mais a coisa continua... continua [...] o traficante... ele vem, pega o minino, bota pra... sê aviãozinho, como chamam aí, né? Daí a pouco o minino tá adulto e traficante da pesada. Fazeno só o que num presta! Assaltando, sabe? (D. SANDRA)

A convivência com a criminalidade, às vezes, é até mesmo bem próxima e provoca sofrimento, como contam Sr. Petrônio e D. Marta:

Os meu fio, que eu criei, nenhum deu pra bandido. Nenhum! Nenhum dos meus minino que eu criei. Já os neto... disaprumô quais tudo! [...] Tem um que a mãe dele faleceu, eu té pensei im trazê ele pa dento de casa, mais ele virô o disco e mora mais na Papuda⁷⁴ do que na rua. Cê dá conselho pra ele, ele num iscuta... e tudo. Qué fazê do jeito dele e ele tá sofreno muito. Porque ele fica mais preso que sorto! (SR. PETRÔNIO)

Inclusive meu filho foi assassinado aqui⁷⁵. [...] O pai dela foi assassinado. Foi lá na, na, na 22. Im frente a... 22, do lado de baxo ali. Tava cuncertano a bicicleta. Aí, chegô pessoal na moto, atirô nele e tudo. Mais acontece que ele tava namorano cum uma moça... assim eu fiquei sabeno... que ela era namorada dum traficante. Ele tava preso. E aí, lá, ele ficô sabeno. Na época do saidão... tanto que ele morreu no dia 22 de dezembro... Dia 19, teve saidão. Foi justamente dia 22 que ele faleceu. Assim o agente me contô que lá mandaro fazê o serviço. E num tinha nem uns 15 dia que tava namorano essa moça. Tava separado da mãe dela... E inclusive ele passô foi um tempão... porque, na verdade, ele morreu apaxonado pela mãe dela! Ele era apaxonado. Ele passô um tempão sem ninguém. Aí arrumô essa moça... (D. MARTA)

A convivência aparentemente pacífica dos demais membros da comunidade com aqueles que cometem crimes pode ser, pois, mal interpretada; contudo, quando não há opção de se mudar para um lugar onde há mais segurança, não há o que fazer, como disse D. Iria: **“Uai! Num tem lugá, tem que ficá pur aqui... Pur inquanto, né?”**. A convivência com a criminalidade é dolorosa ou, no mínimo, incomoda bastante, como afirma o Sr. Petrônio: **“Ese perturba, mais num mexe. [...] Mais perturba muito, né?”**.

Nas narrativas dos pioneiros a respeito de seu contato diário com aqueles que estão à margem da lei, essas relações são apresentadas como legítimas, naturais, e, por isso, se estabelecem e se sustentam. A hegemonia dos bandidos vem de dentro do próprio Chaparral, uma vez que muitos deles são moradores, por isso esse relacionamento toma ares de legitimidade e a prática social dos membros da comunidade passa a ser de relevar aquelas presenças importunas, como diz o Sr. José — **“A gente não pode brigá com esse povo que é**

⁷³ “Bacu” é diminutivo de “baculejo”, que consiste na revista pessoal a pretexto de buscar armas ou drogas que possam estar escondidas no corpo de um suspeito. No Brasil, o Código de Processo Penal (BRASIL, 2019b), em seu artigo 240, §2º, permite a revista pessoal “somente quando houver suspeita fundada de ocultação de arma ou objetos envolvidos em ilícitos ou que possam ser úteis à investigação criminal”.

⁷⁴ Complexo Penitenciário da Papuda.

⁷⁵ O filho de um casal de não moradores entrevistados — Sr. Gervásio e D. Tarsila — também teve o filho assassinado, na mesma quadra, em situação semelhante (por causa da namorada), como exposto na seção 4.3.

pior.” — ou a de “tratar bem”, como faz D. Ivanira — **“Nunca fui assaltada. Nunca! Graças a Deus! Mais porque eu sei tratá eles bem. Sei tratá eles bem.”**

Dessa forma, essas “boas” relações se apresentam como práticas sociais aparentemente legítimas, enquanto a imposição da presença desses indivíduos à comunidade provoca constrangimento e receio, como afirma o Sr. José:

Eles guardava as coisa em cima das coisa do Seu Petrônio aí. Chegava o pessoal era toda hora, toda hora, toda hora. Minha filha tem um salão de unha aqui, que ela faz unha de fibra de gel e vem cliente de longe. **A gente fica até com vergonha desse pessoal vendendo droga ali e as cliente dela aí. A gente tinha vergonha... A gente não pode brigar com esse povo que é pior.**

Entendo que a legitimação das relações de dominação não acontece apenas pela elite socioeconômica em relação às classes sociais menos abastadas, mas também, internamente, em locais como o Chaparral, em que bandidos e marginais ameaçam os cidadãos impondo-lhes sua presença, tida, então, como pacífica. Por causa desse tipo de relação, tomei a liberdade de incluir a estratégia “justificação” no rol das estratégias ideológicas de legitimação, de Thompson (2011), por entender que a narrativização não contempla o acontecimento, por exemplo, de os moradores do Chaparral contarem que os bandidos de lá “não mexem” com os conhecidos ou não roubam lá dentro. Apesar da vergonha sentida pelo Sr. José e do receio de falar e ser ouvida de D. Sandra, por exemplo, por meio da estratégia ideológica justificação, exigências de legitimação dessas relações sociais dentro da comunidade do Chaparral, possivelmente alicerçadas pelo medo e pela impotência, são justificadas por argumentos que afirmam essas relações como pacíficas ou aceitáveis.

Com isso, o exercício de poder e de dominação por alguns — os marginais — é aparentemente atenuado. Dessa forma, certas práticas daqueles são legitimadas como algo a respeito do qual eles nada podem fazer e, portanto, têm de aceitar. Por exemplo, o fato de os pioneiros dizerem que era muito pior antes, que agora está muito melhor, que não veem, que não sabem, que os marginais não “mexem” com conhecidos nem com pessoas do lugar serve para legitimar a presença deles como aceitável, como se os dois lados “respeitassem” o espaço um do outro, pacificamente.

Pela dissimulação, conforme Thompson (2011), as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas e por serem representadas de maneira a desviar a atenção das pessoas, despertando a valoração positiva de algo ou de alguém, por meio do eufemismo, por exemplo. A estratégia da eufemização está palavras do Sr. Petrônio, nas quais certas formas simbólicas servem para descrever ou “redescrever” os bandidos de modo a despertar sua valoração positiva: **“Só que os bandido**

daqui têm uma bondade: ese num mexe cum o pessoal cunhido, né? Ese num mexe. Ese perturba, mais num mexe. Num roba da gente, num assalta nós. Mais perturba muito, né?” No caso, a palavra “bondade” é usada para conceituar a prática dos bandidos de não “mexerem” com os conhecidos, como se esses marginais fossem inclinados à prática do bem e não à prática de atos ilícitos, ainda que não seja “**cum o pessoal cunhido**”. Outro eufemismo no excerto acima é o verbo “mexer” para se referir ao que os bandidos “não fazem” com os conhecidos, mas fazem em outros lugares: roubar, por exemplo. Também pode ser entendido como eufemismo o verbo “perturbar” usado para se referir à contrariedade provocada nos moradores pelos delinquentes.

Apesar de tudo o que é dito pelos pioneiros a respeito da criminalidade no Chaparral, talvez ela seja apenas mais patente lá, pois comparando a criminalidade da região administrativa de Taguatinga com outras do DF, a disparidade não é tão grande, especialmente se se tem em conta o número de habitantes de cada local, como mostram os quadros que se seguem.

Quadro 4 – Comparação de dados criminais de 2018 por RA

Crimes	Brasília	Ceilândia	Planaltina	Samambaia	Taguatinga
Homicídio	18	85	48	32	21
Roubo a transeunte	3154	6386	2141	3295	3169
Roubo de veículo	261	715	237	495	591
Tentativa de homicídio	24	180	74	66	48
Tráfico de drogas	394	436	145	195	296
Localização de veículo roubado	336	1052	404	707	514

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF, 2019)

Quadro 5 – Habitantes do DF por RA em 2015

Região Administrativa	Número de habitantes
Brasília (Plano Piloto)	210.067
Ceilândia	479.713
Planaltina	190.495
Samambaia	258.457
Taguatinga	207.045

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (CODEPLAN, 2019)

Apesar de os dados criminais, no primeiro quadro acima, serem relativos a 2018 e de os do quadro com o número de habitantes por região administrativa do Distrito Federal serem de 2015, eles servem para se ter uma ideia de quantos crimes ocorrem por número de habitantes em cada região e de quantos habitantes há em todas elas para cada tipo de crime.

No item homicídio, todas as regiões apontadas, exceto Brasília, ultrapassaram Taguatinga em 2018. Ou seja: em Taguatinga ocorreu 1 homicídio para cada 9.859,28 habitantes, contra 11.670,38, no Plano Piloto, 5.643,68, em Ceilândia, 3.968,64, em Planaltina, e 8.076,78, em Samambaia. O maior número de homicídios por habitantes é o de Planaltina.

No item roubo a transeunte, em Brasília ocorreu 1 para cada 66,6 habitantes, em Ceilândia, 1 para cada 75,11, em Planaltina, 1 para cada 88,97, em Samambaia, 1 para cada 78,43, em Taguatinga, 1 para cada 65,33. Ou seja, em Taguatinga e no Plano Piloto, onde os roubos a transeuntes por número de habitantes são os maiores, eles são quase equivalentes: o Plano fica atrás de Taguatinga apenas por 1,27 habitantes.

No Plano, o número de roubo de carros por número de habitantes é de 1 por cada 804,85, em Ceilândia, é de 1 por cada 670,92, em Planaltina, 1 por cada 384,83, em Samambaia, 1 por cada 522,13, em Taguatinga, 1 por cada 350,32. Nesse item, então, os maiores índices são os de Taguatinga.

No Plano Piloto houve 1 tentativa de homicídio a cada 8.752,79 habitantes, em Ceilândia, 1 a cada 2.665,07, em Planaltina, 1 a cada 2.574,25, em Samambaia, 1 a cada 3.916,01, em Taguatinga, 1 a cada 4.313,43. Ou seja: o maior número de tentativas de homicídio por habitantes é o de Planaltina.

No item tráfico de drogas, em Brasília ocorreu, em 2018, 1 por cada 533,10 habitantes, em Ceilândia, 1 por cada 1100,25, em Planaltina, 1 por cada 1.313,75, em Samambaia, 1 por cada 1.325,42, em Taguatinga, 1 por cada 699,47. Como se pode observar, o menor número de habitantes para cada crime de tráfico de drogas é o do Plano Piloto, ou seja, o maior índice de tráfico de drogas por habitantes, entre as regiões comparadas, é o de Brasília.

Em Brasília foi localizado um carro roubado para cada 625,19 habitantes, em Ceilândia, um para cada 456, em Planaltina, um para cada 471,52, em Samambaia, um para cada 365,56, em Taguatinga, um para cada 402,81. Ou seja: o maior índice de localização de carros roubados por habitantes é o de Samambaia.

Embora esses dados sejam apenas uma amostra, pode-se dizer que, no *rancking* dos cinco crimes apresentados conforme o número de habitantes de cada uma das cinco regiões mostradas acima, em 2018, Brasília está na frente em tráfico de drogas, Planaltina, em

homicídios e tentativas de homicídios, Samambaia, em localização de veículos roubados, Taguatinga em roubo a transeuntes e de carros e, por incrível que possa parecer para os que pensam que Ceilândia tem o maior índice de crimes do DF, essa região administrativa não está na frente em nenhum dos itens.

Como se observa, a região de Taguatinga — onde se situa o Chaparral — não é a mais violenta do Distrito Federal. Além disso, que o maior número de veículos por habitantes seja roubado em Taguatinga, mas o maior número de veículos por habitantes seja localizado na região vizinha de Samambaia é um caso a ser investigado. Como o Chaparral fica em Taguatinga, não se pode afirmar que as pessoas correm mais risco vivendo nas QNL pares de 14 a 30 do que em outros lugares do DF ou de Taguatinga.

A seguir apresento alguns trechos das entrevistas em que os pioneiros expressam sua satisfação por morarem no Chaparral. Como mostram as narrativas, nove dos moradores — Sr. Aureliano, D. Ivanira, Sr. José, D. Mara, D. Mariinha, D. Marina, D. Marta, Sr. Petrônio, D. Sandra — expressam sua satisfação com o Chaparral. Sr. Aureliano prefere o Chaparral à W3⁷⁶: **“Mais eu vô te contá, ó. Você tá é no céu. Aqui é bom demais, rapaiz! Aqui é bom demais! [...] Porque aqui... aqui é melhor que a W3!”**. Diferentemente, quando perguntei à D. Iria se ela gosta de morar no Chaparral, ela demonstrou que mora no lugar por falta de opção: **“Uai! É o jeito, né? [...] Uai! Num tem lugá, tem que ficá pur aqui... Pur inquanto, né?”**

D. Ivanira, que ficou insatisfeita no início, depois de algum tempo passou a se sentir grata:

No começo, nossa, eu num aceitava de jeito nenhum. Um, dois meis... aí eu falava: vô vendê. Depois, eu falei assim... botei o joelho no chão e orei: obrigada, Jesus! Tô muito bem! Intão... Intão agradeço a Deus! (D. IVANIRA)

Atualmente ela considera que tudo no Chaparral é bom e que nada aqui é ruim: **“Pra mim é tudo [o que é melhor aqui]! Perto de mercado, perto de hospital, perto de tudo. [...] Pra mim, nada! [nada é ruim aqui]”**, e que **“hoje nós tamo no céu!”**. Ela afirma em comparação ao que diz anteriormente:

Só era barro, só era barro, só era... é... Os policial passava só armado, pra cima e pra baxo. Quando a viatura passava aí, a puera levantava! Intão nós num tinha nada! Num tinha esgoto, num tinha nada, né? Intão, graças a Deus... hoje nós tamo no céu! (D. IVANIRA).

⁷⁶ A avenida da W3 atravessa Brasília (Plano Piloto), do início da Asa Norte ao final da Asa Sul. É uma via em que há muito comércio, mas também residências.

O Sr. José se sente bem e grato no local onde mora. Ele expõe que é melhor que eles tenham sido transferidos para o Chaparral do que para outros lugares mais distantes e diferentes. Também alia seu bem-estar ao fato de nunca ter sido assaltado. Afirma ele:

Mas a gente agradece a Deus aqui. Porque a gente gosta daqui. Era melhó, muito bom tê dado aqui, do que tê dado lá pra Paranoá, pr'aquele mundo à fora, tê desviado nós prum canto muito diferete. [...] Eu sinto, eu sinto bem [morando no Chaparral]. [...] Eu gosto daqui. Eu gosto. Eu moro aqui há tantos ano e nunca fui assaltado. [...] Nunca fui assaltado. Intão não posso reclamá agora. Só tem que agradecê. (SR. JOSÉ)

D. Mara afirma que gosta do Chaparral porque as melhorias relativas à infraestrutura urbana chegaram, apesar de terem demorado um pouco, por ser perto de parada de ônibus, mercados, hospital, *shopping*, por ter criado seus filhos no local e por eles serem trabalhadores e nunca terem “**mexido com coisa errada**”. Por tudo isso, ela diz: “**eu gosto daqui!** [...] **Aí, num tem o que dizê daqui, não.** [...] **Eu sinto** [sente-se bem morando no Chaparral]. **Eu gosto daqui!**”

D. Mariinha garante: “**Mais eu gosto muito daqui!**”. O “mas”, na frase proferida por D. Mariinha, não faz oposição a nenhum fato explícito anterior. Quando perguntei, durante a entrevista, se ela preferia morar em outro local considerado “mais nobre”, ela respondeu negativamente e já fez a afirmação seguinte: “**Não. Mais eu gosto muito daqui!**” O “mas”, portanto, parece ser circunstancial, talvez um hábito de uso em determinadas construções, portanto não considero que deva me ater a ele.

D. Marta também expressa seu amor pelo lugar onde mora:

Pra te dizê a verdade, eu num tenho nada pra falá da Chaparral. Eu amo aqui! [...] Mais eu gosto demais da Cha... agora chama aqui, né?... De Chaparral. Mais, na verdade, não é Chaparral. [...] Ahh!... Agora melhorô demais! Nossa! Como! Eu acho aqui muito bem istabilizado. Cê vê que aqui é perto de tudo. [...] Gosto de tudo aqui! (D. MARTA)

Depois, no entanto, ela informa que, se pudesse, moraria em outro lugar, mas o Chaparral atende bem suas necessidades de cadeirante:

A gente vai se adaptano a tudo, né? Mais eu gosto. Que... uma, que eu gosto de morá im casa, né? Mais se eu pudesse morá im Taguatinga, lóóógico que ia morá im Taguatinga. [...] Uma, pelo meu problema, tamém, de ser cadeirante... Tudo pra mim... Aqui, ó, é tudo prático. [...] É. Vou sozinha. Eu vô. (D. MARTA)

Por causa da boa localização e do acesso fácil a farmácias, supermercados, hospitais, *shopping*, posto de saúde, ela confirma: “**Intão, eu gosto daqui demais! Os vizinho tamém bom.**”.

D. Marina, como D. Mara, conta das melhorias no lugar, como o asfalto bem feito, das circunstâncias da vida que deram certo, como a aposentadoria do marido, das economias feitas

para construir a moradia da família⁷⁷. Ela também se sente agradecida por ter conseguido a casa — **“Graças a Deus, nós entremo aqui!”** —, mas considera que outros locais são melhores:

Eu vou te falá a verdade. Aqui é mais inferiô! Aqui é mais inferiô. Eu num vô... Eu num consegui minha casa na QNA, na Colônia Agrícola Samambaia, nem na Vicente Pires. [...] Pra transporte, pra transporte, tudo lá é milhó. Aqui... os ônibus daqui, a gente... é preciso tá ino no DFTRANS... precisa a gente tá lutano, tá brigano. (D. MARINA)

Contudo, ela expressa sua satisfação por ter sua moradia: “Eu falei: o teto em que Deus me dé uma oportunidade, eu quero morá ali. Ou na QNA ou ali perto do Centro de Taguatinga...” Já o Sr. Petrônio declara:

Ah! A minha vida aqui é... Eu gosto muito da minha vida aqui, porque aqui eu sempre... num faltô sirviço pra mim, sempre eu ganho meu dinherim. [...] Intão, eu num tenho o que falá aqui da Chaparral, não. Eu num tenho o que falá! [...] Ah, eu gosto de morá aqui! [...] Tem meus amigo. A maioria dos meus amigo tudo é daqui desse lugá aqui, né? Amizade boa, graças a Deus! (SR. PETRÔNIO)

Quando perguntei à D. Sandra se ela gosta de morar no Chaparral, ela afirma que gosta tanto que até plantou três ipês brancos na praça:

Gosto. Eu nunca morei noto lugar. Taguatinga, pra mim... Eu sempre morei im Taguatinga, né? Isso aqui... é um pedaço de Taguatinga, né? [...] Ah! Eu me sinto muito bem. É o lugar que eu tenho pra morá. Eu tenho que amá, eu tenho que gostá! Plantei ipês nessa praça aqui, ó. [...] Intão, eu me sinto muito bem aqui. Tanto, que eu amo... vô dexá alguma coisa aqui pra marcá. [...] Intão meus ipês já floriro o ano passado. [...] Quando ele tivê grande, todo florido, todo mundo vai ficá incantado aqui. Intão, eu gosto de morá aqui. [...] E eu tô vivendo feliz, né? Feliz! (D. SANDRA)

Como se pode verificar, os moradores pioneiros do Chaparral podem não ter escolhido seu local de moradia, mas a maioria gosta de morar naquela comunidade, onde criaram seus filhos, onde têm amigos, que tem todas as comodidades por perto e em que se pode até plantar ipês na praça, apesar do lixo, apesar do tráfico e de outros crimes ocorrerem lá e apesar do preconceito sofrido. Além disso, a criminalidade parece estar distribuída por todo o Distrito Federal, de modo que dificilmente os cidadãos possam se sentir mais seguros em outros locais do DF do que no Chaparral.

Na próxima seção, apresentam-se os dados gerados nas entrevistas com os filhos de pioneiros.

⁷⁷ Como a casa, no início, era pequena, D. Marina me contou que, apesar de todas as dificuldades iniciais, ela e o marido economizaram muito para “construir” a casa, que hoje tem dois andares e ocupa praticamente todo o lote de 108m².

4.2 Filhos de pioneiros

Nesta seção, exponho os dados gerados com os filhos de pioneiros entrevistados. O objetivo é verificar comparativamente alguns fatos relacionados ao Chaparral na atualidade e à vida dessas pessoas que cresceram no lugar.

Quadro 6 – Filhos de pioneiros: origem, idade, escolaridade e profissões

NOMES	ORIGEM	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
Aline	Invasão Vila Maestro, Taguatinga Sul.	45	Ensino Médio completo	Técnica bancária (técnica em microfilmagem); aposentada por invalidez (visão)
Amanda	Invasão na QSD, Taguatinga Sul	41	Graduação	Enfermeira
Águila	Nova QNL ou Chaparral	31	Graduação incompleta (Administração de Empresas)	Empresário (proprietário de lava a jato)
Cleusa	Invasão Chaparral	42	7ª série do Ensino Fundamental	Do lar; caixa de supermercado
Cosme	Nova QNL ou Chaparral	31	Ensino médio completo (é falante de inglês autodidata; estuda outras línguas sozinho)	Carregador de caixas de verduras e ajudante em feira, ajudante de garçom, garçom; é usuário de drogas.
Eduardo	Formosa-GO	43	5ª série do ensino fundamental	Carroceiro, desempregado; não tem endereço fixo: dorme na praça ou em casa de parentes (irmãos ou mãe), é usuário de drogas.
Jorginho	Gama – DF	47	Ensino Fundamental completo	Técnico em eletrônica; designa-se “Prefeito da QNL”
Magali	Boca da Mata, Taguatinga Sul	37	Ensino Médio incompleto	Dona de casa, confeitadeira de bolos (também faz sabão de álcool para vender)
Maurício	Invasão Vila Maestro (QSC 19)	45	Ensino Fundamental completo	Vendedor em loja de peças para automóveis.
Saulo	Invasão Chaparral	44	Ensino Fundamental completo	Pintor de paredes; palhaço em semáforo; atualmente, é morador de rua (usuário de drogas)

Ubiratã	Nova QNL (Chaparral- DF)	31	Ensino Médio completo	Frentista de posto de gasolina
----------------	--------------------------------	----	--------------------------	--------------------------------

Como se pode verificar no quadro acima, o grau de escolaridade dos filhos de pioneiros, comparativamente ao grau de escolaridade dos pioneiros, subiu bastante. Enquanto, por exemplo, 4 dos 10 pioneiros têm no máximo até a 4ª série do ensino fundamental, sendo que um deles nunca foi à escola, nenhum filho de pioneiro tem menos de 5 anos de escolarização formal. A escolarização mais alta entre os pioneiros é o ensino médio e apenas dois deles completaram essa etapa. Já entre os filhos de pioneiros, 3 fizeram até o ensino médio completo, 1 está cursando o ensino superior e outro terminou essa etapa. Embora os pioneiros entrevistados sejam 10 e os filhos, 11, entendo que esses dados mostram uma evolução no grau de escolaridade, o que representa um avanço. Abaixo, segue um quadro com as comparações.

Quadro 7 – **Escolaridade dos pioneiros e dos filhos de pioneiros: síntese comparativa**

	PIONEIROS	FILHOS DE PIONEIROS
Nunca foi à escola	1	
3ª série do Ensino Fundamental	1	
4ª série do Ensino Fundamental	2	
5ª série do Ensino Fundamental	2	1
7ª série do Ensino Fundamental		1
Ensino Fundamental completo	1	3
Ensino Médio incompleto	1	1
Ensino Médio completo	2	3
Graduação incompleta		1
Graduação completa		1

Também entre as profissões houve um avanço dos filhos de pioneiros, sendo que Amanda exerce a profissão de enfermeira e Átila é empresário — os dois que chegaram ao ensino superior —, enquanto entre os pioneiros as profissões mais prestigiadas socialmente são as daqueles de nível escolar de ensino médio: D. Ivanira chegou a ser técnica em enfermagem, Sr. José foi encarregado de pavimentação em empresa pública do GDF e D. Marta foi comerciante por 12 anos.

De modo geral, os dados indicam crescimento no grau de escolaridade e até socioeconômico dos filhos de pioneiros em relação aos pioneiros, com poucas exceções. Esse fato revela a mudança social que vem ocorrendo dentro da comunidade. Corroborando essa ideia, D. Mara, pioneira entrevistada, conta sobre a criação de seus filhos e que alguns deles cursaram o ensino superior:

Porque eu criei os meus cinco aqui e esse nunca me... foi envolvido, assim,

com coisa errada. A gente não dexava ficá na rua, né? Mais eles saía... mais nunca se envolveu. Todos eles trabaiô... Minha menina nunca foi de saí de casa. Trabaia agora, fez faculdade. O otro fez faculdade também, né? O oto não fez porque não quis. Aí, que cê vê, já é a cabeça. Igual minha nora. Ela istudô, formô. Já o irmão... o pai tem dinheiro pra pagá... e num qué. Intão, qué dizê, é da cabeça! Se a pessoa fala “não estudô porque num tem dinheiro”... né, não. É porque num qué mesmo, né? (D. MARA)

Para ela, então, certas decisões, como estudar, por exemplo, dependem “da cabeça” das pessoas e não exatamente do lugar onde elas foram criadas. Ou seja: ainda que os filhos dela e outros filhos de pioneiros, como Áquila e Amanda, tenham sido criados no Chaparral, isso não os impediu de estudar ou de trabalhar. Igualmente ocorreu com a cantora Ellen Oléria, como explicitado no capítulo 3, que, além de ter feito curso superior em universidade federal, ainda se tornou uma cantora partir daqui bem-sucedida.

Por outro lado, nenhum dos pioneiros entrevistados é usuário de drogas, entretanto três dos filhos de pioneiros se tornaram usuários. Dos pioneiros, o único que afirma gostar de beber de vez em quando é o Sr. Petrônio. D. Sandra conta que, na família dela, todos gostam de beber. Esses dados mostram alguma discrepância entre os hábitos dos pioneiros e dos filhos de pioneiros. Além disso, mesmo sendo usuários de drogas, esses filhos de pioneiros têm profissões e trabalham.

Os dados relacionados ao que os filhos de pioneiros pensam ter motivado a designação Chaparral para o local onde eles foram criados são reveladores de seu desconhecimento a respeito da história do local. Provoca estranheza, por exemplo, o fato de o entrevistado Áquila dizer que desconhece o motivo de a Nova QNL ter sido designada Chaparral e de ele nem mesmo fazer alguma especulação, o que todos os outros dez entrevistados fazem. Áquila diz simplesmente: “**Não tenho conhecimento**”. Seu desconhecimento aponta para o fato de que certos acontecimentos do passado, da história do lugar, se não estiverem registrados por meio da escrita, pode cair no esquecimento. Parece que isso já começou a ocorrer da geração de pais pioneiros para seus filhos.

Dos outros onze, dez acreditam que a motivação tenha sido apenas o nome da invasão da qual foi transferida parte dos moradores, hipótese com a qual a maior parte dos pioneiros concorda. Somente Cleusa ligou o acontecimento à violência: “**O povo fala que [o lugar é chamado de Chaparral] é porque é muito perigoso, porque tem muito mala⁷⁸... porque muita gente discrimina aqui... É isso que o povo fala, é isso que eu vejo falá aí. Por isso**

⁷⁸ Mala: regionalismo brasileiro de uso jocoso; mala sem alça (HOUAISS, 2015). Vocábulo de uso informal no Brasil, que significa pessoa inconveniente, maçadora; chato, mala sem alça (PRIBERAM, 2019).

que o povo botô esse nome aqui. Pur isso. Pur causa disso.” Essa ligação do nome à violência não tem nenhuma relação com o significado dicionarizado do vocábulo Chaparral, que é o nome dado à vegetação de ambiente seco (xerófila) do semiárido norte americano ou coletivo de chaparheiros (arbustos retorcidos).

A ligação dessa palavra com a violência foi construída historicamente por eventos como a série chamada Chaparral, que tratava da vida de uma família que morava no rancho cujo nome era também Chaparral. Como na série era comum haver conflitos armados, é provável que essa designação tenha herdado daí a carga semântica de perigo, bandidagem, local discriminado de que fala Cleusa. De qualquer modo, essa carga semântica negativa foi transferida para a invasão Chaparral e, depois, para as QNL pares de 14 a 30.

Como já explicitado na seção anterior, pela estratégia ideológica deslocamento, um termo que costuma ser usado para se referir a alguém ou a algo é usado para se referir a outro, de maneira que as conotações positivas ou negativas dessa forma simbólica sejam transferidas a esse outro. É o que muitas vezes ocorre pelo uso de apelidos em processos de assédio moral ou bullying. Parece ter sido isso que aconteceu com a transferência da designação da série de TV para a invasão e da invasão para a Nova QNL. Essa é uma estratégia do modo de operação da ideologia dissimulação e serve para estabelecer ou sustentar relações de dominação ao ocultá-las, negá-las e obscurecê-las.

Outra ocorrência diferente da estratégia ideológica do deslocamento também se relaciona à designação Chaparral e é muito mais sutil, portanto, mais dissimulada: a transferência da carga semântica de acontecimentos históricos ou fictícios, como tiroteios e conflitos, para um vocábulo. O nome dado ao rancho norte-americano da série e à própria série (por causa do rancho) certamente se devia à vegetação comum no local e não parece ser pejorativo. A carga semântica depreciativa que o vocábulo tomou depois também não parece estar ligada apenas às lutas e aos tiroteios próprios do gênero da série: *western*, faroeste ou bague-bague.

A respeito dessa designação, a filha de pioneiro Aline, fica sem entender:

Já a Chaparral era bem maió. E vei mais gente ainda da Chaparral pra cá, do que Vila Maestro e Boca da Mata, né? Então predominô pro Chaparral mais por causa disso, né? **Uns falava “Chaparral é nome ruim”**, mais gente tava pesquisano, gente. **Tem nada vê! Chaparral é um nome até... né?... Tem a vê com plantas, né? Num tem nada a vê com nome ruim.**

Essa carga depreciativa também não parece ter-se originado pelo nome da loja Chaparral, o que, com certeza, não seria bom para os negócios. A carga semântica pejorativa, ligada a perigo, criminalidade, discriminação, relacionada à existência de “malas” no lugar,

parece mesmo ter se intensificado na época da invasão⁷⁹ e, depois, no novo local de reterritorialização daquela e das outras comunidades oriundas de invasões. Ou seja: a designação Chaparral dada ao lugar por causa da série estadunidense de televisão foi uma questão política, como o foi designar a QNM de “Planeta dos macacos”, nome de outra série, como mostrado na seção anterior; mas o que fez com que essa designação realmente se tornasse pejorativa, foi o medo e o preconceito, como dito pelo pioneiro Sr. Aureliano, por exemplo, conforme explicitado na seção 4.1. Disse ele: **“você sabe por que que chama Chaparral? Eles dizia assim... no dizer deles, quem morava no Chaparral era só vagabundo... era só gente ladrão... era só... [...]. Chaparral eles queria dizê que era a pior cidade... [...] porque é Chaparral o povo tudo num presta”**. Essa ideia se repete na voz da filha de pioneiros Cleusa: **“porque é muito perigoso, porque tem muito mala... porque muita gente discrimina aqui”**.

A transferência da carga semântica depreciativa de eventos históricos ou fictícios para determinada designação é um mecanismo de expurgo do outro. Aliada à dissimulação pelo deslocamento, essa estratégia ideológica se insere no modo de operação da ideologia fragmentação, pela oposição a um alvo projetado como mau, perigoso, ameaçador.

Os filhos de pioneiros também falam do preconceito sofrido, até mesmo em/por instituições de ensino tanto da parte de servidores, quanto de alunos e da comunidade. Na época da transferência dos moradores de invasões para as QNL pares de 14 a 30 e no período inicial, já no local de reterritorialização, o preconceito sofrido é bastante evidente em quase todas as entrevistas, tanto nas dos pioneiros quanto nas dos filhos. Um acontecimento marcante para aquelas crianças que vieram das invasões em idade escolar foi justamente a discriminação nas escolas, como contam Aline, Amanda e Maurício:

quando a gente chegô aqui, até na escola a gente sofria discriminação. Cê vê as escolas... o 5 num queria pegá a gente. O Centro Educacional 5. Eles não quiria pegá a gente. [...] eu tive que istudá lá na 40, lá imboxo. Foi a única escola que aceitô o pessoal da Chaparral. [...] na época, teve até abaxo-assinado que foi pra Fundação⁸⁰ pra não aceitá a gente lá, né? Os pais, filhos de coronel, filho de deputado, que istudava aí, né? [...] eles falava que não quiria que os filho se misturasse com o pessoal da Chaparral, porque era gente que não presta, era gente que... que era marginal. Era a pior escola... que eles falava. (ALINE)

Tinha essa discriminação, né? [...] o pessoal daqui, realmente, quando mudô pra cá... [...] minha mãe contava que teve muito essa discriminação... e as escolas que tinham, eram tudo mais pra baixo... e as crianças daqui tinham que

⁷⁹ Um dos não moradores entrevistados explica de todos tinham muito medo do lugar e as orientações de sua mão eram para não irem “para o lado do Chaparral”.

⁸⁰ Fundação Educacional do Distrito Federal; hoje, Secretaria de Educação do Distrito Federal.

estudá lá. [...] quem tinha poder aquisitivo, não colocava pra estudá na escola mais próxima: Escola Classe 46. Porque falava que os meninos da Chaparral estudavam lá, então ia sê má influência pros deles, que eram melhores que as crianças que eram criadas aqui... [...] Mais tinha essa discriminação justamente porque falava que, em invasão, só se criava malandro (AMANDA)

antigamente era tido como *bullying* mermo! O pessoal do colejo... lá no 5 num quiria aceitá nós. [...] O CED 05, ali na QNL... [...] No tempo de colejo, uma vez eu ia lá no 41 [...] quando nós cumeçamo a estudá lá [...] tava até chueno à tarde [...] aí, as professora, a diretora na entrada, primero dia de colejo, tipo assim, pessoal das turma tudim [...] Separô, assim, talvez já tinha sido formado as turma [...] ela falava assim: “O pessoal da Chaparral, da série tal, é sala tal”. [...] eu sentia discriminação! Mais sempre teve, né? (MAURÍCIO)

A discriminação da escola foi marcante na vida desses indivíduos, crianças na época. Se o *bullying* na escola, sofrido de alunos agressores, provoca danos psicológicos e até físicos (Manzini, 2013), o que se dirá da estigmatização provocada pela própria escola? O CED 5 era, na época, a instituição mais próxima das QNL pares de 14 a 30 e, portanto, a que deveria receber os alunos moradores do lugar. Com a contribuição das famílias, que “não queriam que seus filhos se misturassem” com as crianças do Chaparral, e que chegaram a fazer abaixo-assinado para que essas crianças não fossem aceitas na escola, essa instituição agiu ideologicamente com a estratégia de expurgo do outro — as crianças do Chaparral —, pelo modo de operação da ideologia fragmentação (THOMPSON, 2011), opondo-se a elas ao projetá-las como más, perigosas e ameaçadoras. O Chaparral, seus moradores e filhos foram construídos, então, como inimigos, contra os quais aqueles indivíduos e a escola resistiram coletivamente.

Mesmo anos depois, já no ensino médio, Cosme sofreu *bullying* por ser morador do Chaparral: “Na minha escola, a gente falava que morava na Chaparral e o povo: **“Nossa! Tu é da Chaparral? Ixe! Num sei o que... é bandido! Eita... num sei o quê”... Já ouvi dimais isso no ensino médio lá no CEMAB.**” (COSME). O *bullying*, pelo menos nesse caso, também é uma forma de expurgo do outro.

Também Amanda sentiu o estranhamento de colegas por causa do lugar em que residia:

Quando eu entrei na faculdade... você encontra gente de vários locais de Brasília. Quando eu falava: moro na QNL. “Ah! Cê mora na QNL quanto?” Quando fala que é número par, já sabe que é na Chaparral. Aí, fala: “Nossa! Mais você foi criada lá e você tá aqui?” Aí eu falava: porque lá não se cria só bandido, né? Lá também se cria gente honesta. Então, eu achava assim, que todo mundo acha que quem mora aqui, também vai virá bandido. (AMANDA)

O pressuposto criado pelo estigma é o de que existe uma incompatibilidade entre morar no Chaparral e estudar em uma faculdade. Para os que questionavam, por algum motivo, Amanda não deveria ser capaz de cursar uma faculdade simplesmente por causa de sua origem ou, pelo menos, que haveria algo de extraordinário no fato de ela morar no Chaparral e estudar

na mesma faculdade que eles. Nesse caso, o procedimento ideológico é a generalização e o modo de operação da ideologia é a unificação: identificação coletiva de indivíduos independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.

Os entrevistados também contam fatos relacionados ao seu contato com a polícia:

lá perto da rua... e voltei... E tava vino uma viatura. Aí, acho que eles pensaram que eu vi e voltei porque eu divia vim iscondê alguma coisa, né? [...] Aí, eles me pegaro e me dero um bacu lá na esquina. Em mim e no cara que morava na casa da isquina, na época. Tava lá sentado na esquina e levô bacu também. E já levei lá embaxo, lá na QNJ. [...] pra mim é o trabalho deles, sabe? [...] se achá suspeito... (COSME)

Igual, na delegacia, o dia que eu fui me apresentá lá. Chegô um cara lá, preso lá, com um negoço duma batida de carro... falô: “Não, eu moro lá na QNL velha”. Aí, os pulicial já tratô ele diferente. Aí, eu cheguei algemado, né? Que eu fui, lá, depô, lá, pu negoço das facada do cara: eu moro na Chaparral. “Vixe! Malandro! Bora, bora, bora! Entra pra dento. Entra! Vamo cunversá, vamo cunversá”. É, tratamento é diferente. Fala Chaparral ese já qué... Merma coisa de tá falano... (EDUARDO)

O pulicial chega... é uma discriminação! O pulicial chega ali do oto lado: “Nondé que fica Chaparral?” Nome istranho pra mim... e pra comunidade também. Já existe... nome istranho, porque não ixiste uma Chaparral aqui. (JORGINHO)

no fato da pulícia, que uma veiz [...] me parô e [...] me levô pa delegacia, né? [...] foi fazê a averiguação [...] eles verificaro que eu nunca tinha tido passagem pela pulícia, num era bandido. Intão o próprio policial... ele falô: “Rapaiz, é o seguinte, cumé que você mora na Chaparral e você num é bandido? Cumé que você num... pode não tê uma coisa?... Cê tá mintindo”. [...] a gente ficô [...] acho que umas 2 horas tentano ixplicá isso aí. Até que ele viu que eu tava falano a verdade, porque ele ligô aqui pra casa e ele viu [...] que num tinha nenhum tipo de envolvimento com o crime. Nunca tive ninhum tipo de envolvimento com o crime! (SAULO)

Já, já [levou baculejo dentro do Chaparral]. Hoje em dia num é tão constante, mais antigamente, pela própria criminalidade e até questão até de rotina também dos puliciais, pa podê inibi a violência, já me pararam já, diversas vezes, mais eu nunca tive problema com isso não. [...] que quem não deve, não teme. [...] se o policial... ele tá fazeno o trabalho dele, nada mais justo do que chegá, pará e sê abordado e dexá a gente i imhora. (SAULO)

O “baculejo”, ou “bacu”, consiste na revista pessoal a pretexto de buscar armas ou drogas que possam estar escondidas no corpo de um suspeito. No Brasil, o Código de Processo Penal (BRASIL, 2019b), em seu artigo 240, §2º, permite a revista pessoal “somente quando houver suspeita fundada de ocultação de arma ou objetos envolvidos em ilícitos ou que possam ser úteis à investigação criminal”. Portanto, o fato de algumas pessoas serem revistadas pela polícia no Chaparral ou proximidades não deve ser considerada discriminação por si só. Além disso, em atendimento ao Código de Processo Penal, indivíduos são revistados pela polícia também em outros locais todos os dias, até mesmo no Plano Piloto.

Essa é uma prática comum e tanto Saulo quanto Cosme não se sentiram discriminados por terem sido revistados, certamente por não terem sido ações abusivas.

Entretanto, a atuação da polícia na delegacia, nos dois casos citados pelos filhos de pioneiros Eduardo e Saulo, mostra que existe preconceito de alguns policiais contra os moradores do Chaparral. No primeiro caso, de acordo com a argumentação de Eduardo, o tratamento dado a ele foi diferente do tratamento dado ao outro indivíduo. Esse tipo de atitude pode ser resultado do modo de ação da ideologia fragmentação, pois houve a apartação de um indivíduo, de antemão projetado como perigoso e ameaçador, apenas por ser morador do Chaparral. Além de ter havido a estratégia ideológica de diferenciação, por ter sido enfatizada a distinção entre os dois indivíduos que prestariam depoimentos — o local de moradia —, exatamente por isso, houve também uma forma de expurgo.

No segundo caso, um indivíduo foi levado à delegacia “para averiguação”, o que já é ato ilícito desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2018), que, em seu artigo 5º, afirma “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Uma vez que no Brasil, em épocas passadas, era comum a polícia recolher cidadãos para averiguação em locais ermos, bares, botecos ou até mesmo que simplesmente estivessem conversando numa rua ou praça pública, especialmente em regiões pobres e no período noturno, a Constituição de 1988, chamada por Ulisses Guimarães de “Constituição Cidadã”, tratou de garantir a liberdade das pessoas para evitar arbitrariedades. Também o Código de Processo Penal (BRASIL, 2019b), em seu artigo 283, com redação dada pela Lei nº 12.403/2011, procura evitar prisões arbitrárias, ao afirmar:

Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso de investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. (BRASIL, 2019b)

A prisão por averiguação se caracteriza, dessa forma, como ato ilegal. O acontecimento com Saulo, dificilmente ocorreu antes de 1988, ano da Constituição, visto que ele nasceu em 1975 e em 1988 tinha apenas 13 anos. Outro fato intrigante foi sua interrogação na delegacia, quando o policial questionou: “**Rapaiz, é o seguinte... cumé que você mora na Chaparral e você num é bandido? Cumé que você num... pode não tê uma coisa?... Cê tá mintindo**” (SAULO). Na pergunta “**cumé que você mora na Chaparral e você num é bandido?**” há o pressuposto de que quem mora no Chaparral é bandido. Dessa forma, atua aí o modo de

operação da ideologia unificação, pela estratégia de generalização: se há bandidos no Chaparral, então todos no Chaparral são bandidos. Ou seja: as características ou práticas de alguns indivíduos de determinado grupo são imputadas a todos os membros, apesar de suas diferenças. É a estigmatização de um grupo todo por causa de alguns.

Há também outras situações mencionadas pelos filhos de pioneiros em que a estratégia ideológica generalização ocorria no início e acontece atualmente:

a gente era considerado... todos que vinha da invasão era considerado marginal, era considerado prostitutas, era considerado... gente que num presta. (ALINE)

“Chaparral! Ai! **Ali só tem bandido, ali só tem vagabundo, num tem nada que preste ali.**” Assim, eles associa... assim a gente vê dentro do ônibus. (ALINE)

o pessoal [...] falava Chaparral, **como se aqui fosse um lugar de malandro...** e eu não concordo, porque aqui tem gente honesta também, né? [...] **Chaparral todo mundo acha que só mora malandro.** (AMANDA)

[...] eles não queriam que o pessoal fosse alojado aqui, na época, porque **diziam que pessoal de invasão era tudo ladrão.** (AMANDA)

Tem gente que fala que aqui é um lugar feio, **que só tem mala,** que tem muito mala (CLEUSA)

Ave Maria! [Se falar: “eu moro no Chaparral”] [...] **Ééé... Já vai falano assim: “Eu vô morá naquele lugá o quê? Aquilo é um banguê-banguê!”** (JORGINHO)

Antigamente era... tipo assim... era mei discriminação. Quando o pessoal falava que você morava na Chaparral, ele tava quereno dizê que ocê era mau elemento. (MAURÍCIO)

Então pelo fato de você dizê que é da Chaparral, a pessoa já te conota: “Não! Você é bandido”. (SAULO)

porque esse nome Chaparral, ele ficô titulado como um lugá pirigoso, criminalizado, né? Que, até hoje, em letra de rap tem, né? Fala da Chaparral, aí, quem vê fora pensa que a Chaparral é um lugá muito pirigoso, **que só tem droga, criminalidade.** (UBIRATÃ)

É por causa das manifestações de hostilidade, consequências desse tipo de generalização dos moradores do Chaparral, que Jorginho, por exemplo, se sente incomodado quando um policial, que representa uma entidade governamental, chama de Chaparral o local onde ele vive: **“O pulicial chega... é uma discriminação! O pulicial chega ali do oto lado: “Nondé que fica Chaparral?” Nome istranho pra mim... e pra comunidade também. Já existe... nome istranho, porque não ixiste uma Chaparral aqui”** (JORGINHO). Para Jorginho, é como se todo o preconceito recaísse sobre a designação Chaparral e bastasse eliminá-la, mudando a forma de chamar o lugar, para que a prática social estigmatizadora também acabasse.

Similarmente, é pelo mesmo motivo que algumas pessoas como Amanda e Ubiratã não dizem em todos os lugares e circunstâncias que moram no Chaparral:

Eu não dô esse nome em qualquer lugar que eu vá, que peça o endereço... eu não dô. [...] Eu falo... Nova QNL, não... Eu moro na QNL! (AMANDA)

quando eu tava disimpregado, aí, antes eu ia fazê... assim, em outros lugares, eu num falava Chaparral... porque esse nome Chaparral, ele ficô titulado como um lugá pirigoso, criminalizado, né? [...] Eu prefiro chamá Nova QNL por causa, pelo fato da discriminação. (UBIRATÃ)

Alguns entrevistados justificam a discriminação do Chaparral e de seus moradores pela “fama”, pelo desconhecimento do lugar e pelo medo:

Mais alguns amigos meus que não moravam na QNL, quando eu falava que morava na Nova QNL, aí, o pessoal falava assim: “É na Chaparral?” Eu: É. Aí acabava que o pessoal ficava com medo, antes, de vim na minha casa por conta disso. [...] Não é que num gostava, mais que ficava um pouquinho com medo, né? Assim, pela história que tinha a QNL, a Chaparral. Antes as pessoas ficavam cum medo de i, porque sabia como é que... a fama da Chaparral que tinha, aí, o pessoal ficava um poco amedrontado de i na QNL. (ÁQUILA)

you fala Pôr-do-Sol, Sol Nascente, as pessoas já define já de uma otra forma. É que nem a Chaparral. Define ela como ela era antes, não como tá formano hoje. (ÁQUILA)

Eu acho que as pessoas têm medo por causa do tempo atrais, né? Tipo assim, nos anos 90. Eu acho que as pessoas têm um poquim esse bloqueio, porque o pessoal do Chaparral, realmente, era muito perigoso. (ÁQUILA)

Tem gente que, quando mora em outros lugares, aí, fala que num qué nem passá por aqui, porque tem medo, que é muito perigoso (CLEUSA)

é o preconceito das pessoas em relação ao que conhecem daqui, né? Porque as pessoas que tão lá só conhecem o que ouvem falá, né? Num moram aqui, realmente, num sabem qual é o problema daqui realmente (COSME)

Porque num conhecem... Cumé que eu vou falá?... Num conhece aqui, num convive aqui, num mora aqui. É isso que eu falo: eles ouvem falá alguma coisa daqui, entendeu? Eles ouvem falá, eles não vêm... Num mora aqui, num sabe, entendeu?... qual o problema! Num sabe que... se aqui é realmente aquela violência que todo mundo fala. (COSME)

“Eu vô morá naquele lugá o quê? Aquilo é um banguê-banguê!” [...] Até hoje ese fala. Mais é porque num cunhece, num mora aqui, né? (JORGINHO)

Antigamente, ela era muito pirigosa mermo, né? Por isso ficô cunhicida com esse nome Chaparral, né? Aí, num troxe uma image boa, por fato disso. (UBIRATÃ)

Pode-se dizer que, de acordo com esses depoimentos, o preconceito e a discriminação advêm do medo gerado pela falta de reflexão e de conhecimento abalizado a respeito do que se ouve falar sobre o Chaparral. Para os entrevistados, isso ocorre por causa da violência que havia no lugar em algum momento da história e cuja fama permanece até hoje, ou seja, acontecimentos sócio-históricos são tratados como permanentes, imutáveis e recorrentes de

maneira que dificilmente possam ser questionados, pois seu caráter social e histórico é ocultado. Essa é uma forma de reificação, pela estratégia ideológica da eternalização.

As implicações sociais disso é a eternalização do próprio preconceito e da discriminação, como se não houvesse pessoas boas naquela comunidade. Daí a indignação e o receio de alguns entrevistados, que, como mencionado, ocultam sua origem ou, pelo menos, não dizem que moram no Chaparral e preferem QNL ou Nova QNL.

A forma depreciativa de pronunciar o vocábulo Chaparral também surge nas vozes dos filhos de pioneiros quando eles citam vozes alheias que falam do lugar:

“É na Chaparraaal?” (ÁQUILA)

“Ai, num quero passá no Chaparraal!” “ah, a Chaparraal é muito perigoso! Lá, eu não vô!” (CLEUSA);

“Chaparraaaall! A turma da Chaparraaaal!” (COSME);

“Nondé que fica Chaparraal?” (JORGINHO)

“Num é Chaparraal não, né?” (MAURÍCIO);

“Rapaiz, é o seguinte... cumé que você mora na Chaparraal e você num é bandido?”, “A bandidagem, a pior espécie mora na Chaparraal”. (SAULO);

Da mesma maneira que aparece na fala dos pioneiros, o prolongamento do “r” e do segundo “a” de Chaparral em citações de vozes externas pelos filhos de pioneiros marca o preconceito, como se o vocábulo, por si só, fosse repulsivo, ofensivo, enojante. Como já dito na seção anterior, esse prolongamento pode ser considerado um tipo de tropo — a “ênfase de repulsa” —, que serve ao modo de operação da ideologia dissimulação (THOMPSON, 2011), pois se oculta na maculação do morador do Chaparral, do Chaparral e até do próprio vocábulo.

Como surgiu nas entrevistas com os pioneiros, essa identificação estigmatizadora dos moradores do Chaparral gera, para alguns filhos de pioneiros, a necessidade de autoafirmação identitária de gente honesta, boa, cabeça, que estuda, que não é malandro e não tem envolvimento com o crime:

falava Chaparral, como se aqui fosse um lugar de malandro... e eu não concordo, **porque aqui tem gente honesta também, né?** O meu pai ainda tem casa aqui do mesmo jeito, eu tenho casa aqui, minha irmã tem casa aqui. Então, assim, **eu não acho que aqui seja um lugar de malandro [...]** Não é. **Tem muita gente honesta, tem muita gente boa.** (AMANDA)

Aí eu falava: porque lá não se cria só bandido, né? **Lá também se cria gente honesta.** (AMANDA)

Minha mãe mesmo... ela sempre falava: “Não. A gente mora na Chaparral. É lá mesmo. Esse nome mesmo.” Porque ela sempre falava assim: “**Não é porque filho de fulano é isso, que o meu também tem que sê, porque mora no mesmo lugar.**” (AMANDA)

Mais tinha essa discriminação justamente porque falava que, em invasão, só

se criava malandro, né? **Graças a Deus, hoje, a gente tem muitos profissionais aqui nessa área pra mostrá o contrário.** (AMANDA)

Até que ele viu que eu tava falano a verdade, porque ele ligô aqui pra casa e ele viu que realmente eu tava falano a verdade, que num tinha nenhum tipo de envolvimento com o crime. **Nunca tive nenhum tipo de envolvimento com o crime!** (SAULO)

Fala da Chaparral, aí, quem vê fora pensa que a Chaparral é um lugá muito pirigoso, que só tem droga, criminalidade. **Mais não, aqui hoje é um lugá até bom de se morá.** (UBIRATÃ)

Mais hoje tem muita gente que mora aqui e cursa UnB, cursa na Católica, na UNIP. [...] **É um local que tem gente cabeça, né? Istuda. Escolheu os istudos, né?** (UBIRATÃ)

Mesmo que a constituição identitária imputada aos moradores do Chaparral por vozes externas seja, muitas vezes, a de marginais — o que pode ser percebido no capítulo 3 e também neste —, a configuração identitária apresentada por esses filhos de pioneiros é a de cidadãos que trabalham, estudam e procuram viver dignamente.

Embora frequentem o Chaparral, alguns dos entrevistados cujas narrativas são analisadas nesta seção não moram mais lá. Amanda mora em um condomínio no Setor O (Ceilândia); Áquila reside na parte antiga da QNL; Maurício morou em Águas Lindas de Goiás (cidade do entorno do DF) e hoje reside no Sol Nascente (Ceilândia). Além desses, Saulo mora na rua, fora do Chaparral, e, às vezes, em casa de conhecidos. Dos demais, Eduardo já morou em outros locais, mas “reside” com a família no Chaparral atualmente e, às vezes, dormia na praça. Após o assassinato de um amigo na praça da QNL 24, poucos meses depois da entrevista⁸¹, Eduardo não tem mais dormido lá, por receio.

Apesar disso, mesmo os que moram fora demonstram gostar do Chaparral e frequentam o lugar: Amanda é enfermeira, trabalha na comunidade, tem casa e família lá; Áquila tinha um lava a jato nas proximidades e família no Chaparral, além de morar perto; a mãe de Maurício reside na mesma casa desde a transferência das invasões para a Nova QNL.

Pelo exposto acima, apenas Aline afirma que deseja se mudar: “Eu tenho vontade de saí daqui. E é muita! Na época, não! Eu, meu pai, minha irmã... A única que num tem vontade de saí daqui é minha mãe, mais eu tenho.” Contrariando um pouco o dito, ela não demonstra querer realmente cortar vínculos com a localidade em que foi criada: “Um dia, se Deus dé uma oportunidade melhor da gente arrumá um lugá... Agora eu falo assim: vendê aqui eu não vendo,

⁸¹ Pouco mais de três meses após essa entrevista, um amigo de Eduardo foi assassinado na praça da QNL 24, no Chaparral, com a cabeça esmagada com o uso de uma pedra (FERREIRA, 2019). No local onde ele foi encontrado, os carroceiros passavam os dias conversando, bebendo e jogando dominó. Tanto o homem assassinado quanto o entrevistado dormiam lá com frequência. Depois do ocorrido, os carroceiros se afastaram aproximadamente uns 50m do local.

né? Eu alugo, mais num vendo. Porque foi o lugar que Deus deu, né?... pra gente.” Pelo modo como foram ditas, tanto essa fala de Aline quanto a de sua mãe, a pioneira D. Marina — “eu vô morá aqui, se Deus quisé, purque Deus me deu minha casa foi aqui e aqui eu vou morá! Eu falava era pra muita gente... Eu falava pra eles: vocês não confia em Deus, não?” — revelam que elas percebem o Chaparral como uma espécie de “terra prometida” destinada por Deus à família. Subentende-se de suas afirmações, que seu vínculo com a casa se mostra tão grande por ter sido um tipo de presente Divino, que seria até ofensa: no caso de Aline, se a vendesse; no de D. Marina, se não morasse nela.

Ainda que Aline queira mudar-se, ela não o justifica por sentir-se insegura ou amedrontada no local, mas por desgosto com a sujeira da praça e com a presença dos carroceiros, que sujam o ambiente. A esse respeito, ela expõe:

Não me sinto confortável cum eles [com os carroceiros, com os bêbados]. Primero: que eu já briguei... Que os carroceiro... eles ajuda os traficante, né?... iscondê droga. E otra coisa, eles sujam aí. Era pra essa praça sê uma praça bunita! Num é? Dá disgosto da gente acordá de manhã e saí e olhá essa praça horrorosa! Essa praça é horrorosa! [...] essa praça dá... [...] Dá disgosto de você saí de manhã e olhá pra essa praça. É uma tristeza! (ALINE)

Ou seja, o desejo de mudança se faz mais por desconforto e desgosto com a sujeira da praça em frente à sua casa do que por outros motivos. Como ela tem cães e a família fez um “puxadinho” no beco lateral da casa para abrigá-los, alguns carroceiros, às vezes, a denunciam por maus tratos aos animais, entretanto, a zoonoses não dá continuidade à reclamação, por entender que os cães não são maltratados. Aline explica:

essa nossa casa aqui é muito perseguida. [...] eu já fui denunciada pela Zoonose, [...] pela AGEFIS⁸², [...] pela administração. [...] Por causa da grade, né? Que a gente tem aí. [...] os cachorro... [...] Denunciaram que a gente tava com maus tratos, né? Só que a gente... [...] tosa elas, a gente dá banho nelas, a gente mantém o ambiente delas limpo, né? Gente toma maior cuidado delas não saí pra não serem atropeladas, né? [...] E, quando a zoonose vei aqui, a zoonose falô pra gente: “Gente! Eu vô levá a denúncia da sinhora adiante pra quê?” As cachorrinha, os veterinario vinhero [...] falô: “Tão bem cuidadas, vacinadas” [...] “Elas são muito gordinhas!” [...] E... a grade, aí, “porque tá impatano a passagem de... carro”. Aí passa um carro normal! Meu pai mesmo dismaiô aí, a ambulância entrô aí e pegô ele. (ALINE)

Como se observa, boa parte da motivação que provoca o desejo de se mudar, no caso de Aline, é de cunho pessoal, por causa das denúncias e do conflito com os carroceiros, ou por causa da sujeira na praça, que ela também relaciona a eles. Ela não cita diretamente a criminalidade “elevada”, por exemplo, como causa da sua vontade de se mudar, mas afirma que os carroceiros ajudam os traficantes a esconder as drogas.

⁸² Agência de Fiscalização do Distrito Federal.

Já Áquila defende a comunidade, ao dizer que o lugar melhorou e que 90% das pessoas têm “boa índole”: “Hoje em dia, num tá tão boa não, mais melhorô tipo uns 70%... 70, 60%. [...] hoje em dia, vamo se dizê que na Chaparral, eu acho que uns 90% são moradores de boa índole e os otros 10% são essas, aí, que num qué nada com a vida”.

Os demais dizem que se acostumaram, que o lugar é bom para morar e que sentem orgulho do Chaparral:

Hoje, a gente pode falá que aqui é um lugar bom de se morá. (AMANDA)

eu já acustumei aqui, porque eu, quando vim pra cá, eu tinha sete anos, então, se eu fô pra otro lugá eu vô achá ruim, né? Porque eu já acustumei aqui. [...] Eu me sinto bem. Eu gosto daqui. (CLEUSA)

Me sinto bem... É legal! Nunca tive nenhum problema quanto a nada não, aqui não. [...] Eu só saio daqui se fô pá mudá pra algum lugar... é... lá pra Asa Norte, porque eu acho lá agradável (COSME)

Eu gosto mais daqui, né? Que eu já fui criado aqui. [...] Aqui ninguém me assalta, ninguém faiz nada cumigo. (EDUARDO)

Nem que se eu fosse um candidato⁸³, eu num saía do meu setô! Eu ficava aqui mermo. Se eu sê um candidato, eu moro aqui dento da QNL. Num saio daqui, não! (JORGINHO)

Ah, eu gosto! Eu gosto de morá aqui. (MAGALI)

Hoje em dia, eu tenho orgulho! Eu gosto desse nome [Chaparral]! (MAURÍCIO)

é um lugar que aqui eu me sinto siguro. [...] cê fala com um aqui, fala com oto acolá. [...] ocê vai criando aquele vínculo de amizade. [...] Basicamente, eu me sinto bem (SAULO)

É um lugá bom de se morá! Diminui a criminalidade. [...] eu fui cresceno aqui, aqui eu istudei, tive filho [...] aqui é um lugá bacana, entendeu? [...] a cidade foi se organizano, a criminalidade foi diminuino. [...] Mais hoje eu tenho orgulho de falá: moro na Chaparral! [...] Aqui é um bom lugá pra se morá. [...] tem tudo perto. [...] Hoje tem tudo. [...] Aqui eu me sinto bem. Eu moro aqui há 29 anos. Trabalho aqui hoje. É um local bom. (UBIRATÁ)

O Chaparral, portanto — apesar da discriminação, do preconceito sofrido e das representações ideológicas que generalizam os moradores imputando a todos a identidade de criminosos —, como pelos pioneiros, é considerado pela maior parte dos filhos de pioneiros um bom lugar para morar e em que residem pessoas boas.

Na próxima seção, apresento o que os não moradores pensam do Chaparral e das pessoas que habitam o lugar.

⁸³ Jorginho foi candidato a deputado distrital nas eleições de 2018.

4.3 Não moradores

Em contraste com a visão dos moradores pioneiros e dos filhos de pioneiros, nesta seção exponho as representações de não moradores a respeito da designação Chaparral, do Chaparral e de seus habitantes e do preconceito contra o lugar e seus moradores. Para isso, busco separar as partes das entrevistas pertinentes a isso, embora, frequentemente os excertos não digam respeito a apenas um dos temas e, para mostrar acontecimentos diferentes, necessitem ser repetidos de vez em quando.

No quadro que se segue, verificamos que os não moradores são oriundos de quatro estados diferentes, sendo um nascido no Distrito Federal e tendo sido criado em Taguatinga-DF. Suas profissões também refletem seus graus de escolaridade, no geral, mais elevados que os dos pioneiros e dos filhos de pioneiros.

Quadro 8 – Não moradores: origem, idade, escolaridade e profissões

NOMES	ORIGEM	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
Elisa	Inhumas-GO; Águas Claras-DF	59	Ensino Médio completo	Bancária aposentada; comerciante
Gervásio	Uruana-GO; QNL (Taguatinga)	61	Ensino Médio completo	Militar reformado; rodoviário aposentado (motorista de ônibus coletivo)
Isadora	São Luís do Curu-CE; Plano Piloto; QNL (Taguatinga)	64	Graduação (Pedagogia)	Professora aposentada; comerciante
Kátia	Goiânia-GO; Águas Lindas de Goiás; Sol Nascente (Ceilândia)	44	Ensino Fundamental incompleto (8ª série)	Artesã; dona de casa
Leandro	QNA (Taguatinga-DF); Águas Claras	40	Doutorado	Professor do ensino básico, técnico e tecnológico
Maísa	Ceilândia-DF; Patos de Minas-MG	41	Ensino Fundamental completo	Empregada doméstica aposentada
Márcia	Santana de Patos-MG; Patos de Minas-MG; Águas Claras	66	Graduação (Pedagogia)	Professora e pedagoga aposentada

Priscila	Vicente Pires-DF	36	Ensino Médio completo (faz curso superior)	Técnica em enfermagem
Roberta	Colorado do Oeste-RO; Goianésia-GO; Samambaia-DF	40	Ensino Médio completo	Empregada doméstica, caixa de supermercado; caixa de farmácia; vendedora de loja; faxineira.
Tarsila	Uruana-GO; QNL (Taguatinga-DF)	64	Graduação (Enfermagem)	Enfermeira aposentada

Embora a configuração identitária desses não moradores não esteja em pauta, expus esse quadro para manter o padrão e como elemento de comparação em relação aos outros grupos. Como se pode verificar pela escolaridade e pelas profissões, o nível socioeconômico dos não moradores, de modo geral, é mais elevado que o dos moradores entrevistados (pioneiros e filhos de pioneiros), mas a diferença não é tão grande. No quesito escolaridade, verificamos que uma pessoa tem o ensino fundamental incompleto (8ª série), enquanto entre os moradores pioneiros do Chaparral, além de haver uma analfabeta, há cinco com o ensino fundamental incompleto (da 3ª à 5ª série) e, entre os filhos de pioneiros, ainda há dois com ensino fundamental incompleto (5ª e 7ª séries). Entre os não moradores, há um que cursou somente o ensino fundamental completo. Igualmente ocorre entre os pioneiros. Mas entre os filhos de pioneiros há três nessa faixa de escolaridade. Com, pelo menos, ensino médio completo há quatro entre os não moradores, contra dois filhos de pioneiros (um tem ensino médio incompleto) e apenas um pioneiro. Nenhum pioneiro cursou o ensino superior, apenas um filho de pioneiro terminou a graduação e um está cursando (mas já com mais de 31 anos de idade), enquanto três não moradores terminaram a graduação, entre os quais um tem doutorado (todos exerceram ou exercem profissões na área de seus cursos). A diferença socioeconômica talvez não seja tão grande, mas já aponta para uma distinção que pode gerar, de acordo com Ribeiro (2019), o preconceito de classe social, como se explica mais adiante, durante a análise.

A seguir, apresento o que os não moradores dizem no tocante à designação Chaparral, quais são os efeitos de sentido provocados por essa designação em seus discursos e quais são as relações, que, para eles, existem entre essa designação e as lendas e mitos acerca do Chaparral.

É marcante o modo como, também nas citações de vozes alheias, o vocábulo Chaparral aparece pronunciado por alguns dos não moradores, como se sucede pelas vozes dos pioneiros e dos filhos de pioneiros, com o prolongamento do “r” e do segundo “a”. O modo de operação da ideologia, nesse acontecimento, é a dissimulação, pela qual relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, por serem representadas de maneira a desviar a atenção das pessoas, por desconsiderarem relações e processos existentes (Thompson, 2011). O que denomino “ênfase de aversão” é uma espécie de tropo usado para dissimular relações hegemônicas pela desvalorização do Chaparral e de seus moradores, ao mesmo tempo em que valoriza quem o diz, por não residir no Chaparral. Alguns exemplos:

Num é uma coisa muito boa: Chaparrraaal! Eu num sei nem o que significa Chaparral (ELISA)

Fala assim: “Cê vai na Chaparrraaal? Chaparrraaal?” Primero que o nome... eu num sei esse nome por que que surgiu. (ELISA)

Intão, assim, mais dá essa intonação de... “Chaparrraaal! Que que você vai fazê no Chaparrraaal?” Né? Eu trabalho perto do Chaparral. “Chaparrraaal? Que isso? Que nome é esse?” Né? (ELISA)

Eu acho que [o lugar ficou conhecido como Chaparral] foi por causa dos malandro. Os malandro, assim, mais fodão! “Eu moro na Chaparrraaal! Chaparrraaal!” (KÁTIA)

num sei se a pessoa acha ou não pejorativo ou num gosta, mas tem uma sonoridade esquisita, Chaparrraaal, assim. (LEANDRO)

Elisa afirma que desconhece o significado da palavra Chaparral, mas acha que a comunidade recebeu essa designação por causa da violência:

Eu acho que pela violência, né? Eu acredito que tenha sido. Eu ouvi dizê que era muito tiroteio. Aliais, eu tenho amigas que mora ali perto do metrô, naqueles condomínios, diz que a noite ouve muito tiroteio, intão eu acho que, principalmente, pela violência. [...] Eu conheci aquilo ali como Chaparral e a ideia que eu tenho, e o que eu ligo uma coisa com a outra, é de violência. (ELISA)

Ainda que não saiba o significado do vocábulo ligado às plantas xerófilas da região semidesértica do Arizona, estado americano em que ficava o rancho Chaparral, da série de mesmo nome, a entrevistada liga a designação à violência que ela “ouviu dizer” que existe na Nova QNL. Juntamente com a sonoridade do vocábulo, a fama de que o lugar tenha elevada criminalidade parece fazer com que os efeitos de sentido da designação sejam de violência. Ou seja: é o discurso que envolve a palavra que lhe confere o significado, o que é bem diferente de qualquer sentido dicionarizado. Ainda que, claramente, esta não seja a intenção da entrevistada, a conexão da designação Chaparral com a criminalidade é uma forma de expurgo do outro, pois

gera a ideia de que o local seja um lugar muito mais violento do que outros do Distrito Federal e de que seus moradores sejam perigosos, enquanto, como mostrado nos quadros sobre criminalidade em cinco regiões administrativas do DF, a criminalidade se distribui pelas regiões comparadas conforme o número de habitantes. Cada tipo de crime ocorre mais em dada região do que nas outras, exceto em Ceilândia, que, nos crimes comparados, não ficou na dianteira em nenhum.

Que a designação Chaparral possa ter uma significação relacionada a outros campos semânticos não é cogitado por nenhum outro entrevistado, a não ser por Elisa — que não sabe o que significa — e pela filha de pioneiro Aline, que menciona o sentido relacionado a plantas: **“Uns falava “Chaparral é nome ruim”, mais gente tava pesquisano, gente, tem nada a vê, Chaparral é um nome até, né?... tem a vê com plantas, né? Num tem nada a vê com nome ruim”** (ALINE). Nenhum dos demais entrevistados de qualquer grupo sequer vislumbrou essa relação, mesmo porque, para a maioria, o nome vem da invasão e da violência. A história para por aí. Parece que, para os demais entrevistados, o vocábulo Chaparral só existe relacionado à invasão e à Nova QNL e, no máximo, aos mitos e lendas que o circundam.

Kátia, por exemplo, nem cogita um significado para o vocábulo, mas afirma que a designação se deve aos malandros residentes no lugar: **“Eu acho que [o lugar ficou conhecido como Chaparral] foi por causa dos malandro. Os malandro, assim, mais fodão^{84!}”** (KÁTIA). A expressão “malandros fodões” provoca o efeito de sentido de que esses malandros sejam valentões e poderosos. A relação feita por Kátia entre o nome do lugar e os malandros mais “fodões” lembra o texto “Chaparral – terror da Capital” analisado no capítulo 3. A ideologia opera nessa maneira de perceber a designação Chaparral pelo modo dissimulação, por fazer com que os indivíduos ou grupos excluídos acreditem que serão empoderados ao fortalecerem a configuração identitária estigmatizadora a eles imputada⁸⁵ como maus, perigosos, ameaçadores, por exemplo. A estratégia ideológica que atua nessa crença é a autoafirmação pela identificação estigmatizadora⁸⁶: forma aparente de empoderamento pela autoprojeção estigmatizadora por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos, por meio de formas simbólicas, diversamente do que convém ou seria desejável para conquistar sua inclusão social. Aparentemente, na época em que morou no Chaparral, Kátia sentia-se assim empoderada.

⁸⁴ Esse vocábulo, usado informalmente no Brasil com muitas conotações distintas, no contexto, a meu ver, provoca o efeito de sentido de “valentões, poderosos”.

⁸⁵ Ver nota 15.

⁸⁶ Ver nota 14.

Corroborando essa perspectiva, mais adiante na entrevista, Kátia afirma, depois de descobrir que uma mulher comprou sua bicicleta que havia sido roubada: **“Eu fui atraís da mulhé e peguei a minha biscléta de volta. Eu falei: cê me dá minha bicicleta ou senão eu vô arreventá sua cara! Ela me devolveu a biscléta. [...] Eu arreventava mesmo, porque, na época, eu era mala da Chaparrraal...”** Percebe-se aí que ela entende que a designação Chaparral confere “um poder” aos moradores, como expôs Renne Lemos (2011c). Ela também afirma que gosta da designação Chaparral, que não acha que seja um nome pejorativo e arremata: **“Chaparral, pra mim, é “o” nome.”** (KÁTIA). Não estou concluindo que a designação Chaparral seja pejorativa, mas que fazer uma conexão entre esse nome e a criminalidade — à malandragem ou ao terror —, com o intuito de se “empoderar”, pode até ser uma maneira de demarcar território, mas não uma solução para a inclusão social dos moradores.

Quatro não moradores (contando com D. Tarsila, que é casada com o Sr. Gervásio e interfere em sua entrevista) relacionam o nome Chaparral a um criminoso famoso, uns mais detalhadamente, outros menos:

Esposa – Tinha uma história do nome... / **Esposa** – Parece que era [um bandido capoeirista]. Um negócio assim... / **Gervásio** – Eu num lembro... Eu num lembro cumé que era quando cumeçô lá a Chaparral, lá, mais tinha, era um negoço de, de capuera, um tal de... Eu isquici o nome do cara. Esse cara diz que ele morreu / **Gervásio** – O bandido que era capoeirista que botô esse nome Chaparral e pegô. Aí, ficô Chaparral. (GERVÁSIO e TARSILA)

a gente ouvia falar [...] que esse nome, Chaparral, era em homenagem a... assim, nome informal, né?... era em homenagem a um capoeirista que tinha... que morava lá e que era chefe de uma gangue e que era muito malvado. (LEANDRO)

ele tem esse nome devido a um morador que teve lá, famoso, né? Eu não sei bem se é essa história que ele era traficante de drogas ou usava drogas, eu não sei bem definido essa questão, mas é devido a essa pessoa, né? Que morava lá, que tinha o apelido de Chaparral. (MÁRCIA)

Essa ocorrência se enquadra como mais uma entre as lendas e mitos que circulam a respeito do Chaparral, mas pela relação da designação com o nome de um bandido, a imagem do lugar fica manchada, o que se configura, ideologicamente, como expurgo do outro. Por essa estratégia de operação ideológica, o Chaparral é construído como lugar mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir. Nessa estratégia, o modo de operação da ideologia é a fragmentação (Thompson, 2011).

Semelhantemente à pioneira D. Marta, Elisa compara a designação Chaparral ao apelido “Planeta dos Macacos”, dado a uma parte da M Norte, em Taguatinga:

Eu acho. Eu acho. [acha a designação Chaparral pejorativa] É o mesmo senti... é a mesma ideia que eu tenho quando fala que a M Norte é Planeta dos Macacos. Que antes tinha esse apelido, que hoje num sei se tem. Quando eu

morei lá, eu ouvia muito dizê, né? Que é Planeta dos Macacos a parte... Intão, assim, é meio pejorativo. [...] Eles davam esse nome. Agora, eu soube depois, que tinha muito aquele mico, aquele macaquinho, quando começô a cidade. E depois pegô. Eu acho que é mais por aí. Mais vai pro lado pejorativo. Eu acho que é um nome, assim, não muito legal. (ELISA)

O Sr. Gervásio apenas cita o local de passagem, mas o que ele informa ratifica o fato, relatado por D. Marta e Elisa, de que, no DF, já foi um costume deslocar os nomes de séries de TV para apelidar determinadas comunidades, que, por algum motivo, lembrariam essas séries:

Eu nunca me invuvi. E fui criado no mei de gente pirigoso, tamém! Que, quando eu vim pra cá, que aqui era essa Vila dos Macaco, que falava que era o Setor... M Norte, aqui, aqui tinha muito traficante tamém! Eu bibia junto cum ese tudim! Mais eu nunca parti pa esse oto camim. (GERVÁSIO)

Embora o Sr. Gervásio fale em “Vila dos Macacos”, ele se refere ao mesmo local — M Norte — a que Elisa e D. Marta se referiram como tendo sido chamado de “Planeta dos Macacos”. O modo de operação da ideologia no qual esse acontecimento se encaixa é a dissimulação, pela estratégia de deslocamento, em que um termo que costuma ser usado para se referir a alguém ou a algo é usado para se referir a outro, de maneira que as conotações, no caso negativas, estigmatizadoras, dessa forma simbólica sejam transferidas a esse outro. Ainda que a designação “Planeta dos Macacos” tenha frequentemente um cunho racista e a designação Chaparral esteja mais relacionada à Violência, os dois deslocamentos dos nomes de séries de televisão contribuem igualmente para gerar e manter a estigmatização e a discriminação das comunidades assim designadas.

Dos dez entrevistados, apenas quatro expressam que acham que o nome Chaparral seja pejorativo, não obstante, apenas três — Maísa, Priscila e D. Tarsila — não dizem nada a respeito de o nome ser um tipo de problema para o lugar. Para Maísa e D. Tarsila, ao falar Chaparral, as pessoas já identificam, sabem onde é. Para D. Tarsila, o nome Chaparral veio simplesmente da invasão juntamente com as pessoas. Já, para Priscila, a designação Chaparral foi dada pela sociedade, enquanto Nova QNL foi dado institucionalmente (pela Administração):

Ceilândia tem o nome de Ceilândia, tem um fundamento que se chamava Ceilândia, né? E Chaparral, eu acho que é um agrupamento de algumas pessoas que vieram e deram esse nome, eu acho assim. Chaparral foi um nome dado pela sociedade. Nova QNL foi um nome dado pela administração, entendeu? Mais, assim, as pessoas daqui, se ocê perguntá: “Onde você mora?” Num vai falá Nova QNL, vai falá Chaparral, entendeu? Intão eu acho que Chaparral é um nome dado, mesmo, pela sociedade. Algum evento, alguma comunidade que se juntô, alguma coisa assim. (PRISCILA)

A argumentação de Priscila se coaduna com a de Saulo, do grupo dos filhos de pioneiros. A representação de ambos é a de escolha das pessoas, que teriam decidido juntas qual seria a designação. De acordo com a argumentação de Priscila, então, quando as pessoas

dizem que moram no Chaparral, elas aceitam e ratificam essa designação. A despeito disso, há moradores pioneiros, filhos de pioneiros e até não moradores que acreditam que chamar o local de QNL ou de Nova QNL seja melhor, menos estigmatizadora, como afirma Márcia: **“QNL nova ia ser muito melhor. Nossa! O pessoal fala assim: “Você mora na QNL? Lá é ótimo! QNL é ótimo!” Mas o Chaparral a gente acha que não é QNL. A gente acha que é... Chaparral.”**

Atua aí a estratégia ideológica de eufemização, em que “QNL” e “QNL nova” para se referir ao Chaparral funcionam como eufemismos, que dissimulam as relações sociais por meio de formas simbólicas que servem para descrever ou “redescrever” o Chaparral de modo a despertar sua valoração positiva. Como entende Márcia, ao dizer que mora na QNL a pessoa desperta boas reações, mas não é o que acontece quando o indivíduo diz que mora no Chaparral.

Sete dos não moradores entrevistados mencionam a relação da designação Chaparral com algo que não seja bom:

Eu conheci aquilo ali como Chaparral e a ideia que eu tenho, e o que eu ligo uma coisa com a outra, é de violência. [...] É pejorativo, né? (ELISA)

O bandido que era capoeirista que botô esse nome Chaparral e pegô [...]. Aí, ficô Chaparral. [...] Naquele tempo, cada lugá tinha um [bandido] famoso, né? Cê tem que falá que mora na QNL Veia. A única diferença d'ocê falá... “Onde cê mora?” “Na Chaparral.” “QNL Veia ô Nova?” “Na Veia.” Aí, o cara já vem cum oto olhá pra você. “Eu moro na Nova.” Aí, ele já olha cum oto olhá tamém. Isso aí é tradicional. Isso, aí, é qualquê lugá que ocê chegá. Eu já andei muito aí, no mundo aí, já trabaiei muito aí dento, aí eu sei cumé que é. “Cê é da Chaparral?” “É.” Aí, já vai caí no cacete. Não, num é da Chaparral, não. Aí, já é oto... oto tipo de ação. (GERVÁSIO)

Eu acho, sim [que o nome Chaparral é pejorativo]. [...] Intão, eu acho que pela forma que vei... invasão, assentamento... depois tê esse nome [...] Agora que eu vejo que as pessoas desde... acredito, do começo, por ter recebido esse nome, eu acho que acaba a pessoa preferindo... porque tinha... um, um conceito, assim, ruim. [...] O assentamento, as família que vem... intão, o pessoal daqui, pra tê como vizinho, tem um certo preconceito, sim. [ISADORA]

Eu acho que [o lugar ficou conhecido como Chaparral] foi por causa dos malandro. Os malandro, assim, mais fodão! (KÁTIA)

Eu acho que é. [acha que o nome Chaparral é pejorativo] tem uma sonoridade diferente, assim, né? Meio pejorativo assim... e também por conta da história. Quem conhece. [...] Ah, sim. Eu acredito que as pessoas que moram lá, elas podem sentir um pouco de constrangimento a dizer que mora na Chaparral, né? Principalmente pra falar pra quem é de Taguatinga... porque quem é de fora num sabe, num tem problema, não, mas quem mora aqui sabe a lenda, a história... então a pessoa pode sentir, ficar um pouco inferiorizada por conta disso. (LEANDRO)

Eu acho que denigre a imagem, eu acho que por causa desse nome o bairro fica mal visto. [...] Eu acho que a questão desse Chaparral ter sido uma pessoa que teve uma influência negativa na comunidade, isso ficou impregnado no

nome dele e transferiu pr'aquela região, pr'aquela habitat lá... [...] Pelo fato, né? do morador e ele tê dado o nome ao bairro, não por ser uma pessoa de qualidade, uma pessoa que trazia paiz, tranquilidade, muito ao contrário, intão parece que isso ficô impregnado naquele bairro. [...] eu acho que as pessoas são discriminadas quando falam: “Eu moro no Chaparral.” (MÁRCIA)

É estranho [o nome Chaparral]! Pejorativo, assim, não sei. Mas seria... é estranho! Porque aqui é QNL. Por que Chaparral? [...] [Quando alguém fala que é do Chaparral] Já remetem logo que é alguém, assim, que mereça pouca confiança, pouca credibilidade. (ROBERTA)

Como já mencionado nas seções anteriores, as designações QNL e Nova QNL funcionam como eufemismos de Chaparral, que servem para descrever ou “redescrever” o lugar de modo a aparentar sua valoração positiva. Entretanto, segundo Thompson (2011), a eufemização atua ideologicamente para dissimular relações sociais de dominação, que podem ser estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas por formas simbólicas. Essa estratégia ideológica que parece “incluir” o Chaparral na QNL negando a diferença, na verdade desvia a atenção das pessoas, por desconsiderar relações sociais e processos de apartação existentes.

Nas palavras dos não moradores apresentadas acima, revela-se ainda a estratégia ideológica de expurgo do outro nos seguintes fatos: a designação Chaparral é relacionada com a violência, dizer que mora no Chaparral é motivo para não merecer confiança ou credibilidade, o lugar é desvalorizado já pela sonoridade da palavra que o designa, as lendas ou mitos acerca do lugar são razão para preconceito e os moradores terem residido em invasões provoca sua estigmatização. Segundo Thompson (2011), o expurgo do outro é estratégia ideológica de construção de um inimigo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgar. É isso que os fatos relacionados fazem com o Chaparral e seus moradores.

As representações dos não moradores são também maneiras de constituição identitária dos moradores. O Chaparral se constitui, conforme Elisa, como local cuja estrutura não oferece nada, como uma cidade bagunçada, cujas ruas não têm sequência, “**um negócio tudo interrompido**”, complicado de andar, com esgoto e lixo na rua, talvez sem saneamento básico, com caixas abertas fedendo e escoando na rua com iluminação boa em apenas algumas áreas como praças, mas precária à noite, com vielas tortas e muito escuras, como local onde há violência, tiroteio, que é muito escondido, que não está à vista, não é “legal” para se viver e “**não é uma coisa muito boa**”. Elisa resume a questão da estrutura urbanística no Chaparral: “**Se foi feito, foi feito por enquanto... e num durou nada**”. Um pouco dessa representação do Chaparral pode ser resumida neste excerto:

A infraestrutura... não tem. [...] é uma cidade muito bagunçada. [...] aquelas ruas, né? Você num tem uma sequência. É um negócio tudo interrompido. É isgoto na rua, é lixo na rua. É tudo muito precário, né? [...] Num é legal de se vivê ali. [...] saneamento básico [...] Num sei se ali tem. [...] Os isgotos, ali... o que tem istora! Cê vê aquelas caxas abertas, fedendo na rua, escoando na rua [...] Se foi feito, foi feito por enquanto... e num durou nada. [...] a iluminação ali [...] à noite [...] nas vielas ali, que são meio tortas [...] é muito escuro e [...] Eu acho que [o lugar é chamado de Chaparral] pela violência, né? [...] Eu ouvi dizê que era muito tiroteio. Eu conheci aquilo ali como Chaparral e a ideia que eu tenho [...] é de violência. Num é uma coisa muito boa. [...] as pessoas têm medo, às vezes, de saí na rua à noite, porque diz que tem muito bandido lá. Porque tem muito tiroteio [...] Eu num sei o porquê de ali sê um reduto [...] de morá muita gente que tem filhos na cadeia [...] tá muito iscondido, num tá muito à vista [...] a visão da cidade num é boa. [...] eu comecei a andá lá, eu morria de medo de ficá perdida lá dentro. [...] E que eu acho que ali é bom pra criá filho, não é. Não é! Pela própria visão da cidade. A estrutura dela. É uma coisa feia de se vê. Não é bonito. (ELISA)

Com certeza, é um quadro feio do Chaparral esse pintado por Elisa. Apesar de atualmente não ser realidade em todas as partes da Nova QNL, essa urbanização precária já foi mencionada por pioneiros e filhos de pioneiros, especialmente no início de sua reterritorialização no Chaparral. Também foi mencionada em textos publicados e analisados no capítulo 3 e mostrada no capítulo 2. Apesar disso, a imagem criada por Elisa, pelo menos da parte do lugar que ela conheceu, é realmente de precariedade e aponta para o descaso dos organismos governamentais com as partes do DF onde vivem os cidadãos mais pobres. Também mostra que, desde o início, a urbanização foi precária, o que indica que não importava — e continua não importando — que o lugar fosse bem estruturado e adequado para as famílias que ali residiriam; talvez porque o mais importante não fosse incluir essas famílias em uma escala social mais ampla, pensando o Distrito Federal como um todo, mas afastá-las para a periferia.

A diferenciação urbanística do Chaparral em relação ao restante da QNL e mesmo da QNM, que faz fronteira com o lugar do lado de Ceilândia, é patente. Além de ser prática social que remete a discursos a respeito de urbanização e de realocação de moradores de invasões e a outras questões políticas relacionadas, também pode ser analisada como texto que remete ao modo de operação da ideologia fragmentação, pois segmenta a comunidade e separa os moradores do Chaparral como uma ilha entre Taguatinga e Ceilândia, enfatizando as distinções, diferenças e divisões entre os cidadãos. Desde o início, por meio da urbanização deficiente, os moradores das QNL pares de 14 a 30 foram apartados.

Elisa diz também que os moradores têm vários problemas, inclusive de família — que as famílias são desajustadas, mexem com droga, são formadas por presidiários, filhos de presidiários —, que os moradores são pessoas carentes de tudo e, apesar de receberem serviços sociais que atendem lá, não sabem procurá-los, não têm orientação nem acompanhamento de

perto, apesar de precisarem, que **“são pessoas soltas”**, mas que muita gente que frequenta a loja (que pertence a ela e à Isadora) gosta de coisas bem arrumadas, elogiam quando veem **“a coisa bem arrumada”**, a limpeza, que querem crescer, mas que, as pessoas que ela conhece no Chaparral têm medo de sair à noite, pois dizem que há muitos bandidos, muito tiroteio, além de **“muitos presidiários no saidão”⁸⁷**.

Nessa identificação dos moradores do Chaparral há um certo modo de operação da ideologia unificação, pela estratégia de generalização, pois características ou práticas de alguns indivíduos de determinado grupo são imputadas a todos os membros, apesar de suas diferenças. Diz Elisa: **“é um pessoal que tem vários problemas, inclusive de família. Famílias que são desajustadas, mexe com droga, presidiários, filhos de presidiários. E a carência é de tudo”**. Ela também afirma que o Chaparral é um reduto de pessoas que têm filhos na cadeia:

E, outra coisa, quando eu tava fazendo serviço voluntário, a gente sabia de casos de muitos presidiários, no saidão, por exemplo, que eles vinham pra casa dos pais e tudo... e a gente sabe que tem. **Eu num sei o porquê de ali sê um reduto, sê... sei lá, de morá muita gente que tem filhos na cadeia, que tem pessoas...** Eu num sei se é pelo fato de tá muito escondido, num tá muito à vista, né? Mas tem. E aqui, por exemplo, vem muita gente... quando estão fumando drogas aqui perto, dizem que vêm do Chaparral. Aí, eu num sei se é verdade. Mas eu acredito que tenha, sim.

Na frase **“Eu num sei o porquê de ali sê um reduto”**, que “ali seja um reduto” fica como pressuposto, pois é uma afirmação, seja essa asserção negada ou afirmada. Ou seja: é uma proposição clara e, ainda que a frase de Elisa não tenha sido terminada, pelo contexto é possível sustentar que, para ela, o Chaparral é um reduto de criminosos ou de famílias de criminosos. Entretanto, como afirma o Sr. José, pioneiro:

Mas tem muito mais gente boa do que bandido. E eu sei que tem. Já pensou se tivesse a metade da metade? Como que nós ia vivê aqui? Vivia não. Então tem muito bandido. Eu sei que tem, mas tem muita mais gente boa. Acho que uns 10% de bandido. De 100, tira 10. Tem 100 gente boa pra compará com esses bandido. Acho que, se não, a gente não morava aqui não, não vivia aqui. Não tinha jeito. Certeza que tem muita gente boa.

É provável que a proporção nem seja essa — 10% de bandidos e 90% de pessoas boas —, pois, como se viu nos dados criminais apresentados na seção anterior, a proporção de tráfico de drogas, por exemplo, por número de habitantes em Taguatinga é de 1 por cada 699,47 habitantes.

87 No Brasil, milhares de presos são contemplados com as saídas temporárias dos presídios em épocas de feriado, por isso essas saídas são chamadas popularmente de “saidão”. A respeito de saída temporária, ver os artigos 122, 123, 124 e 125 da Lei de Execução Penal — Lei n° 7.210/84 — (BRASIL, 22019a).

87 Como mostro mais adiante, D. Tarsila conta que seus dois filhos foram emboscados na QNL 22, onde foram baleados e um deles foi morto, há cerca de 12 anos.

Nas palavras da própria Elisa: “eu morria de medo de ficá perdida lá dentro. Porque a gente num sabe!... E eu sei que lugar nenhum, você sabe... ninguém tem istrela na testa. Mais a gente vai pelo que ouve dizê, pelo noticiário e tudo. Intão a gente tem uma ideia, assim.”. Ou seja: o fato de “ouvir dizer” e o noticiário vão construindo o medo, como observou Pereira (2007), que afirma, com base em sua pesquisa, que o desconhecimento do outro e de sua identidade gera o medo desse outro, que se sustenta pela manipulação de informações sociais que instigam a criação de estereótipos. Dessa maneira, algumas vezes, por causa de apenas um crime, todo um grupo de pessoas é estigmatizado.

Para o Sr. Gervásio, desde a invasão (sem considerar que os moradores pioneiros vieram com suas famílias de diversas invasões diferentes), o Chaparral foi desastrado, teve bandigagem, tiro, ladrão, vendedor de drogas, traficantes que não acabam e que “**toda vida foi assim**”. Segundo ele, os bandidos que residiam na invasão Chaparral foram morar na “Nova QNL” e continuaram “**o mesmo batidão**” e ainda diz que, antigamente, havia tráfico de drogas em todas as quadras, mas, depois que o local foi urbanizado, não há mais tráfico em todas as quadras. Como já exposto, Pereira (2007) observou, após pesquisa que fez no Maranhão, que “as classificações estigmatizadoras estavam presentes sobre aqueles moradores desde a chegada deles ao local onde habitavam” (PEREIRA, 2007, p. 28). Esse também parece ser o caso dos moradores do Chaparral.

As expressões “desde a invasão”, “que não acabam”, “toda vida foi assim”, “continuam no mesmo batidão”, “de geração pra geração” e a frase “Os pai morre, vai preso, os fii continua, os neto continua, e cê pode vê que é só assim, de família” marcam a reificação da criminalidade no Chaparral na voz do Sr. Gervásio. Pela reificação, as situações ou processos transitórios, históricos, relativos à criminalidade que ele afirma que veio da invasão Chaparral são representados como se fossem permanentes, naturais, atemporais, nas QNL pares de 14 a 30, de modo que seu caráter social e histórico é ocultado. As estratégias ideológicas são a naturalização — pela qual criações sociais e históricas a respeito do Chaparral são tratadas como naturais ou resultados inevitáveis de características naturais de seus moradores — e a eternalização — quando fenômenos sócio-históricos são tratados como permanentes, imutáveis e recorrentes, de maneira que dificilmente possam ser questionados.

Ao dizer isso, não estou afirmando que, em algum momento, o Chaparral tenha sido palco de toda essa criminalidade, mas ressaltando as próprias afirmações do Sr. Gervásio e de outros que demonstraram que a invasão Chaparral tinha fama de lugar perigoso, com alto índice de criminalidade e que, por isso, teria recebido essa designação. Dessa maneira, o que é

reificado na voz do Sr. Gervásio é a própria fama do lugar e a estigmatização de seus moradores e não um fato histórico em si.

Malgrado a intervenção de D. Tarsila (sua mulher) — **“Não, mô, no começo, não”** —, o Sr. Gervásio continua afirmando que, na época da transferência dos moradores das invasões para a Nova QNL, a qualidade de vida piorou e que, toda a vida, quando as pessoas foram transferidas, o lugar — **“esse trem”** — era ruim e desastrado: havia maloqueiros demais, depois melhorou e, em seguida, piorou outra vez:

Agora a Chaparral, toda vida, foi disastrosa desse jeito. Aqui no início, aqui, era brabo. No início, aí, parô. Aí, depois, continuô de novo. E aí foi brabo. Essa 30 aqui memo, Ave Maria! Cê num podia passá de noite ali, não! Na época. Aí, depois foi matano, prendeno... Morreu muito. Os pirigoso morreu tudo! (SR. GERVÁSIO)

Na visão do Sr. Gervásio, embora muitos tenham sido mortos — os perigosos —, ficaram as famílias dos traficantes, que sempre foram as mesmas, pois, segundo ele, o tráfico passa de geração para geração, de pais para filhos e netos: quando uns morrem ou vão presos, os outros continuam: **“Aí foi ficano a família piquenim. Isso aí já é de geração pra geração. Os pai morre, vai preso, os fii continua, os neto continua, e cê pode vê que é só assim, de famía”**. Entretanto, para quem mora no Chaparral há muitos anos, o local não é esse desastre todo, como se pode observar nas seções anteriores.

O Chaparral é um lugar do qual o Sr. Gervásio não gosta, de que ele **“pegou trauma”** por causa do que aconteceu com os filhos dele e de D. Tarsila — os dois foram baleados na QNL 22 e um deles morreu no local. Sem deixar de me comover com a perda desses pais, percebo na representação do Chaparral pelo Sr. Gervásio, o desejo de expurgo do outro: ele cria um inimigo que influencia mal as pessoas, que é desastrado, que tem muitas famílias de criminosos, em que há muitos bandidos e, portanto, ele não recomenda o lugar para morar e criar filhos. Ele também informa que sempre frequenta o Chaparral — mais do que a parte mais antiga da QNL — e que os usuários de drogas o respeitam. Conquanto o entrevistado construa essa imagem negativa do Chaparral, ele também afirma, como o Sr. José (pioneiro), que conhece muita gente boa no lugar e que há mais pessoas boas do que vagabundos.

A imagem constituída em sua voz, entretanto, parece estar às avessas. Na voz do Sr. Gervásio, a representação do Chaparral e de seus moradores é tão negativa, que parece suplantar o fato, mencionado por ele, de haver mais pessoas boas do que más na comunidade. Embora se declare conhecedor do Chaparral desde a invasão, ele confunde sua localização, pois diz que a invasão Chaparral ficava na QSC, em Taguatinga Sul (onde ficava a Vila Maestro), e não na QNC, em Taguatinga Norte: **“Chaparral era a pior que tinha daquela área ali da**

Taguatinga Sul, era o Chaparral". Talvez, pela emoção, a representação negativa do Chaparral, em sua voz, tenha sido exagerada.

Já, Isadora constitui identitariamente o Chaparral como local em que residem mulheres de presos, que tem problemas com tráfico de drogas, mas cujos imóveis estão se valorizando, o que incentiva **"o pessoal que não tem condições"** a vender. Para ela, o Chaparral tem mudado, está diferente, especialmente na LN 29 (a rua do DETRAN), em que há muitas construções, igrejas, casas boas, comércios bons (informações que ela repete algumas vezes). Diz também que "outras invasões" estão crescendo: **"Tem as outras invasões!... Cê sabe disso, né? Tem esse Sol Nascente, aí, que tá crescendo"**. Isso implica que as pessoas estão saindo do Chaparral e indo para lugares como o Sol Nascente⁸⁸.

Para ratificar, ela explica: "Brasília é assim: o pessoal invade aqui, logo acha um valorzinho naquele lote ô naquela casa, ele vende e vai pa otro... Acontece muito isso, né? Estrutural!⁸⁹" O raciocínio parece ser: se no DF ("em Brasília") as pessoas invadem um local e quando o imóvel se valoriza, elas vendem e vão para outros menos valorizados, com moradores do Chaparral também acontece, ou melhor, já está acontecendo. Essa mudança, para a entrevistada, melhora o ambiente:

Agora, eu acho que a presença de comerciante, de boas lojas, pessoas que têm condições, vai melhorando o ambiente, né? Pessoas com condição... pessoa... até mesmo as formações, pessoas mais esclarecidas... tudo. Que a gente sabe que, ali no meio [do Chaparral], tem muita gente ainda muito pobre... pessoas cum muita dificuldade, infrentano muito problema de droga. A gente sabe disso, né? Mais... de seis ano, sete ano pra cá, eu já vejo diferença, né?
(ISADORA)

O importante, então, não parece ser elevar o nível sociocultural e econômico dos moradores pobres do Chaparral, que têm dificuldades e enfrentam problemas, para que o ambiente melhore para eles, mas que eles vendam seus imóveis e se afastem para uma espécie de periferia da periferia, para que a periferia deixe de ser periferia. Todo esse raciocínio é condizente com o modo de operação da ideologia legitimação (THOMPSON, 2011), pelo qual relações de dominação são apresentadas como legítimas e, por isso, se estabelecem e se sustentam. Por meio da estratégia ideológica racionalização, o produtor de determinada forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio para granjear apoio para o que defende: por

⁸⁸ Sol Nascente é uma área que foi invadida na parte leste de Ceilândia. Em 2018, um artigo publicado na revista Época classificou o local como "a favela de Brasília que caminha para se tornar a maior do Brasil" (MARIZ, 2019).

⁸⁹ Estrutural: local que cresceu muito como invasão em cima de um "lixão" às margens da rodovia conhecida como Estrutural e que hoje se tornou uma Região Administrativa do Distrito Federal.

exemplo, que o ambiente melhora quando comerciantes, boas lojas, pessoas que têm condições, com “formações” e mais esclarecidas estão presentes.

Por outro lado, a entrevistada faz um trabalho social com moradores carentes do lugar. Ela também entende que há crimes, como tráfico de drogas, em todos os lugares, que, embora as pessoas comentem, nunca viu roubo na praça em frente à loja:

o problema mais do tráfico de droga, que a gente sabe que tá infiltrado em todo canto. [...] a gente sabe que tem. [...] Tem os comentários [...] eu acho assim, como toda parte [...] Todo lugar, né? Intão é um negócio que virô uma doença, né? [...] O tráfico e o uso de droga. Cê vai ali na QNJ, vê as pracinha cheia. Às veiz, a pessoa fala daqui, né?... que presencia roubo. Eu aqui nunca vi ninguém abordano ninguém... daqui da loja. E você vê comentário toda hora [...] Toda hora. Que tomáro o celulé de alguém, ali subindo... Eu num vi. E imbaxo, eu vi o mesmo comentário. Asa Sul, Asa Norte, num é? [...] Assassinato, toma celulé, é bolsa, é assalto, é isso, aquilo oto? É sequestro. Intão o negócio virô essa... tá infiltrado em todo canto. **Tem o preconceito do lugar mais pobre.** (ISADORA)

Com essa linha de pensamento, Isadora constrói um Chaparral que é como “todo lugar”, pois não é somente lá que há tráfico e uso de drogas, por exemplo, pois ela vê isso também na QNJ e que o que escuta a respeito do Chaparral, ela também ouviu na Asa Sul e na Asa Norte. Contudo, as pessoas da QNL (antiga), citadas por ela (que comentam “toda hora” que há roubo naquela parte, que tomaram celular, bolsa nas proximidades da loja, que fica na QNL 19) não parecem pensar semelhantemente. As pessoas citadas por Isadora, que “comentam”, parecem entender que quem comete os crimes são moradores do Chaparral, porque a QNL 19 fica numa margem da Via LN 29, que separa o Chaparral da parte antiga da QNL, onde reside Isadora, e, do outro, a QNL 24, no Chaparral.

Ao insinuar por meio de comentários que todos os assaltantes, traficantes e usuários de drogas descem do Chaparral para a QNL antiga para cometer crimes, os moradores da QNL — que falam pela voz de Isadora — constroem um inimigo comum, retratando os moradores do Chaparral como maus, perigosos e ameaçadores e buscam resistir contra eles coletivamente. Desse modo, a ideologia opera pela fragmentação para expurgar o outro. Se esses moradores do Chaparral se afastarem para locais mais distantes, como Sol Nascente e Estrutural, o problema acaba. Essa é mais uma maneira de apartar aqueles que podem causar problemas, ou seja, os moradores mais pobres de uma comunidade, para gerar a “ilusão” de segurança apenas para aqueles de classes sociais mais elevadas, sem que seja necessário resolver o problema social para que todos, incluindo os moradores do Chaparral, possam sentir-se seguros e circular livremente.

Segundo Buarque (1993; 2016), a apartação social desumaniza os pobres, que são tratados como dessemelhantes, o que é insensato e indecente. Para o autor, no Brasil e em todos os recantos do planeta, parece haver uma escolha, dos mais ricos contra os mais pobres, que são separados, não por fronteiras geopolíticas, mas por fronteiras sociais, simbólicas, em uma imensa apartação: o *apartheid* social. Dessa maneira, a Via LN 29 se tornou uma fronteira simbólica entre a parte mais antiga da QNL e o Chaparral, mas não precisa ser assim. De acordo com Buarque, a sociedade pode mudar o percurso, transformando a brutalidade em generosidade. O primeiro passo seria reconhecer a apartação.

Há, porém, uma voz dissonante das vozes sociais da QNL citadas por Isadora: a de sua filha, que afirma que a ação da polícia ao abordar indivíduos que usam drogas em uma praça da QNL e não abordam aqueles que cometem a mesma infração no Plano Piloto se funda no “preconceito de lugar mais pobre”. Diz a filha: “Ah, mãe! **Eu acho que isso tem muito preconceito cum pobre, porque...**” [...] “**Vejo um monte de gente fumando, lá, e a gente num vê os puliciais abordano**”. Nessa voz, o primeiro passo já foi dado.

Estruturalmente, Isadora identifica o Chaparral como um local cujo

assentamento já foi feito com essa estrutura. O assentamento de lá é diferente, né? Ruas, calçada... que aqui tamém já é deficiente. Lá, mais ainda. E lá a gente vê que eles tão melhorando, né? Pelo menos já tem, né?... as pracinha. [...] Tem muito lixo [...] Intão, a estrutura daqui... eu acho que já, desde o assentamento, foi melhor do que a de lá. Em termos de espaço, do assentamento em si, né? Aquelas ruas apertadinha, sem calçada. Aquilo lá eu acho um absurdo! Não tem calçada nenhuma, né? [...] Não tem. Nem na pista principal tem, quanto mais dentro. Intão isso aí já foi no assentamento tudo errado. (ISADORA)

Essa diferença de uma parte da QNL para outra — da parte mais antiga para a mais recente — mostra o que foi mencionado pelos moradores pioneiros: lotes pequenos, urbanização diferenciada, para caber muita gente. A compreensão disso é que o mais importante na época da transferência dos moradores das invasões para o novo local, não era incluí-los socialmente, resolvendo o problema de moradia dessas pessoas — um problema social —, mas afastá-los de áreas mais centrais de Taguatinga e acabar com as invasões naquela área. O discurso era que eles ganhariam suas casas, que eles não iriam simplesmente derrubar os barracos, mas o preço social disso não foi suficientemente esclarecido. É como se o governo dissesse: se eles moram na invasão, a estrutura do novo local de reterritorialização pode ser mínima.

Outro fato que tanto Isadora quanto Elisa mencionam, mas que também foi comentado pela técnica em enfermagem que trabalha no Chaparral, Priscila, além de ter sido explicitado

pela enfermeira e filha de pioneiro Amanda e por alguns pioneiros, é a necessidade de assistência social e de acompanhamento de perto de inúmeras famílias na Nova QNL. Desde o início, apesar de haver as ONG e das associações citadas por Lemos (2011a, b e c), há as necessidades que as instituições não governamentais não suprem. A possibilidade de mudança social está diretamente relacionada à educação e, nas comunidades mais pobres, essa educação depende de ações governamentais, o que não impede pessoas como Isadora e Elisa de buscarem contribuir.

Há inúmeras outras questões suscitadas pela entrevistada com Isadora, o que torna mais difícil conseguir abarcar tudo nesta análise. Já que a intenção é mostrar o que um grupo de pessoas de fora pensam dos moradores do Chaparral, é preciso focar em todo o grupo. Percebe-se, contudo, o conflito de Isadora: faz serviço voluntário cristão/católico para ajudar mulheres de presidiários, apesar do medo que sente; quer inclusão social, mas também sentir-se segura em sua casa na QNL e em sua loja; tem pena dos adolescentes abordados pela polícia, mas acha que a polícia deve abordá-los para dar segurança à população. Certamente, é uma situação social complexa, mas que se torna mais intensa por causa do medo. Em toda a entrevista com essa não moradora verifica-se a volta ao receio, ao medo, à necessidade de justificar esse medo e de racionalizá-lo. No meio disso, o trabalho da ideologia acarreta mais medo, mais apartação e mais conflito.

A entrevistada Kátia constrói discursivamente um Chaparral cuja marginalidade aumentou, em que atualmente os marginais que estão sendo criados no Chaparral atacam até os vizinhos:

Aumentô [a marginalidade] e ficô mais pesado, né? Porque, antigamente, a gente era amiga do pessoal das boca e num acontecia nada. Hoje em dia, os marginal que tá criando lá é os nosso vizinho, que roubá a gente, que é vizinho, que a gente viu criança [...] Ataca os próprio vizinho. [...] Conheço traficante que viveu lá [...] é mala do tempo nosso. Intão [...] quando era no nosso tempo, ele respeitava a gente, hoje em dia, eles já num respeita mais, né? Passô dos limite. (KÁTIA)

É como se o problema não fosse haver marginais, mas que eles roubem e ataquem os vizinhos. Também o pioneiro Sr. Aureliano, como visto na primeira seção deste capítulo, faz uma afirmação parecida, ao reclamar de uma vizinha que rouba os moradores:

Cê não vê essa drogada que passa aí? Que a mãe dela mora aqui? Uma tal de Auxiliadora?... Essa aí perturba muito... Cê vê uma roupa lá no varal, lá do lado de dentro, ela mete o gancho e puxa... Tem outros maloquero aí, mais é tudo conhecido, só roba lá fora. Essa daí roba da gente aqui. (SR. AURELIANO)

Ainda o Sr. Petrônio, como já exposto, afirma que os bandidos do Chaparral não roubam ou assaltam os moradores: “Só que os bandido daqui tem uma bondade: ese num mexe cum o pessoal cunhido, né? Ese num mexe. Ese perturba, mais num mexe. Num roba da gente, num assalta nós.” Todas essas afirmações provocam o efeito de sentido de que o errado está no alvo: roubar, assaltar e atacar os moradores, os vizinhos, os conhecidos e não os atos de roubar, assaltar e atacar em si. Da perspectiva dos dois pioneiros e da ex-moradora Kátia (casada com o filho de pioneiro Maurício), ser marginal, bandido e maloqueiro não é, então, um grande problema se esses indivíduos só cometerem crimes “lá fora”, uma vez que “Ese perturba, mais num mexe” (SR. PETRÔNIO)

Contrariando a comparação que fez entre o passado e o presente no Chaparral em relação a seus moradores “fora da lei”, Kátia conta que, quando morou no Chaparral há mais de sete anos, ouvia tiros à noite e teve sua bicicleta roubada na sua própria casa por um conhecido. Ou seja: quando Kátia morou no Chaparral, também havia quem roubasse os moradores e ela teve de agir drasticamente para ter sua bicicleta de volta. A não moradora afirma brincando que ela própria “**era mala da Chaparrraal**”. Essa forma de pronunciar a designação Chaparral, embora tenha prolongado o “r” e o “a” parece ser mais de autoafirmação e não de estigmatização. Não obstante, entrevejo aí o modo de operação da ideologia dissimulação, pela estratégia ideológica de autoafirmação pela identificação estigmatizadora: forma aparente de empoderamento pela autoprojeção estigmatizadora, por meio de formas simbólicas, diversamente do que convém ou seria desejável para conquistar sua inclusão social. Ao se incluir entre os “malas”, ainda que tenha sido no passado, Kátia se excluiu de entre os cidadãos que seguem os preceitos legais, mas mostra sua adesão aos moradores.

“**Um calderão do inferno**”: assim Kátia define o Chaparral de hoje, ou de dois anos atrás (2017), quando a entrevista com ela foi feita:

Um calderão do inferno! [...] pa te falá a verdade, lá é um calderão do inferno. [...] mulheres que num tem nada pa fazê, [...] coloca aqueles shortinho curto e fica nas isquina, pra vê que que a vizinha próxima tá fazeno? [...] aquelas mãe que num dá valô nos seus filho, que num qué sabê que que seus filho tão fazeno? [...] essas mulherzinhas vulgares. [...] Não era ambiente pros meus filhos. Tirei mesmo [de escolas próximas ao Chaparral] [...] Aquilo ali dá pa enchê treis presídio. Só de bandidim, de menó, fulero, safado, que num tem o que fazê! Aí, junto coloca as mãe e os pais, porque as mães, os pai num toma conta dos seus filho. [...] Mãe aceita filho bebê, mãe aceita filho pegá coisa robada. [...] Já foi um lugá bom de se... se morá e se criá seus filho. Hoje em dia, não é um bom lugá. Em cada isquina tem um mala, intão, se as pessoas te falaro isso [que atualmente a criminalidade é menor do que antes], é porque elas tão viveno num mundo de fantasia... e eu acho que elas deveria acordá pa realidade. Intão, se elas num acordá agora, amanhã elas vão tê a realidade bateno na sua porta. É um crime que o filho colocô, uma morte prematura dum

filho e etc. (KÁTIA)

A expressão “caldeirão do inferno” é um exemplo da estratégia ideológica tropo: a metáfora foi usada para dissimular relações de dominação pela desvalorização do Chaparral. Ainda que Kátia acredite que esteja apenas “falando a verdade” — **“pa te falá a verdade, lá é um caldeirão do inferno”** —, repete-se na sua representação do Chaparral a voz do preconceito de classe social que desconsidera o processo em que mães e pais pobres, frequentemente, trabalham o dia todo para alimentar a família e, por isso, não têm tempo de educar os filhos como gostariam. Por meio da metáfora “caldeirão do inferno”, imputa-se aos moradores a identidade de demônios ou, no mínimo, de pessoas muito más, visto que morariam no inferno, dentro desse “caldeirão”. Pelo modo de operação da ideologia dissimulação, relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, por serem representadas de maneira a desviar a atenção das pessoas, por desconsiderarem relações e processos existentes.

A entrevistada cria textualmente para o Chaparral um cenário de local onde a criminalidade é extremamente elevada e em que mães e pais são coniventes com os delitos dos filhos ou, pelo menos, negligentes na sua educação: **“as mães, os pai num toma conta dos seus filho. [...] Mãe aceita filho bebê, mãe aceita filho pegá coisa robada”**. Por causa de tudo isso, Kátia conta que o Chaparral não é local para os filhos dela, então ela os transferiu de uma escola próxima para outra mais distante: **“Por causa de comportamento, de respeito. Não era ambiente pros meus filhos. [...] Intão isso aí num tá no meu ensinamento. Intão pra mim tá descartado, pra criá meus filho lá, tá descartado”**.

Da forma como Kátia determina os vocábulos “mães” e “pais” com o uso dos artigos definidos no plural “as” e “os” — **“as mãe e os pai”** —, o efeito de sentido provocado é de generalização: por essa estratégia ideológica, as características ou práticas de alguns indivíduos de determinado grupo são imputadas a todos os membros — ou a quase todos — apesar de suas diferenças. O modo de operação da ideologia (THOMPSON, 2011) é a unificação: identificação coletiva de indivíduos independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Ratificando a generalização, o tropo hipérbole: **“Aquilo ali dá pa enchê treis presídio”** (KÁTIA). Com essa estratégia ideológica, as relações de dominação são dissimuladas pela desvalorização dos moradores do Chaparral, incluindo as mães e os pais. É como se fossem melhores os pais, as mães e os filhos que não fazem parte daquela comunidade, a despeito de ela ter-se casado com o filho de uma pioneira (talvez porque, segundo a entrevistada, o Chaparral já tenha sido bom para morar e criar filhos). Além disso, a própria Kátia afirma: **“Na**

Chaparral tamém existe pessoas decente, mais tamém existe as más... intão não devemos misturá o joio e o trigo”.

Leandro fala como se só houvesse existido um local designado Chaparral em Taguatinga e sempre houvesse sido a Nova QNL, mas quando era criança e sua mãe lhe recomendava para não ir à Praça do Relógio e ao Chaparral, ela provavelmente falava da invasão Chaparral, pois ele nasceu antes de 1980, quando a invasão Chaparral ainda existia e ficava na QNC, próxima ao Hospital Regional de Taguatinga (HRT). É possível que o nome tenha ficado gravado em sua memória, mas não a localização, visto que ele ainda era criança na época.

Esse não morador identifica o Chaparral, inicialmente, como um lugar perigoso, apertado, que ele não conhece muito e expõe: **“quando a gente era menino, a gente não ia muito, não passava muito por lá, com medo mesmo”**. Leandro afirma que hoje passaria no Chaparral sem nenhum problema, contudo ainda sente medo: **“a gente tem aquele fundo assim de achar que é perigoso”**. Apesar do receio, informa que somente ouvia falar de crimes no passado: **“Só no passado, no passado. No passado a gente ouvia falar de assalto, de sequestros, estupro e tal”**. Depois compara o Chaparral com a Praça do Relógio.

A impressão que eu tenho é que a Chaparral é como se fosse igual era antigamente a Praça do Relógio⁹⁰. [...] Nessa mesma época que a gente ouvia falar da história da Chaparral, a Praça do Relógio era um lugar que você não andava, que era só prostituição, pivete, cheirar cola... drogado... Então era um lugar, zona proibida pra, pra criançada de Taguatinga. E, eu acho, hoje, mudou muito. Taguatinga Centro mudou muito. A Praça do Relógio é um lugar que você consegue transitar [...] A mesma coisa acho que aconteceu com a Chaparral. [...] pouco a pouco, tá perdendo essa (sic.) estigma (LEANDRO)

Embora, pela análise comparativa que faz, Leandro considere que o Chaparral esteja perdendo o estigma com o tempo, ele entende que a estrutura do Chaparral e a origem dos moradores ainda pode contribuir para mantê-lo:

mas ainda acho que, pras pessoas que são de Taguatinga, pode ser que ainda há, pros mais antigos... porque são lotes menores, apertadinhos, ruas mais estreitas, num tem calçada, então é uma série de fatores que contribuem pra manter ainda um pouco essa estigma aí de zona perigosa e tal... Ainda mais que foi uma invasão que veio num sei d'aonde. (LEANDRO)

Nesse excerto, o entrevistado estabelece uma argumentação que pode ser considerada uma escala argumentativa:

⁹⁰ A Praça do Relógio fica em Taguatinga Centro, em frente à Administração dessa Região Administrativa (RA) e relativamente próxima ao local em que ficava a invasão Chaparral, há mais de 30 anos.

Uma série de fatores contribui para manter o estigma de zona perigosa sobre o Chaparral (conclusão R):

- + Arg. 1 – os moradores mais antigos de Taguatinga [conhecem a fama do lugar];
- ++ Arg. 2 – são lotes menores, apertadinhos, ruas mais estreitas, num tem calçada;
- +++ Arg. 3 – (ainda mais que) foi uma invasão que veio num sei d’aonde.

De acordo com Koch (2000, p. 30), para que a argumentação constitua uma escala argumentativa, basta que se apresentem dois ou mais enunciados de uma classe argumentativa em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão. Embora o argumento que fala da estrutura urbanística do Chaparral seja forte, como se observa acima, o argumento mais relevante, de maior carga semântica aparece em último lugar. O argumento **“foi uma invasão que veio num sei d’aonde”** é precedido de um reforço argumentativo **“ainda mais que”**, mostrando que, para Leandro, ele é irrefutável ou quase irrefutável. Ademais, além de mostrar o desconhecimento da história do Chaparral pelo entrevistado — ele sabe apenas que houve (foi) uma invasão —, a frase **“foi uma invasão que veio num sei d’aonde”** dá a entender que todo o Chaparral se constituiu de apenas uma invasão e que essa invasão, por completo, teria sido reterritorializada no novo local.

Embora tenha dito antes que o Chaparral, como o da Praça do Relógio, vai perdendo o estigma com o tempo, a escala argumentativa apresentada provoca o efeito de sentido de que é legítimo a estigmatização dessa comunidade continuar existindo. Percebe-se aí o modo de operação da ideologia legitimização, pelo qual relações de dominação são apresentadas como legítimas e, por isso, se estabelecem e se sustentam (THOMPSON, 2011). A estratégia ideológica é a racionalização. O produtor da forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio para granjear apoio para o que defende: que as características urbanísticas próprias de assentamentos de ex-moradores de invasões e o fato de os reterritorializados terem a invasão como origem sejam motivos mais do que suficientes para que o lugar seja estigmatizado como perigoso.

Leandro também faz uma análise de conjuntura similar à de Isadora:

Então os imóveis subiram de preço ali naquela região como um todo e isso acaba expulsando as pessoas com mais baixa renda. Elas acabam tendo que vender os imóveis que elas não conseguem mais manter. Os filhos das pessoas que moram lá... por exemplo, as pessoas moravam lá, tiveram filhos, os filhos não têm condições de comprar casa pra morar naquele lugar, então acabam se afastando pra mais longe. Então, num é que acaba a violência, ela vai se dissipando, vai se tornando... vai ficando dentro da média da região como um todo. (LEANDRO)

Por essa argumentação, do mesmo modo que Isadora, Leandro apresenta um motivo econômico para que a violência diminua no Chaparral e que vá entrando na média da região. Ou seja: parece não sobrar espaço para imaginar que a diminuição da violência seja fruto da elevação da escolaridade dos moradores, por exemplo, ou de outras práticas sociais educativas.

A opinião de Maísa a respeito do Chaparral advém basicamente do ela ouviu dizer desde criança: que o lugar é perigoso. Primeiramente, seus pais diziam a ela que não fosse para o lado do Chaparral: **“Num dexava, não! Num dexava a gente vim, não. Ese tinha medo, né? Porque... antigamente aqui tinha um nome [...]. Mais num dexava muito, não. Pa tomá cuidado e num descê po lado de cá, não, que era pirigoso”**. Em segundo lugar, outras vozes sociais dão continuidade à construção da má reputação para o Chaparral:

o pessoal, todo mundo dizia que era muito pirigoso, muito pirigoso demais, aqui! Cê num podia descê po lado de cá porque... Acho que, num sei se inda é, né? Mais o pessoal falava... que passa muito medo na gente, diz que é muito pirigoso po lado de cá. Os bandido. Tem muito bandido, muito... muito muleque usano droga [...] Ah! É esses muleque aí... assaltano a gente durante o dia, qualqué hora. Ese num tem hora não, qualqué hora. Eu passo aqui, minina, rezano, morreno de medo! (MAÍSA)

As vozes sociais que falam atrás das costas dos moradores do Chaparral provocam o medo que Maísa sente. A ideologia opera por meio dessas vozes, opondo-se ao Chaparral como alvo projetado e construído como mau, perigoso, ameaçador, um inimigo contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.

Maísa mora na Ceilândia e faz hidroginástica em uma academia da QNL, portanto, para ela, como para muitos outros, o Chaparral é um não lugar (AUGÉ, 2004), pois ela o usa apenas como lugar de passagem em que: é um local em que ela apenas transita, sem vínculos, sem relação de pertencimento, em que ela não precisa permanecer, como um aeroporto é para os passageiros em trânsito. Entretanto, também é um lugar carregado, que dificulta sua passagem, pois o medo pesa sobre seus ombros sempre que ela atravessa essa área fronteira para ir para casa. O Chaparral, então, não é simplesmente um não lugar, mas um não lugar carregado, pesado, como a própria entrevistada diz:

A mesma coisa é onde eu moro. A rua que eu moro, ali na 23 da Ceilândia Sul, tamém, nossa! Cê vê cada peça lá que Deus me livre! Só Deus. Isso aí né nem da... são... porque, às veiz, tem a fama, mais, assim, porque acho que no cumeço, né?... vei muita gente de otos lugá, assim, mais... e aí ficô aquela... quele nome pesado, né? (MAÍSA)

Desde criança Maísa ouve que o Chaparral é perigoso, que não podia “descer” para lá, que lá há “moleques” que assaltam e, depois de adulta, por circunstâncias da vida, ela precisa atravessá-lo pelo menos três vezes por semana. Seu receio é compreensível, com certeza, mas

ela mesma conta que na rua em que reside na Ceilândia ela também se assusta com certas pessoas que vê. Ela entende que a “fama”, por causa das pessoas de outros lugares que foram para o Chaparral no início, é um fator que torna o “**nome pesado**”.

Essa não moradora afirma que não tem medo das pessoas, mas de andar na Nova QNL em determinados horários, ainda que o lugar tenha melhorado:

Mais acho que agora deve tê dado uma melhorada. Mais, assim mesmo, eu inda tem medo. [...] Eu tenho medo de andá aqui, assim, certas hora, igual agora, né? Tô aqui, pa mim imhora agora eu fico morreno de medo. [...] Eu acho que ese, assim: toda cidade tem as boas e más pessoa, intão eu num posso ficá: “Ah, que nessa Chaparral só tem má pessoa”. Eu num posso alá isso. Que aqui tem gente boa. Aqui tem pai de família trabalhadô, mãe de família trabalhadora, né?... e tudo!

Seu exemplo é uma amostra do conflito gerado pelo medo do outro provocado pelas vozes sociais; mas, mesmo sentindo tanto medo, Máisa se recusa a generalizar, pois entende que em todas as cidades “**tem boas e más pessoa**”, que no Chaparral “**tem pai de família trabalhadô, mãe de família trabalhadora**”.

O depoimento de Márcia demonstra algo que já foi visto nesta seção: que a forma da arquitetura urbana própria de locais pobres, mas feita por instituições governamentais, revela a falta de cuidado de quem a criou e é geradora de preconceito contra lugares pobres. Locais como o Chaparral, criados apenas para abrigar o maior número de pessoas possível, como já surgiu nas entrevistas com os moradores pioneiros podem ser um problema para muitas pessoas: ruas mais estreitas do que se costuma ver em lugares urbanizados para abrigar pessoas de classes mais elevadas e até em locais próximos, fronteiros como a parte mais antiga da QNL, provocam o receio de transeuntes e visitantes.

Também provocam má impressão os lotes pequenos, inicialmente sem muros, e as casas reduzidas, depois modificadas e cercadas, cada qual de uma maneira, pelos próprios moradores que frequentemente não têm dinheiro para pagar arquitetos ou engenheiros e para fazer a construção conforme os padrões legais. A precariedade das casas e da infraestrutura geral do Chaparral no início pôde ser observada nas duas seções anteriores, especialmente na primeira, que apresenta as entrevistas com os pioneiros.

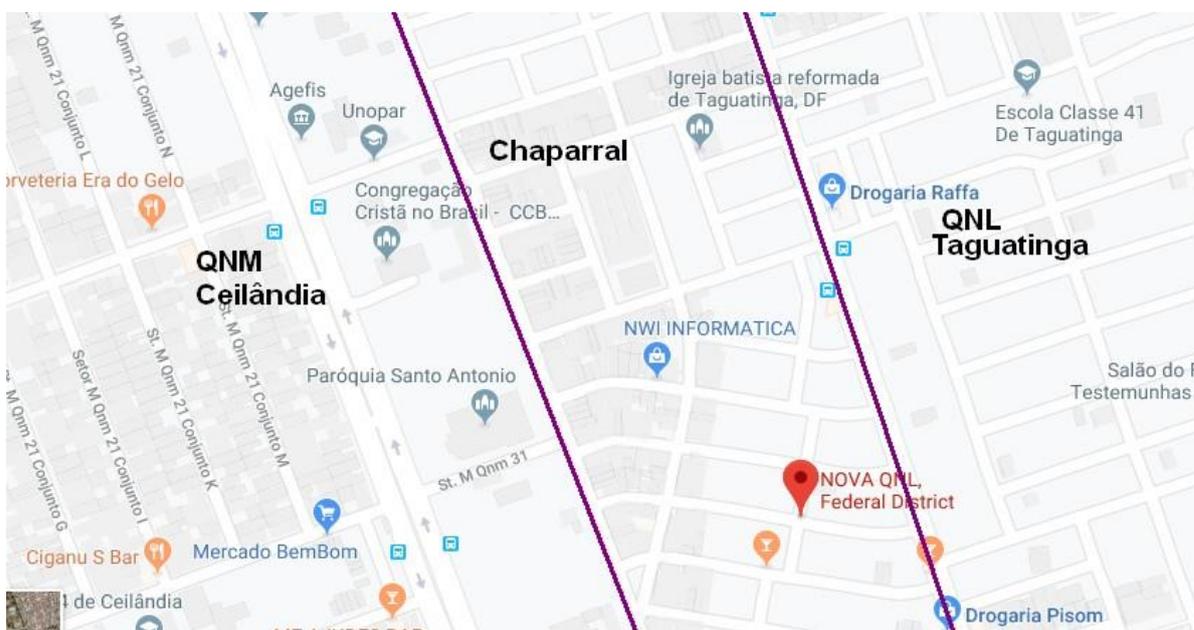
Nesta seção, pudemos perceber o preconceito advindo da arquitetura urbanística por meio das entrevistas com Elisa e Leandro, especialmente. De maneira semelhante, Márcia descreve com riqueza de detalhes sua primeira impressão do Chaparral:

a minha primeira impressão quando eu tive no Chaparral é... como que eu posso te dizer... eu me senti ameaçada quando eu fui pro... Por exemplo, a primeira vez que eu fui ao Chaparral pra ir na casa de alguém [...] eu fui procurar a casa. Eu me senti agredida! As ruas muito estreitas, uma dento da

outra, uma casa pregada na outra, umas casas assim... Eu acho que já melhorou até um pouco o visual das casas, mas há 8 anos atrás, eu fiquei assustada. E eu não conhecia, nem sabia por que que era Chaparral... Eu falei: ai! Esse bairro é muito estranho, as ruas estreita, começa uma rua no meio da outra. Num achei legal, não. Num achei muito legal, não. Eu não tive uma boa impressão, não é um bairro assim, que parece que a energia circula... que o sol bate completamente. Parece que as casas são uma no meio da outra, uma mais alta, uma mais baixa, uma de dois andares, uma de um andar. E num sei, eu num tive uma impressão legal do Chaparral. Num é influência de ninguém, que eu nem sabia que lá que chamava Chaparral. (MÁRCIA)

Quando fala de uma rua que começa “**no meio da outra**”, Márcia o faz porque no Chaparral há algumas ruas curtas, como as Vias 1, 2 e 3 de cada quadra, que se limitam à área de um quarteirão, portanto começam e terminam em outras ruas. As QNL 14 e 16 da Nova QNL, são as que Lagares, em seu texto analisado no capítulo 3, e Elisa chamam de “**ruas tortas**”. Além de evidenciar a diferença na arquitetura urbanística do Chaparral em relação à parte mais antiga da QNL, em Taguatinga, e à QNM, em Ceilândia, o mapa que se segue apresenta as mudanças nos tamanhos e nas formas das ruas dentro da própria Nova QNL:

Figura 10 – Chaparral: ruas tortas, curtas



Fonte: Google Maps

Como não costuma haver muitas placas indicativas de endereços nas ruas e aplicativos, como o “Google Maps” e o “Wase”, nem sempre contemplem a realidade dos endereços no Chaparral, encontrar um local específico sem perguntar a ninguém pode ser relativamente complicado para quem não conhece o lugar. Se o medo do desconhecido e o preconceito contra

lugares pobres for grande, certamente o problema pode aumentar⁹¹. O medo do outro e especialmente o desconhecimento desse outro, como expõe Pereira (2007), parece ser um dos fatores mais relevantes para essa compreensão inicial sentida por Márcia quando visitou o Chaparral pela primeira vez.

Por meio do que ouve dizer, a entrevistada complementa sua perspectiva sobre o Chaparral:

Sei que as informações que eu já ouvi sobre o Chaparral, que era um bairro muito violento. Perigoso. Até hoje eles acham. [...] Com quem eu falo, falam: “Mas você ir no Chaparral à noite? Isso num pode! Lá é muito perigoso!” Isso que eu ouço as pessoas dizer. [...] Pelo que eu ouço na televisão, sim. [acha que o Chaparral é muito perigoso] [...] Aquilo que eu já ouvi: “Ah! Bandido tal! Aconteceu um fato assim, assim no Chaparral.” [...] Ultimamente também eu tenho ouvido que tem tiros no Chaparral, que tem festas barulhentas, com tiros e etc. e tal. (MÁRCIA)

Todos esses comentários geram o medo e também o preconceito contra o Chaparral, apesar de o noticiário na televisão mostrar também crimes em outros locais (que acabam também sendo vítimas do medo). O raciocínio apresentado — de que o Chaparral é perigoso, que é preciso ter cuidado, que não se deve ir lá à noite —, como já observado antes nesta tese —, contribui para o expurgo do Chaparral e de seus moradores, pois constrói um inimigo, retratado discursivamente como mau, perigoso e ameaçador e ao qual os indivíduos são chamados a expurgar.

A não moradora afirma ainda:

A meu ver não. Não é um bom lugar pra morar. [...] Exatamente devido ao que eu senti pela primeira vez que eu entrei no Chaparral. Eu me senti agredida, porque eu não achava o caminho, eu não conseguia achá o endereço. É... Eu não via pessoas na rua, assim, que me intimidasse naquele momento, mas eu me senti mal. Eu num acho que lá é um lugá seguro, tranquilo, legal pra criá uma família. Eu acho que os pais devem tê uma certa dificuldade em... passar serenidade, tranquilidade e segurança pros filhos que moram lá. Porque deve ter sempre... “Cuidado. Cuidado com isso, cuidado com aquilo!” Num é legal... (MÁRCIA)

O argumento de Márcia para dizer que o Chaparral não é um bom lugar par morar e criar uma família é o que ela sentiu pela primeira vez ao entrar na localidade: “**agredida**” por

⁹¹ Quando fui ao Chaparral pela primeira vez para ver a casa em que resido, achei o local pobre, com casas mais simples, umas mais baixas, outras mais altas, percebi que os lotes eram bem menores que os de outros locais de Taguatinga, vi que muitos moradores invadem as calçadas para aumentar a área útil dos lotes, mas não achei que as ruas fossem tortas ou tão estreitas assim ou que o Sol não batesse nas casas. Vi jovens conversando em algumas esquinas, mulheres regando plantas ou varrendo a frente das casas, senhoras idosas sentadas em cadeiras em frente às casas, crianças brincando nas ruas, pessoas soltando pipas. Além disso, sempre que pedi informações para encontrar o endereço, fui informada solicitamente pelas pessoas. Por causa disso e da minha imersão na comunidade, posso dizer que o medo e a visão que certos entrevistados têm do Chaparral, talvez, sejam mais relacionados a motivos de foro íntimo de cada um do que ao local em si.

não encontrar o caminho e o endereço. Isso é, no mínimo, estranho, pois apenas o fato de chegar a um local desconhecido e não encontrar determinado endereço, normalmente, não faz com que as pessoas se sintam agredidas. Não obstante, é possível que o sentimento de ser agredido advinha, além de tudo, do preconceito contra um local em que vivem pessoas de classes sociais mais baixas. As características físicas do lugar, juntamente com o descaso governamental e o mal planejamento arquitetônico refletem essa condição.

A técnica em enfermagem Priscila demonstra ter um ponto de vista um pouco diferenciado dos moradores:

as pessoas são pessoas carentes, né? De baixa renda. A maioria das pessoas aqui são pessoas de baixa renda. É uma cidade, um bairro, é... um pouco perigoso, né? Que tem um número de marginalidade, assim, pelo tamanho do bairro, até alto. Mais assim: é um povo também, que quando vem aqui no centro de saúde, é um povo que sabe ouvi, né? Quando a gente fala com eles, eles atende, até mais do que de outras cidades que procuram a gente. Sabe respeitá a gente como funcionários, respeitam muito a gente, tanto... Qualquer pessoa, qualquer paciente que vem aqui, a gente, graças a Deus, não tem problema com os pacientes, não! Eles, como paciente, graças a Deus, eu nunca tive problema, não. São um povo, assim, bem carismático até.

Como profissional de saúde que trabalha no Chaparral, Priscila conhece mais de perto as pessoas, além do que se ouve dizer, por isso sua representação dos moradores é mais construtiva. Para ela, apesar de a maior parte dos moradores ser de baixa renda que moram em um local um pouco perigoso, com marginalidade alta, eles são pessoas que sabem ouvir, que atendem ao que lhes é dito (recomendado), que respeitam os profissionais de saúde como funcionários, que não causam problemas quando vão ao centro de saúde e que são carismáticos.

Mesmo assim, Priscila tem medo de ir ao Chaparral à noite, mas apenas pelo que ouve falar:

tem a fama, né? Todo lugá que tem fama você já fica mei receosa de tá naquele lugá. Trabalhá aqui eu não acho perigoso. [...] nunca aconteceu nem um ocorrido com a gente aqui dentro, nunca fui ameaçada de nada aqui. [...] os pacientes respeitam muito a gente [...] o que a gente ouve falá é que é uma área perigosa, é uma área que tem uma marginalidade grande, usuários [de drogas] [...] cê passa durante o dia aqui, você vê isso [usuários de drogas], assim, pra todo mundo vê mesmo. [...] Intão, é um lugá que, relativamente, é pirigoso, né? Intão, quando acontece [...] de eu tê que vim aqui à noite, a gente vem mesmo apreensivo. Porque [...] eu já acho pirigoso saí à noite em Brasília em geral, em qualquer lugá. [...] E um lugá que você já conhece e já ouviu falá da fama, se torna um lugá que você acaba transformano ele, às vezes, muitas vezes, mais pirigoso do que ele realmente é, né? Mais [...] cumigo nunca aconteceu nada, nunca fui abordada, nunca fui ameaçada. Como pacientes eles são excelentes [...] Como moradores eu não posso dizê, porque eu não moro, não conheço eles como moradores, mais como pacientes eles são pessoas boas. (PRISCILA)

O medo sentido por Priscila, como por outros não moradores, deve-se ao “ouvir falar”, ao que está, de algum modo, no interdiscurso a respeito do Chaparral. Esse medo pode até ser um mecanismo de defesa, pois as pessoas querem se sentir seguras onde quer que estejam, entretanto também é o que fundamenta o preconceito contra o lugar. A própria Priscila percebe que, por ver usuários de drogas durante o dia, por conhecer e por “ouvir falar”, as pessoas, inclusive ela, acabam construindo a representação de que o Chaparral é muito mais perigoso do que realmente é.

Apesar de ela nunca ter sido abordada por assaltantes, Priscila conta que uma outra funcionária e uma estagiária do Posto de Saúde já foram assaltadas dentro do Chaparral; entretanto, como mostrado nas tabelas da seção 4.2 desta tese, das cinco regiões administrativas comparadas, embora o maior índice de assaltos a transeuntes por número de habitantes, no Distrito Federal seja o de Taguatinga, esse índice é muito próximo ao do Plano Piloto. Conquanto o maior índice de furto de veículos seja o de Taguatinga, o maior índice de localização de veículos roubados é o de Samambaia. Em nenhum dos outros crimes Taguatinga, incluindo o Chaparral, fica na frente.

É claro que muitos dos crimes que ocorrem em Taguatinga podem acontecer dentro do Chaparral. Contudo, pelo que os moradores contam, os bandidos do Chaparral dificilmente cometem roubos, por exemplo, no interior da localidade. Os crimes ou delitos indicados pelos pioneiros e filhos de pioneiros como mais comuns na comunidade são o uso e o tráfico de drogas. Dessa forma, os assaltos a essas duas pessoas dentro do Chaparral parecem ser casos isolados.

Por decorrência dos dados, não estou, ao dizer isso, querendo afirmar que dentro do Chaparral não haja criminalidade ou que ela não seja elevada, mas questionar o discurso de que a criminalidade dentro daquela comunidade seja muito mais elevada do que a de outros lugares do DF, incluindo o Plano Piloto. Essas vozes sociais — comuns nas vozes de quase todos os entrevistados e também nos textos publicados apresentados nesta tese — que afirmam que a criminalidade seja elevadíssima no Chaparral não levam em conta argumentos de autoridade como os índices divulgados pelas instituições que cuidam da segurança pública no Distrito Federal e falam sem conhecer realmente o lugar. Afirmações como essa só poderiam ser generalizadas, consideradas corretas, após ser feita uma pesquisa em todas essas localidades menores do DF — como Sol Nascente, mencionado algumas vezes pelos entrevistados, e o Chaparral — e do chamado Entorno do DF, pois pesquisas que abordam apenas os dados gerais das macrorregiões não são suficientes para mostrar o que acontece nas microrregiões.

Lembremos que discursos que se repetem podem nos induzir a “criar” realidades, visto que o que “parece ser”, como no caso das bruxas de Salem (Massachusetts – EUA), nem sempre é verdadeiro. O resultado do que se “ouve dizer” pode ser a estigmatização e o expurgo do outro, o que pode prejudicar uma comunidade de cidadãos, como a do Chaparral, e não apenas os bandidos.

Roberta também conta da fama negativa do Chaparral:

A fama é de um lugá onde só vive... marginal, drogado... É um lugar [...] das pessoas que... como eu posso te dizê? Não é que seja menos favorecida, mais as pessoas que se envolveram com o que é errado, eles, tipo, colocaram nessa parte da QNL. [...] Não o pessoal mais antigo [da QNL velha]⁹², mais, assim, por conta de sê um lugar novo, que, entre aspas, antes, im Brasília ainda não tinha quem mandasse no pedaço, aí acabô que as pessoas que... que mexiam com droga, fizeram aqui um ponto. E aí eles disseminaram a droga, a violência [...] um ex-gerente [...] me disse que era um ponto onde tinha muito traficante, muito drogado... que a partir de 7, 8 da noite ninguém mais saía na rua, porque era muito perigoso. Bala comia pra tudo quanto é lado. Se visse uma pessoa estranha, eles já começavam a encará. Assim, a fama não foi muito boa!

Um acontecimento marcante nessa declaração é a entrevistada entender que aqueles que foram reterritorializados no Chaparral seriam pessoas que se meteram com coisas erradas, por isso repito suas palavras, apesar da proximidade: **“A fama é de um lugá onde só vive... marginal, drogado [...] as pessoas que se envolveram com o que é errado, eles, tipo, colocaram nessa parte da QNL”**. Entre tantas lendas e mitos acerca do Chaparral, surge mais uma: para Roberta, é como se o local tivesse servido, algum dia, para exilar criminosos dentro do Distrito Federal. O Chaparral se torna, dessa maneira, um exílio sem fronteiras físicas, mas com fortes fronteiras simbólicas: do lado de baixo — na parte velha da QNL — vive **“o pessoal mais antigo”**, que não se envolveu **“com o que é errado”**; do lado de cima — na parte nova da QNL — os marginais, drogados, aqueles que se envolveram **“com o que é errado”**, que **“mexiam com droga”** fizeram do Chaparral “um ponto”, e **“aí eles disseminaram a droga, a violência”**. É um quadro estarrecedor.

Atua aí, o modo de operação da ideologia unificação, pelo qual os moradores do Chaparral são identificados coletivamente, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. A estratégia ideológica é a generalização: **“A fama é de um lugá onde só vive... marginal, drogado”** (ROBERTA). Pereira (2007) expõe que o desconhecimento do outro, de sua identidade é responsável por parte do medo que segrega esse outro. Fundada no boato, no que terceiros dizem a respeito de determinado lugar, a estigmatização toma forma,

⁹² Perguntei depois da entrevista de onde seria esse pessoal antigo e Roberta respondeu que eram da QNL velha.

como no depoimento de Roberta: seus argumentos são, na maior parte, baseados na “fama” do Chaparral. Mesmo sem conhecer o local, uma pessoa houve uma história, conta para outra, que conta para outra e, assim por diante.

Por causa de todo esse medo e desconfiança — “[quando a pessoa diz que é do Chaparral] **Já remetem logo que é alguém, assim, que mereça pouca confiança, pouca credibilidade.**” (ROBERTA) —, fica difícil crer que a visão do lugar não esteja viciada.

Roberta conta que um “**traficantezinho**” lhe mostrou uma faca, para demarcar território:

Assaltante eu até não poderia dizê, mais bandidinho, traficantzinho... Esses dias, eu passando ali por uma... por uma rua ali na 24, ali, um deles me mostrou a faca, tipo me mostrano que ele que mandava. [...] Eu desço do ônibus na Hélio Prates e venho andando, mas venho, assim, olhando prum lado, olhando pro otro. [...] Inclusive porque, como eu já disse [...], um dos traficantzinho já puxô uma faquinha e já me mostrô... uma faca de serra, faca de mesa... e me mostrô. Mais é uma faca, contudo. (ROBERTA)

É um fato grave, com certeza, que um adolescente lhe tenha mostrado uma faca para intimidá-la. Entretanto, nenhuma outra ocorrência do tipo foi mencionada pelos entrevistados. Por esse motivo, pelo medo que sente e pela má fama, Roberta assegura que o Chaparral não é um bom lugar para morar e criar filhos: “**Por conta da... da violência, de muita droga... assim. A gente não teria tranquilidade. Não ia podê dexá as crianças na rua brincando, com medo de vez ou outra aparecê a pulícia, dá um tiro pro alto, que vira e mexe acontece. Ou mesmo bandido quereno marcá território, traficantes.**” Mesmo assim, a entrevistada declara: “**Assim, como em todas as comunidades do DF, tem as pessoas de bem, que são trabalhadores honestos e tem aquela turminha de pessoas que não prestam, que usam drogas, que apronta... Isso não qué dizê que é uma exclusividade do Chaparral.**” Parece contraditório que seja um lugar em que “só vivem” bandidos, marginais, traficantes, pessoas que “**se envolveram com o que é errado**” e, ao mesmo tempo, morarem “**pessoas de bem, que são trabalhadores honestos**”. Essa perspectiva paradoxal parece realmente comum quando se trata do Chaparral e de seus moradores, talvez pelo medo, talvez pelas lendas, mitos e boatos.

D. Tarsila (mulher do Sr. Gervásio) conta que um dos filhos foi morto no Chaparral e que o outro levou nove tiros, por isso ela não gosta nem mesmo de passar lá quando vai à Ceilândia, o que é o mais apropriado, de acordo com o marido e o filho:

Num sô de í lá, não. Eu... é porque eu tive dois filhos e tive... e perdi um lá, quase que eu perco os dois, porque eles... criei meus filhos muito bem criado, meus dois filho, e eles imbrenharo aí. Agora, de convivência lá eu num tenho... só de olhá... e quase que eu perco os dois lá. [...] Esse que ficô vivo levô treze

tiro e pegô nove e o to morreu na hora. Eles se imbrenharo lá. Arrumaro amizade por lá e... mais eu, amizade lá, não! Amizade por lá, nunca! A gente só ia lá mesmo pra vê se tirava... [...] Que eu, aliais, eu nem... nunca mais, nem... tem 12 ano isso. Eu nem lá... nem gosto de passá por ali. Às veiz, eu tem que subi, quando eu vô po hospital, alguma coisa, meu marido: “sobe por aqui.” Aí eu falo: nossa! Aí ele sobe por aqui pra ficá mais fácil, quando vô po hospital, vô po banco... Eu vô por aqui [indica o caminho pela avenida Hélio Prates] e ele sempre sobe por aqui [indica o caminho por dentro do Chaparral]. O meu fio ô ele. E aí eu num... eu nem gosto muito de tá passano por lá. Eu num gosto... não! (D. TARSILA)

Embora o Sr. Gervásio, marido de D. Tarsila, continue frequentando o Chaparral, a reação de D. Tarsila é diferente, mas até esperada: ela se sente mal até por passar pelo local, então procura não passar. Antes, para ela, o Chaparral era um não lugar, em que ela passava para ir trabalhar no Hospital Regional de Ceilândia, que fica logo acima do Chaparral, próximo à Avenida Hélio Prates. Da casa de D. Tarsila, principalmente de carro, o caminho espacialmente mais curto e menos movimentado é aquele que atravessa o Chaparral, entretanto, para essa mãe, esse seria o caminho mais “longo”, por ser mais sofrido.

Para ela, o não lugar, que servia apenas como ponte, com o qual ela não tinha vínculos (AUGÉ, 2004):

só passava ali pra í trabalhá. Que eu trabalhava no hospital, aqui na Ceilândia. E num tinha aí... Antigamente num tinha essa Chaparral. Eu subia e discia pra vim trabalhá, num tinha Chaparral, subia e discia. depois, num tinha essas marginalidade aqui na 30. Nunca tive... Tinha umas amizade lá assim... uns colega do Geraldo, umas amizade, assim, mas bem no comecinho. Depois... aí depois aqui arrumaro um povo aí, cumeçaro cum essas droga, né? Porque num tinha. Num tinha esses negoço, não. (D. TARSILA).

Depois tornou-se o local de perdição dos filhos:

A gente pelejô, eu mais meu marido. A gente ia até as meia-noite [...] 3h da madrugada, a gente ia lá... Era assim que eu ia lá. Num tenho amizade lá, num ia lá, num tem... mas aonde eles tavam lá, era eu e meu marido correndo atrais e buscano eles. (D. TARSILA).

Após o crime, o Chaparral tornou-se, para ela, um lugar tão carregado — o lugar onde um dos filhos foi morto e o outro foi gravemente ferido —, que seu desejo é expurgá-lo de vez:

Depois... eu só sei lá esse campo que eles ficavam... Biboca, que eles já ficava e a gente só ia lá pra vê se arrastava. Quando eles via a gente, eles já fugia... sabe? Mais, assim, amizade cum esse povo, num... [...] Deus me perdoa, eu nunca mais nem vô... eu nem vô lá, não” (D. Tarsila).

Numa espécie de paralaxe, quando mudou o ponto de vista de D. Tarsila, também mudou aparentemente o Chaparral.

Fatos como o assassinato do filho de D. Tarsila e do Sr. Gervásio, o assassinato do filho da pioneira D. Marta, o caso contado por Kátia a respeito de um conhecido, na época, menor de idade, que assassinou outro rapaz, além do assassinato violento de um amigo dos carroceiros

na QNL 24, no início deste ano, tornam evidente que crimes graves ocorrem no Chaparral. Esses crimes, contudo, ocorreram em um período de mais de 12 anos, o que não diminui sua gravidade e o sofrimento causado às famílias, mas mostram que esse tipo de crime não é algo tão corriqueiro, que acontece todos os dias no Nova QNL.

Como se observou nos quadros comparativos de dados criminais expostos na seção 4.2, em todas as cinco regiões administrativas ocorrem homicídios. Em algumas, o número de homicídios por número de habitantes é maior e em outras, menor, mas em todas há. Desse modo, não se pode julgar o Chaparral por isso, como se fosse o local mais perigoso do Distrito Federal ou da região de Taguatinga. Crimes de variados tipos ocorrem em todo o DF são divulgados todos os dias e são relacionados a questões de política de segurança pública de modo geral, como mostra um relatório feito em janeiro deste ano (CORREIO, 2019b). Os moradores de todo o DF, incluindo os do Chaparral, carecem de mais segurança.

D. Tarsila conta que, no início, não havia tráfico de drogas nem violência no Chaparral, nem marginalidade na QNL 30:

Não, nu ixtia isso não! Não! Num tinha isso, não! [...] depois, num tinha essas marginalidade aqui na 30. [...] Depois... aí depois aqui arrumaro um povo aí, cumeçaro cum essas droga, né? Porque num tinha. Num tinha esses negoço, não. [...] Tinha não. Quando começô, num tinha não. Aí, depois que veio começo e, quando começo... e aí... tá aí até hoje! Aí tá aí até hoje essa luta, aí, que... [...] de veiz im quando, faiz um rastão, prende. Já morrero muitos... tem muitos preso, quando solta, e... se... se... e aí puliça vem e prende. Aí, depois, de repente, ese tão tudo solto. E a vida intera são os mesmo, sabe? Já tem uns que começo de menó, já tão vovô, já são vovô! E aí solta, de repente, tão lá de novo! É assim. A vida intera os mesmo. Os que num morreu, continua aí do mesmo jeito. [...] Acho que é por causa das droga. Por causa de droga. É por causa de droga. Eles robam... [...] Pricisa de dinheiro... É os minino, assim, nas isquina. A puliça vem, leva, coisa... Eu acho que tudo é por causa de droga, mesmo! É por causa de droga. [...] Nessa 30, aí, é difícil.

Não obstante o acontecimento da morte do filho, D. Tarsila identifica o Chaparral como local onde o maior problema são as drogas. Segundo ela, toda a “marginalidade” se deve às drogas e à continuidade do tráfico no tempo. Na voz dela, como na do Sr. Gervásio, o tráfico de drogas no Chaparral é reificado, como se fosse um acontecimento permanente, atemporal.

Dessa maneira, o caráter social, histórico e, eu diria, difuso do tráfico de drogas é ocultado pela estratégia ideológica da eternalização. Contudo, como mostram as estatísticas, dos mais altos escalões, nos locais mais ricos do DF, até comunidades como o Chaparral, o tráfico de drogas é disseminado nas mais diferentes escalas da sociedade e, pode-se dizer, até em todas as épocas. Segundo Torcato (2016), há mais de 4000 anos, drogas como o ópio foram

disseminadas tanto no Oriente quanto no Ocidente. Além disso, o tráfico ilícito de entorpecentes é um comércio que movimenta bilhões em todo o mundo:

O fenômeno da criminalidade associada ao tráfico ilícito de drogas é evidente em quase todas as grandes cidades do país – as notícias de mortes envolvendo disputas por pontos de venda ou conflitos entre traficantes e a polícia são praticamente diárias. Esse fenômeno não é exclusividade do Brasil. Estimativas de 2009 apontam que esse gênero comercial movimentou algo em torno de 870 bilhões de dólares naquele ano – o que equivaleria a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global ou 7% das exportações diárias de mercadorias. (TORCATO, 2016, p. 12)

Talvez, por ser um lugar pobre, como disseram entrevistados como a pioneira D. Marta, as drogas usadas por moradores da Nova QNL sejam as mais baratas. No DF, o tráfico e o uso de entorpecentes não ocorrem somente no Chaparral. Também está em lugares em que as pessoas têm maior poder aquisitivo e podem comprar drogas, incluindo as mais caras. No que tange a isso, a própria manchete de uma notícia do “Correio Braziliense” já diz muito: “DF é invadido por drogas caras, consumidas e vendidas pela classe média”, mas a notícia é mais específica:

Tradicionalis em grandes centros urbanos, novos entorpecentes começam a chegar ao Distrito Federal. As substâncias, geralmente sintéticas, são modificadas para ter efeito (...). O consumo geralmente ocorre em festas de música eletrônica. (...) Jovens de classes média e alta estão entre os principais consumidores e passaram a traficar as drogas. (...) apenas este ano, a Polícia Civil do Distrito Federal (...) prendeu 20 jovens, entre 18 e 23 anos (...) O perfil dos suspeitos é quase sempre o mesmo: moradores de partes nobres da cidade, universitários. Já as substâncias (...) são comercializadas em universidades, festas eletrônicas e pela internet. (CORREIO, 2019a)

De acordo com as falas tomadas como dados, achar que todo o tráfico de drogas do DF está no Chaparral ou em locais como Estrutural e Sol Nascente parece ser mesmo preconceito de classe social, estigmatização de lugar pobre, de periferia. De acordo com Ribeiro (1996, p. 216), “mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe” e, similarmente ao que ocorre com o preconceito determinado pela cor da pele, aquele orientado por fatores econômicos e sociais também se manifesta como violência. Essa violência pode se estabelecer como estigmatização, apartação, criação de fronteiras simbólicas, apelidos, como se revelou neste capítulo a respeito do Chaparral.

Para que o sujeito escolha não dar voz ao preconceito, ele precisa, antes, tomar consciência de que suas ações, efetivadas por meio de suas práticas discursivas, são preconceituosas. Por exemplo, a afirmação de que no Chaparral “também há pessoas boas” implica o efeito de sentido de que isso é algo difícil de acreditar e de que a existência de pessoas boas no Chaparral não seja algo comum.

Alguns dizeres de não moradores refletem sua compreensão de que eles não percebem que o que explanam seja preconceito:

Eu acho que quem mora lá tem mais preconceito, talvez, sabe por quê? Porque conhece. Quem num mora lá vê que a cidade é feia e tudo, mais num sabe o pirigo que corre, num sabe que que tá acontecendo. Intão, assim... eu, por exemplo... eu num gostaria de morá lá dentro! Eu tenho medo. Mais preconceito em relação às pessoas eu num tenho, que são pessoas... muita gente boa! (ELISA)

Se preconceito é um conceito prévio, um sentimento hostil, uma opinião desfavorável irrefletida, sem conhecimento abalizado ou ponderação, marcada pela intolerância, como pode alguém que conhece, que “sabe”, ter preconceito? De acordo com Ribeiro (1996) e com Pereira (2007), é justamente o desconhecimento o que motiva o preconceito.

Além disso, embora Elisa afirme não ter preconceito contra as pessoas que moram lá, pois “elas são boas”, o preconceito toma forma em sua voz, no medo que sente e se expressa no excerto “**Quem num mora lá [...] num sabe o pirigo que corre**”. Ao fazer o teste da pressuposição, temos a pergunta: Quem não mora lá sabe o perigo que corre? Ao responder negativamente, temos apenas “quem não mora não sabe”. Que “quem não mora corre perigo” continua sendo afirmado. Essa informação pressuposta — que o Chaparral seja um local perigoso — é tida como verdade. Esse tipo de acontecimento é revelador do preconceito e de sua presença no interdiscurso a respeito do Chaparral e nas vozes retomadas dele por não moradores, ainda que inconscientemente. Por causa disso, a reflexividade é tão relevante para vencer o preconceito nas relações sociais.

Na mesma linha de Elisa, o Sr. Gervásio parece imputar o preconceito aos próprios moradores:

Ah, com certeza! [há preconceito contra o Chaparral e os moradores] Tem muitos que num qué falá, porque mora lá, talvez num tem nem condições de mudá daí, saí daí. Num qué vendê um patrimônio, que morava nuns barraco daquese lá, que cê via tudim, era fezes, tudo passano dento dos barraco, aí, hoje pega um lugazim desses. Pode falá que aí é orbanizado, tudo arrumadim, né? Intão ese num qué vendê um patrimônio desse pa i pra otro lugá, arriscá a vida. Certeza. (SR. GERVÁSIO)

Pare ele, então, alguns moradores desejariam mudar-se, mas, como não podem por motivos financeiros, acabam ficando, mas diz também que eles não querem ir para outro lugar “arriscá a vida”. Essa afirmação, juntamente com aquela, provoca o efeito de sentido de que se as pessoas não estariam arriscando as próprias vidas ficando no Chaparral, mas arriscariam, se fossem morar em outros lugares. Seu Gervásio, contudo, se contradiz: “**Aí, fica aí, coitado dese. [...] Então, fica passano o que passa lá: raiva, humilhação e tudo! Pra não saí. Mais,**

sofreno.”. Por um lado, sair do Chaparral é arriscar a vida; por outro, se ficar lá, o cidadão sofre raiva, humilhação “e tudo”.

Também Maísa não percebe que a afirmação recorrente de que o Chaparral seja um lugar perigoso é uma forma de *bullying* social que se repete em sua voz:

Nunca ouvi falá, não! Se tem preconceito, se tem alguma coisa, nunca [...] Assim, dizê que é pirigoso, isso aí sim, né? (MAÍSA)

Como Maísa, Isadora demonstra preconceito, embora afirme que só havia preconceito no início:

Intão, no começo, tudo bem, mais agora eu num vejo. E a gente vai... cê vê, a gente vai ali na igreja, a gente vê que já tem casas boas, né? O pessoal que frequenta ali na Santo Antônio... que acho que uma boa parte frequenta ali, são pessoas assim... é... já tranquilas. Pessoas mais em paiz e que mora [...] Eu acho que hoje esse preconceito ele já vai desaparecendo. (ISADORA)

O preconceito em sua voz se manifesta, por exemplo, no fato de ela achar que as pessoas são mais tranquilas e de paz, por morarem em “casas boas”. Novamente, o preconceito de classe social se instala, pois quem pode construir casas melhores são aqueles que têm o poder aquisitivo mais elevado. O raciocínio das vozes sociais, interdiscursivas, que se falam na voz de Isadora é que o preconceito diminui quando as pessoas residem em casas “boas”, pois elas são “já tranquilas”, de paz. Atua nesse raciocínio, o modo de operação da ideologia legitimização (Thompson, 2011), pela estratégia ideológica da racionalização, para granjear apoio para o que defende: que pessoas de classes sociais mais abastadas são mais tranquilas e de paz.

Leandro se expressa a respeito do preconceito, para sustentar que, como os moradores de Taguatinga conhecem “a lenda”, dizer a eles que mora no Chaparral é motivo para que os moradores sintam constrangimento:

Ah, sim. Eu acredito que as pessoas que moram lá, elas podem sentir um pouco de constrangimento a dizer que mora na Chaparral, né? Principalmente pra falar pra quem é de Taguatinga [...] quem mora aqui sabe a lenda, a história... então a pessoa pode sentir, ficar um pouco inferiorizada por conta disso. (LEANDRO)

Aqueles não moradores entrevistados que percebem o preconceito também o revelam discursivamente de diferentes formas:

eu acho que tem preconceito, sim. Há preconceito. Sim. Eu acho que sim. Pelo fato, né? Do morador. E ele tê dado o nome ao bairro. Não por ser uma pessoa de qualidade, uma pessoa que trazia paiz, tranquilidade, muito ao contrário, intão parece que isso ficou impregnado naquele bairro. (MÁRCIA)

como eu te falei da fama... que quando uma pessoa faiz uma fama de um lugá, já é um tipo de preconceito que tá fazeno, né? Tem pessoas, que, quando eu falo que trabalho na Chaparral, fala: “Deus me livre de trabalhá naquele lugá!” Cê sabe onde é? “Não! Nem quero sabê!” (PRISCILA)

como eu falei no início, Chaparral é visto como uma favela, como a parte onde

tem os excluídos, onde tem as pessoas que... droga, poder aquisitivo um pouco inferior do que da outra área da QNL... nessa questão. Só o fato de falá Chaparral, a pessoa já fica meio atrás... com o pé atrás. (ROBERTA)

D. Tarsila, entretanto, expõe que não tem preconceito, mas que o que sente é “dor”. Esse sentimento da entrevistada é compreensível, visto que seu filho foi morto no Chaparral. Diz ela:

Eu, eu, eu, eu, eu, eu, eu num... eu num... realmente, eu... tem muita gente boa, sim. Eu num tem preconceito. Eu tenho, assim, aquela, aquela, aquela... dor! Aquela coisa! (D. TARSILA)

Como vimos, em geral, o preconceito contra o Chaparral é motivado pela “fama”, pelo “ouvir dizer”, pelo conhecimento de lendas, pelo poder aquisitivo, pelo medo, pelo desconhecimento do lugar e de seus moradores, mas também se constitui pela falta de reflexão sobre o outro. Ribeiro (2019) afirma que, para entender o preconceito de classe social, deve-se falar em classe social em sentido mais amplo, considerar a classificação socioeconômica de diversos grupos sociais e suas posições na sociedade. Embora a possibilidade do preconceito dos mais ricos (donos de meios de produção, empresários, banqueiros) em relação aos mais pobres possa estar mais relacionada ao antagonismo de classes preconizado por Carl Marx, o autor afirma que há diversas classes sociais — e não somente ricos e pobres —, o que depende de níveis de renda, de escolaridade, de acesso à assistência médica, entre outros fatores.

Por esse motivo, Ribeiro (2019) sugere que o preconceito de classe social seja pensado fora do antagonismo burguês/proletário de Marx e que se considere a existência de classes mais abastadas economicamente (milionários, ricos, classe média alta) e outras com menos recursos (classe média, média baixa, pobres, miseráveis), pois a renda é o fator determinante das posições sociais e do preconceito de classe. Ele explica:

podemos encontrar trabalhadores urbanos que, embora sejam todos proletários, por possuírem faixas de renda diferentes, podem manifestar preconceito de classe em relação aos que possuem um *status* inferior em relação ao poder aquisitivo, seja por ocuparem funções inferiores, seja por terem menor grau de instrução. (RIBEIRO, 2019, s/p)

Eu acrescentaria que o preconceito de classe social, além de ser uma questão de renda, de *status* e de grau de instrução, deve-se também à arquitetura urbana do local de residência, à história de determinada comunidade e até ao nome pelo qual o lugar é designado, como se mostrou a respeito do Chaparral nas entrevistas com não moradores. Ao construir identidades coletivas para os moradores do Chaparral, essas vozes sociais aderem ao que Bauman (2005) chama de comunidades de ideias e princípios, ou seja, a determinadas ideologias, a seus modos de operação e a suas estratégias. São elas, mas também o medo do outro, que determinam suas perspectivas do lugar e de seus moradores. Como afirma o autor:

A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da

convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente. (BAUMAN, 2009, p. 14)

Nas vozes interdiscursivas delineadas pela ideologia e apresentadas nesta tese, esse delinquente se personifica no Chaparral e em seus moradores. Como explica ainda Bauman:

Se a proteção de fato disponível e as vantagens que desfrutamos não estão totalmente à altura de nossas expectativas; se nossas relações ainda não são aquelas que gostaríamos de desenvolver; se as regras não são exatamente como deveriam e, a nosso ver, poderiam ser; tendemos a imaginar maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra em nossa porta ou embaixo de nossa cama. Em suma, deve haver um culpado, um crime ou uma intenção criminosa. (BAUMAN, 2009, p. 13-14)

O medo, o receio, o sentir-se agredido no Chaparral também aparecem nas vozes dos entrevistados não moradores. Todos esses discursos reforçam uma suposta condição de inferioridade daquele que reside no Chaparral, simplesmente por morar no Chaparral — como nas vozes interdiscursivas que se falam pela voz de Roberta, na pessoa do “ex-gerente” que lhe falou da comunidade. Para ela, como já explicitado, quando alguém diz que é do Chaparral, as vozes sociais já **“remetem logo que é alguém, assim, que mereça pouca confiança, pouca credibilidade”**. Como pode o simples fato de ser morador de determinado lugar já ser motivo de gerar desconfiança? Isso ocorre por causa da adesão a determinadas comunidades de ideias e princípios que afirmam que pessoas de classes sociais mais baixas, que moram em locais cujos padrões não são aceitos como parâmetros de lugares bons para morar, como aqueles em que vivem cidadãos de nível socioeconômico mais elevado.

Quase todos os não moradores entrevistados acreditam que há preconceito contra o Chaparral, mas não parecem perceber que suas impressões a respeito do lugar ecoam opiniões de vozes que falam por detrás de suas próprias “costas” — como afirma Mey (2000) — e que, por isso, essas impressões, muitas vezes, são preconceituosas. Todavia, essa perspectiva em relação ao lugar pode mudar, com a mudança das práticas sociais estigmatizadoras. Afastar os velhos paradigmas que rotulam regiões periféricas e seus habitantes, procurar conhecer melhor esses locais e as pessoas antes de formar juízos, aprender com as diferenças e interagir com mais empatia e respeito ajuda muito a modificar os discursos que dão continuidade à apartação. Tudo isso é frequentemente ensinado pelos pais aos filhos, dentro de casa, e pelos professores aos alunos, nas escolas. É preciso, então, pôr em prática o que se ensina, repensar e agir reflexivamente em relação a locais como o Chaparral.

4.4 Conclusão parcial sobre as análises das entrevistas

Há muitas afirmações que poderiam ser apontadas como preconceituosas nas vozes dos não moradores entrevistados, mas que são também modos de operação da ideologia, dos quais os sujeitos dos discursos nem sempre têm consciência. Portanto, ainda que não moradores entrevistados não considerem que suas representações do Chaparral sejam preconceituosas, em suas vozes, outras vozes sociais, do preconceito e da apartação, se refletem. As vozes sociais que falam atrás das costas (MEY, 2000) dos moradores do Chaparral também falam atrás das costas desses não moradores, levando-os ao preconceito com aparência de fato. A visão do Chaparral pelos não moradores, no geral, é, pois, muito menos construtiva do que destrutiva.

Contrariamente à visão de que o Chaparral não seja um lugar bom para morar e criar filhos, a maioria dos moradores pioneiros entrevistados, ainda que não tenha escolhido seu local de moradia, sente-se bem naquela comunidade. Lá os pioneiros criaram seus filhos, têm amigos, plantam árvores e se reúnem nas praças, além de terem as comodidades urbanas por perto. Mesmo que nem sempre o lixo seja descartado da forma mais adequada, que algumas ruas sejam sujas, que ocorra tráfico e outros crimes e que exista preconceito contra esses cidadãos, é no Chaparral que eles vivem e até sentem-se seguros. Eles sabem, por exemplo, que a criminalidade está em todo o Distrito Federal e não apenas no local em que vivem.

Apesar dessas vozes sociais da apartação, da estigmatização e das fronteiras simbólicas que se solidificam na forma da Via LN 29, pioneiros e filhos de pioneiros atestam que a comunidade do Chaparral é formada por cidadãos que trabalham, estudam e procuram viver dignamente. A constituição identitária imputada por não moradores aos moradores do lugar pode até ser a de marginais, mas a configuração identitária apresentada pelos moradores é bem diferente: a de cidadãos. Nesse conflito se constitui a identidade dos moradores do Chaparral, ou das novas QNL.

5 CONCLUSÃO

Como já explicitado na introdução, nesta tese, a reflexão crítica a respeito da construção identitária dos moradores do Chaparral foi feita tendo em conta a compreensão de que as estruturas sociais restringem e determinam dialeticamente o trabalho constituidor do discurso e, por isso, o discurso não é a única fonte do social (Fairclough, 2001, p. 92-93), mas também considera que o discurso, como visto pela ADC, é prática social e significa o mundo, constituindo-o. Pelo discurso, o Chaparral é estigmatizado como área perigosa, com alto índice de criminalidade, embora Everton Lagares e Renne Lemos, por exemplo, busquem valorizá-lo. Isso ocorre, porque, em suas vozes, outras vozes, interdiscursivas, se pronunciam: as vozes sociais que falam por detrás de suas costas e das costas dos moradores do Chaparral.

O processo simbólico que ajuda a constituir as identidades começa a se revelar por meio da estrutura física do lugar: **“ruas tortas”** (LAGARES, 2013), **“infraestrutura... não tem”** / **“a estrutura da cidade que num oferece nada”** / **“vuelas [...] meio tortas”** / **“muito escuro e tudo”** (ELISA), **“a valorização acaba incentivando o pessoal a vendê. Cê vê que há muita construção, casas boas, comércios bons”** (ISADORA), **“lotes menores, apertadinhos, ruas mais estreitas, num tem calçada”** (LEANDRO), **“As ruas muito estreitas, uma dentro da outra, uma casa pregada na outra, umas casas assim [...] esse bairro é muito estranho, as ruas estreita, começa uma rua no meio da outra”** (MÁRCIA).

Outro fator que contribui para a configuração identitária de marginais aos moradores do Chaparral é o fato de que os sentidos se constituem no próprio discurso. Ainda que alguns desconheçam aquele sentido dicionarizado do vocábulo que designa o lugar — de plantas xerófilas de regiões semidesérticas dos Estados Unidos —, muitos o têm como pejorativo. Muitas vezes motivados pela pronúncia desdenhosa de vozes externas — **“Chaparrraal”** —, até moradores entendem que o vocábulo Chaparral, “esse apelido”, seja algo ruim.

O deslocamento ideológico do nome da série de TV para a invasão — seja por meio da loja Chaparral ou não — e da invasão para a Nova QNL também contribui para o estigma e para a configuração identitária dos moradores como marginais. Além disso, as lendas e mitos que cercam a designação são particularmente significativas, intensificando a carga semântica aparentemente pejorativa da designação.

Há ainda a se considerar a territorialidade, a localização do Chaparral na área fronteira, que os textos analisados nesta tese mostram ser significativa: para moradores, a localização “entre” dois “outros” lugares é benéfica — dois grandes centros comerciais, dois hospitais, supermercados grandes —, visto que eles podem aproveitar as comodidades urbanas

tanto de Taguatinga quanto de Ceilândia. Para não moradores, é uma localização incômoda, um estorvo, pois está entre eles e o lugar aonde querem chegar: **“Eu passo aqui, minina, rezano, morreno de medo!”** (MAÍSA), **“Eu nem lá... nem gosto de passá por ali. Às veiz, eu tem que subi, quando eu vô po hospital, alguma coisa, meu marido: “sobe por aqui.” Aí eu falo: nossa!”** (D. TARSILA). Dessa forma, a localização fronteiriça do Chaparral provoca efeitos de sentido que contribuem para a constituição identitária de seus moradores.

Fairclough (2001, p. 65), como já explicitado anteriormente, afirma que “os objetos do discurso são constituídos e transformados em discurso de acordo com as regras de uma formação discursiva específica, ao contrário de existirem independentemente e simplesmente serem referidos ou discutidos dentro de um discurso particular”. No interior da formação discursiva — ou das formações discursivas e ideológicas — a respeito do Chaparral, o local e seus moradores são constituídos como perigosos e ameaçadores. Como afirma Fairclough (2001, p. 93), a prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas constituem discursivamente o Chaparral e o marginalizam.

Por meio desse processo, os indivíduos que moram lá são tidos generalizadamente como “marginais” e a comunidade do Chaparral é apartada. A apartação e o expurgo do outro se estabelecem discursiva e ideologicamente como barreira simbólica contra a inclusão social dos membros daquela comunidade. Os moradores do Chaparral são estigmatizados, como já demonstrado nos capítulos 3 e 4, e esse fato se deve a um acontecimento político em particular: o preconceito de classe social (RIBEIRO, 1996). Os moradores pioneiros do Chaparral foram transferidos de invasões, precisaram de ajuda governamental para obterem suas residências, a maior parte deles tem baixo grau de escolaridade, suas profissões não têm prestígio social. Apesar de isso ter mudado um pouco depois de mais de 30 anos, o estigma recai ainda sobre os filhos de pioneiros. O Chaparral é fronteira enunciativa de uma gama de vozes históricas dissonantes (HEIDEGGER, *apud* BHABHA, 2003), seja de moradores, seja de não moradores. Para alguns, é visível apenas pela “elevada criminalidade” e enquanto espaço de passagem. Para outros, é local de moradia, onde vivem e convivem cidadãos de vários lugares do país, cujas historicidades se encontram e se inter-relacionam.

Em oposição à identidade de marginais, os pioneiros e filhos de pioneiros entrevistados constroem para si a identidade de pessoas “ordeiras e comunicativas” (LEMOS, 2011a), que não cometem plágio (TIAGO), capazes de estudar em universidade federal, de ganhar um concurso nacional e de se destacar em sua profissão cantando o que compõe (ELLEN OLÉRIA), que trabalham, criam filhos, que estudam e trabalham (UBIRATÃ), que são capazes

de se reunir em associações e até de ludibriar o governo da ditadura, além de criar ONGs para ajudar as futuras gerações de “brasileirinhos” (LEMOS, 2011c). Os moradores do Chaparral, dessa maneira, constituem para si a identidade de cidadãos.

Se há criminalidade no Chaparral, há criminalidade também em outros locais do Distrito Federal, como mostram as estatísticas, incluindo aqueles em que cidadãos com nível socioeconômico mais elevado residem. Talvez a diferença que leva ao preconceito seja muito mais relacionada à arquitetura urbanística de cada local do que à real criminalidade que ocorre em um e outro lugares. Não obstante, a reportagem e as estatísticas policiais citadas no capítulo 4 mostram que, por exemplo, há tráfico também no Plano Piloto.

Como exposto na introdução, o objetivo geral desta tese é investigar os modos (e elementos) de constituição das identidades sociais dos moradores do Chaparral como consequências dos focos de preconceito e de apartação social, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica. Os objetivos específicos são analisar o processo de construção identitária dos moradores do Chaparral pelos próprios moradores entrevistados e por não moradores, a partir de elementos de natureza discursiva — entrevistas e demais textos do *corpus*; e investigar se (por que e de que modo) a apartação social e o preconceito se manifestam nessa comunidade e sobre ela, na constituição das identidades dos moradores, inclusive por meio da designação. Considero, portanto, que esses objetivos possam ser demonstrados pelos dados, embora ainda tenha ficado muito por investigar e analisar, visto que os dados gerados são muito ricos.

Esta tese revela ainda que as lendas e mitos acerca do Chaparral vão muito além das possíveis razões de sua designação ou “apelido”. Elas perpassam toda a história do lugar e toda a trajetória de vida de seus moradores: é lenda que eles sejam todos marginais, é lenda que haja tiroteio todas as noites em suas ruas, tráfico e uso de drogas em todas as esquinas, é lenda que não seja possível viver e criar filhos dignamente no Chaparral, é lenda que pessoas de sucesso não possam ser criadas naquela comunidade, é lenda até que todas as ruas do lugar sejam tortas e não tenham calçadas.

O Chaparral é um entrelugar, por se situar na fronteira entre Taguatinga e Ceilândia, mas é um entrelugar gregário, de interação, de vivência, de apego para quem lá reside. É local de cultura, de resistência, de insurgência (BHABA, 2003): lugar da cantora Ellen Oléria, do povo ordeiro e comunicativo de que fala Renne Lemos, filho do Maestro, e dele próprio, é “o terror da Capital”, local de empoderamento e a própria fórmula mágica da paz, de Tiago, é a “terra prometida” dos pioneiros, a terra natal e a “quebrada” de Wallison e de filhos de pioneiros. É também um não lugar (AUGÉ, 2004), por ser lugar de passagem, por onde

transitam pessoas que vão de Taguatinga para Ceilândia e para os quais pouco ou nada significa. É um não lugar pesado, carregado, amargo, para D. Tarsila, por causa da perda de seu filho, e, apesar de ser um lugar revoltante para o Sr. Gervásio, marido dela, é também, para ele, o lugar de encontrar os amigos. É um lugar em que se plantam ipês nas praças, como D. Sandra, e em que Saulo se sente seguro. O Chaparral é um lugar a-partir-do-qual começam Ceilândia e Taguatinga; é um é-sem-ser, pois é QNL, é Taguatinga, mas também é nem-um-nem-outro.

Por ser fronteira simbólica entre classes sociais, o Chaparral é QNL e Nova QNL ao mesmo tempo, mas nenhuma dessas designações eufêmicas faz sentido para os que com o lugar se identificam: a primeira, além de ocultar o estigma e a apartação, suprime a história do lugar e de seus moradores des-re-territorializados; a segunda, além de manter a apartação mais claramente, não representa os moradores com suas trajetórias de vida, visto que foi dada (PATRÍCIA). A designação Chaparral, por sua vez, veio com a comunidade, já está “colada” nela, e, além de ser parte de sua história, também sustenta essa história e a mantém viva. Por tudo isso, a designação Chaparral é forte, como são fortes os moradores do local que designa: os chaparralenses.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALVARENGA, A. T.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, A. M. S. Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de ideias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. *Saúde e Sociedade* v.14, n.3, p.9-29, set-dez 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/50053932_Congressos_internacionais_sobre_transdisciplinaridade_reflexoes_sobre_emergencias_e_convergencias_de_ideias_e_ideais_na_direcao_de_uma_nova_ciencia_moderna Acesso em: 03/07/2019.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10. ed. São Paulo: Annablume, Hucitec, 2002.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- _____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2004.
- _____. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20/11/2018.
- _____. Presidência da República. Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm Acesso em: 13/05/2019a.
- _____. Ministério da Justiça. Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 05/05/2019b.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 14/05/2019c.
- BRAZ, E. *Série de TV Chaparral*. Disponível em: <https://ano70.com.br/serie-de-tv-chaparral/> Acesso em: 23/10/2018.
- BUARQUE, C. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *O papa imigrante*. (artigo) Brasília: Correio Brasiliense, 2015.
- BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. 2. Ed. Madrid: Cátedra, 2001.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARTA de transdisciplinaridade. Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade. Convento de Arrábida, Portugal, 2 a 6 de Novembro 1994. Comitê de Redação; Lima de Freitas, Edgar Morrin e Basarab Nicolescu. Disponível em: <https://unipazdf.org.br/wp-content/uploads/2018/04/3-Carta-de-Transdisciplinaridade-1994.pdf>. Acesso em: 05/07/2019.
- CERQUEIRA, L. E. *Memórias do Distrito Federal: a luta pela autonomia política*. São Paulo: Museu da Pessoa; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.
- CHAPARRAL DF - terror da capital. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=27350279>. Acesso em 20/03/13.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- COELHO, T. *Fotolog está de volta: veja como usar a rede de fotos 'avó do Instagram'*. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2018/06/fotolog-esta-de-volta-veja-como-usar-a-rede-de-fotos-avo-do-instagram.ghtml>. Acesso em: 21/11/2018
- CORREIO Brasiliense. Polícia Militar coíbe criminalidade durante Operação Chaparral, em Taguatinga. Disponível em: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/07/05/interna_cidadesdf,200911/index.shtml. Acesso em: 27/09/2011.

- _____. DF é invadido por drogas caras, consumidas e vendidas pela classe média. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/12/09/interna_cidadesdf,724132/df-e-invadido-por-drogas-caras-consumidas-e-vendidas-pela-classe-medi.shtml. Acesso em: 18/05/2019a.
- _____. Saiba quais são os principais problemas na Segurança Pública no DF. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/08/interna_cidadesdf,729517/saiba-quais-sao-os-principais-problemas-na-seguranca-publica-no-df.shtml. Acesso em: 18/05/2019b.
- DIAS, J. F.; COROA, M. L. M. S.; LIMA, S. C. Criar, resistir e transgredir: pedagogia crítica de projetos e práticas de insurgências na educação e nos estudos da linguagem. *Cadernos de Linguagem e sociedade*, 19(3), 2018. Brasília: UnB, 2018. p. 29-48.
- DICIONÁRIO Informal. *Quebrada*. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/quebrada/>. Acesso em: 30/11/2018.
- DIJK, T. A. V. *Cognição, discurso e interação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1977.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- _____. *Language and globalization*. London: Routledge, 2006.
- FLOGÃO. *Termos de uso do site do Flogão*. Disponível em: <https://www.flogao.com.br/account/tos>. Acesso em: 29/11/2018.
- FÓRUM. Revista eletrônica. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/do-impresso-ao-digital-forum-proporciona-uma-nova-experiencia-de-se-ler-revistas/>. Acesso em: 22/11/2018.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000a.
- _____. *A ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.
- FURQUIM, F. *Por onde anda o elenco de ‘Chaparral’?* Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/temporadas/por-onde-anda-o-elenco-de-8216-chaparral-8217/> Acesso em: 23/10/2018.
- GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- _____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e Identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GLOBO.COM. *Suspeito de tentar roubar posto de saúde é morto em Taguatinga, no DF*. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/03/suspeito-de-tentar-roubar-posto-de-saude-e-morto-em-taguatinga-no-df.html>. Acesso em: 01/05/2019.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- GSHOW. *Ellen Oléria é a grande vencedora do The Voice Brasil: brasiliense vence programa pela votação do público*. Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/the-voice-brasil/programa/noticia/2012/12/ellen-oleria-e-grande-vencedora-do-voice-brasil.html> Acesso em: 25/11/2018.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- _____.; HASAN, R. Context of situation. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HORNBLAS, D. S. *Bullying na escola: apelidos que ferem – como crianças lidam e reagem diante dos apelidos pejorativos*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa 2009.12*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

- ILANUD BRASIL. *Projeto Consumo, violência e juventude* - sumário executivo. Realização: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Diretoria de Relações Institucionais; Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Ilanud Brasil. São Paulo: Ilanud Brasil, 2010. Disponível em: http://www.procon.sp.gov.br/pdf/acs_sum%C3%A1rio_executivo_ilanud_2010.pdf. Acesso em: 16/02/2019.
- KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRESS, G.; VAN LEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London and New York: Routledge, 1996.
- LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2000.
- LAGARES, Everton. *Chaparral, QNL: da origem à valorização*. Disponível em: by_U69xHOrg/UcBteaZqPQI/AAAAAAAAAJY/NzjyBWnEfJ0/s1600/Chaparral+-+origem+na+Nova+QNL+-+Correio+Brazileinse+-+Conceição+Freitas.jpg Acesso em: 20/11/2013.
- LEMONS, Renne. *É aqui que eu moro Chaparral*. Disponível em: <http://rennelemons.blogspot.com/> Acesso em: 27/09/2011a.
- _____. *É aqui que eu moro Chaparral*. Disponível em: <http://rennelemons.blogspot.com/> Acesso em: 27/09/2011b.
- _____. Comentário de visitante. In: NOVA QNL (CHAPARRAL). Disponível em: <http://wikimapia.org/9581973/pt/Nova-QNL-Chaparral>. Acesso em: 27/09/2011c.
- LIMA, I. R. *Ellen Oléria solta a voz no show de lançamento do primeiro CD*, em Taguatinga. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2009/07/02/interna_diversao_arte,123177/ellen-oleria-solta-a-voz-no-show-de-lancamento-do-primeiro-cd-em-taguatinga.shtml Acesso em: 20/08/2011.
- MAGALHÃES, M. I. Introdução: a Análise do Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.*, 21: ESPECIAL, 2005. p. 1-9.
- _____. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso* - LemD, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 113-131, 2004.
- MANZINI, R. G. P. *Bullying no contexto escolar: prevenção da violência e promoção da cultura da paz na perspectiva de adultos e crianças*. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MANZINI, R. G.; BRANCO, A. U. *Bullying: escola e família enfrentando a questão*. Porto Alegre: Mediação, 2017.
- MARCUSCHI, L. A. O papel da atividade discursiva no exercício do controle social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade* 7, 2004/05.
- MARIZ, R. *Sol Nascente: a favela de Brasília que caminha para se tornar a maior do Brasil*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sol-nascente-favela-de-brasilia-que-caminha-para-se-tornar-maior-do-brasil-22882335>. Acesso em: 03/06/2019.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- MELHOR web. *Caps lock ou caixa alta: não precisa gritar*. Disponível em: <http://www.melhorweb.com.br/artigo/264-caps-lock-ou-caixa-alta-nao-precisa-gritar.htm>. Acesso em: 20/11/2018.
- MERCER, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (org.) *Identify*: Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- MEY, J. L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- _____. *When voices clash: a study in literary pragmatics*. New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- MEYER, M. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados com el ADC. In: WODAK, R.; MEYER, M. (orgs.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003.

- MILLER, C. R. *Gênero textual, agência e tecnologia: estudos*. São Paulo: Parábola, 2012.
- MONASTA, A. *Antonio Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- MOOVIT. *Como chegar até Nova QNL (Chaparral) em Taguatinga de Ônibus, Metrô | Moovit* Disponível em: [https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblicoNova_QNL_\(Chaparral\)-Brasilia-site_25727515-1702](https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblicoNova_QNL_(Chaparral)-Brasilia-site_25727515-1702) Acesso em: 28/01/2018.
- MOURA, H. M. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2006.
- NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NOVA QNL (Chaparral). Disponível em: <http://wikimapia.org/9581973/pt/Nova-QNL-Chaparral>. Acesso em: 27/09/2011.
- ORKUT. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>. Acesso em: 10/11/2018.
- OLÉRIA, E. Canto o universo de uma negra, lésbica, criada no Chaparral. In: LIMA, I. R. *Ellen Oléria solta a voz no show de lançamento do primeiro CD*, em Taguatinga. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2009/07/02/interna_diversao_arte,123177/ellen-oleria-solta-a-voz-no-show-de-lancamento-do-primeiro-cd-em-taguatinga.shtml Acesso em: 20/08/2011.
- OLIVEIRA, A. F. *Professor mapeia 800 apelidos usados como bullying em escola do Rio de Janeiro*. Disponível em: Último Segundo - iG @ <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-10/professor-mapeia-800-apelidos-usados-como-bullying-em-escola-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 14/05/2018
- OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996a.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996b.
- CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDADDF – 2015*. Brasília: CODEPLAN, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, GDF, 2016. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso em: 28/04/2019.
- PEREIRA, J. M. O medo do outro: violência e desagregação das relações sociais urbanas. In: *Sociologia*. Ed. 67 Dez/Jan 2017. São Paulo: Escala, 2007.
- POLÍCIA Militar do Distrito Federal. [Index resultante da busca pela palavra Chaparral.] Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/component/search/?searchword=Chaparral&searchphrase=all&Itemid=0> Acesso em: 08/11/2018.
- POSSENTI, S. O sujeito fora do arquivo. In: MAGALHÃES, I. (org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UnB, 1996.
- PORTIFÓLIO de Mídia. “Correio Braziliense”. Disponível em: <http://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/CORREIO+BRAZILIENSE/14389/home>. Acesso em: 02/12/2018.
- PRIBERAM. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mala>. Acesso em: 05/07/2019.
- RACIONAIS MC's. Fórmula mágica da paz. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/formula-magica-da-paz.html>. Acesso em: 11/11/2018.
- RAJAGOPAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, P. S. *Preconceito de classe social; Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilescuela.uol.com.br/sociologia/preconceito-classe-social.htm>>. Acesso em: 19/05/2019.
- ROCHA, H. *Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade*. 2012, 246 p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Instituto de Letras. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- SANCHES, P. A. *Ellen Oléria: uma multidão de minorias*. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/124/ellen-oleria-uma-multidao-de-minorias/>. Acesso em: 10/07/2016.
- SANTANA, B. *Quando me descobri negra*. São Paulo: SESI, 2015.

- SANT'ANNA, A. R. Paródia, paráfrase & Cia, 7.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SIGNIFICADOS. *Quebrada*. Disponível em: <https://www.significados.com.br/quebrada/>. Acesso em: 30/11/2018.
- SILVA, T. T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVERMAN, D. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SOARES, G. S.; COSTA, J. C. *Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros*. In: LABRYS, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 - janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf. Acesso em: 21/11/2015.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SSPDF. *Balanço Criminal 2018: informações por região administrativa*. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/dados-por-regiao-administrativa/> Acesso em: 28/04/2019.
- STACK Exchange. *O uso de letras maiúsculas em comunicações*. Disponível em: <https://portuguese.stackexchange.com/questions/3499/o-uso-de-letras-mai%C3%9Asculas-em-comunica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 20/11/2018.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TORCATO, C. E. M. *A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República*. 2016. 371 f. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- WALLYSON. *Sou do Chaparral*. Disponível em: <http://www.flogao.com.br/wallysonstok/124632030>. Acesso em: 20/03/2013.
- WIKIMAPIA. *Políticas*. Disponível em: <http://wikimapia.org/docs/Pol%C3%ADticas>. Acesso em: 28/12/2018.
- WODAK, R.; MEYER, M. (orgs.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (orgs.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34.
- WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp, 2004, p. 223-243.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.